

POLÍTICAS
PÚBLICAS E
TRANSIÇÃO
AGROECOLÓGICA
NO BRASIL:
REFLEXÕES A PARTIR
DE ESTUDOS DE CASO







P769

Políticas públicas e transição agroecológica no Brasil: reflexões a partir de estudos de caso / Fortaleza: CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, 2014. 224p.: il.

1. Políticas públicas 2. Agroecologia. 3. Agricultura familiar. I. Título. II. CETRA.

CDD: 338.10981





ÍNDICE

I. Introdução.....	11
II. Nota metodológica.....	13
1. Breve perfil dos territórios analisados.....	15
1.1. Resumo comparativo.....	26
2. Trajetórias e alternativas camponesas frente às políticas públicas.....	29
2.1. Resistências, organização camponesa, transição agroecológica versus agricultura convencional.....	29
2.2. Formação de bancos de sementes, fundos rotativos e organização de feiras agroecológicas.....	32
2.3. Existência de redes de camponeses e organizações locais como fator crítico da transição.....	34
3. A gestão familiar da propriedade nos agroecossistemas agroecológicos e convencionais: uma aproximação comparativa.....	36
3.1. Relação com o agroecossistema e desempenho econômico de ambos modelos.....	36
3.2. Relações de gênero intra-familiares e participação de mulheres e jovens.....	43
4. O papel da assistência técnica não oficial como facilitadora da transição agroecológica.....	45
5. O papel das políticas públicas na transição agroecológica: balanço a partir dos estudos de caso.....	50
5.1. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).....	50
5.2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)....	52
5.3. Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	55
6. Elementos para incidência na política nacional de ATER por parte das organizações de agricultores e da sociedade civil.....	58
7. Conclusões.....	62
8. Referências bibliográficas.....	66
9. Estudos de Caso.....	69
9.1. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território Vales do Curu e Aracatiaçu, Ceará.....	70
9.2. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sertão de Araripe, Pernambuco.....	86
9.3. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Mata Sul de Pernambuco.....	102
9.4. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Borborema, Paraíba.....	120
9.5. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sisal, Bahia.....	136
9.6. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano.....	148
9.7. Transição Agroecológica e Políticas Públicas no Baixo Sul da Bahia.....	162
9.8. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte.....	176
9.9. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Irineópolis, Território do Planalto Norte, Santa Catarina.....	190
9.10. Transição agroecológica e políticas públicas na Zona da Mata de MinasGerais.....	206



APRESENTAÇÃO

A Construção coletiva do conhecimento agroecológico é à base de formação da Rede de Assistência Técnica Rural das organizações não governamentais do Nordeste - Rede ATER NE - criada em 2003, por um conjunto de organizações da sociedade civil que tem uma trajetória de atuação no campo da assessoria técnica agroecológica e faziam um contra ponto a lógica da ATER convencional historicamente existente no Brasil.

A partir do acúmulo de práticas e inovações desenvolvidas por estas organizações no Nordeste, a Rede se propôs a dialogar com o Governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), especialmente na construção e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Nesse sentido, o conjunto da Rede ATER-NE foi consolidando e intercambiando entre si e com outras redes e movimentos sociais experiências, metodologias e inovações vivenciadas pelas famílias agricultoras e redes territoriais de agricultores e agricultoras, que contribuíram com a construção e implementação de outra política de extensão rural no Nordeste brasileiro, pautada nos processos de transição agroecológica sob a perspectiva de Convivência com o Semiárido, a partir da construção coletiva de conhecimentos.

São estas experiências, vivenciadas ao longo destes 10 anos de Rede Ater- NE que esta publicação traz para partilhar demais redes, movimentos, ONG's e, em especial, com o poder público, elas chegam resultado do projeto Geração e Disseminação de Conhecimentos Agroecológicos a partir da Mobilização e Sistematização de Experiências da Agricultura Familiar na Região Nordeste do Brasil, executado pela Rede ATER -NE, viabilizado por meio da Chamada 5- Apoio A Projetos Em Redes

da Programa de Projetos Demonstrativos - PDA Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente. Encontram-se ainda, duas experiências realizadas na região do Contestado/ SC e Zona da Mata/MG por organizações parceiras da Rede ATER-NE que desenvolveram um projeto com Programa PDA em Rede, nestas duas regiões.

A proposta objetivou a realização de estudos de casos, em territórios de atuação de entidades da rede, que possibilitassem uma maior reflexão a acerca da incidência da Política Nacional de ATER – PNATER para a transição agroecológica da agricultura familiar.

O estudo foi realizado junto às entidades que tem uma identidade no campo agroecológico e que fazem parte da Articulação do semiárido Brasileiro (ASA). Esperamos que este material possa contribuir para o aprimoramento da Política de Ater no Brasil, em especial no contexto do Semiárido, tanto quanto com a elaboração de políticas públicas.

Ao apresentarmos os resultados deste trabalho coletivo, realizado numa dinâmica de rede, gostaríamos de expressar, aqui, os nossos agradecimentos às famílias agricultoras que compartilharam e sistematizaram conosco suas trajetórias de produção, trabalho e vida. Estendemos, ainda, nossos agradecimentos aos colegas territoriais, que foram espaços de diálogos com outros entes de atuação na ATER, as entidades públicas de ATER dos estados, aos técnicos e técnicas das organizações da rede, enfim a todos e todas que estiveram envolvidos no processo de sistematização e, que também se permitiram experimentar novos métodos e abordagem de construção do conhecimento.

Assim, nós das entidades que fazemos a Rede Ater- NE, esperamos com esses estudos provocar debates e incidir nas trajetórias das políticas a Agroecologia como parâmetro para Agricultura Familiar Camponesa.



REALIZAÇÃO

Rede de Assistência Técnica Rural
das Organizações Não Governamentais
do Nordeste - REDE ATER NE

Assessoria e Serviços a Projetos
em Agricultura Alternativa - AS - PTA;

Associação de Desenvolvimento Sustentável
e Solidário da Região Sisaleira - APAEB;

Associação de Orientação às Cooperativas
do Nordeste - ASSOCENE;

Associação das Cooperativas
de Apoio à Economia Familiar - ASCOOP;

Centro de Estudos do Trabalho e
Assessoria ao Trabalhador - CETRA;

Centro de Desenvolvimento
Agroecológico Sabiá;

Centro de Assessoria e Apoio
aos Trabalhadores e Instituições
Não Governamentais Alternativas - CAATINGA;

DIACONIA;

Movimento de Organização Comunitária - MOC;

Programa de Aplicação de Tecnologia
Apropriada às comunidades - PATAC;

Serviço de Assessoria às
Organizações Populares Rurais - SASOP.

PATROCÍNIO

Ministério do Meio Ambiente
Programa de Projetos Demonstrativos - PDA

ORGANIZAÇÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Centro de Estudos do Trabalho e
Assessoria ao Trabalhador - CETRA
Rua Capitão Gustavo, 3842,
São João do Tauape - Fortaleza/CE
CEP: 60120-140
Telefone: (85) 2347 1660 / 99713154
www.cetra.org.br
e-mail: cetra1981@cetra.org.br

COORDENAÇÃO


Maria Neila Ferreira dos Santos
Francisca Cristina do Nascimento

PROJETO GRÁFICO

Alberto Saulo

REVISÃO

Gerardo Cerdas Veja
Joana Vidal



POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO NORDESTE DO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO

Relatório síntese elaborado para a Rede de
Assistência Técnica e Extensão Rural da
Sociedade Civil Nordeste, Rede ATER-Nordeste.

Profissionais responsáveis:

Gerardo Cerdas Vega
Laeticia Medeiros Jalil

Natal, Rio Grande do Norte
01 de agosto de 2013

I. INTRODUÇÃO

No marco do projeto **Geração e disseminação de conhecimentos agroecológicos a partir da mobilização e sistematização de experiências da agricultura familiar na região Nordeste do Brasil**³, a Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações Não Governamentais do Nordeste (na sequência, Rede ATER-NE⁴) se propôs o objetivo de fortalecer os processos de geração de conhecimento agroecológico e de gestão da Rede a partir da sistematização da incidência da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (na sequência, PNATER) na transição agroecológica da agricultura familiar (Rede ATER-NE, 2008).

A partir desse objetivo, foi proposta a elaboração de vários estudos de caso para o diálogo com os gestores públicos sobre o impacto da PNATER na transição agroecológica no Nordeste. Esses estudos subsidiariam o debate e a elaboração de propostas, por parte da Rede, partindo de uma leitura dos processos de transição agroecológica nos territórios selecionados (sobre a base de casos concretos) e em função da importância das políticas públicas e de outros aspectos críticos na conformação e consolidação dessa transição nos últimos anos, especialmente desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, e da implementação da PNATER e de outras políticas públicas, no período recente, especialmente aquelas cuja abordagem do desenvolvimento foca no âmbito territorial.

Esses estudos, realizados entre 2010 e 2012, abarcam diversos territórios e vários estados nordestinos nos quais se verificam numerosos casos de famílias e organizações que iniciaram, muitas vezes com sucesso, na transição de formas convencionais de agricultura para formas baseadas nos princípios da agroecologia e da economia solidária. Assim, o presente documento consiste numa **síntese analítica desses estudos de caso** onde daremos prioridade à questão do impacto das políticas públicas como potencializadoras ou inibidoras destes processos, mas consideraremos, adicionalmente, outros aspectos de grande relevância para compreender as possibilidades de sucesso e os obstáculos hoje enfrentados pelas famílias e organizações comprometidas com uma ruptura com o paradigma agrícola dominante.

Embora as políticas públicas estejam no cerne da questão (dada a sua capacidade de estruturar e orientar a ação dos agentes econômicos, políticos e sociais), interessa-nos compreender como os diversos fatores que os estudos de caso trouxeram à tona se combinam para produzir (ou não) uma reorientação e uma rearticulação das práticas produtivas de diversas famílias e organizações presentes no nordeste rural brasileiro, tanto na zona da mata quanto no sertão, na direção daquilo que chamamos de “transição agroecológica”. Devido à diversidade de fatores que intervêm no processo, podemos afirmar que não há uma causa única na virada agroecológica em curso, mas uma combinação de oportunidades, iniciativas e restrições,

¹Sociólogo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

²Socióloga. Professora de sociologia e extensão rural na Universidade Federal Rural de Pernambuco, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST). Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Práticas Agroecológicas do Semiárido – NEPPAS.

³Com apoio do Ministério do Meio Ambiente mediante a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Programa de Projetos Demonstrativos (PDA).

⁴A Rede ATER-NE está integrada por 11 organizações não governamentais que atuam nos nove estados do Nordeste brasileiro, sendo: na Bahia → Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB); em Pernambuco → Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA), Diaconia e Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; na Paraíba → Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC); no Ceará → Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA); e em todo o Nordeste, a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE).

junto com arranjos políticos e institucionais também em transição, que podem contribuir para essa mudança ou bem impedir o seu pleno desenvolvimento.

A análise dos estudos de caso permitiu identificar certos temas chave que se repetem nas diferentes regiões, e possibilitou, assim, a elaboração de matrizes temáticas que orientaram a nossa reflexão. Por isso, a síntese que apresentamos tenta relacionar essa diversidade de questões levantadas de uma forma que seja útil aos objetivos de refletir sobre a geração de conhecimentos e práticas agroecológicas para a incidência na política pública e de estimular a transição agroecológica em mais territórios do país.

De forma complementar, o presente relatório inclui a análise de dois estudos de caso sobre a mesma temática desenvolvidos por entidades parceiras da Rede ATER Nordeste no mesmo período de realização dos estudos relativos ao Nordeste e seguindo a mesma metodologia. Concretamente, nos referimos ao estudo de caso desenvolvido pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) na região do Contestado, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, e ao estudo desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM), na zona da Mata Atlântica mineira, nos municípios de Araponga e Espera Feliz⁵. A proposta de incluir esses estudos na análise surgiu de forma posterior à sistematização dos estudos relativos ao Nordeste tendo em consideração que ambos tratam da mesma temática e que a comparação de realidades regionais diferenciadas permitiria uma melhor compreensão das trajetórias da agricultura familiar em transição agroecológica no Brasil e enriqueceria a análise e a formulação de alternativas por parte dos diversos atores engajados na defesa do paradigma agroecológico.

Na primeira seção, apresentamos um breve perfil dos territórios em que foram realizados os estudos de caso a fim de percebermos a realidade em que essas experiências se inserem. Tomaremos como referência tanto a informação oficial⁶ como a informação contida nos estudos de caso objetivando observar algumas características semelhantes e as diferenças entre os territórios, assim como as potencialidades contidas em cada um desses locais para a consolidação das experiências agroecológicas em curso.

Em segundo lugar, realizaremos uma análise das trajetórias e das alternativas camponesas nos territórios analisados, especialmente no que diz respeito à luta pela terra, à transição para formas de produção não convencionais e à conquista de espaços nas políticas públicas. A resistência e a organização camponesa aparecem como pano de fundo das novas experiências em curso, dentre elas a criação de bancos de sementes, os fundos rotativos e a organização de circuitos alternativos de mercado encarnados pelas feiras agroecológicas. Observamos que a existência dessas redes de sociabilidade, troca e organização política das famílias camponesas é um fator crítico nas possibilidades de surgimento e consolidação da transição agroecológica.

Num terceiro e quarto momentos, analisaremos a gestão familiar da propriedade e a relação disso tudo com o acesso a recursos estratégicos por parte das famílias envolvidas na transição. Aspectos como a relação das famílias com o agroecossistema, a eficiência econômica dos distintos modelos (convencional versus agroecológico) e as relações intrafamiliares de gênero

⁵Estes estudos correspondem regiões Sul e Sudeste do país. Observemos que, no caso da região da Mata Atlântica e dos municípios estudados que a ela correspondem, estes não pertencem a algum dos Territórios da Cidadania do Governo Federal, critério que orientou a delimitação da maioria dos estudos de caso relativos ao Nordeste. Não obstante, o município de Araponga (no qual se constatam as experiências de transição agroecológica de maior sucesso) forma parte do Território da Serra do Brigadeiro, situado na porção norte da Zona da Mata mineira (CTA-ZM, 2004). Já no caso do município de Irineópolis, na região do Contestado, o mesmo faz parte do Território da Cidadania do Planalto Norte (SC). Faremos breve referência a este Território no corpo do relatório.

⁶Dado que nem todos os estudos de caso contêm a mesma informação (tipo de dados) sobre cada um dos territórios, para fins de certa padronização tomaremos como referência a informação contida no Portal da Cidadania (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>), no qual constam informações relativas a todos os Territórios da Cidadania operando no Brasil. No entanto, dado que existem algumas diferenças entre essas informações e outras fontes citadas nos estudos de caso (p. ex. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]), quando for pertinente faremos a ressalva em notas de rodapé.

associadas à divisão do trabalho, assim como o acesso à assistência técnica não oficial, serão elencados nessas seções por serem elementos substantivos das dinâmicas de transição agroecológica tanto no tocante à sua dinâmica quanto à sua viabilidade.

Na quinta seção, entraremos na análise sobre o papel das políticas públicas na transição agroecológica. Embora, inicialmente, tenhamos pensado em priorizar a PNATER e as políticas de crédito, logo surgiu a necessidade de identificar um conjunto mais abrangente de políticas cuja presença é determinante, seja como potencializadoras ou como inibidoras, da transição para formas de produção familiar agroecológica. A partir da leitura dos estudos de caso, identificamos que as políticas têm que mais peso em relação à transição agroecológica nos territórios são, ademais da PNATER, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Esse conjunto de políticas públicas, cada uma com um determinado arranjo institucional e uma lógica própria de implementação (na qual intervêm diversos atores), vem ocupando lugar de destaque quando analisamos os processos de transformação produtiva que têm lugar nos territórios. Outras políticas públicas que incidem no território dizem respeito à formação de assentamentos da reforma agrária, a megaobras para o “combate à seca” (como a transposição do Rio São Francisco) e a estímulos para a grande lavoura comercial (fruticultura e fumericultura, por exemplo), aspectos que condicionam as chances de que formas alternativas de produção agropecuária possam se consolidar na paisagem rural nordestina.

Na sexta seção, retomaremos alguns dos desafios identificados nos estudos de caso para incidir no debate nacional sobre a política de ATER e sobre outras políticas públicas que tocam diretamente nos interesses das famílias e das organizações comprometidas com a agroecologia. O aporte das famílias, nesse sentido, constitui-se em elemento central de uma proposta da Rede ATER Nordeste para prosseguir na consecução dos seus objetivos institucionais a partir do diálogo com as famílias e com as organizações camponesas que as representam.

Finalmente, apresentamos algumas conclusões gerais que podem contribuir com o aprofundamento do debate no seio das organizações envolvidas com a luta por uma transição agroecológica mais abrangente nos territórios.

II. NOTA METODOLÓGICA

Ao todo, consideramos dez estudos de caso realizados pelos parceiros da Rede ATER Nordeste para a elaboração do presente relatório (ver bibliografia). Todos os estudos seguiram as mesmas orientações metodológicas visando obter informações comparáveis acerca das tendências da transição agroecológica em cada um dos territórios e regiões e a relação e o impacto das políticas públicas sobre o processo; essas orientações foram acordadas mediante o diálogo dos distintos parceiros da Rede com os atores locais. A realização dos estudos teve como fio condutor o levantamento participativo das informações com as famílias selecionadas e com as organizações de base nos territórios; foi muito importante, em todos os casos, a aproximação com os núcleos executivos territoriais para apresentar e debater os objetivos e as possibilidades dos estudos, diálogos que resultaram na seleção das famílias a serem

entrevistadas. Para a realização das entrevistas, utilizaram-se perguntas semiestruturadas, levantaram-se croquis das propriedades, elaboraram-se linhas de tempo para definir as trajetórias e foram realizadas visitas aos locais. Quando da realização das entrevistas, procurou-se, em cada caso, envolver o máximo de membros das famílias entrevistadas.

Os estudos de caso nos forneceram informações relevantes no tocante ao perfil socioeconômico de cada território, às trajetórias político-organizativas e à presença de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, dentre outros itens que implicaram na realização de um levantamento de informações secundárias por parte das entidades responsáveis pelos estudos. Os trabalhos de pesquisa se sustentaram na obtenção de informação primária que, tanto no caso de famílias envolvidas no processo de transição agroecológica quanto no caso de famílias que produzem com critérios agrícolas convencionais, foi apurada mediante a realização de uma análise econômica dos agroecossistemas tomados como exemplo. A realização desta análise econômica revela-se da maior importância, pois contribui com um conhecimento útil para a comparação entre os diversos paradigmas de exploração agrícola (agroecológico versus convencional) e nos oferece informações sobre a viabilidade dos estabelecimentos agroecológicos em vários territórios do Nordeste, do Sul e do Sudeste, possibilitando a comparação entre territórios e uma compreensão mais aprimorada sobre as potencialidades e os obstáculos existentes à transição agroecológica em cada um deles.

A análise econômica realizou-se mediante a aplicação de um instrumento de medição padronizado em todas as unidades familiares que participaram do estudo. Este instrumento considerou cada **agroecossistema como integrado por vários subsistemas** e permitiu calcular, em cada caso, o **produto** do subsistema (expressado nas variáveis de venda, autoconsumo e estoque) e os **custos** produtivos (consumos intermediários e pagamentos a terceiros tanto dentro quanto de fora da unidade produtiva como um todo) de forma que fosse possível determinar o valor agregado bruto da produção e a **rentabilidade total** de cada agroecossistema e de suas partes, estimando tanto a renda monetária quanto a não monetária e o índice de autonomia tecnológica das famílias (a dependência de insumos/pacotes externos ou a utilização/adaptação de tecnologias próprias para a resolução das necessidades do processo produtivo familiar).

A aplicação deste instrumento, além de fornecer os resultados concretos desta pesquisa, avança no aperfeiçoamento do cálculo da viabilidade econômica dos estabelecimentos agroecológicos no Nordeste e em outras regiões do Brasil, o que faz dela merecedora de destaque como sendo uma importante contribuição metodológica dos estudos de caso realizados. Essa matriz de análise econômica pode ser aplicada em outras regiões e pode ser melhorada mediante o diálogo com as famílias e suas organizações de forma que, progressivamente, se transforme numa ferramenta básica da gestão produtiva capaz de orientar a tomada de decisões intrafamiliares e a relação das famílias e das organizações interessadas com os gestores das políticas públicas.

Finalmente, destaca-se o caráter participativo que animou a realização de cada um dos estudos. Esse aspecto é relevante por ser coerente com os princípios da agroecologia, dentre os quais a participação direta dos atores e o caráter coletivo dos processos de transição são os mais importantes. Os resultados aqui resumidos não foram obtidos apenas a partir de uma observação indireta dos fenômenos, mas resultam do levantamento coletivo de dados e da reflexão entre as entidades responsáveis por cada um dos estudos e os diversos atores presentes nos territórios.

1. BREVE PERFIL DOS TERRITÓRIOS ANALISADOS

Os territórios nos quais foram realizados os estudos são os seguintes: Território da Borborema (Paraíba); Território da Mata Sul (Pernambuco); Território Baixo Sul (Bahia); Território do Sisal (Bahia); Território dos Vales do Curu e Aracatiçu (Ceará); Território do Araripe (Pernambuco); Território do Sertão de Apodi (Rio Grande do Norte); Território Agroecológico do Semiárido Paraibano (Cariri, Curimataú e Seridó); Território do Planalto Norte (Santa Catarina); Zona da Mata (Minas Gerais). Há, portanto, um total de 10 territórios/regiões que compreendem cinco estados do Nordeste, um estado do Sudeste e um estado do Sul do país.

É importante salientar que, salvo no caso do *Território Agroecológico do Semiárido Paraibano*, todos os territórios considerados ajustam-se à delimitação oficial dos Territórios da Cidadania operacionalizada pelo programa homônimo do Governo Federal. No caso particular supracitado, a região considerada inclui, numa única unidade, os três territórios paraibanos que constituem a área de atuação do *Coletivo das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó*⁷⁰. Dado que o Coletivo atua nessa região mais abrangente, o estudo de caso refere-se à mesma e, por isso, a sua delimitação não coincide exatamente com a demarcação dos Territórios da Cidadania.

Segundo a delimitação oficial, o **Território Borborema** abrange uma área de 3.341,70 km² e é composto por 21 municípios: Algodão de Jandaíra, Arara, Areial, Campina Grande, Esperança, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Serra Redonda, Solânea, Alagoa Nova, Areia, Borborema, Casserengue, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serraria. A população total, somando-se todos os municípios, é de 671.244 habitantes, dos quais 143.258 vivem na área rural, o que corresponde a **21,34% do total**. O território possui um total de 24.725 agricultores familiares, 1.661 famílias assentadas e três comunidades quilombolas; o IDH médio é 0,67⁸.

No território, atua o Polo Sindical da Borborema, uma rede formada por 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STR's), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos que, desde os anos 1990, vem apoiando de forma ativa as redes locais de inovação agroecológica e articulando mais de 5 mil famílias agricultoras em 15 municípios do território (AS-PTA, 2012).

Note-se que, segundo o estudo da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), trata-se de um território com elevada concentração de agricultores familiares; em sua área central, na sua porção mais elevada, se estabelecem pequenas propriedades familiares dedicadas à policultura associada à pecuária. Na escarpa leste do planalto (bacia do rio Mamanguape), região de ilhas de umidade e solos férteis, se estabelecem propriedades familiares dedicadas à fruticultura. A porção noroeste do território, marcada pela depressão do

⁷⁰O Coletivo das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó é formado por associações comunitárias rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas e organizações camponesas formais e informais que atuam em 300 comunidades rurais e articulam cerca de 4000 famílias agricultoras em 10 (dez) municípios no semiárido do estado da Paraíba.

⁸Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/borboremapb/one-community?page_num=0). Acesso em: 23/04/2013.

rio Curimataú, é a zona mais seca, com formações de caatinga, e ali predominam criações de animais e roçados de milho e feijão. Por fim, na parte sudoeste (bacia do rio Paraíba do Norte), com altitudes mais baixas, o cariri-agrestino também é uma região seca onde se observa o predomínio das grandes fazendas de gado de corte e leiteiro e uma expressiva população de foreiros e trabalhadores sem terra, produtores de milho e fava (AS-PTA, 2012).

Historicamente, na região podemos observar a ocorrência de diversos ciclos de 'campesinização' e 'descampesinização'. Nas últimas décadas, nos anos 1960, com a queda do preço da fibra de sisal, grandes proprietários liberaram o acesso à terra aos camponeses, que passaram a cultivar áreas ociosas em troca dos restos de cultivos que eram deixados para o gado do patrão. Nos anos 1970, porém, uma forte intervenção estatal em nome da modernização da agricultura e da ampliação das atividades pecuárias deu mais privilégios às oligarquias agrárias. O Proálcool liquidou o sistema de moradores das fazendas e empurrou grandes contingentes de população rural para as pontas de rua na periferia das cidades (AS-PTA, 2012). Assim, aconteceu a exclusão social indicada. Segundo o estudo:

Os processos de "modernização" da agricultura introduziram um novo padrão técnico, fundado na crescente artificialização da agricultura por meio do emprego intensivo de insumos industriais; muitas famílias agricultoras foram induzidas a ingressarem em trajetórias de especialização produtiva, passando a depender crescentemente dos mercados para se reproduzirem econômica e socialmente. (AS-PTA, 2012: 6)

Como veremos mais adiante, a imposição desse novo tipo de agricultura não se fez sem enfrentar a resistência camponesa, especialmente numa região caracterizada por lutas campesinas que remontam ao período colonial. Essas resistências configuraram trajetórias diretamente relacionadas, como veremos depois, com o surgimento de alternativas agroecológicas no território.

Por sua vez, o **Território da Mata Sul**, em Pernambuco, abrange uma área de 4.003,40 km² e é composto por 19 municípios: Barreiros, Bonito, Jaqueira, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Tamandaré, Água Preta, Amaraji, Belém de Maria, Catende, Cortês, Gameleira, Joaquim Nabuco, Maraiá, Palmares, Primavera, Ribeirão, São Benedito do Sul e Xexéu. A população total dos municípios é de 468.853 habitantes, dos quais 134.707 vivem na área rural, o que corresponde a **28,73% do total**. O território possui 12.668 agricultores familiares, 10.145 famílias assentadas e uma comunidade quilombola; seu IDH médio é 0,62⁹. Segundo o estudo de caso, o território como um todo compreende 25 municípios, mas apenas 19 fazem parte do programa Territórios da Cidadania da SDT/MDA. (CDAS, 2012)

Segundo o estudo elaborado pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, devido a suas condições ambientais favoráveis, historicamente a região tornou-se parte importante do polo açucareiro do Brasil e foi favorecida pela introdução do modo de produção escravista, sendo que um traço marcante da herança colonial veio dado pela tríade de monocultura, latifúndio e trabalho escravo. Contudo, o estudo propõe a existência de três tendências principais no tocante às trajetórias agrícolas, na região:

a) Tendência hegemônica no território → agroecossistemas especializados na produção de cana-de-açúcar que associam a produção de cana à criação animal (bovinos) como uma pequena poupança.

⁹Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/matapulpe/one-community?page_num=0). Acesso em: 24/04/2013.

b) Agroecossistemas que buscam uma “diversificação” em relação à cultura da cana → são sistemas especializados em frutas (coco, banana, maracujá e mamão), lavoura branca (macaxeira e mandioca) e criação animal (gado de corte). Fazem parte deste grupo agricultores assentados que já plantaram cana e optaram por outras culturas por conta da oscilação dos preços da mesma e dos altos custos de produção. Comercializam em feiras livres e principalmente para atravessadores.

c) Agricultores com sistemas em transição para agroecologia → em sua maioria assentados da reforma agrária em áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar. Diversificaram seus sistemas de produção com hortas, agroflorestas, criação de pequenos animais. Não queimam, nem usam agroquímicos, preservam as fontes de água, as matas existentes e as espécies nativas do bioma. Comercializam a sua produção diretamente aos consumidores na própria comunidade e em feiras locais. (CDAS, 2012: 7)

A identificação dessas três tendências é já um fator relevante, pois elas condicionam o grau de avanço observado nas alternativas camponesas em contraposição à tendência hegemônica. Conhecer a dinâmica concreta de cada território é um fator central para a geração de novos conhecimentos e para o desenho de estratégias por parte dos atores envolvidos na promoção de uma agricultura de bases agroecológicas.

É também de Pernambuco o **Território do Sertão do Araripe**, cujo estudo de caso foi elaborado pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA). Esse Território abrange uma área de 12.020,30 Km² e está integrado por 10 municípios: Exu, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena, Araripina, Granito, Ipubi, Ouricuri, Trindade e Bodocó. Segundo os dados oficiais, a sua população total é de 307.658 habitantes, dos quais 142.520 vivem na área rural, o que corresponde a **46,32% do total**. O território possui 25.908 agricultores familiares e 423 famílias assentadas; seu IDH médio é 0,62¹⁰.

Os dados existentes sobre o Sertão do Araripe nos permitem afirmar que a agricultura familiar tem um papel fundamental na economia da região, muito embora somente nos últimos anos tenha sido valorizado o seu potencial econômico. Ainda persiste a ideia de que ela consiste numa agricultura de mera subsistência para as famílias agricultoras. Porém, como indica o estudo, ao analisar os dados fornecidos pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM, 2001), observa-se a diversidade produtiva da agricultura familiar da região com destaque para as **culturas temporárias** (batata doce, cana-de-açúcar, cebola, mandioca, tomate, arroz, feijão, melancia e milho) e para as **culturas permanentes** (laranja, café em coco, banana, castanha de caju, goiaba e manga). Essa diversidade e esse potencial são destacados pelo estudo, quando afirma que:

Na produção pecuária, há um destaque para a criação de cabras e ovelhas e de aves e abelhas, além dos produtos considerados derivados, como o leite de vaca e os ovos de galinha. Para se ter uma ideia da capacidade de gerar riquezas da agricultura familiar, em especial no aspecto monetário, podemos utilizar o município de Ouricuri como exemplo. Segundo o site do IBGE-Cidades, no ano de 2007 o município conseguiu uma renda de 385 mil reais com a venda de feijão, 240 mil com mamona, 234 mil com milho, 446 mil com sorgo. (CAATINGA, 2011: 8)

¹⁰Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodoararipepe/one-community?page_num=0). Os dados do CAATINGA diferem levemente dos oficiais. Em primeiro lugar, porque o Centro considera como pertencente à região do Araripe o município de Parnamirim, embora esse não seja parte da delimitação oficial do governo. Levando isso em conta, a população do Território chegaria a 316.862 habitantes, com uma população rural de 163.187 pessoas (51% do total). Tomando como base os dados do Censo Agropecuário de 2006, na região existem 28.143 estabelecimentos agrícolas, dos quais, cerca de 98% são considerados da agricultura familiar. (CAATINGA, 2011)

Chama a atenção o fato de que, diferentemente da zona da mata pernambucana, onde o latifúndio e a monocultura são predominantes, na região do Araripe a estrutura fundiária não apresenta grandes desequilíbrios e o principal problema fundiário consiste na titulação das terras e nos riscos de grilagem, questões que tem dificultado o acesso a alguns programas e políticas governamentais voltados para a agricultura, a exemplo do crédito oficial via PRONAF. (CAATINGA, 2011)

O **Território Baixo Sul da Bahia**, segundo as informações oficiais, abrange uma área de 7.168,10 km² e é composto por 14 municípios: Gandu, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. A população total é de 336.624 habitantes, dos quais 151.614 vivem na área rural, o que **corresponde a 45,04% do total**. O território possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e uma terra indígena; seu IDH médio é 0,63¹¹.

Adicionalmente à informação oficial, o estudo de caso elaborado pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) observa que a região é historicamente marcada por ter sido área pioneira no processo de ocupação do Brasil, iniciado no século XVI com a introdução da cana-de-açúcar. Apesar disso, outras atividades também foram desenvolvidas na região, como a extração de madeiras, o que incentivou dramático desmatamento, e, inclusive, a produção alimentar desde finais do século XVII (SASOP: 2012). A expansão da fronteira agrícola e a incorporação de novos cultivos, como seringueira, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, guaraná e dendê, desde a década de 1970, com o programa de diversificação dos cultivos permanentes desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), também contribuíram para acelerar o desmatamento.

Hoje em dia, os estabelecimentos rurais cujos responsáveis são proprietários da terra representam 95,5% do total, um índice muito elevado quando comparado com outros territórios brasileiros. Uma possível explicação para esse fato pode vir de uma das características da atividade agrícola da região: a concentração no plantio de lavouras permanentes (SASOP, 2012). De acordo com o estudo, em termos das atividades produtivas predomina, nas áreas de solos mais férteis, a cacauicultura; nas de menor fertilidade verifica-se a presença da pecuária, assim como guaraná, seringueira, dendê, coco, cravo-da-índia, piaçava e frutas tropicais. Em geral, a produtividade das distintas atividades é bastante precária devido a um manejo agrícola não apropriado às especificidades de uma agricultura sustentável nos trópicos e, especificamente, às condições climáticas e ecológicas da região da mata atlântica. Observa-se também a existência de sistemas diversificados, combinando lavouras permanentes¹² com lavouras temporárias¹³ (em alguns casos), produção animal¹⁴, extrativismo¹⁵ e atividades não agrícolas, a exemplo do artesanato e da agroindústria familiar.

Segundo o estudo de caso, outro índice que reforça a importância da agricultura no território é o número de trabalhadores ocupados nos estabelecimentos: são 93.138 pessoas (com participação

¹¹Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixosulba/one-community?page_num=0). É importante indicar que o estudo de caso menciona mais um município (Maraú) como integrante do Território. Ademais, tomando como base informações do IBGE, estabelece a população do mesmo em 359.593 habitantes, dos quais 191.173 morariam na área rural (53%). Também existe uma diferença na área total do município, pois o estudo de caso fala de 7558 km², sendo uma diferença expressiva.

¹²Caju, manga, coco, dendê, piaçava, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, pimenta-da-jamaica, mangostão, rambutã, mamão, canela, cacau, cupuaçu, guaraná, jaca, abacate, cajá, cajarana, seriguela, jambo, citrus, sapoti, açaí, pupunha, banana, acerola, pitanga, carambola, atas, fruta pão, jenipapo, seringa, urucum, noz moscada e flores tropicais.

¹³Feijões, hortaliças, batata-doce, plantas medicinais, mandioca, abóbora, inhambu, inhame, quissare, jiló, quiabo, melancia, pimentas, milho e abacaxi.

¹⁴Bovinos/bubalinos de trabalho, galinha caipira, apicultura e piscicultura.

¹⁵Pesca artesanal, piaçava, castanha de caju, mangaba e em alguns casos o dendê pode ser considerado também como extrativismo.

feminina estimada em 34,3% do total) das quais 74,4% residem nos estabelecimentos rurais. Os números disponíveis, contudo, reforçam a ideia da incapacidade da agricultura familiar de desvincular-se do círculo perverso de produzir culturas não alimentares basicamente voltadas para exportação que serão entregues na “mão” dos atravessadores, o que se reflete também na estrutura fundiária prevalecente no território (SASOP, 2012).

Sobre esse último tópico, dados do INCRA (2002) indicam a existência de 17.476 imóveis rurais cadastrados no Baixo Sul. A grande maioria (71,40%) é de minifúndios da agricultura familiar que representam 23,16% do total. As propriedades médias e grandes somam 5,44%. Por um lado, observa-se que 67,22% do total dos imóveis eram menores que um Módulo Fiscal e, no entanto, ocupavam apenas 15,66% da área total; no outro extremo, a grande propriedade representava 1,14% do total dos imóveis, mas ocupava 30,44% da área total, o que denota um quadro de **extrema concentração fundiária** (SASOP, 2012).

Finalmente, destaca-se também como fator significativo o número de comunidades quilombola no território (algumas já certificadas e outras em processo de regularização), resultado do trabalho qualificado das comunidades em parceria com as entidades da sociedade civil organizada. Entretanto, ainda há um número significativo de comunidades aguardando a certificação (SASOP, 2012).

Continuando a análise dos territórios no estado da Bahia, é a vez do **Território do Sisal**. De acordo com a fonte oficial que estamos utilizando, o território tem uma área de 21.256,50 km² e é composto por 20 municípios: Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retiroândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Valente. A população total dos municípios é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. O território possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e uma terra indígena; seu IDH médio é 0,60¹⁶.

O estudo de caso relativo a esse território foi resultado da parceria entre a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), a Rede Parceiros da Terra (REPARTE), o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB). Como indicado antes, encontram-se nesse território 14 municípios classificados entre os 20% mais pobres do país, sendo que, destes, cinco se destacam entre os 10% com piores índices de condição de vida humana. (APAEB et. al., 2012)

No território, cerca de 93% das propriedades tem predominância da agricultura familiar, o que equivale a 76% da população economicamente ativa da região; ademais, o território representa 9,7% dos agricultores familiares da Bahia sendo que, destes, 47,0% são classificados como quase sem renda. A ocupação da área cultivada do território é distribuída em quase 10% com a cultura do sisal, 12% com as culturas temporais (feijão, milho, mandioca), 56% de predominância de pastagens, 11% com caatinga e 11% de terras não utilizadas. No processo de ocupação do território, a pecuária extensiva teve forte influência; a criação de bovinos era a atividade principal e, nos dias atuais, ainda responde por 47% da renda das famílias (APAEB et. al., 2012). Com relação à agricultura familiar sisaleira, o estudo faz a seguinte observação:

¹⁶Ver: (http://www.territoriosdadadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/dosisalba/one-community?page_num=0). Com relação aos dados oficiais, o estudo de caso apresenta algumas diferenças. A primeira delas diz respeito à extensão territorial, estimada no estudo em 20.154 km². A população seria levemente inferior, com 572.337 habitantes, dos quais 348.222 estariam na área rural (63%), dado por cima do cálculo oficial. O estudo menciona um número maior de agricultores familiares (64.350), assim como um total de 2.344 famílias assentadas, 413 famílias de pescadores, uma comunidade quilombola e remanescentes indígenas, sendo considerada uma das regiões mais pobres do Brasil, pois o seu IDH médio é de apenas 0,57.

A agricultura familiar sisaleira é caracterizada por sua diversidade e está associada aos vários elementos de sua própria formação histórica a partir das necessidades e das experiências locais acumuladas, passando pela disponibilidade e pelo acesso diferenciado aos recursos naturais e produtivos. Ela parte, sobretudo, do acesso diferenciado ao crédito e às políticas públicas, do acesso à organização, das tendências dos agroecossistemas como expressões das estratégias das famílias agricultoras, até a convivência com o semiárido e práticas agroecológicas. (APAEB et. al., 2012: 4).

De forma semelhante aos outros territórios, no do Sisal, a partir da década de 1980, as políticas de crédito e de assistência técnica **induziram a implantação da cultura do sisal como única alternativa de produção e geração de renda** fortemente vinculada a um mercado, até então, favorável. Devemos sublinhar, porém, que a especialização produtiva desencadeada gerou um processo de desestruturação dos agroecossistemas familiares cuja expressão mais emblemática foi o surgimento do Movimento dos Mutilados do Sisal. Nascido em resposta aos acidentes de trabalho e às péssimas condições de vida que essa atividade trouxe (APAEB et. al., 2012), o Movimento conseguiu conquistar o direito ao amparo previdenciário para as famílias. Não obstante, é claro que um movimento assim só pode surgir em condições de extrema precariedade social, quando inexitem formas de vida e de trabalho que garantam renda e bem estar familiar.

A respeito do anterior, e com um olhar crítico, o estudo traz à tona uma questão estrutural que deve ser considerada: no território, as causas de degradação da vida humana, especialmente na área rural, estão associadas aos problemas recorrentes que levaram milhares de famílias à completa situação de pobreza em todo o Nordeste. Aparte os problemas enfrentados pela população de baixa renda, destaca-se a falta de terra em quantidade e qualidade suficientes para a alimentação e a geração de renda, além dos impactos ambientais negativos gerados pela adoção de uma base tecnológica e produtiva da “revolução verde” (APAEB et. al., 2012). Esse tema, como vemos, é comum aos vários territórios analisados até aqui.

Vamos agora nos encaminhar para o Ceará, para passarmos brevemente pelo perfil do **Território dos Vales do Curu e Aracatiáçu**, cujo estudo de caso coube ao Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA). Antes de entrar no estudo de caso, vamos citar de novo os dados oficiais, segundo os quais o território tem uma área de 12.143,70 km² e está integrado por 18 municípios: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama. Segundo a fonte oficial, a população total dos municípios é de 571.045 habitantes, dos quais 259.456 vivem na área rural, o que corresponde a **45,44% do total**. O território possui 30.701 agricultores familiares, 3.527 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e três terras indígenas; seu IDH médio é 0,63¹⁷.

O território possui características bem diversas tanto internamente como com relação aos outros territórios aqui analisados. Em sua área, encontram-se sistemas geoambientais de serra, sertão e litoral, aspecto que tem favorecido distintos padrões de ocupação e exploração do solo. Foge às nossas possibilidades uma análise histórica da questão, mas é bom lembrar da importância da introdução das fazendas para compreendermos a trajetória posterior da região. A fazenda desorganizou a vida das tribos¹⁸ e introduziu formas predatórias de exploração

¹⁷Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/itapipocace/one-community?page_num=0). O estudo do CETRA não contradiz esses dados; agrega, em todo caso, que a agricultura familiar é expressiva no território e se caracteriza por minifúndios (56% dos estabelecimentos tem menos de 5 hectares). Os estabelecimentos classificados como de agricultura familiar chegam a 92,9% e absorvem 82,5% da mão de obra na agropecuária da região. (CETRA, 2012: 3)

¹⁸O estudo também destaca ainda a forte presença indígena no território, submetidos só mediante uma intensa luta e via catequese e aldeamento. (CETRA, 2012: 2).

mercantil da natureza e da força de trabalho. Decorrente do anterior, a concentração de terras é um dos aspectos estruturais desde o início da colonização portuguesa que, ao longo dos séculos, cristaliza um regime fundiário altamente concentrado e excludente. Não à toa, em época mais recente, o estudo constata ser a luta pela terra uma das marcas características da região:

O território é fortemente marcado pela disputa da terra, principalmente a partir do final da década de 1970, com o estabelecimento de empresas agroindustriais financiadas pela SUDENE que se instalaram nos municípios do território nas áreas secularmente habitadas pelo povo Tremembé e por trabalhadores rurais. A mobilização social, étnica e política foi apoiada por missionários e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na década de 1980, a luta pela terra se deu de forma mais violenta, com o assassinato de agricultores. (CETRA, 2012: 5)

O texto também faz menção ao fato de a “seca” ser uma invenção das elites antes de ser um fenômeno natural. Aquilo que poderíamos chamar de “a invenção da seca” está claramente associado à introdução de um regime fundiário cuja lógica predatória trouxe dramáticos impactos ambientais e sociais que, de forma cumulativa, levaram a um quadro de exclusão e fome generalizadas na região desde o século XIX. Para as elites, a seca foi a oportunidade de abocanhar mais verbas federais para grandes obras de infraestrutura em seu benefício e, de brinde, arregimentar a mão de obra do retirante para as frentes de serviço (CETRA, 2012).

De forma semelhante à dinâmica observada em outros territórios, desde a década de 1970 as iniciativas oficiais para “modernizar” a atividade agropecuária calcaram-se no modelo da “revolução verde”. Esse processo se deu, principalmente, a partir da introdução de um modelo de irrigação para a produção de cana-de-açúcar e coco visando à exportação e de um paradigma de assessoria técnica governamental moldado nos marcos do difusionismo, tendências que se observam ainda hoje, e com mais força, no território. (CETRA, 2012)

Continuando essa breve caracterização dos territórios, chamamos a atenção agora para o **Território do Sertão de Apodi**, no Rio Grande do Norte. O estudo de caso foi elaborado por Diaconia. Seguindo a lógica de exposição que escolhemos, vamos expor alguns dados oficiais. De acordo com o portal dos Territórios da Cidadania, o Território Sertão do Apodi abrange uma área de 8.280,20 km² e está integrado por 17 municípios: Augusto Severo, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal e Upanema. A população total, somando-se todos os municípios, é de 157.247 habitantes, dos quais 55.790 vivem na área rural, o que corresponde a **35,48% do total**. O território possui 9.152 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e uma comunidade quilombola; seu IDH médio é 0,63¹⁹.

A partir do século XVII, a ocupação colonial histórica do território norte-rio-grandense no qual se insere o Sertão de Apodi deu-se sobre a base da criação de gado, da agricultura de subsistência e, em época posterior, mediante o cultivo do algodão. Outras atividades vieram depois compor o quadro econômico da região, como a extração do sal, da cera de carnaúba, da oiticica e do sisal, assim como a mineração (DIACONIA, 2012). Trata-se, como se vê, de um conjunto de atividades predatórias e extrativas, o que tem levado a região a intensos processos de desertificação.

¹⁹Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodoapodichapadadoapodirn/one-community?page_num=0). O estudo de Diaconia inclui alguns dados complementares, a saber: a população total do território seria de 155.957 habitantes, dos quais 59.553 vivem na área rural, o que corresponde a 38,19% do total. (DIACONIA, 2012: 6)

Sobre esse último ponto, o estudo indica que 97,6% da extensão territorial do Rio Grande do Norte é área susceptível à desertificação, o que nos permite observar a vulnerabilidade dos seus territórios face à prevalência de atividades de grande impacto ambiental, como a pecuária, a produção de cerâmica, a extração de lenha e a mineração, que ainda se mantém dentre as principais atividades econômicas do estado. Os itens colocados reforçam padrões históricos de ocupação predatória que se agravaram a partir dos anos 1970, quando os esforços estatais foram orientados para “modernizar” a pecuária, incentivando a caprinocultura e a ovinocultura, e para a reorientação da agricultura para a produção de frutas exportáveis em áreas servidas por projetos de irrigação. (DIACONIA, 2012)

Vale a pena acrescentar que o Território do Sertão do Apodi é um dos receptores potenciais das águas da transposição do rio São Francisco, o que traz uma mistura de esperança e medo entre os agricultores familiares da região. Note-se que a disponibilidade de água no Vale do Apodi, sobretudo em função da barragem de Santa Cruz, é suficiente para atender à demanda daquela região do estado pelos próximos anos. Vale a pena ressaltar que, apesar dos problemas indicados, observa-se uma nada desprezível diversidade produtiva na região, pois algumas lavouras agrícolas básicas formam parte da economia territorial. Cultivos e beneficiamentos como feijão, arroz, banana, mamão, manga, mel de abelha e castanha-de-caju, assim como a criação de bovinos, suínos, ovinos, aves e caprinos, dentre outros, também compõem o quadro da economia regional e, nela, a agricultura familiar está presente como um ator importante. Inclusive, como o estudo coloca (tema que retomaremos mais a frente), o território se constitui como um polo organizativo campesino que conta com a presença de 120 grupos diversos entre associações, grupos produtivos, ONG's, sindicatos e assentamentos da reforma agrária, o que reforça a ideia de ser um território com grande potencial para a disseminação das práticas agroecológicas.

Finalmente, para finalizar essa primeira seção, veremos algumas informações que facilitarão a nossa compreensão das dinâmicas presentes no **Território Agroecológico no Semiárido Paraibano**. Como dissemos antes, a integração desse território não se corresponde com a delimitação dos Territórios da Cidadania, pois se trata de um território mais abrangente no qual atua um coletivo de organizações sociais e produtivas da agricultura familiar presentes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibanos (ver nota 6). Sendo assim, não utilizaremos a informação oficial disponível, já que duas das três regiões que compõem esse território são, simultaneamente, parte dos Territórios da Cidadania delimitados pelo Governo Federal (Cariri e Curimataú)²⁰. Consideramos melhor, então, nos ater à caracterização esboçada no respectivo estudo de caso realizado pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC).

Assim, no tocante à sua localização, esse território se encontra na mesorregião da Borborema, no semiárido do estado da Paraíba, na Bacia Hidrográfica do Rio Taperoá, afluente do rio Paraíba que faz o caminho das águas no sentido nordeste para sudeste da Borborema. Além de contar com períodos prolongados de seca, irregularidades de chuvas (com média de 450 mm de chuva/ano) e solos rasos, pedregosos e salinos, historicamente a região é marcada pela alta concentração da terra, da água, da renda e das riquezas. De fato, o processo histórico de ocupação e exploração da terra é marcado, sobretudo, pela expansão da atividade da pecuária e pela concentração de grandes propriedades nas áreas de maior acesso aos recursos hídricos (PATAC, 2012),

²⁰Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/caririocidentalpb2/one-community?page_num=0) e (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/curimatapb/one-community?page_num=0), respectivamente. Para evitar confusões, deve-se sublinhar o fato de que o território inclui a região do Seridó paraibano, não o Seridó do Rio Grande do Norte.

Na região predomina a agricultura familiar; encontramos ali um total de 8.177 estabelecimentos agropecuários, 84% pertencendo à agricultura familiar. Todavia, esses estabelecimentos ocupam apenas 29% do total da área, enquanto 16% dos estabelecimentos de propriedade da agricultura patronal ocupam 71% da terra. A maior parte das famílias no Território produz segundo uma lógica de monocultura que ganha destaque quando vemos que o território conta com a maior concentração de aves de corte do estado. Dos 6.893 estabelecimentos da agricultura familiar do território, aproximadamente 10% está articulado ao processo de transição agroecológica, dado que nos confirma a magnitude do desafio que representa trabalhar pelo aprofundamento de práticas agrícolas sustentáveis (PATAAC, 2012).

Durante grande parte do século XX, as culturas do algodão e do sisal, em consórcio com o gado, tiveram grande significação econômica na região, mas entram em decadência a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a do sisal entre a década de 1970 a 1980. Até 1960, os latifúndios, predominantemente com mão de obra das famílias agricultoras, produziam carne, leite, algodão, sisal e outros gêneros alimentícios como o milho, a farinha de mandioca e o feijão macassar. As atividades eram realizadas pelos moradores, vaqueiros e meeiros, em uma relação de dominação e de subserviência (PATAAC, 2012).

Dada a crise das atividades predominantes e em defesa da “modernização” no campo, o Estado brasileiro, da década de 1970 em diante, apoiou a expansão dos latifúndios de criação de gado na região. A partir de então, os grandes proprietários receberam enormes volumes de créditos subsidiados vinculados à adoção de pacotes tecnológicos que orientavam a compra de raças exóticas de animais (a raça holandesa, por exemplo) e o plantio da algaroba e/ou capim buffel. Como remarca o estudo, sob o rótulo do “reflorestamento” essa política gerou profundos e inúmeros efeitos negativos ao ambiente, pois resultou na destruição de boa parte da biodiversidade da caatinga. A chamada “modernização” reforçou na região um padrão tecnológico monocultor, dependente do uso de insumos externos, rações industrializadas, raças exóticas, herbicidas, fertilizantes químicos e sementes híbridas e envenenadas não adaptadas à região. Tudo isso aconteceu nos moldes da “revolução verde”. (PATAAC, 2012)

Ademais, segundo o estudo, além da tendência à especialização e à artificialização da agricultura, se verificou um forte desenraizamento social e cultural das famílias camponesas (PATAAC, 2012), o que intensificou o processo de migração em massa no sentido campo-cidade e o surgimento das periferias urbanas e pontas de rua nas pequenas, médias e grandes cidades do estado. Esse fenômeno é semelhante ao observado em outros dos territórios em que o êxodo rural acompanhou a “modernização do campo” como um de seus principais resultados sociais.

No território, identificam-se agricultores familiares praticando a horticultura e trabalhando na extração de minérios. A maioria se especializa no cultivo de hortaliças, adota sistemas de irrigação e utiliza massivamente fertilizantes químicos e agrotóxicos. Apenas uma minoria cultiva nos moldes de produção sem uso de agrotóxicos. Na maior parte das vezes, os cultivos são realizados em áreas arrendadas em propriedades privadas que dispõem de infraestrutura hídrica, principalmente açudes que foram financiados pelo Estado ou, ainda, açudes públicos. A região é marcada também pela extração de minérios por proprietários de empresas e de latifúndios; essa atividade apresenta-se como fonte de renda para algumas famílias agricultoras. As relações de trabalho são de exploração e em péssimas condições, acarretando sérios problemas de saúde e morte precoce entre os trabalhadores (PATAAC, 2012).

No tocante à região Sudeste, considerada no presente estudo, temos o caso da **Zona da Mata de Minas Gerais** que, situada no sudeste do estado, faz divisa, ao leste, com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, região onde se localizam os dois municípios analisados, Araponga e Espera Feliz. A origem do campesinato na região tem raízes diversas: está vinculada aos migrantes vindos das áreas da mineração do próprio estado de Minas e de outros países para trabalharem nas lavouras de café e que, aos poucos, foram acessando a terra; incluiu

os escravos, tanto aqueles vindos das áreas de mineração quanto os vindos de áreas de agricultura; agrega os sítios dedicados a culturas alimentares que se estabeleceram entre as fazendas de café e de gado. Todos fazem parte desse conglomerado humano que foi conformando o campesinato na região, inclusive os descendentes das populações originárias dos índios Puri e Cataguás, os primeiros habitantes da região (CTA-ZM, 2012).

A economia cafeeira, base da economia regional, entrou em crise entre as décadas de 1930 e 1960. Só na década de 1970, com a implementação do **Plano de Renovação e Revigoreamento dos Cafezais**, é que Minas Gerais passa a ser, de novo, o primeiro produtor nacional de café. No caso dos municípios de Araponga e Espera Feliz, de finais dos anos 1970 até hoje, o café é o principal produto para geração de renda tanto para os grandes quanto também para os médios e pequenos proprietários (CTA-ZM, 2012). A lavoura do café determina, em grande medida, as escolhas produtivas das famílias agricultoras, inclusive daquelas que optam pela agroecologia, motivo pelo qual é importante levarmos em consideração os seus impactos nas chances da agricultura familiar ganhar espaço na região.

Os planos de revigoreamento dos cafezais, no entanto, implicaram na imposição, para todas as áreas cafeeiras do país, de um determinado pacote tecnológico padronizado, baseado na adubação e no uso de agrotóxicos. Nas mesmas circunstâncias, também foi imposta uma assistência técnica e extensão rural de corte difusionista. Embora com resistência campesina, este pacote tecnológico terminou se impondo na região. Por outra parte, na década de 1970, implementou-se o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PRODEMATA), que definia a modernização tecnológica como a base para o processo de desenvolvimento da agricultura e para a melhoria dos níveis de renda no meio rural. Finalizado esse Programa, deu-se início a outro nos mesmos moldes, chamado MG-2. O estudo de caso ainda destaca o seguinte:

De toda forma, a introdução desses elementos na agricultura familiar camponesa da região tem significado uma forte deterioração do meio ambiente, a perda da identidade cultural e o debilitamento da sua economia. Nessa proposta, está implícita a necessidade de uma crescente vinculação ao mercado e o desestímulo da produção para o autoconsumo, tendências que podem ser contrárias à reprodução continuada da produção camponesa. (CTA-ZM, 2012: 3)

Os municípios de Araponga e Espera feliz, localizados na parte norte da região, foram escolhidos como base para o estudo por representarem situações diversas em termos de integração à lavoura de café. Assim, cabe notar que, entre eles, existem significativas diferenças no tocante ao grau de especialização na produção de café dos agricultores²¹ familiares, considerado como muito alto no caso de Espera Feliz em comparação com o de Araponga. Segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996, em Espera Feliz 83% dos estabelecimentos familiares *são especializados ou muito especializados*, ao passo que em Araponga se verifica o inverso, com 73% do total dos estabelecimentos familiares considerados como *diversificados ou muito diversificados*. Esses dados indicariam a existência de uma maior intensidade do processo de modernização em Espera Feliz.

Na região Sul, por sua vez, destaca-se o município de Irineópolis, na região do Contestado, onde foi realizado o estudo de caso. Este município faz parte do **Território de Cidadania do Planalto Norte** de Santa Catarina, o qual, segundo dados oficiais, abrange uma área de 10.466,70 km² e é composto por 14 municípios: Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Porto União, Rio Negro e São Bento do Sul. A população total dos municípios é de 357.082 habitantes,

dos quais 84.430 vivem na área rural (23,64% do total). O território possui 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e duas terras indígenas; seu IDH médio é 0,79²².

O município de Irineópolis está localizado à margem esquerda do rio Iguaçu e tem sido palco de lutas históricas, como a Guerra do Contestado (1912-1916), e de conflitos fundiários entre povos indígenas, industriais e fazendeiros. Em 1912, foi fundado o distrito de Valões, pertencente ao município de Porto União; em 1962, Valões é emancipado e passa a ser o atual município de Irineópolis. O município acolheu grande quantidade de imigrantes europeus (poloneses, ucranianos, austríacos, alemães e italianos) no bojo da política de estímulo à migração e à colonização do Sul do país promovida pelo governo da época. Esses migrantes trouxeram consigo conhecimentos e práticas agrícolas que demonstraram alta capacidade de adaptação às condições locais. A ocupação do território e as formas de uso do solo permitiram, por sua vez, a preservação das áreas de floresta na região (AS-PTA [2], 2011). A situação atual, porém, é bem diferente:

No entanto, no cenário atual, o que se vê é que foram as políticas públicas de incentivo ao desmatamento que agravaram o problema, principalmente as que indiretamente estimularam esta prática, como os incentivos às cooperativas da região e os financiamentos para cultivos de grãos em larga escala. Em lugar de fortalecer a base camponesa existente, os incentivos governamentais foram para implantar um sistema baseado mecanização e na ampliação de escala, porém com drástica redução da agrobiodiversidade e uso de insumos externos. (AS-PTA [2], 2011: 6)

Cabe indicar a semelhança com o caso dos municípios mineiros analisados anteriormente em relação ao impacto da “modernização” da agricultura imposta por cima; nos dois casos, o processo implicou no desaparecimento de milhares de camponeses e num deterioramento severo de seus conhecimentos e práticas. Contudo, chama a atenção a alta percentagem de população rural do município (66,31%), o que indica que a trajetória de desenvolvimento local ainda está pautada numa base agropecuária.

Por outra parte, a realização do estudo permitiu elaborar uma tipificação das famílias do município estabelecendo como critérios o uso e a conservação de sementes crioulas e os graus de autonomia em relação aos pacotes tecnológicos. O município possui cerca de 1200 famílias agricultoras, entre comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, total que está distribuído em 32 comunidades, como se indica a seguir:

GRUPO 1 Mais tradicionais e com a propriedade organizada, ainda com sementes e mudas das principais culturas e mais autonomia → em 10 comunidades localizadas em região de relevo mais acidentado, pouco mecanizável, distante do centro urbano e com boa cobertura florestal. Totalizaram 37,1% das famílias.

GRUPO 2 Nível intermediário, têm sementes e mudas, mas já dependem do agronegócio → em 10 comunidades em região com relevo ora acidentado ora mais plano e mecanizável. Totalizaram 30,2% das famílias.

GRUPO 3 Agricultores familiares no agronegócio, dependentes de pacotes tecnológicos → Iguamente em 10 comunidades, de relevo plano ou suave ondulado, onde as famílias estão rodeadas por grandes plantadores do agronegócio. Totalizaram 32,7% das famílias. (AS-PTA [2], 2011: 7)

²²Ver: (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/planaltonortesc/one-community?page_num=0)

O estudo de caso faz referência aos diversos “ciclos” que têm moldado a história regional, à luta pela terra e à disputa pelos recursos que, na maior parte das vezes, favoreceu os interesses dos grandes capitais e dos grandes proprietários de terra. Alguns exemplos disso são os ciclos da erva-mate (com o seu auge entre 1830 e 1930) e da madeira (1910-1945), assim como a expansão do gado desde a década de 1930 e do agronegócio a partir da década de 1970. Conflitos de grande porte, como a Guerra do Contestado, explicam-se no marco das disputas pela terra que têm marcado historicamente a região, pois a exploração tem sido devastadora e expulsado muitos colonos e outros grupos da terra impondo um padrão produtivo e concentrando os recursos em poucas mãos. Hoje, os fazendeiros e latifundiários continuam a explorá-los de uma forma insustentável.

1.1. RESUMO COMPARATIVO

As informações anteriores são diversas e nos oferecem elementos básicos para compreendermos o contexto em que se trava a luta pela ruptura com os padrões sociais, econômicos, tecnológicos e políticos dominantes. A transição agroecológica que, aos poucos, vai se firmando nos territórios enfrenta todo um histórico sedimentado de práticas predatórias, concentradoras e excludentes. A naturalização dessas práticas é, talvez, o principal obstáculo a ser vencido para que os atores envolvidos nessa realidade (agricultores familiares, representantes de instituições públicas, outros) possam enxergar para além do estabelecido, para as alternativas a serem construídas.

Tabela nº 1.
Perfil dos territórios²³

Território	Área (Km ²)	População	% rural	Agricultores familiares (AF), assentados reforma agrária (ARA), quilombolas (Q) e indígenas (I) (Unidades)	Agricultura moderna versus agroecologia
Borborema (PB)	3.341,7	671.244	21,34	24.725 AF 1.661 ARA 3 Q	- Padrão dominante cana e pecuária intensiva. - Existência de redes de apoio à transição agroecológica.
Mata Sul (PE)	4.003,4	468.853	28,73	12.668 AF 10.145 ARA 1 Q	- Padrão dominante gado bovino e cana. - Experiências de transição agroecológica.
Araripe (PE)	12.020,30	307.658	46,32	25.908 AF 423 ARA	- Estrutura fundiária menos concentrada. - Diversidade de lavouras campestinas como potencial para transição.

²³Os estudos sobre a região do Contestado e a Zona da Mata não foram elaborados segundo um olhar territorial, como no caso dos estudos relativos ao Nordeste. Por esse motivo não são considerados na tabela; não obstante, trabalhos posteriores poderiam aprofundar nessa perspectiva para conhecermos melhor o potencial contido nessas áreas e poder comparar/complementar os dados com os da região de abrangência da Rede Ater-Nordeste. Todavia, os estudos de caso mostram a semelhança dos processos no Sul e Sudeste, pois também ali a especialização produtiva e o estímulo às grandes lavouras ou atividades extrativas é a constante histórica, com impactos expressivos sobre a agricultura familiar.



Baixo Sul (BA)	7.168,10	336.624	45,04	22.048 AF 1.412 ARA 39 Q 1 I	- Padrão dominante cana, pecuária intensiva. - Agricultura familiar enfrenta sérios obstáculos à transição.
Sisal (BA)	21.256,50	582.331	57,21	58.238 AF 2.482 ARA 2 Q 1 I	- Padrão dominante pecuária, sisal. - Agricultura familiar expressiva, mas em situação de extrema pobreza.
Curu/ Aracatiçu (CE)	12.143,70	571.045	45,44	30.701 AF 3.527 ARA 2 Q 3 I	- Padrão dominante cana, pecuária. - Luta pela terra marca a região.
Semi-Árido (PB)	7.075,10 ⁰	121.544 ⁰	37,42 ⁰	10.548 AF ⁰ 896 ARA ⁰ 1 Q ⁰ 1 I ⁰	- Padrão dominante pecuária intensiva. - 10% agricultores familiares engajados em transição agroecológica.
	3.264,50 ¹	99.217 ¹	37,50 ¹	8.865 AF ¹ 762 ARA ¹	
	3.075,9 ²	83.297 ²	/nd	/nd	
Total	81.629,4	3.399.060		202.853 AF ³ 24.168 ARA ³ 48 Q ³ 8 I ³	
Média			39,3 ³		

Fonte: elaboração própria com base em dados dos estudos de caso, do Portal da Cidadania e do IBGE.

Notas:

⁰ correspondem ao Território do Cariri PB.

¹ correspondem ao Território de Curimataú PB.

² correspondem a municípios das microrregiões do Seridó paraibano não considerados nos territórios anteriores.

³ não se considera a população rural das microrregiões do Seridó paraibano no cálculo da média e do total.

/nd informação não disponível.

Tendo como pano de fundo esses dados de conjunto, assim como as especificidades de cada um dos territórios, as experiências de transição agroecológica em andamento cobram ainda maior relevância. Vemos o extraordinário valor de cada uma das experiências camponesas por caminharem numa direção contra-hegemônica ainda que existam dificuldades. Devemos considerar que, apesar dessas dificuldades, o potencial para a transição agroecológica é alto. Nos territórios, a despeito da prevalência da lógica da especialização produtiva nos moldes da revolução verde e de situações de precariedade, subordinação e falta de oportunidades produtivas, vemos uma presença expressiva de agricultores familiares, comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária cujos interesses por novas práticas sustentáveis podem ser despertados a partir da troca de experiências e do aprofundamento da luta por políticas que estimulem a transição.

As experiências que narraremos na continuação mostram claramente que esse caminho não só é possível, mas, especialmente, favorece o debate sobre o papel que as políticas públicas estão tendo e podem ter na efetivação de uma transição agroecológica que faça sentido para os agricultores familiares e garanta sua autonomia, o bem-estar de suas famílias e a adoção de práticas produtivas inovadoras junto com a preservação dos seus conhecimentos tradicionais,

não apenas de forma individual, mas apostando na dimensão coletiva que necessariamente têm essas práticas e saberes. Essas experiências nos mostram que a luta por uma nova agricultura nos diversos territórios e regiões do Brasil ainda não terminou.

IDEIA-FORÇA

A tabela anterior nos permite ver, de forma muito clara, a magnitude do desafio e as potencialidades associadas à transição agroecológica nos oito territórios em análise. Juntos, estes totalizam uma extensão de **81.629,4 km²** e uma população de **3.399.060** pessoas, com uma média de população rural de 39,3%, o que compreende mais de **200 mil** estabelecimentos de agricultura familiar, mais de **24 mil** assentados da reforma agrária, **48** comunidades quilombolas e **oito** comunidades indígenas. Se os números não fossem desafiadores o suficiente, ao considerarmos as trajetórias de ocupação dos territórios e a predominância de um padrão produtivo predatório, extrativista e intensivo que deixa poucas chances para iniciar com êxito a virada agroecológica podemos, de fato, entender o chão em que nos movemos.

2. TRAJETÓRIAS E ALTERNATIVAS CAMPONESAS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os estudos de caso nos territórios e regiões analisadas nos demonstram que a transição agroecológica em que diversas famílias, grupos e movimentos estão engajados não nasceu do nada. No bojo da expansão predatória do capital sobre a natureza e a força de trabalho, verificamos diversas formas de resistência camponesas configuradas historicamente e que favoreceram a construção de alternativas desde baixo, projetando-se no tempo e criando as bases para novas formas de articulação política e experimentação produtiva.

Nesse sentido, é possível observar a existência de determinadas trajetórias coletivas no tocante a temas-chaves. Em particular, podemos citar trajetórias de resistência e organização camponesa frente à agricultura patronal e frente à lógica das políticas públicas, assim como trajetórias na construção de alternativas como bancos de sementes, criação de circuitos de comercialização solidários, fundos rotativos e formação de redes e organizações locais que empoderaram os agricultores familiares face ao Estado, aos grandes proprietários, aos atravessadores e perante a sociedade. A transição agroecológica se embasa nessas trajetórias e só pode ser entendida se, à questão das políticas públicas, tema que veremos mais à frente, vinculamos a análise dessas resistências e articulações que vêm do mundo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

2.1. RESISTÊNCIAS, ORGANIZAÇÃO CAMPONESA, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA VERSUS AGRICULTURA CONVENCIONAL

A ocupação histórica dos territórios presenciou diversos graus de resistência e organização das populações locais que formam parte da memória constituinte desses atores enquanto sujeitos. Isso é o que nos mostram os estudos de caso. Como se afirma num dos relatórios de pesquisa:

Uma das formas mais efetivas de resistência, embora uma das menos visíveis, vem da organização econômica e técnica dos sistemas de produção camponeses. Na contracorrente do modelo hegemônico, sob o domínio econômico dos sistemas monocultores para exportação e das políticas oficiais de desenvolvimento, os camponeses resistiram e desenvolveram suas experiências produtivas e de pluriatividade. (AS-PTA, 2012: 7)

No Território da Borborema, por exemplo, verificamos a emergência, desde os anos 1990, de todo um coletivo de sindicatos, associações comunitárias e organizações de agricultores familiares que vem apoiando redes locais de inovação agroecológica na tentativa de estabelecer novos padrões organizativos, técnicos e de intervenção política para o fortalecimento da agricultura familiar. **O Polo Sindical da Borborema**, nome desse coletivo, se autorreconhece como o herdeiro de uma longa tradição de resistências sociais que surgiram como resposta diante de conjunturas políticas e econômicas adversas à agricultura camponesa, daí o seu valor como ponte entre a memória das lutas e a construção de alternativas.

Experiência semelhante observa-se no **Território dos Vales de Curu e Aracatiaçu**, no Ceará. Ali, a Rede de Agricultores/as Agroecológicos de Itapipoca se constitui como uma expressão contra a lógica convencional de fazer agricultura. Desde 2005, esse espaço reúne cerca de 100 agricultores do território para o desenvolvimento de uma agricultura familiar agroecológica, da socioeconomia solidária e para a construção de relações igualitárias de gênero. Destaca-se o fato de a Rede ter permitido a superação de dificuldades práticas, como o manejo em áreas de pouca incidência de chuvas, a ausência de tecnologias adequadas às características locais e a elaboração e o acesso a projetos produtivos, através do estreitamento das relações entre as famílias por meio de intercâmbios, cursos, oficinas, reuniões e assembleias, dentre outros espaços informais. A Rede ensejou o fortalecimento do debate político sobre agroecologia e socioeconomia solidária no território. A apropriação e a construção de conhecimentos pelos/as agricultores/as fizeram com que as dificuldades tomassem uma dimensão coletiva e, ainda, que o espaço de busca de alternativas se mantivesse dentro do próprio território. Nessa mesma lógica, está a conformação do Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária (ETA), que se configurou como uma agenda territorial reunindo anualmente as famílias agricultoras da Rede de Agricultores Agroecológicos e demais convidados e parceiros, totalizando em torno de 200 pessoas. (CETRA, 2012).

No Território do Sertão do Araripe, por sua vez, desde a década de 1980 está presente um grupo de pessoas preocupadas com a evolução e perspectiva da agricultura. Esse grupo instalou o Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTAO), que mais tarde daria origem à ONG CAATINGA. Naquela década, tiveram início uma série de experimentações junto às famílias agricultoras da região desenvolvendo tecnologias de produção agroecológica e de convivência com o semiárido. De forma progressiva, essas tecnologias conseguiram dar a devida visibilidade à agricultura familiar, assim como deixar clara a necessidade de construir políticas públicas que pudessem contribuir no desenvolvimento da agricultura familiar em bases agroecológicas (CAATINGA, 2012).

A despeito de ser a agricultura convencional especializada a que domina e abocanha mais recursos, a agricultura agroecológica vem abrindo caminhos tanto entre os agricultores familiares que já praticam uma agricultura baseada nos conhecimentos tradicionais (mas sem serem ainda agroecológicos) como entre aqueles que, de forma mais decidida, abraçaram a transição para a agroecologia como alternativa produtiva e de vida. O estudo do CAATINGA demonstra que a agricultura agroecológica vem sendo construída, principalmente, por algumas ONG's e que muitas famílias têm optado por iniciar essa trajetória. As razões ou motivos dessa escolha, de acordo com depoimentos das próprias famílias, são diversos e vão desde a necessidade de ter uma vida e um ambiente mais saudável até a forma encontrada para conviver melhor com as condições do semiárido (CAATINGA, 2012). Em todo caso, é uma tendência firme e que pode ser potencializada caso as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar se adequem aos requerimentos diferenciais que esse tipo de práticas coloca, tão diferentes da agricultura convencional.

Outro caso que chama a atenção, ao atentar para as trajetórias de resistência e organização camponesa presentes nos territórios, é o do **Território Agroecológico do Semiárido Paraibano**. Também aqui, na contracorrente do modelo dominante, a agricultura familiar se mantém vigente, mobilizando estratégias de resistência e de lutas em defesa de seus modos camponeses de vida e de reprodução social. Essas estratégias se expressam e se fortalecem conforme vai se construindo uma identidade da agricultura familiar, cuja origem remota aos anos 1980, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) tiveram forte atuação na região. Esse dinamismo foi acompanhado por segmentos progressistas da igreja católica, sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's) e ONG's que organizaram grupos de evangelização, bancos de sementes comunitários, mutirões para construção e melhoria de reservatórios de água, etc. (PATAC, 2012),

É importante notar que essa atuação se expandiu para comunidades rurais de vários municípios. Segmentos da igreja católica local, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade, ONG's como o PATAC e PRACASA e, mais tarde, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juazeirinho continuaram desenvolvendo atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos

camponeses; alguns exemplos são as ações para o armazenamento de água de chuva através da construção (ou melhoria) de reservatórios e a criação de fundos rotativos solidários e de bancos de sementes comunitários. O modelo de gestão participativa foi se ampliando à medida que comunidades rurais e famílias agricultoras foram realizando atividades de intercâmbio de experiências e de conhecimentos, sendo central o assessoramento do PATAC (PATAC, 2012).

De todo esse movimento resultaria, no ano 2000, a criação do **Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó** (COLETIVO) para mobilizar as diversas formas organizativas presentes no território (associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas e entidades de apoio) de aproximadamente 300 comunidades rurais de 10 municípios do semiárido paraibano. O COLETIVO defende um projeto político e técnico de fortalecimento de redes locais de inovações agroecológicas contrapondo-se ao modelo da especialização que separa a agricultura da natureza. Além disso, o COLETIVO dá ênfase ao trabalho de articulação de redes e, assim, faz parte da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o que lhe permite participar de debates e ações em redes de agroecologia e de convivência em nível macro.

Nos outros territórios verificamos a existência, em maior ou menor medida, de trajetórias de resistência e luta que estão na base da transição para agroecologia. No **Território da Mata Sul**, em Pernambuco, durante os anos 1950 e 1960, as usinas criaram um novo segmento de trabalhadores assalariados, *os canavieiros*, que foram responsáveis por greves históricas por direitos sociais e trabalhistas e por reforma agrária.

Nas memórias sobre as greves, os canavieiros mais velhos relatam que os municípios onde havia áreas de sítios eram onde os sindicatos conseguiam resistir mais tempo em greve. Daí a importância destes sítios enquanto espaços produtores de alimentos e como forma de garantir autonomia perante o patrão. Na crise mais recente, durante a década de 1990, vários engenhos e usinas quebraram e os seus trabalhadores, mobilizados pela Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam as terras e garantiram a implantação de dezenas de assentamentos em toda a Zona da Mata. Segundo dados do INCRA, em 2010 são 121 assentamentos apenas no Território da Mata Sul. Assim, memória histórica se articula com as demandas das novas gerações na luta pelo acesso à terra, configurando uma trajetória de resistência camponesa em conjunturas muito adversas (CDAS, 2012).

Já no **Território do Sisal**, constata-se que a participação popular vem se fortalecendo gradativamente como resultado de processos históricos. Igual em outros casos já comentados, as ações conduzidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), contribuíram inicialmente para a organização e o envolvimento de organizações sociais, como a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES), e a rearticulação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's). O adensamento desse tecido organizativo tem permitido a geração de condições benéficas para o início de experiências de transição agroecológica no território. Como o estudo de caso sugere, as experiências de promoção da transição agroecológica são expressão de resistência ao modelo do agronegócio, configurando-se, assim, em lógicas que se contrapõem à construção do projeto político de desenvolvimento presente no território. (APAEB et. al., 2012)

No caso da região do Contestado, o estudo de caso cita a existência de diversas organizações como cooperativas, associações e assentamentos vinculados ou favoráveis à agroecologia. Essas organizações cumprem um papel relevante ao fomentar redes locais de experimentadores agroecológicos e trocas de conhecimentos, dentre elas a Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização, a Cooperativa de Comércio Solidário (ComSol), a Associação dos Pequenos Produtores Ecológicos e Orgânicos da Colônia Escada (APAECO) e a AS-PTA. É importante considerar que, mesmo se tratando de uma das regiões do país onde o agronegócio mais tem impactado a vida dos agricultores (o Sul do país é a região "pioneira" de expansão da soja e outras

lavouras comerciais), no município de Irineópolis 37,1% das famílias ainda produz sobre bases tradicionais, com a propriedade organizada e com sementes próprias das principais culturas, gozando de maior autonomia na determinação de suas escolhas produtivas. Os casos analisados ainda mostram como muitas famílias que dependem do agronegócio, apesar das dificuldades, estão buscando opções para sair desse circuito e apostar por novas formas produtivas.

Na Zona da Mata de Minas Gerais, da mesma forma, o estudo chama a atenção para a resistência campesina diante da imposição do pacote tecnológico da cafeicultura, em especial desde a década de 1970. Existem, na região, diversas organizações de base cujo trabalho se traduz na permanência de formas de produção baseadas na diversificação e na agroecologia; essas organizações formam uma base importante para aprofundar a luta pela transição agroecológica numa área severamente impactada pela especialização no café.

IDEIA-FORÇA

Em todos os territórios analisados verificam-se trajetórias semelhantes. A luta pela terra, o associativismo camponês, o assessoramento de ONG's e de outras entidades da sociedade civil, assim como daquelas vinculadas à igreja católica (Pastorais Sociais, Comunidades Eclesiais de Base), a troca de experiências, a introdução de tecnologias adequadas às necessidades locais, a conformação de espaços de comercialização por parte das mesmas famílias engajadas na transição para a agroecologia, a participação em espaços de debate e incidência sobre políticas públicas, dentre outros, formam parte do repertório de ações afirmativas desenvolvido nos territórios e que configuram, em conjunto, trajetórias de resistência frente ao modelo agropecuário dominante.

2.2. FORMAÇÃO DE BANCOS DE SEMENTES, FUNDOS ROTATIVOS E ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS

A formação de bancos de sementes e de fundos rotativos e a organização de feiras agroecológicas destacam-se como um dos aspectos mais importantes na construção da autonomia camponesa e nas possibilidades de sucesso de uma transição no sentido da agroecologia. Na seguinte tabela podemos ver a expressiva presença dessas iniciativas nos distintos territórios.

Tabela nº 2.

Presença de fundos rotativos, bancos de sementes e feiras agroecológicas nos territórios

TERRITÓRIO	FUNDO ROTATIVO	BANCO DE SEMENTES	FEIRA AGROECOLÓGICA
Borborema, PB	X	X	X
Mata Sul, PE	--	--	X
Baixo Sul, BA	X	--	X
Araripe, PE	-	-	--
Curu e Aracatiaçu, CE	X	X	X
Apodi, RN	-	--	X
Sisal, BA	X	X	--
Cariri, Curimataú e Seridó, PB	X	X	--

Fonte: elaboração própria com base nos estudos de caso.

A informação nos permite ver a expressiva presença desses mecanismos nos territórios em análise. Assim, observamos que pelo menos em cinco deles existem feiras agroecológicas; em igual número de territórios, encontramos a existência de fundos rotativos solidários e um total de quatro possuem banco de sementes. Isso aponta para a consolidação das alternativas camponesas que garantem autonomia e passam, por exemplo, a contar com mecanismos para comercializar a produção excedente e a ter acesso a recursos financeiros que se adequam mais às necessidades específicas do produtor agroecológico do que as políticas oficiais de crédito²⁴.

O banco de sementes, muitas vezes chamadas de “sementes da paixão” pelos agricultores, garante autonomia frente aos fornecedores externos cujas sementes, ademais de serem protegidas por direitos de propriedade intelectual favoráveis às corporações, estão associadas ao uso do pacote de fertilizantes e pesticidas sintéticos. Um exemplo que chama a atenção é o Território da Borborema (PB), no qual se constata a existência de uma rede de 82 bancos de sementes comunitários que mobiliza milhares de famílias camponesas para o uso e a conservação das variedades locais cultivadas em sistemas consorciados, assim como uma intensa dinâmica de mutirões para a construção de milhares de pequenas infraestruturas voltadas à captação e ao armazenamento de água gerando uma densa malha hídrica que traz níveis crescentes de segurança hídrica e de produtividade aos sistemas de produção, dentre outras iniciativas (AS-PTA, 2012).

A presença dessas “tecnologias sociais” nos territórios é um sinal promissor, pois elas são a base para processos, que precisam de acúmulo e suporte constantes, de experiências e recursos que viabilizem os estabelecimentos agroecológicos de forma sustentável. As feiras agroecológicas, por exemplo, garantem diversificação da produção e espaços de comercialização para o escoamento da mesma dentro do território, substituindo as cadeias longas de comercialização que são controladas por atravessadores. É importante ressaltar, ademais, que as feiras constituem-se como importantes espaços de socialização e troca de experiências que, dentre outros fatores, favorecem uma maior participação das mulheres nos espaços públicos comunitários²⁵.

Os fundos rotativos solidários, por sua vez, vêm se consolidando como uma das formas mais efetivas para favorecer a transição agroecológica, pois eles permitem o acesso a recursos financeiros para as famílias investirem em melhorias produtivas que se traduzem em melhoras na produtividade, na qualidade e na renda familiar, garantindo assim os pagamentos ao fundo. O papel dos fundos rotativos é muito bem avaliado na seguinte citação:

Nesse sentido, importante destacar o fundo rotativo como um grande potencializador da transição agroecológica. A lógica de flexibilizar o uso dos recursos, de construir junto com as famílias suas alternativas particulares e adaptadas à sua realidade, seja na produção de alimentos ou na criação de animais, acabou por potencializar o acesso aos mercados institucionais como o PAA e o PNAE. Esse impulso inicial que permite à família gerar um mínimo de estabilidade e garante, mais a frente, mais condições de acessar políticas. Nesse sentido, o fundo rotativo representa uma ferramenta indispensável para a transição, e também pode representar uma pista para a construção de novas políticas que estejam em consonância com a realidade da agricultura familiar. O Fundo rotativo traz um aporte que as políticas não conseguiram ainda, inclusive na forma de pagamento que nos moldes do PRONAF é engessada e muitas vezes não dialoga com o contexto local. Outro aspecto a ser destacado é que a gestão do Fundo recentemente passou a ser feita pelos próprios sujeitos que o acessam. (SASOP, 2012: 19)

²⁴A respeito, o estudo elaborado pelo SASOP nos relata o caso de uma família envolvida na transição agroecológica: “A família de Del hoje prefere não acessar o PRONAF porque percebe todas essas consequências e não abre mão da autonomia de pensar e implantar seus sistemas a partir da potencialidade local. Mesmo nas vezes que acessou o PRONAF, Del substituiu os insumos e criou estratégias para potencializar seus sistemas. Hoje a família reflete que é muito melhor acessar o fundo rotativo e ter a liberdade de decidir como melhor empregar o recurso do que assumir um sistema de produção que representa um regresso na sua trajetória agroecológica. A partir da renda gerada, eles têm o cuidado de reinvestir na propriedade, fortalecendo a transição agroecológica”. (SASOP, 2012: 19)

²⁵As mulheres tem se organizado em grupos produtivos para acessar os fundos rotativos solidários, como demonstra o caso do Território do Baixo Sul da Bahia. (SASOP, 2012).

IDEIA-FORÇA

Associadas à consolidação desses mecanismos, encontramos formas de ação social solidária, como os mutirões para a construção de infraestruturas de captação de água que garantem segurança hídrica às famílias agricultoras, dentre outras. A dimensão do coletivo ganha força e aí reside grande parte da força das alternativas agroecológicas em construção. A experimentação, por exemplo, através da introdução de novas variedades de sementes, novos cultivos, novas tecnologias ou novas práticas produtivas, se processa de forma constante nesses espaços de socialização, comercialização e organização comunitários, o que reforça a ideia deles serem fundamentais para a construção do paradigma agroecológico

2.3. EXISTÊNCIA DE REDES DE CAMPONESES E ORGANIZAÇÕES LOCAIS COMO FATOR CRÍTICO DA TRANSIÇÃO

Os elementos até aqui colocados, relativos às diversas trajetórias dos atores nos territórios, permitem afirmar com certeza que a **existência de redes de camponeses e organizações locais opera como um poderoso fator crítico da transição agroecológica**, potencializando a capacidade das famílias e dos atores da sociedade civil para, de fato, se engajar em práticas produtivas sustentáveis, tanto econômica quanto ambiental e socialmente, em contextos que, mormente, favorecem aqueles produtores que reproduzem as formas convencionais e especializadas de agricultura.

Vejamos alguns exemplos que reforçam a afirmação anterior. No Território da Borborema, o Polo Sindical tem se mostrado como um ator chave para a formulação e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento regional pautada em dois eixos centrais: a inovação agroecológica e a luta por políticas públicas que fortaleçam a autonomia técnica, a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar (AS-PTA, 2012). No Território da Mata Sul de Pernambuco, a criação, em 2006, da Comissão Agroecológica da Mata Sul (CAMS) permitiu dinamizar as iniciativas de produção e comercialização agroecológicas, dando visibilidade política a estas iniciativas e fomentando o intercâmbio de experiências entre agricultores/as e organizações como uma forma de construir, coletivamente, um conhecimento agroecológico capaz de beneficiar a totalidade de produtores e outros que possam vir se interessar, no futuro, por estas questões. Desde 2008, a Comissão passou a se denominar como Rede de Agroecologia da Mata Atlântica (RAMA), cuja constituição teve a participação de organizações locais de camponeses/as como um dos elementos chave (CDAS, 2012).

Segundo a informação disponível, o adensamento dessas redes verifica-se também nos Territórios do Baixo Sul da Bahia e do Sertão de Apodi, no Rio Grande do Norte. Em ambos os casos, os estudos mencionam a presença de múltiplas organizações locais que têm um papel ativo na construção de alternativas produtivas e organizacionais para a população rural camponesa. No Baixo Sul da Bahia, por exemplo, apesar de ainda existir entre alguns movimentos e organizações uma lógica de defesa de interesses estreitamente locais e específicos (construção de infraestruturas básicas, em particular), é expressiva a presença de entidades, como sindicatos de trabalhadores/as rurais, associações, cooperativas, entidades filantrópicas e ONG's, apoiando as intensas dinâmicas sociais de luta pela terra, defesa do meio ambiente, promoção da agroecologia, fortalecimento das organizações e luta pelo acesso a políticas públicas, dentre outros temas (SASOP, 2012). Já no caso do Sertão de Apodi, o estudo de caso afirma que:

O território Sertão do Apodi é uma das regiões potiguares de maior capital social: existem 120 grupos produtivos, compreendendo associações, ONGs, sindicatos e assentamentos, dentre outros [...]. A atuação de alguns atores neste território é na perspectiva de desenvolver planos regionais de desenvolvimento sustentável que passam por um resgate das pessoas que vivem naquela região, buscando eleger, por exemplo, mecanismos de desenvolvimento endógeno valorando as capacidades e potencialidades locais. (DIACONIA, 2012: 7)

Da mesma forma, os estudos de caso relativos às regiões do Contestado e da Zona da Mata reconhecem a relevância das redes e organizações camponesas como base das experiências de transição agroecológica nesses locais. No caso do município de Irineópolis, merece destaque o papel das redes regionais de agricultores experimentadores na promoção de troca de experiências e sementes, o que motiva a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de um importante trabalho de ATER alternativa que viabiliza a transição agroecológica para muitas famílias tradicionais e assentados da reforma agrária (AS-PTA [2], 2011). Nos municípios pertencentes à Zona da Mata, o estudo traz à tona a presença de diversas entidades da agricultura familiar e entidades não governamentais que atuam na extensão rural e tornam os processos de transição agroecológicos mais efetivos. A respeito disso, o estudo destaca:

É preciso ainda ressaltar o papel protagonista dos/as agricultores/as entrevistados no desenvolvimento ou na adaptação local de tais propostas. A sua participação nos movimentos sociais, em redes sociopolíticas e sociotécnicas foi condição fundamental para a ampliação das possibilidades de reprodução socioeconômica de suas famílias e sistemas de produção. Mas é preciso colocar em evidência não só os processos organizativos em que estão inseridos, mas a luta cotidiana de conceber, controlar, construir e reconstruir o processo de trabalho. (CTA-ZM, 2012: 19)

Assim, diversas redes ou organizações camponesas existem e operam em todos os casos analisados. Em especial, elas cumprem um papel estratégico na implementação de uma política de ATER alternativa nos territórios, processo que se dá algumas vezes em diálogo, outras em conflito, com as instituições estatais do setor. Entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), que atua no Território do Sisal, a Rede de Agricultores Agroecológicos de Itapipoca, presente nos Vales do Curu e Aracatiaçu, a Associação Agroecológica Oeste Verde, no Rio Grande do Norte, o Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó, no semiárido paraibano, e a Associação dos Pequenos Produtores Ecológicos e Orgânicos da Colônia Escada (APAECO), na região do Contestado, dentre outros atores locais, são exemplos desse tecido organizativo que da vida à luta pela transformação do paradigma agropecuário dominante.

IDEIA-FORÇA

O que interessa destacar é o fato de que os territórios não são “tábuas rasas” nas quais se imprimem as marcas da ação do Estado mediante as políticas públicas. Existe toda uma teia organizativa capaz de preservar, gerar e transmitir conhecimentos e práticas, assim como de atuar na esfera política, que se constitui como um patrimônio, tanto material quanto intangível, das diversas comunidades. Sem esse patrimônio coletivo, seria impossível pensarmos na transição agroecológica como mera decorrência da ação estatal. Quando a política pública entra no palco, ela se defronta com essas dinâmicas societárias preexistentes que funcionam, ao mesmo tempo, como filtros e condicionadores dos resultados da política, mas também e como geradores de novas demandas por parte da sociedade.

3. A GESTÃO FAMILIAR DA PROPRIEDADE NOS AGROECOSSISTEMAS AGROECOLÓGICOS E CONVENCIONAIS: UMA APROXIMAÇÃO COMPARATIVA

Todos os estudos de caso nos dão valiosos exemplos relativos à forma como que as famílias gerem os distintos tipos de agroecossistemas, o que nos permite avançar numa análise comparativa de custos, eficiência e sustentabilidade de ambas as formas de exploração, tanto o sistema convencional como aqueles pautados em princípios agroecológicos. Assim, visando estimular a leitura dos estudos de caso e devido às limitações da presente síntese analítica, selecionamos alguns exemplos representativos que permitem uma apreciação geral das tendências observadas nos diversos territórios e regiões.

3.1. RELAÇÃO COM O AGROECOSSISTEMA E DESEMPENHO ECONÔMICO DE AMBOS OS MODELOS

Um dos questionamentos mais comuns a respeito da agroecologia diz respeito ao suposto desempenho econômico inferior dos estabelecimentos pautados segundo os seus princípios quando comparados às formas de exploração baseadas nos esquemas tradicionais da “revolução verde” (especialização produtiva, uso de agrotóxicos e adubos sintéticos, encadeamento com redes de comercialização de grande porte, existência de atravessadores, determinação exógena das decisões produtivas da unidade familiar, etc.). Alega-se que a agroecologia é menos eficiente e não tem capacidade de substituir as formas convencionais em termos da quantidade de alimentos necessários para atender as necessidades de consumo da sociedade. Deixa-se de lado, contudo, o debate sobre a qualidade dos alimentos que chegam às mesas das famílias brasileiras.

Os estudos de caso, todavia, nos fornecem informações muito pertinentes a respeito da gestão familiar da propriedade tanto nos casos de transição agroecológica como nos casos das famílias que seguem optando pela agricultura convencional. Comparando o rendimento dos fatores e dos recursos, os estudos nos demonstram que, em todos os casos, as famílias que produzem seguindo padrões agroecológicos alcançam não só uma maior renda monetária por seu trabalho, mas também um uso sustentável dos recursos disponíveis e uma melhora na qualidade de vida associada à qualidade dos alimentos produzidos, consumidos e comercializados, sem contar

com o maior grau de autonomia produtiva e a soberania alimentar que desfrutam. Desmente-se, desta forma, o argumento que questiona a viabilidade econômica e social da agroecologia.

A seguir, vamos ver três casos para ilustrar alguns dos principais achados dos estudos neste quesito; para quem quiser aprofundar, remetemos a cada estudo particular para o conhecimento das outras unidades analisadas. Cabe lembrar que as informações relativas à eficiência dos agroecossistemas analisados foram obtidas mediante a aplicação de um instrumento de análise econômica, como indicamos na nota metodológica no início deste documento.

No estudo de caso *Políticas públicas e as trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Borborema, Paraíba*, elaborado pela AS-PTA Paraíba, constata-se a existência de dois modelos contrastantes no território: a *fumicultura*, com seu pacote de agrotóxicos e sistemas especializados de produção, e a *agricultura familiar agroecológica*. Entre estes extremos, especialização e dependência externa versus diversificação e autonomia produtiva expressam a dialética subordinação/autonomia que ambos os sistemas representam.

No caso da unidade voltada à produção de fumo e integrada às cadeias de comercialização de grande porte controladas pelas companhias do setor, vejamos alguns dados relevantes: a área total do estabelecimento é de 6,8 hectares; desse total, três hectares (44% da área total) são dedicados exclusivamente à lavoura do fumo. Na área restante existem algumas lavouras menores, como feijão, batata doce, milho, abóbora e capim, a casa, um curral e uma barragem. Ademais, 0,5 hectares estão dedicados a um roçado particular (aluguel de parte da propriedade) e igual proporção a um roçado em meia. Embora a unidade como um todo tenha vários subsistemas, o fato é que 84% da renda monetária total são gerados apenas por uma única lavoura, no caso, o fumo.

Por sua vez, no caso do sistema de produção em transição agroecológica e integrado às feiras agroecológicas, a informação obtida mostra que a unidade tem uma área de seis hectares, com vários subsistemas coexistindo sem a dominância aberta de um sobre os demais. Dentre os subsistemas detectados, está o roçado, a barragem, os currais bovino e caprino, a área de frutíferas, a área de produção de forragem e a área de pastagem. A renda monetária desta unidade é gerada pela produção e comercialização de produtos como macaxeira, fava, guandu verde, limão, laranja, seriguela, maracujá, graviola, acerola, goiaba, mel caju e castanha. Embora alguns produtos sejam mais importantes, como a macaxeira (11,26% da renda monetária), a macassa verde (8,70%) e a acerola (7,24%), a composição da renda monetária familiar provém de diversos produtos, não havendo dependência concentrada num deles em particular.

Como o estudo revela, a produção de fumo assegura uma renda relativamente alta para as famílias que optam por essa atividade, sendo renda bruta anual de R\$18.245,00, valor superior ao da renda obtida por famílias que produzem em sistemas integrados às feiras agroecológicas (R\$ 13.795,00). Neste sentido, porém:

A maior parte da renda gerada pelo trabalho da família fumicultora não fica com ela, mas se destina a arcar com as despesas para reproduzir o sistema produtivo (custos dos insumos, amortização de dívidas, etc...). De uma renda de R\$18.245,00, mais da metade (R\$10.000,00) é gasta com insumos, deixando a família, no final, com uma renda líquida de R\$ 8.245,00. (...) Já a família que produz para as feiras agroecológicas tinha uma renda bruta menor, mas seus gastos com insumos (por não utilizarem agrotóxicos, por estarem em cadeias solidárias, etc.) também eram menores. Assim, da renda inicial de R\$13.795,00, apenas R\$500,00 eram gastos com insumos, sobrando uma renda líquida de R\$13.295,00 – superior, portanto, ao oferecido pela fumicultura. (AS-PTA, 2012: 21)

No território da Borborema, esta comparação foi feita também com outras famílias que produzem com base agroecológica e todos os exemplos concretos mostraram as desvantagens de se integrar ao complexo agroindustrial do fumo. A especialização produtiva e integração às cadeias agroindustriais não só não geram rendas monetárias maiores (como tinha sido prometido às famílias que se integraram ao sistema), mas também reduzem sua autonomia, pois a família

passa a depender da compra crescente de insumos externos e da venda de sua produção, exclusivamente, para uma empresa que decide os preços a serem pagos ao produtor. Este tipo de estabelecimento obriga a família a contratar mão de obra externa durante a época da colheita e secagem e, inclusive, a comprar alimentos fora, o que aumenta os custos totais (AS-PTA, 2012).

Por sua vez, as famílias que mantêm seus sistemas diversificados e comercializam em mercados locais detêm margens maiores de autonomia relativa, pois não necessitam comprar boa parte de seus alimentos nem os insumos necessários para a produção; tampouco necessitam pagar mão de obra externa, já que o trabalho é realizado pela própria família ou por meio de mutirões ou sistemas de troca de dias organizados na própria comunidade. Neste sentido, parte importante das necessidades da família é garantida fora dos mercados (circuitos não monetarizados), guardando correspondência com o *modo camponês de produção* no tocante à organização da economia familiar (AS-PTA, 2012).

No estudo de caso relativo ao Território da Mata Sul de Pernambuco, elaborado pelo Centro Sabiá, foram analisados dois agroecossistemas com trajetórias opostas: por um lado, um processo de resistência de agricultura camponesa em transição agroecológica; por outro, um exemplo da tendência hegemônica de agricultura modernizante da cana-de-açúcar na propriedade de um pequeno produtor familiar.

O primeiro caso é o da família de José Caboclo e dona Amara. Desde 1991, eles plantavam cana-de-açúcar na sua propriedade, como muitos outros agricultores, e ele trabalhava como atravessador, comprando a produção de algumas famílias para comercializá-la na Feira Livre de Prazeres, na região metropolitana de Recife. A partir de 2000, porém, eles começaram a participar em reuniões e assessorias do Centro Sabiá, dando início ao seu interesse pela agroecologia: “*Meu sistema era cana, veneno e fogo, na intenção de ganhar dinheiro. Só que era uma ilusão*”, declarou Zé Caboclo (CDAS, 2012: 12).

Hoje em dia, a família possui uma agrofloresta com produção bem diversificada: frutas, macaxeira, feijão, milho, jerimum, maxixe, quiabo, batata-doce, etc. Toda essa produção se destina ao consumo familiar e os excedentes são destinados à Feira Agroecológica de Sirinhaém (FEPAS²⁶); são mais de 10 produtos comercializados, inclusive algumas frutas beneficiadas, e, atualmente, até oito tipos de polpa a depender da safra: acerola, cajá, graviola, pitanga, carambola, açaí, araçá e goiaba. (CDAS, 2012).

O estudo demonstra, porém, que ainda persistem problemas, como falta de transporte para escoar a produção e um limitado acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que permitiriam à família melhorar sua renda e qualidade de vida. Essa falta de acesso é imputada, pelo agricultor, à falta de preparo dos municípios na gestão dos programas, o que impede dos produtores participar. Ele destaca o fato de ter recebido alguns apoios pontuais nos últimos anos (um kit de irrigação, em 2001, pelo Banco do Nordeste e, depois, um crédito de R\$ 1.800,00 pelo Banco do Brasil, através do PRONAF, que foi utilizado para a compra de uma bomba para o kit de irrigação, havendo contribuído bastante para a melhoria da infraestrutura produtiva do agroecossistema com impactos na diversificação da produção. (CDAS, 2012)

No agroecossistema dessa família foram identificados sete subsistemas: agrofloresta, beneficiamento de frutas, criação de galinhas, roçado de macaxeira, cana-de-açúcar, produção de estacas de sabiá e mata para lenha. O conjunto permite à família ter um alto grau da autonomia e sua segurança alimentar garantida, destacando o fato de que o autoconsumo equivale a 16,23% da renda monetária total gerada (uma renda anual de R\$16.650,10), o que significou o aporte de R\$3.225,38 por ano à sua renda, que passou para um valor total anual de R\$19.875,00. Ademais, devemos considerar a qualidade e diversidade do alimento consumido pela família (CDAS, 2012).

²⁶Fundada em 2003 com apoio do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

O segundo caso é o da família de João Batista e Isabel que, desde 2000, planta apenas cana-de-açúcar, entregando toda a sua produção para uma usina. Eles têm um pequeno pomar para consumo familiar e alguns pés de banana comprida. No plantio, o João trabalha sozinho, mas na colheita deve contratar trabalhadores e máquinas.

Além do trabalho na agricultura, João Batista é também pescador e tira cerca de R\$500,00 mensais (renda de R\$6.000,00 a.a.) desta atividade. Na análise econômica do agroecossistema de João Batista, se observa que é esta atividade, a pesca, que sustenta sua família e cobre os custos da produção de cana, que chegam a R\$1.660,00 por ano e que comprometem 41,41% da renda total (R\$4.008,65) gerada pela venda da produção de cana. Fora a renda gerada pela agricultura e pela pesca artesanal, a família também é beneficiária do Programa Bolsa Família e recebe R\$ 90,00 mensais.

No agroecossistema do João, foram identificados quatro subsistemas: cana-de-açúcar, banana comprida, roçado e pomar. Não obstante, a autonomia dele como produtor é baixa e a segurança alimentar não está garantida, pois ele mesmo não produz alimentos (deve comprá-los fora) e seus custos de produção são elevados e dependentes de insumos externos.

A análise econômica dos dois agroecossistemas permitiu comparar os custos de produção e a renda gerada pelo sistema agroecológico em oposição à produção convencional. No sistema convencional, verifica-se um custo de produção equivalente a 38% de sua receita bruta enquanto o custo de produção no sistema agroecológico equivale apenas a 11% da receita. Isso significa uma renda líquida de 89% no sistema agroecológico, sendo, no caso pesquisado, 66% proveniente da agrofloresta (CDAS, 2012). A respeito destas diferenças, o estudo conclui o seguinte:

Outra comparação necessária é em relação à riqueza gerada pelos dois sistemas de produção. As duas áreas tem tamanhos semelhantes (sete e oito hectares) e uma topografia parecida (ambas possuem a maior parte da área bastante acidentada). O acesso à água não se constitui problema em nenhuma das duas. Mas, quando se compara a riqueza gerada, a diferença é muito grande. São vários os fatores que contribuem para isso e eles precisam ser compreendidos em conjunto. A opção da família de Zé Caboclo por um sistema de produção agroecológico baseado na produção agroflorestal trouxe diversidade, redução dos custos de produção, aumento da produção de alimentos para a família e excedentes que lhes possibilitaram participar de um espaço coletivo de comercialização direta (FEPAS). O grau de autonomia e sustentabilidade que o sistema de Zé Caboclo atingiu demonstra como a trajetória de seu agroecossistema caminhou da especialização da cana para um modo de produção camponês. Já o agroecossistema de João Batista, além de um grau extremo de dependência, mal possibilita a sua reprodução e a da família sendo necessário o acesso a outras rendas para que isso seja possível. (CDAS, 2012: 17)

Por sua vez, na análise sobre o Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, no Ceará, o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA) trouxe quatro exemplos concretos de famílias com distintas trajetórias produtivas, o que nos permite ver diversidade de situações acontecendo no mesmo território. Os casos analisados compreendem uma família que recebeu assistência técnica governamental, duas que receberam assistência técnica não governamental e uma que não recebeu assistência técnica.

O primeiro caso, da família que recebeu assistência técnica governamental, é o da família de José Cláudio Rosas, da comunidade Pirangi. Desde 2002, ele recebe assessoria técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) para o desenvolvimento da atividade da cajucultura em sua propriedade de 21 hectares, tendo se transformado numa referência na região. A propriedade está dividida em quatro subsistemas: três hectares de cajueiro comum e criação de ovelhas nesse mesmo espaço, 13 hectares de cajueiro anão precoce, dois hectares de cajueiro gigante e, por fim, mandioca consorciada com o milho. Cabe salientar que José Cláudio é a única pessoa que trabalha no agroecossistema. Ademais, o agricultor tem uma importante renda não

agrícola de R\$6.480,00 anuais trabalhando como auxiliar de serviços gerais no período noturno e com manejo de motosserra em cajueiros em outras propriedades durante seis meses. (CETRA, 2012)

Da atividade neste estabelecimento, o agricultor comercializa três produtos (castanha, ovelha e esterco) para o mercado no território, consome nove produtos e vende um para a comunidade. Na unidade, o estudo constatou a existência de 13 interações de insumo, incluindo a relação do produtor com o Estado através do fornecimento, por parte deste, de clones de cajueiro anão precoce e vacinas. Foi observada também a *dependência de insumos* no subsistema de mandioca consorciada e uma forte *dependência da renda vinda do subsistema de cajueiro anão precoce*, o que reduz a autonomia do produtor perante riscos futuros, como problemas com a produção ou queda de preços. Neste estabelecimento, a diversidade sistêmica é baixa, gerando pouca quantidade de insumos internos para o agroecossistema.

Temos também o caso da família que nunca recebeu assistência técnica (nem oficial nem não governamental). Trata-se da família de Francisco Heitor dos Santos e Maria Carla, da comunidade Torém, Assentamento Córrego dos Tanques, que mora numa área de dois hectares. Como nunca recebeu assistência técnica, o que aprendeu foi com o pai e com outros agricultores da comunidade. Francisco é quem faz a mão de obra, mas algumas vezes ele troca de serviço com parentes que moram na região. Embora não tenha tido acesso à assistência, ele conseguiu acessar crédito do PRONAF para implantação da produção de maracujá nos moldes convencionais, aplicando adubos químicos e agrotóxicos. Esse é o principal subsistema da propriedade, junto com a criação de aves e suínos para o autoconsumo.

Cabe ressaltar que **a comercialização da sua produção é toda feita para o atravessador**. Existe, ademais, uma dependência direta de **insumos externos**, pois além de a área ser pequena, a mão de obra está direcionada principalmente para a produção do maracujá, atividade que gera uma renda de R\$5.250,00 anuais. Observa-se, por outra parte, que, embora destine menos recursos e tempos para a produção de aves e suíno, essas atividades tem um maior valor agregado por hora de trabalho e um índice de autonomia bem maior (CETRA, 2012).

Por contraste com os casos anteriores, temos as duas famílias que receberam assistência técnica não governamental. A primeira delas é a família de Aderbaldo Moura de Araújo e Conceição Irineu Araújo que, como a família anteriormente descrita, mora há 13 anos na comunidade Torém, também no Assentamento Córrego dos Tanques, no município de Itapipoca. O perfil da família merece ser destacado: o casal tem cinco filhos, dos quais dois ainda moram em casa. A família é considerada de agricultores experimentadores, são feirantes da Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca e coordenam a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as e Solidários/as do Território Vales do Curu e Aracatiaçu. Toda essa atividade teve início em 2008, quando Aderbaldo participou de um curso de multiplicadores/as em agroecologia que influenciaria sua maneira de pensar e praticar a agricultura, orientando-o para iniciar a transição agroecológica. (CETRA, 2012)

O agroecossistema deles possui oito hectares e está situado na região litorânea do município, onde desenvolvem um trabalho na unidade familiar voltado para o manejo agroecológico. A propriedade tem seis subsistemas: quintal agroecológico, quintal 2, campo produtivo, bovinos, ovinos e casa de farinha. Da análise econômica realizada, conclui-se que esse agroecossistema possui uma grande diversidade e gera autossustentabilidade devido às interações e ao número de produtos envolvidos nos fluxos produtivos (vendas, compras, insumos, pagamentos a terceiros, etc.). A família não é dependente de um único subsistema, pois retira a renda dos diversos subsistemas em quantidades similares e, assim, possui sustentabilidade financeira (CETRA, 2012).

No tocante aos insumos, vemos que uma quantidade pouca de semente de hortaliça é adquirida, tanto fora quanto dentro do território, com o objetivo de adquirir outras variedades que ajudem diversificar a produção. Aproveita-se o esterco dos animais para os quintais e a forragem deste, além da raspa da casa de farinha, para os animais. O pedúnculo do caju é usado como ração e os medicamentos são comprados no território. Nos quintais, são produzidas hortaliças e frutas (coco, goiaba, manga, abacaxi, limão, banana, mamão, caju, seriguela e graviola).

Outros produtos são batata-doce, corolal de urucum, farinha, feijão, galinha, carvão, ovino e carne de gado (CETRA, 2012). Assim, a diversidade da produção é muito significativa, o que faz deste agroecossistema uma unidade muito versátil que garante muita autonomia e segurança alimentar aos seus proprietários.

Finalmente, temos o caso da família de dona Rita, da comunidade Cemoaba, no município de Tururu. Dona Rita é parte da Associação da Comunidade de Cemoaba desde 1981, participando das discussões de projetos pertinentes e buscando a melhoria da comunidade. Por intermédio da Associação, arrendaram alguns hectares de terras para fazer o plantio de mandioca, milho, feijão e trabalhavam no carnaval.

A área explorada é de doze hectares e se localiza na comunidade Batata; nela, identificamos seis subsistemas: cajueiro, quintal, roçado, fruticultura, ovinos e horta. As principais culturas exploradas são milho, feijão, caju, mandioca, macaxeira, batata, jerimum, hortaliças em geral, fruteiras e ovinos (CETRA, 2012). Destaca-se que a família já acessou crédito via PRONAF C, o que lhes permitiu iniciar o plantio do cajueiro anão precoce, atividade para a qual foram assistidos de forma esporádica pela EMATERCE.

No entanto, passaram a adotar as práticas agroecológicas de produção em 2003, graças ao projeto governamental “Vamos Construir Juntos”, apoiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Em 2004, a Universidade Federal do Ceará (UFC), em conjunto com o SEBRAE, passou a ministrar alguns cursos sobre produção e industrialização do caju, mas tendo como enfoque principal a agroecologia. Por outra parte, dona Rita recebe assessoria técnica do CETRA desde 2009, fazendo parte da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as de Itapipoca e sendo feirante da Feira Agroecológica e Solidária de Tururu (CETRA, 2012).

O último estudo que analisaremos nessa seção é o relativo à Zona da Mata de Minas Gerais, elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM). Neste, foram analisados um total de cinco agroecossistemas (três do município de Araponga e dois do município Espera Feliz) apresentando diversas situações em termos do padrão produtivo adotado e dos seus resultados econômicos, sociais e ambientais. Para ilustrar as tendências, elegemos dois casos do município de Araponga que mostram trajetórias diferentes. Cabe lembrar que, na região, a lavoura do café ocupa um lugar central na reprodução das famílias, embora, a partir destes casos concretos, possamos observar as diferenças relativas ao manejo da propriedade sob os diversos paradigmas, tanto o convencional como o agroecológico.

O paradigma convencional é aqui representado pela propriedade de José Lopes e Clotilde. O agroecossistema, subdividido em dois sítios que distam entre si dois quilômetros aproximadamente (Sítio Recanto da Serra e Sítio da Laje), possui ao todo 18 hectares, dos quais 7,5 hectares (41,66%) destinam-se a pastagens, seis hectares são para o café (33,33%), 0,5 hectares (2,77%) estão plantados com eucalipto, dois hectares (11,11%) com mata nativa e apenas um hectare (5,55%) com culturas anuais. A família tem também quatro cabeças de bovinos, uma de suíno e 10 de aves, empregando duas pessoas (marido e mulher) nas atividades agropecuárias com ajuda não permanente dos filhos e com ocasional troca de dias com vizinhos ou parentes.

De acordo com o estudo, a análise econômica do agroecossistema permite observar a falta de fluxos internos com as lavouras de café, tanto dela para os demais subsistemas como destes para a lavoura. Assim, o principal fluxo identificado (aquisição de calcário e adubos químicos utilizados nas lavouras) é externo e praticamente não há fluxos internos voltados para a recriação da fertilidade nas lavouras, que são conduzidas preponderantemente solteiras, desaproveitando o potencial de produção de esterco do Sítio da Laje (o esterco não é coletado e nem utilizado como insumo nos subsistemas da propriedade). Esses dois sítios, conforme o estudo constata, estão pouco integrados produtivamente falando (CTA-ZM, 2012).

O agroecossistema de Zé Lopes e Clotilde é, dentre os cinco casos analisados, o mais dependente do café, que representa 88% do valor bruto total da produção. Em consequência, esse subsistema é o que recebe a maior quantidade de adubos químicos e o que representa o maior custo interno, mas, no entanto,

não obtém a maior produtividade por cada mil pés plantados quando comparado com as outras famílias entrevistadas. Dadas essas condições, pode-se afirmar que esse sistema envolve maior risco, uma vez que estabelece vínculos mais fortes com o mercado de insumos e com o mercado do café, ambos sujeitos a grandes variações de preços no mercado internacional (CTA-ZM, 2012).

Por sua vez, a transição agroecológica é representada pela propriedade de Pedrinho e Dulcinéia. Da mesma forma que no caso anterior, o agroecossistema está formado por duas propriedades distantes um quilômetro entre si, possuindo ao todo 14,3 hectares. Destes, seis hectares (41,95%) são ocupados por pastagens, 1,4 hectares (9,79%) são de café, a mata nativa ocupa uma área de cinco hectares (34,96%) e as culturas anuais, um total de 1,5 hectares (10,48%). A família possui seis cabeças de bovinos, quatro de suínos e 50 de aves, empregando três pessoas permanentemente. O caso dessa família contrasta expressivamente com a família analisada antes. Aplicada a matriz de análise econômica, o estudo de referência conclui que:

O diagrama de fluxos, externos e internos, dos insumos utilizados no sistema de produção mostra um grande número de fluxos internos voltados para a conservação e recriação da fertilidade dos solos. Muitos efeitos benéficos relacionados ao controle de pragas e enfermidades, à criação de um microclima mais favorável à produção das lavouras, à conservação da biodiversidade, à produção de serviços ambientais, etc., têm sido demonstrados através de várias pesquisas realizadas em sistemas agroflorestais de vários agricultores de Araponga, inclusive no de Pedrinho e Dulcinéia. (CTA-ZM, 2012: 8-9)

Este cenário possibilita à família desfrutar de uma maior autonomia e depender bem menos das indústrias que produzem os insumos (adubos e agrotóxicos) para a lavoura do café. Mesmo usando os insumos, a proporção é notoriamente menor para manter um nível satisfatório de produtividade, pois, dos cinco casos, são a família que menos utiliza estes insumos, produzindo ainda mais, em termos absolutos e relativos, quando comparado seu agroecossistema com o das outras famílias.

Destaca-se o fato de que a manutenção da fertilidade dos solos nas lavouras e da produtividade do café baseia-se, em grande medida, no fluxo interno de esterco, com o qual é elaborado composto orgânico, e da urina de vaca, ambos aplicados nas lavouras. Os outros subsistemas também se beneficiam desse tipo de fluxo interno, por exemplo, no caso das pastagens, as árvores consorciadas possibilitam a reciclagem de nutrientes e fornecem os moirões para a manutenção das cercas, sendo também fonte de alimento para as abelhas criadas no seu entorno. Há mais fluxos internos na utilização de restos de culturas e frutas diversas na alimentação dos animais, cujo estrume é utilizado na alimentação dos peixes (CTA-ZM, 2012).

Esta família representa um caso de trajetória crescente de transição agroecológica, pois mesmo que a lavoura de café ainda ocupe lugar relevante na sua reprodução, ela ocupa uma proporção muito baixa quando comparada às outras unidades (não chega a ocupar nem o 10% da propriedade), dando lugar à efetivação de outras práticas e de uma maior agrobiodiversidade interna, com fluxos que se retroalimentam e fazem aumentar a autonomia do sistema como um todo. Ainda, o estudo destaca a existência de fortes relações de reciprocidade e de redes sociopolíticas e sociotécnicas estabelecidas a partir da sua participação nas organizações locais e regionais, além do fato de a família nunca ter acessado os serviços da EMATER. Inclusive, os financiamentos obtidos no marco do PRONAF Agroecologia priorizaram o investimento em infraestruturas e equipamentos, não em custeio da produção, reforçando assim sua estratégia de diversificação produtiva e redução de dependência externa.

IDEIA-FORÇA

O que nos disse a análise destes casos concretos? Primeiramente, que todas as experiências de transição agroecológica em andamento demonstraram ser, quando comparadas com formas de exploração agrícola convencionais, mais eficientes em termos de utilização dos fatores de produção, obtenção de rentabilidade e sustentabilidade, assim como em termos de garantir segurança alimentar das famílias.

Todas as famílias estudadas seguiram trajetórias diferentes e, mesmo inseridas nas mesmas realidades ambientais e regionais, tiveram acesso a diferentes tipos de políticas públicas governamentais e não governamentais. Disto podemos concluir, como aponta o CETRA no seu estudo, que os impactos que essas políticas causam é crucial para a determinação das trajetórias dos agroecossistemas a nível territorial. Assim:

Sobre a transição agroecológica, as famílias que estão nesse processo conseguem acessar as políticas públicas e não desestruturar seu sistema, utilizando-as como ferramentas necessárias para o fortalecimento da sua dinâmica. Algumas famílias, como de dona Rita, acessaram o PNAE para comercializar o excedente da produção de frutas e hortaliças e, para outros produtos, prefere comercializar nas feiras agroecológicas e cooperativas de produção, que absorvem mais a sua diversidade de alimentos. (...) No caso de Aderbaldo e Conceição e dona Rita, percebe-se que o agroecossistema caminhou para a diversidade de espécies e subsistemas e conseguiu fortalecer as relações internas de intercâmbios de produtos e insumos, como se vê nos quadros de fluxos. Isso se deve ao acompanhamento técnico de acordo com os princípios da agroecologia, através dos intercâmbios, da valorização do conhecimento local, do respeito à estratégia das famílias e do fortalecimento de organizações locais. (CETRA, 2012: 15-16)

Sem exceção, em todos os casos de transição agroecológica constata-se que o fluxo interno dentro do agroecossistema é economicamente sustentável, pois o custo de produção foi sempre inferior à renda monetária obtida em todos os subsistemas. Esses últimos, insistimos, apresentam grande quantidade de fluxos internos, por exemplo, os alimentos utilizados para produção animal são gerados totalmente dentro do agroecossistema (sustentabilidade), gerando boa produtividade com baixo custo de produção.

Por outra parte, há um baixo consumo de produtos externos a propriedade. Algumas subunidades analisadas, como o caso da produção de ovinos e aves, ainda apresentam demandas externas de vacinas e medicamentos, mas os gastos com a aquisição de produtos externos são muito inferiores ao valor agregado bruto obtido nos agroecossistemas. Essa dinâmica é refletida por todos os estudos de caso, embora aqui tenhamos citado apenas alguns para ilustrar o tema. Deve-se consultar cada um dos trabalhos particulares para maior esclarecimento.

Por oposição, nos agroecossistemas voltados à produção convencional o comum denominador é a dependência externa, tanto no tocante a insumos quanto no que se refere ao acesso ao mercado, este último desvantajoso por ser realizado mediante atravessadores ou pela relação vertical com as empresas que controlam o processo e determinam, desde fora, as decisões da família. Ademais, a baixa diversidade faz com que as famílias dependam exclusivamente de trocas mercantis para garantir a sua alimentação.

O sistema como tal apresenta alta vulnerabilidade e baixa sustentabilidade, dado que a maior parte dos fluxos acontece de dentro para fora e não dentro dos subsistemas que formam a unidade produtiva; assim, quaisquer mudanças nas condições de inserção externa atingem com mais força sua dinâmica. Finalmente, dado esse quadro, a renda monetária obtida pelos estabelecimentos convencionais mostra uma tendência a ser menor do que a renda obtida nos estabelecimentos agroecológicos, tendo em vista o alto custo dos insumos externos (adubos, pesticidas, sementes, maquinário, etc.).

3.2 RELAÇÕES DE GÊNERO INTRAFAMILIARES E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E JOVENS

Embora os estudos de caso não contenham referências mais explícitas a respeito deste item, alguns elementos apontados contribuem para começarmos a analisar a forma como a transição agroecológica modifica ou afeta as relações de gênero intrafamiliares, assim como a participação de mulheres e jovens, por contraposição à agricultura convencional.

No estudo sobre o Território da Borborema, na Paraíba, é destacada a participação protagonista das mulheres nas atividades de experimentação agroecológica e na atuação política junto às organizações da agricultura familiar. Mulheres e jovens tem um papel ativo nas redes de experimentação agroecológica e de formulação e disputa de políticas públicas (AS-PTA, 2012).

Outro exemplo parece apontar o papel relevante das mulheres na dinamização dos fundos rotativos solidários, pois, quando os empréstimos são realizados, os recursos são devolvidos pontualmente e lhes permitem desenvolver melhor as suas atividades econômicas no agroecossistema, além de estimular outras iniciativas produtivas de mulheres. No Território do Baixo Sul da Bahia, os fundos rotativos tem se voltado para apoio em materiais e equipamentos necessários para a implantação da unidade de processamento e armazenamento na roça comunitária das mulheres. O recurso é administrado pelo grupo de mulheres da roça coletiva e tem carência de dois anos para devolução para o apoio a novas famílias através, também, de fundo rotativo (SASOP, 2012). Note-se que o grupo de mulheres que administra a horta coletiva tem um papel relevante na comercialização direta de sua produção na feira agroecológica apoiada pelo SASOP, o que lhes permite complementar a renda familiar e ganhar espaços de autonomia econômica perante os homens.

No estudo de caso relativo ao Cariri, Curimataú e Seridó paraibanos, o PATAC chama a atenção para a relação da família camponesa com a comunidade local como parte da estratégia dos agroecossistemas em transição agroecológica, nos quais:

A valorização de atividades e conhecimentos que historicamente estão sob o domínio das mulheres, como os cultivos e conservação da biodiversidade local através do uso e conservação de variedades de sementes, fruteiras, plantas medicinais, hortaliças e criações de terreiro, além da produção artesanal do queijo, entre outras culturas alimentares, favorecem a corresponsabilidade entre os membros da família, dando visibilidade ao trabalho das mulheres e da juventude camponesas". (PATAC, 2012: 15)

Este mesmo estudo comprova que, no caso das famílias integradas à avicultura no território, os "arredores da casa", espaço historicamente dinamizado pelas mulheres camponesas, foi dizimado com a perda de aves nativas e adaptadas, como galinhas, perus e guinés. A criação de pequenos animais exercia papel fundamental na alimentação e, inclusive, na renda das famílias. Perder esses espaços de terreiro trouxe mudanças muito fortes na relação das famílias com a comunidade: perdeu-se a autonomia produtiva e a relação com o mercado também foi alterada (PATAC, 2012).

Sobressai também a importância da atuação das mulheres e da juventude de várias comunidades rurais na formação do *Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó* e na defesa de um projeto político e técnico de fortalecimento de redes locais de inovações agroecológicas contrapondo-se ao modelo da especialização que separa a agricultura da natureza (PATAC, 2012).

IDEIA-FORÇA

As referências colocadas nos estudos de caso permitem ver a emergência de formas de relacionamento entre homens e mulheres, assim como entre adultos e jovens, nas comunidades e famílias que participam da transição agroecológica. Espaços de solidariedade, como os fundos rotativos, de autonomia, como as feiras agroecológicas, e de disputa, como os espaços políticos e de inovação agroecológica, favorecem a valorização do conhecimento feminino e a incorporação dos mais jovens nos processos organizativos (familiares e comunitários), podendo ter impacto positivo nas relações de gênero intrafamiliares e na participação de mulheres e jovens

4. O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO OFICIAL COMO FACILITADOR DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A transição agroecológica nos territórios depende de vários fatores inter-relacionados, um dos quais é a assistência técnica não oficial. Este tipo de assistência, desenvolvido por organizações da sociedade civil, tem se revelado como elemento facilitador fundamental da transição, não apenas porque ela chega onde o Estado não está presente, mas, fundamentalmente, por se basear em princípios e metodologias que favorecem a participação social e política nos territórios, a auto-organização dos agricultores familiares (a criação de feiras agroecológicas autogeridas é o melhor exemplo a respeito), a inovação tecnológica a partir das mesmas comunidades e famílias envolvidas (em contraposição à noção de “transferência de tecnologia” que prevalece nos paradigmas dominantes²⁷) e a luta por um acesso qualificado às políticas públicas.

Nos dez estudos de caso, a importância da assistência técnica não oficial fica patente e desta questão trataremos a seguir tomando como base os exemplos concretos dos relatórios de pesquisa. A assistência técnica não oficial tem catalisado processos sociais orientados para uma nova forma de praticar a agricultura, no presente e no futuro, visando transformar a agroecologia numa alternativa socialmente valorizada perante a lógica do capital e a integração das famílias ao agronegócio, como muitos preconizam hoje em dia, mediante a sua inserção subordinada nas grandes cadeias agroindustriais. Isto é mais importante se lembrarmos que todas as experiências de transição agroecológica enfrentam entornos nos quais predominam os métodos de lavoura convencionais, além de existir desconhecimento (e até preconceito) a respeito da agroecologia e de suas potencialidades.

No **Território da Mata Sul Pernambuco**, o Centro Sabiá tem ocupado um lugar relevante na trajetória seguida pelas famílias engajadas na transição agroecológica, como no caso da família de Zé Caboclo citada anteriormente. Neste, e em outros casos, as reuniões e acompanhamento permanente do Centro Sabiá têm facilitado aos agricultores sair do esquema convencional de especialização produtiva e uso de agrotóxico para novas formas de produção como, por exemplo, a produção agroflorestal. Este tipo de exploração agrícola apresenta vantagens expressivas se comparadas com a utilização exclusiva (e intensiva) da terra para lavouras como a cana-de-açúcar, comum em Pernambuco. Assim:

A agrofloresta é um policultivo que produz uma grande diversidade de produtos e insumos com múltiplos usos: alimentação da família, dos animais e do solo, produtos para comercialização (in natura e beneficiados), madeira para venda (estacas de sabiá), produção de energia para família (lenha), além de vários

²⁷A recém-criada Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), anunciada pelo Governo Federal durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014, tem na noção de transferência de tecnologia um dos seus alicerces principais. (Ver: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2013/junho/1a-semana/presidenta-dilma-assina-projeto-de-lei-que-cria-a-anater>).

serviços ambientais como proteção do solo e da biodiversidade, preservação de nascentes e melhoria da qualidade da água. Some-se a isso o baixíssimo uso de insumos e mão de obra que a agrofloresta necessita. (CDAS, 2012: 16)

Além do acompanhamento técnico, o Centro Sabiá tem sido importante como facilitador na construção de espaços de comercialização agroecológica. Em 2003, foi fundada, com o apoio do Centro, a Feira de Produtores/as Agroecológicos/as de Sirinhaém (FEPAS). Esse novo espaço fez possível que agricultores como Zé Caboclo resolvessem comercializar o excedente da produção da sua terra, pois a família não consumia tudo. O caso ilustra uma adequada transição que vai desde a reconversão das práticas produtivas até o escoamento e comercialização do excedente, o que permite às famílias obter renda monetária que garante, por sua vez, a continuidade das práticas agroecológicas. Essas práticas não são um sistema fechado, pelo contrário, a relação com os mercados é indispensável para dar viabilidade à produção obtida nos estabelecimentos.

Na análise dos elementos que influenciam a sustentabilidade, a autonomia e a capacidade de geração de riqueza do agroecossistema de Zé Caboclo e dona Amara, a participação em organizações locais foi um fator que lhes possibilitou conhecer e trocar experiências com outros agricultores que iniciavam a prática da agroecologia. A mediação técnica do Centro Sabiá tem sido chave nesses espaços organizativos. A participação em redes e organizações de agricultores locais é o elo que possibilitou, para a família de Zé Caboclo, ampliar, dar sustentabilidade e retroalimentar seu sistema de produção diversificado, articulando-o com um processo de comercialização direta.

Constata-se que a ATER oficial, em virtude de sua pouca incidência no território no período do estudo, pouco teve influência na trajetória seguida pela família de Zé Caboclo e dona Amara. Pelo contrário, como já indicado, a assessoria técnica não governamental foi elemento crucial no processo de conversão do sistema de produção analisado.

No **Território do Baixo Sul da Bahia**, encontramos uma realidade semelhante. Aqui, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) tem sido uma organização com importante papel de assessoria técnica e mediação política na transição para a agroecologia, inclusive mediante processos formativos em rede junto com outras organizações, como o Centro Sabiá.

Assim, uma das famílias que atualmente trabalha sob os princípios da agroecologia teve sua iniciação em 1997, participando de intercâmbios organizados pelo Centro Sabiá para conhecer as experiências em curso no estado de Pernambuco. A trajetória dessa família na agricultura se inicia em 1985, quando ainda não tinham terra, o que os levou a trabalhar na área dos pais e na venda de diárias e, depois, a se envolver com a luta pela terra e a produzir para o autoconsumo. A partir de 1997, começaram a experimentar a implementação dos sistemas agroflorestais com acompanhamento do SASOP. (SASOP, 2012)

O apoio desta ONG tem sido importante também na facilitação do acesso ao crédito no esquema dos fundos rotativos solidários, na modalidade coletiva para a compra de alimentos, ferramentas e insumos (mudas e sementes), assim como no manejo de SAF's em mutirões. Além disso, destaca-se que o SASOP teve um papel importante na ampla divulgação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dando a conhecer os procedimentos, os desafios e as necessidades para viabilizar a compra da produção familiar pelas prefeituras, desmistificando, inclusive, uma série de equívocos e interpretações errôneas sobre a aplicação da política (SASOP, 2012). A experiência com o PNAE foi um exemplo interessante de mediação que permitiu efetivar a aplicação de uma determinada política pública por parte do seu público-alvo e garantir seu acesso a ela.

Ademais de apoiar às famílias individualmente, o SASOP acompanhou a criação, em 2009, da feira agroecológica no território, um processo de organização coletiva que vem favorecendo a viabilidade das unidades em transição agroecológica, pois permite a comercialização da produção e, ao garantir renda monetária para as famílias, fortalece as iniciativas existentes e lhes permite estabelecer elos externos que melhoram o seu desempenho econômico.

No estudo de caso correspondente ao **Território dos Vales de Curu e Aracatiáçu**, realizado pelo Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA), encontramos algumas informações relevantes relativas ao papel da assessoria técnica não oficial no processo de transição agroecológica no território. Organizações como o CETRA e a Rede Cearense de ATER vêm realizando assessoria técnica multidisciplinar no marco de uma chamada pública para assentamentos federais realizada pelo INCRA; nesse contexto, estas ONG's vêm desempenhando um importante papel na assessoria técnica articulada em consórcio com quatro instituições: o CETRA, a Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência (COOPASAT) e o Instituto de Estudos e Assessoria para o Desenvolvimento Humano (SETAH), pela Rede Cearense, e a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (CETRA, 2012).

Nos últimos 10 anos, o CETRA tem estimulado o trabalho no campo da agroecologia para a convivência com o semiárido, por exemplo, com a gestão dos programas diretamente relacionados à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), destacando-se o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), e com outras ações institucionais apoiadas pela cooperação internacional. O estudo revela a importância de organizações de agricultores familiares e organizações não governamentais que, de forma conjunta, desenvolvem metodologias participativas de intercâmbio entre os atores na construção do conhecimento agroecológico e na convivência com o meio (CETRA, 2012). Essa importância reafirma o processo histórico no qual organizações como o CETRA foram importantes na assessoria jurídica aos processos de luta pela terra das organizações populares do campo. E, a respeito deste papel, o mesmo estudo nos indica o seguinte:

A Rede ATER Nordeste, por meio da articulação de 13 instituições, vem discutindo outro modelo de assistência técnica, não por meio da extensão, mas sim da construção do conhecimento agroecológico junto com os agricultores e as agricultoras, da valorização do seu conhecimento e considerando a sua estratégia de convivência com o meio, em busca de consolidar um modelo de agricultura sustentável, baseado na ecologia, na organização social, na geração de renda, na autoestima e tendo em conta as dimensões de gênero, raça e etnia. (...) Deste processo formativo, atrelado a ações de assessoria técnica para a transição agroecológica, pode-se destacar, como resultados significativos, a constituição de uma rede territorial de agricultores agroecológicos, a implantação de três feiras agroecológicas e solidárias em municípios do território e a ampliação do número de agricultores e agricultoras que passaram a ser experimentadores/as agroecológicos/as em suas unidades familiares. (CETRA, 2012: 8)

A criação da *Rede de Agricultores/as Agroecológicos de Itapipoca* é uma expressão destes processos de assessoria não oficial. Criada em 2005, a Rede reúne um grupo em torno de 100 agricultores do território para organizar ações voltadas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar agroecológica e da socioeconomia solidária, lutando, ao mesmo tempo, para construir relações igualitárias de gênero. Por sua vez, as feiras agroecológicas e solidárias²⁸ são uma extensão das atividades da Rede, pois proporcionam a oportunidade para encontros, troca de informações e produtos em uma série de atividades que vai desde a comercialização dos produtos periodicamente na sede dos municípios até atividades para discutir estratégias de ação para fortalecimento dos agroecossistemas e das feiras (CETRA, 2012).

No **Território do Sertão de Apodi**, no Rio Grande do Norte, o estudo ressalta que a organização comunitária dos/as agricultores/as familiares lhes permitiu ter acesso ao financiamento de projetos do Fundo de Investimento Social e Produtivo (FISP), por meio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), da Comissão Europeia e da Diaconia. A comunidade também teve acesso ao Programa de Mobilização e Formação para a Convivência com o Semiárido – Programa 1 Milhão de Cisternas; mais recentemente, a comunidade fez um projeto para o Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS) que permitirá que todas as residências tenham água canalizada do açude público da comunidade (DIACONIA, 2012).

²⁸Atualmente existem três Feiras Agroecológicas e Solidárias: Itapipoca, Trairi e Tururu.

No estudo, ganha destaque o papel da atuação do PDHC em diversos municípios e comunidades, em parceria com organizações locais, possibilitando maior acesso às políticas públicas. O PDHC prioriza a organização de comunidades, fóruns, conselhos, sindicatos e apoio às ONG's, o que incentiva a constituição e o fortalecimento de espaços de discussão coletiva. Isso tudo tem permitido que, nos últimos anos, muitas famílias da comunidade Cajazeiras, por exemplo, abandonassem a lavoura de fumo e passassem a produzir hortaliças, verduras e frutas segundo critérios agroecológicos. Muitas dessas famílias foram assessoradas por Diaconia, que apoia aqueles agricultores dispostos a entrar num processo de transição agroecológica (DIACONIA, 2012).

No **Território de Araripe**, desde a década de 1980, organizações como o CAATINGA, junto a famílias agricultoras da região, vêm trabalhando pelo desenvolvimento de tecnologias de produção agroecológica e convivência com o semiárido, dando, assim, visibilidade e importância à agricultura familiar. Os casos analisados permitem afirmar que o assessoramento técnico por parte dessas organizações tem sido peça-chave para a introdução bem sucedida de formas alternativas de exploração agrícola, como as agroflorestas. Esse acompanhamento tem abarcado itens como experimentação com novas tecnologias, uso dos solos, introdução de variedades frutíferas e acesso a serviços públicos, como eletricidade, e a recursos estratégicos, como água (para irrigação e para consumo), além de mediação para o acesso a políticas públicas. Esse conjunto de ações revela-se de grande significação em contextos em que a política pública parte de enfoques que não favorecem a transição agroecológica e, pelo contrário, fomentam a inserção subordinada das famílias agricultoras em cadeias agroindustriais²⁹.

Estas tendências estão presentes também nos outros territórios. No **Território da Borborema**, por exemplo, já falamos da fundamental importância do Polo Sindical na constituição de um território agroecológico. Essa experiência é muito significativa no contexto nordestino devido à sua grande capilaridade, o que se expressa na capacidade de mobilizar e mediar recursos econômicos, políticos, culturais e simbólicos em favor da agroecologia, condicionando, inclusive, a forma como as políticas públicas entram e se implementam no território.

Ao atentarmos para o papel das organizações não governamentais voltadas para a assistência técnica e a extensão rural, observamos que estas tem sido parte fundamental dos processos de transição agroecológica. As organizações não governamentais detêm competências técnicas, políticas e administrativas que, quando engajadas com processos de organização social, geram retroalimentações positivas e mudanças nos padrões de inserção produtiva das famílias rurais. É isto que observamos em todos esses casos, nos quais a atuação das ONG's com as organizações de agricultores e as comunidades tem criado ciclos virtuosos de aprendizagem e mudança técnica, cultural e organizacional. A mediação perante o Estado aparece também como outro elemento fundamental nesta análise, seja para facilitar o acesso a determinadas políticas públicas ou, inclusive, para incidir na forma em que estas são implementadas no território.

Na região do Contestado, município de Irineópolis, já mencionamos o importante papel das redes regionais de agricultores experimentadores e de algumas ONG's na promoção de uma ATER que viabilize a transição agroecológica. Neste caso, ademais, o estudo de caso faz referência ao também importante papel desempenhado pelo escritório local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), envolvendo muitas famílias e assentados da reforma agrária em processos de transição agroecológica. O caso merece destaque por caminhar na contramão de muitos casos aqui analisados, em que as empresas de ATER oficiais promovem o paradigma de agricultura convencional (AS-PTA [2], 2011).

Na **Zona da Mata de Minas Gerais**, no entanto, se fala da participação das famílias em “redes sociopolíticas e sociotécnicas” (CTA-ZM, 2012: 7) formadas pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações e cooperativas de crédito, entidades acadêmicas, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), e ONG's, como o CTA-ZM. A participação nesses espaços é indicada como central para garantir o acesso a formas de assistência técnica e extensão rural

²⁹O estudo de caso explica com detalhes o impacto do PRONAF na tendência à especialização produtiva de grande parcela das famílias do território, por exemplo. (CAATINGA, 2011: 6-7)

que não reproduzam o paradigma calcado na especialização e utilização intensiva de adubos e agrotóxicos, mas que favoreçam outras formas de atividade orientadas pela autonomia, diversificação e valorização dos conhecimentos tradicionais.

IDEIA-FORÇA

A existência de redes de assessoria técnica não oficial é um recurso estratégico à disposição das famílias envolvidas na transição agroecológica, significando um diferencial nas chances efetivas que novas formas de produção agrícola têm de ter sucesso e garantir a sua sustentabilidade financeira, ambiental e política no meio rural nordestino e outras regiões brasileiras onde ainda prevalecem formas convencionais de exploração agrícola.

Contudo, persistem ainda algumas dificuldades e insuficiências entre as redes de agricultores familiares que faz necessária, ademais da assistência técnica não oficial, uma adequada implementação das políticas públicas nos territórios com relação à agroecologia. À respeito, um dos estudos de caso faz a seguinte observação:

O funcionamento dessas redes tende a ser muito difuso e não abarca lacunas e demandas importantes do processo de promoção da agroecologia num quadro de articulação mais estreito com as políticas públicas. A superação dos já citados obstáculos estruturais na efetivação de linhas de crédito voltadas para o semiárido e para a agroecologia, por exemplo, exige um perfil de assessoria na elaboração e implementação de projetos que não pode ser suprido pela via das redes de agricultores experimentadores (AS-PTA, 2012: 15).

Como aponta a AS-PTA no estudo sobre o Território da Borborema, as experiências analisadas mostram que a sociedade civil pode desempenhar um papel proativo, em complemento ao setor oficial de ATER, no suprimento de serviços de assessoria agrícola ao público da agricultura familiar. À respeito, a necessidade de reformulação do marco legal que regula a relação entre as entidades e o governo é uma questão da maior relevância para o aumento da oferta de serviços de assessoria técnica (AS-PTA, 2012).

Por tais motivos, precisamos examinar o impacto das políticas públicas na transição agroecológica, como uma forma de abrir o debate e permitir que a sociedade e os grupos envolvidos possam se apropriar criticamente destes instrumentos.

5. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: BALANÇO A PARTIR DOS ESTUDOS DE CASO

A temática discutida até aqui nos permite contextualizar devidamente a questão do papel das políticas públicas no processo de transição agroecológica nos diversos territórios, atuem elas como facilitadoras ou como inibidoras do avanço deste paradigma alternativo à agricultura que temos chamado de “convencional” por se ater a práticas produtivas baseadas nos princípios da revolução verde (especialização produtiva, uso de insumos sintéticos, dependência concentrada nos mercados, etc.). Entendemos que as políticas públicas entram em jogo no marco de territórios que têm trajetórias particulares nas quais a dialética entre agricultura convencional e agricultura agroecológica expressa as disputas entre atores e paradigmas; assim, não existe política pública neutra e a compreensão do seu impacto passa por estabelecer a relação de cada política com as relações de poder que perpassam os territórios, pois sempre haverá favorecimento diferenciado para uma ou para outra alternativa em função das estratégias e prioridades dos atores institucionais e sociais envolvidos.

Dada a importância de certas políticas quando aplicadas em chave territorial, a nossa análise considerará em que medida elas têm contribuído com as chances de a agroecologia ganhar espaço nos sertões e nas zonas litorâneas do Nordeste que foram estudados. Vamos focar nas seguintes políticas públicas: PNATER, crédito rural, PAA, PNAE, PRONAF e Territórios da Cidadania. Cabe aclarar, contudo, que não se trata de uma avaliação integral destas políticas, pois algo assim obviamente foge dos objetivos do presente trabalho. A nossa intenção é recuperar a avaliação dos atores diretamente envolvidos nos estudos de caso (pesquisadores, agricultores familiares, organizações locais, etc.) a partir de sua vivência concreta das políticas.

5.1. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

Os estudos de caso apontam que existe um déficit de assessoria técnica quando se consideram os processos de construção e viabilização da transição agroecológica em maior escala. A crítica aponta, especialmente, que pautar a oferta de serviços de ATER (oficial ou não) em função da meta de superação da pobreza obriga rever o quadro conceitual sob o qual operam estes serviços, dando lugar a outras abordagens. Por exemplo, a vinculação entre o fornecimento de serviços de ATER e a elaboração de projetos de crédito limita o campo de atuação de muitas organizações que operam na agroecologia e isso tem a ver, inclusive, com os mecanismos de financiamento destes serviços. Cabe perguntar, portanto, qual modelo de serviços de assessoria é o mais adequado quando se trata de superar a pobreza extrema no semiárido brasileiro? (AS-PTA, 2012)

Embora as famílias tenham avaliado a política de ATER como necessária e importante no campo da orientação da produção e da comercialização, além de ser uma estratégia para facilitar o acesso ao crédito, as evidências indicam que a assistência técnica oficial ainda não se consolidou no cotidiano dessas famílias, faltando metodologias que aproximem o Estado das reais aspirações e necessidades das entidades que buscam consolidar uma trajetória agroecológica e não apenas reproduzir o paradigma dominante. Por outra parte, algumas famílias já dispuseram dos serviços de ATER oficial, porém de forma irregular e/ou pontual, apenas na aplicação de determinado crédito ou projeto, ações sem seguimento e, portanto, sem maiores impactos, pois não conseguem atender os diversos públicos no território. (CDAS, 2012)³⁰

Algo semelhante se observa na Bahia, no caso do **Território do Baixo Sul**. A pesquisa neste território nos revela a existência de um déficit de profissionais não só em termos quantitativos, mas também devidamente qualificados para atender às diferentes demandas da agricultura familiar, em especial daquela voltada para a produção agroecológica. Da mesma forma que em outros territórios, poderia se dizer que a ATER oficial pouco tem influência nas trajetórias agroecológicas em virtude de sua pouca incidência (no período do estudo) e considerando-se a forma em que é definida pela Lei de ATER, como um serviço de educação não formal de caráter continuado.

A mesma questão é colocada no estudo do CETRA: quando avaliada a política de ATER no território, embora esta seja reconhecida como uma política essencial para a transição agroecológica, principalmente quando a assessoria reflete uma série de métodos de entendimento sobre a estratégia de convivência da família com o meio, o estudo verifica que não são todas as instituições locais que respondem a essa demanda, pelo contrário, muitas famílias são direcionadas ao mercado e, conseqüentemente, especializam sua produção e acarretam as conseqüências que disto se derivam, como maior dependência e vulnerabilidade externa, inserção subordinada nos mercados, inadequada relação com o meio ambiente, uso de agrotóxicos, etc. (CETRA, 2012). Neste mesmo estudo, o caso analisado da família que recebeu assistência técnica oficial parece confirmar que essa assistência se oferece de forma não sistemática, pautando a especialização produtiva e deixando os agricultores em situação de vulnerabilidade com relação a atravessadores e empresas agroindustriais. (CETRA, 2012)

No caso da **Zona da Mata de Minas Gerais**, a política de ATER é considerada como peça central da transição agroecológica, no entanto, destacou-se que, em sua grande maioria, a assistência oferecida na região é precária e não possui essa adequação (CTA-ZM, 2012). No caso da **região do Contestado**, inclusive se afirma que a política de ATER vigente orienta as famílias ao abandono dos seus conhecimentos tradicionais e a se inserir na fomicultura, como acontece no exemplo do município de Irineópolis, sendo então um entrave ao desenvolvimento de práticas agroecológicas por parte dos agricultores familiares (AS-PTA [2], 2011).

Em outros casos, os estudos apontam que a ideia de assistência técnica que é defendida e propagada pelas instituições oficiais aposta no *empreendedorismo* da agricultora familiar como forma de promoção do desenvolvimento, fomentando uma agricultura convencional e especializada. As famílias que fazem essa escolha têm maior facilidade de acesso a crédito e extensão rural, o que inibe que outras formas de produção agrícola contrapostas aos padrões dominantes ganhem fôlego dentro dos territórios (CAATINGA, 2011). A herança deste tipo de assistência é fortemente criticada no caso do território do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano:

Todo este processo resultou em uma modernização conservadora e perversa que se expressa na maior concentração da terra e das águas, na degradação ambiental e perda da biodiversidade da caatinga e pela quebra das relações de parceria, principalmente das condições de moradores, posseiros e meeiros. Ocorreu ainda a falência de algumas fazendas dotadas de infraestruturas financiadas por recursos públicos e apoiadas por órgãos oficiais de assistência

³⁰No referido estudo do Centro Sabiá, lemos o seguinte: “O **Programa de ATER** para agricultura familiar do MDA recebeu 0,87% dos recursos em 2009, ou mais de dois milhões de reais. Em 2008 não houve realização financeira desta ação, sendo apontadas como restrições a inadimplência das instituições, as dificuldades com os sistemas SINCOFIN e SICONV e o não credenciamento como entidades de ATER”. (CDAS, 2012: 9). Esses dados revelam a debilidade das iniciativas oficiais neste quesito, se considerada apenas a baixa dotação orçamentária do programa de ATER.

técnica. Além da tendência para a especialização e artificialização da agricultura, se verificou um forte desenraizamento social e cultural das famílias camponesas, intensificando um processo de migração em massa no sentido campo-cidade e o surgimento das periferias urbanas e pontas de rua nas pequenas, médias e grandes cidades do Estado. (PATAC, 2012: 7)

IDEIA-FORÇA

Tanto as organizações quanto as famílias valorizam a extensão e assistência técnica rural oficial como algo necessário e potencialmente positivo; contudo, a crítica assinala a inadequação destas políticas quando pensadas do ponto de vista da transição agroecológica. As políticas de ATER nos territórios, além de pontuais e não sistemáticas, pautam-se nos moldes de uma agricultura que reforça o paradigma dominante, impedindo que as famílias tenham condições para iniciar, com mais probabilidades de sucesso, uma trajetória produtiva na direção da agroecologia. A política de ATER, assim, precisa ser repensada e reformulada para que consiga atender aquelas famílias, organizações de agricultores e organizações não governamentais que atualmente trabalham em prol da consolidação da agroecologia como uma alternativa socioeconômica para as famílias agricultoras do Nordeste, tanto no semiárido como no litoral.

5.2. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O PRONAF é um dos principais programas de estímulo à agricultura familiar no Brasil. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013), durante o ano de 2012 o Programa canalizou pouco mais de R\$16 bilhões em crédito para atividades de custeio e investimento agrícola e pecuário. Não obstante, os estudos de caso indicam que a implementação do PRONAF em nível territorial apresenta diversas contradições e limitações que devem ser levadas em consideração.

No **Território da Borborema**, cujo dinamismo já foi apontado, a pesquisa reconhece que, apesar dos números expressivos do PRONAF Grupo, a política de crédito permanece como um desafio “de solução complexa” devido à inadequação dos procedimentos e formatos para a concessão de crédito às famílias, aspecto cuja solução demandará “muitos investimentos institucionais” até que se chegue a um bom termo no assunto. Esse aspecto é particularmente significativo no caso dos agricultores familiares agroecológicos, pois, como faz notar o estudo:

A situação de impasse em torno do PRONAF Agroecologia e do PRONAF Semiárido, relacionada à baixa procura pelo crédito comparativamente a outras linhas, coloca na ordem do dia a necessidade de uma reformulação nos procedimentos de elaboração, aprovação e assessoria técnica aos projetos. Esta tarefa requer um reexame de toda a cadeia causal que começa da demanda inicial das famílias e vai para a elaboração da proposta de projeto, enquadramento da mesma no padrão “bancário”, aprovação, liberação dos recursos e acompanhamento técnico. Agentes financeiros, de ATER e gestores do MDA são convidados a esta tarefa. (AS-PTA, 2012: 13)

De forma autocrítica, o estudo também aponta que o uso estratégico do crédito agrícola como fator de otimização da produção agroecológica não tem feito parte da cultura institucional das organizações promotoras da agroecologia. Para a AS-PTA, são poucas as entidades que adotam a prática sistemática de assessorar e elaborar os projetos de crédito das famílias atendidas em seus programas ainda que suas equipes reúnam capacidades importantes nessa área; em parte, isso se explicaria pela aversão ao risco do endividamento das famílias e pelas limitações impostas pelo sistema oficial de crédito em relação a propostas inovadoras. (AS-PTA, 2012)

Já no **Território da Mata Sul de Pernambuco**, observa-se que o PRONAF, através do financiamento de projetos individuais ou coletivos junto a agricultores/as e assentados/as da reforma agrária, é a principal estratégia de acesso ao crédito para os agricultores familiares (além dos créditos acessados por famílias assentadas junto ao INCRA). Em 2009, o crédito do PRONAF respondeu por 13,75% do investido no território pelo **Programa Territórios da Cidadania** com mais de R\$32 milhões. Nota-se, ademais, que a maior parte dos/as agricultores/as que desenvolvem sistemas agroecológicos já acessou o PRONAF como uma forma de potencializar e diversificar suas unidades produtivas. Porém, como relata a pesquisa, apesar de importante, esse acesso vem se efetivando de forma muito pontual, apoiando a introdução de novos cultivos ou a compra de materiais (kit de irrigação, por exemplo), mas não de forma sistêmica, como o caso das famílias estudadas demonstra (CDAS, 2012).

O SASOP expressa análise semelhante na pesquisa relativa ao Território do Baixo Sul da Bahia. Nesse território, o foco do PRONAF tem sido as lavouras associadas ao uso de insumos e defensivos sintéticos, muitas vezes com especialização em apenas um cultivo e comercialização dada por terceiros. Por isso, não é raro que várias iniciativas de diálogo com os bancos para apoio, via PRONAF, a projetos de transição agroecológica sejam todas recusadas. Some-se a isso que a inadimplência no território é altíssima e a renegociação de dívidas, uma constante. O problema é que não se questiona o tipo de crédito e financiamento que está gerando esse alto nível de endividamento: a sustentabilidade das lavouras não está garantida e o incentivo é fundamentalmente para a monocultura, o que prejudica a segurança alimentar das famílias. Em resumo, o estudo conclui que a forma como o crédito vem sendo utilizado (e imposto por parte dos bancos) tem causado desestruturação, dependência e desarticulação³¹. A respeito, afirma-se que:

O crédito fundiário não se mostrou uma boa alternativa no território. Além da enorme burocracia, gerou um endividamento que hoje impede que as famílias acessem outros créditos. Outro grave problema gerado por esse crédito é a desmobilização social. Entretanto, sem a terra não será possível investir na transição agroecológica. (SASOP, 2012: 20)

Já no **Território do Sisal**, a pesquisa realizada indica que as políticas públicas priorizaram a estruturação de cadeias produtivas especializadas e as economias de escala, casos da caprinocultura, da apicultura e do sisal. Assim, o foco na propagação de uma agropecuária calcada nos moldes do agronegócio está em detrimento da agricultura agroecológica e esta não encontra suporte institucional para se firmar como uma alternativa viável. Mais uma vez, mas agora no Território dos Vales de Curu e Aracatiaçu, o estudo de caso salienta a incidência negativa do PRONAF dentro do território, principalmente para agricultores descapitalizados e que não receberam assistência técnica, por estar atrelado ao Programa o pacote tecnológico de agroquímicos. Segundo o estudo:

O que há é um forçamento na especialização desses agricultores para culturas agrícolas sugeridas pelos projetistas, principalmente para variedades comerciais, monocultura, irrigação, adubação química e agrotóxicos, o que demanda um alto custo e muita mão de obra. (CETRA, 2012: 7)

³¹Um exemplo concreto é o da família do Sr. Lió e dona Vilma, analisado na pesquisa. A família acessou o PRONAF em 1997 para o plantio de um hectare de pupunha, com um empréstimo de R\$ 7.740,00 e dois anos de carência. Nunca pagaram uma prestação, estando inadimplentes até hoje e impedidos de acessar outros recursos por essa via. A questão de fundo é, no entanto, que, durante a implantação da lavoura e nos anos seguintes, não houve nenhuma assistência sistemática para acompanhar o desenvolvimento das atividades, o que impediu a família de alcançar sustentabilidade financeira e produtiva e poder realizar os pagamentos respectivos. (SASOP, 2012: 15)

Por tal motivo, os agricultores da rede agroecológica do território preferem executar o Fundo Rotativo Agroecológico e Solidário, pois eles fortalecem as dinâmicas existentes nos agroecossistemas sem um processo muito burocrático e com um valor menor que o do PRONAF, não se endividando tanto, o que faz com que a dívida seja mais fácil de amortizar (CETRA, 2012: 7).

Com relação ao PRONAF, no **Território do Araripe**, o acesso a esses recursos, a partir do ano 2000, levou muitos agricultores a uma “verdadeira corrida ao banco” para acessar créditos para criação animal (caprinos e ovinos especialmente) objetivando a especialização nessa atividade e o estabelecimento de cadeias produtivas (caprinos, ovinos, apicultura, mandiocultura e gado leiteiro). Porém, o resultado mais evidente disso tudo foi o endividamento das famílias, além de um forte impacto no meio ambiente devido ao desmatamento para a formação das pastagens e ao uso intensivo de herbicida, sem que haja um seguimento efetivo por parte do MDA no tocante à assistência técnica e num quadro em que persistem problemas estruturais, como a falta de infraestrutura hídrica para os agricultores familiares (CAATINGA, 2011).

Esta problemática poderia ter reflexo no fato de 40% dos agricultores que acessaram o PRONAF no **Território do Sertão de Apodi** estarem inadimplentes. Desde 2005, em alguns municípios, como é o caso do município Rafael Godeiro, na comunidade Teixeira, mais de 80% das famílias tiveram acesso aos recursos canalizados pelo Programa, mas a alta inadimplência pode apontar para uma implementação que, ao privilegiar a especialização produtiva, faz com que muitas famílias não consigam produzir segundo os padrões requeridos e não tenham renda suficiente para pagar os compromissos financeiros assumidos nos marcos do Programa. Se a isso somamos que algumas famílias analisadas disseram destinar o recurso do Bolsa Família para a compra de alimentos, podemos inferir que o PRONAF não está contribuindo suficientemente na autonomização financeira das famílias agricultoras do Apodi (DIACONIA, 2012).

Contudo, neste território é notável a implementação de uma grande diversidade de políticas públicas, como o PRONAF, o PAA/Compra Direta/CONAB, o Programa Fome Zero/Bolsa Família e o Programa de Combate a Pobreza Rural. As comunidades envolvidas na discussão demonstram conhecer todas essas políticas públicas de forma clara e suficiente, ressaltando que de várias delas são beneficiárias. É preciso, então, analisar com mais detalhes o que pode estar causando uma inadimplência tão alta: se é falta de assessoria técnica ou se a especialização produtiva não é, de fato, uma opção boa para todas as famílias agricultoras, o que abriria novas oportunidades para promover a agroecologia como uma alternativa viável em termos financeiros e alimentares.

Como que confirmando as tendências apontadas, no estudo relativo ao **Território Agroecológico do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano** afirma-se que a implementação do PRONAF (da mesma forma que as outras políticas públicas para a agropecuária) tem se pautado na utilização de pacotes tecnológicos que investem nas práticas de monoculturas, na pecuária intensiva, no uso intensivo da terra, dos solos e da vegetação nativa e na utilização de rações industrializadas e de hormônios de crescimento, intensificando cada vez mais o uso de agrotóxicos no controle de pragas e doenças (PATAC, 2012). Assim, os recursos do PRONAF pouco teriam contribuído para estimular uma transição agroecológica entre as famílias e elas devem acessar outras fontes de recursos que valorizem a agroecologia como alternativa.

Da mesma forma que nos territórios do Nordeste, nas **regiões Sul e Sudeste** as tendências se repetem. Embora reconhecendo o papel do PRONAF na criação de novas oportunidades de financiamento para a agricultura familiar, os estudos trazem à tona o fato de este importante programa estatal continuar muito atrelado à promoção de uma agricultura convencional, condicionando os créditos à utilização dos pacotes de insumos químicos da “revolução verde”. Na Zona da Mata de Minas Gerais, por exemplo, se indica que o PRONAF não tem uma visão sistêmica dos agroecossistemas, restringindo o uso do recurso, muitas vezes, à simples *compra de insumos que fortalecem a monocultura do café, o que não cria autonomia e ampliação das fontes de renda com outros cultivos e atividades econômicas* (CTA-ZM, 2012: 21). Além disso, muitas famílias ficam inadimplentes devido à falta de acompanhamento e de assessoria pós-empréstimo e ao insucesso de muitas atividades de especialização iniciadas com este financiamento.

IDEIA-FORÇA

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) está presente em todos os territórios analisados, sendo uma das principais fontes de recursos para a agricultura familiar. Contudo, se observado do ponto de vista da transição agroecológica, as evidências indicam que este Programa privilegia uma lógica produtiva pautada na especialização, na incorporação de pacotes tecnológicos próprios da “revolução verde” e no modelo de cadeias produtivas. Assim, o PRONAF não tem impacto significativo como estímulo à transição agroecológica nos territórios e regiões. Tal constatação orienta para a necessidade de repensar e reformular os procedimentos de elaboração, aprovação e implementação dos projetos, envolvendo as famílias e suas organizações representativas, organizações não governamentais e agentes financeiros e técnicos num debate que permita um redesenho integral do PRONAF, visando transformá-lo numa ferramenta útil à necessária passagem para formas de agricultura sustentáveis, como a representada pelo paradigma agroecológico.

5.3. PROGRAMA NACIONAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Essas duas políticas públicas são de enorme relevância no tocante à transição agroecológica, pois ambas criam mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar. Ao analisá-las juntas, visamos focar nesse aspecto comum, ainda que os arranjos institucionais de cada uma lhes sejam específicos. Em termos gerais, observa-se que a implementação do PAA e do PNAE nos territórios e regiões constitui-se como um fator fundamental para dinamizar a agricultura familiar por garantir mercados e renda e favorecer a organização das famílias e o debate sobre a soberania alimentar e sobre a agroecologia. Todavia, alguns entraves são apontados como aspectos que devem ser melhorados na gestão destas políticas, dentre eles os baixos preços pagos pela produção, as dificuldades de acesso e os atrasos nos pagamentos.

No **Território da Borborema**, a pesquisa de caso permite observar que importantes projetos foram implementados no marco do PAA, como o abastecimento dos bancos de sementes com variedades locais e de sementes forrageiras, a aquisição de grãos para a produção de multimistura (suplemento alimentar para crianças e gestantes) e a compra de alimentos agroecológicos para o abastecimento de escolas e creches. Neste sentido, o estudo indica que a atuação do PAA na compra e na distribuição de sementes da paixão para a recomposição dos estoques dos bancos de sementes comunitários

demonstra que é possível a um programa governamental reforçar estratégias de geração de rendas não monetárias sem recorrer a métodos tradicionais de doação segundo as lógicas clientelistas responsáveis por desativar mecanismos sociais de promoção de seguridade baseados na cultura da reciprocidade e da solidariedade. (AS-PTA, 2012: 14)

Uma avaliação semelhante é feita no relativo ao **Território da Mata Sul (PE)**. Embora o estudo constate irregularidades na dotação orçamentária do PAA no Território³², agricultores/as avaliaram que o Programa é importante por beneficiar, simultaneamente, os/as consumidores/as, através do acesso a alimentos de qualidade, e os/as produtores/as, pela possibilidade de geração de renda. O acesso, porém, ainda precisa melhorar, pois poucas associações e municípios conseguem se beneficiar da política. Em 2011, por exemplo, o PAA foi acessado por algumas famílias da região, em especial do município de Palmares, através da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais da Mata Sul (COOPERASUL) e da Associação de Desenvolvimento Agroindustrial de Serro Azul, tendo contribuído para o fortalecimento das articulações entre agricultores/as no território (que se mobilizaram para a apresentação da proposta e para o fornecimento dos produtos); todavia, ainda são poucos os produtores que logram se organizar e acessar a política entendendo seus arranjos e exigências (CDAS, 2012).

Com relação ao PNAE, segundo os agricultores/as, este contribui para a garantia da sustentabilidade, pois oferece alimentos de qualidade às crianças nas escolas e gera renda para a agricultura familiar. O Programa começou a ser acessado, em 2011, por 12 famílias do município de Sirinhaém (com mais de 8 toneladas de alimentos), constituindo-se num importante instrumento de comercialização da produção da agricultura familiar no município. É preciso, porém, chamar a atenção para o fato de que

para dinamizar o acesso a essas políticas no território, são necessárias algumas intervenções de forma a contribuir para sua democratização junto às famílias agricultoras. O acesso a esses programas governamentais tem como pré-requisito a posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) pelas famílias. Muitas delas não dispõem desse documento e, conseqüentemente, estão impedidas de acessar esse e outros programas. (CDAS, 2012: 9)

Esses mercados institucionais, embora ainda incipientes e demandando uma série de ajustes para as famílias, representam uma importante oportunidade para a agricultura familiar, reconhece o estudo relativo ao **Território do Baixo Sul (BA)**. No caso do PAA, ele foi a primeira experiência concreta que potencializou a produção de alimentos como estratégia de geração de renda para várias famílias. A partir dessa experiência de comercialização, as famílias vivenciaram a organização e a gestão coletiva da produção nas comunidades. Porém, como nos casos anteriores, a maior dificuldade apontada em relação ao PAA diz respeito ao acesso e aos baixos preços pagos (quando comparados com as médias locais), o que leva as famílias a terem um acesso intermitente ao Programa, alternando-o com mercados que remuneram melhor. Já no caso do PNAE, o estudo destaca que, para além da perspectiva de acesso ao mercado e de geração de renda, esta política tem um grande potencial articulador da reflexão acerca da produção de alimentos, sobre a dimensão da segurança alimentar e na concepção agroecológica da diversidade que gera estabilidade. Assim, um dos desdobramentos da política diz respeito às reflexões entre as famílias e a uma compreensão maior das potencialidades da agricultura agroecológica quando respaldada por políticas públicas

Nos demais territórios estudados (Vales do Curu e Aracatiaçu (CE); Araripe (PE); Apodi (RN); Cariri, Curimataú e Seridó (PB)), tanto o PAA quanto o PNAE são percebidos como instrumentos que potencializam a inserção das famílias nos mercados e garantem renda, dando, assim, suporte e estabilidade financeira à produção agroecológica. Esses estudos colocam alguns aspectos críticos adicionais com relação à diversidade de produtos, pois algumas escolas dos municípios demandam uma variedade restrita de alimentos, o que pressiona as famílias a se especializarem em alguns poucos produtos; ainda, algumas famílias preferem comercializar seus produtos na sua própria comunidade ou em feiras agroecológicas devido ao atraso nos pagamentos. Ressalta-se também que, embora o PAA e o PNAE sejam bons instrumentos,

³²Em 2008, o PAA representou 0,45% dos recursos investidos no território durante o ano (R\$943 mil); em 2009, esse percentual baixou para o 0,09% do total de recursos investidos no território (R\$ 199.477,00) e em 2010 subiu novamente, com um volume equivalente a 1,26% do investido no território até outubro de 2011 (CDAS, 2012: 8).

as dificuldades na implementação de outras políticas, como PNATER e PRONAF, fazem com que muitas famílias experimentem dificuldades para fornecer alimentos ao PAA/PNAE, pois ambos exigem certa regularidade na oferta. Um dos estudos de caso afirma que:

observa-se também que o acesso a mercados de circulação curta, como a venda nas comunidades e feiras locais, bem como o acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm propiciado melhoria de vida e fortalecimento da economia local para as famílias camponesas dedicadas à produção agrícola com base na diversificação de cultivos e na criação animal (PATAC, 2012: 11).

Já no caso das regiões do Sul e do Sudeste aqui consideradas, embora se destaque a importância desses programas no processo de diversificação produtiva, observa-se que o acesso a eles ainda está muito vinculado à capacidade das escolas e dos agentes públicos locais de compreender essas políticas e a dinâmica da agricultura familiar. O PAA e o PNAE não ganham capilaridade por si só, ainda mais ao considerar que a reestruturação e o ordenamento das relações econômicas vinculadas ao processo de regulamentação jurídica, tributária e sanitária não são contemplados pela política de ATER, de forma que o mercado não está automaticamente garantido para as famílias (CTA-ZM, 2012). Por outra parte, é reconhecida a importância de ambos como fatores que favorecem a desvinculação das famílias da dependência do agronegócio, pois, na medida em que são bem usados, permitem que as famílias se reestruturem e, gradativamente, passem de um modelo de dependência de insumos e mercados para uma situação mais autônoma. Assim, na região do Contestado, o uso dos mercados institucionais como alternativas ao fumo teria promovido o crescimento de cooperativas e associações da agricultura familiar da região, desvinculando-se da atividade fumageira (AS-PTA [2], 2011).

IDEIA-FORÇA

Os estudos de caso apontam para a importância do PAA e do PNAE como duas políticas que criam mercados e garantem renda para as famílias, beneficiando a agricultura familiar, tanto a convencional quanto a agroecológica. No caso da agricultura familiar agroecológica, o caso das famílias analisadas indica que elas tiveram acesso a ambas as políticas e tal fato favoreceu o melhor desempenho das unidades produtivas e uma melhora na qualidade de vida. O PAA tem mostrado, em alguns territórios, uma sinergia positiva com as dinâmicas organizativas pré-existentes ao apoiar alternativas como bancos de sementes crioulas e favorecer a desvinculação do agronegócio. Contudo, problemas como acesso limitado, irregularidade na dotação orçamentária, baixos preços comparados, atraso nos pagamentos (burocracia) e, ainda, a problemática relação com outras políticas públicas que condicionam a capacidade dos agricultores familiares agroecológicos de produzirem o suficiente para aproveitar as vantagens dos mercados institucionais indicam que o PAA e o PNAE precisam ser aperfeiçoados, em diálogo com as organizações e famílias, para aumentar ainda mais o seu potencial positivo nos territórios.

6. ELEMENTOS PARA INCIDÊNCIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ATER POR PARTE DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES E DA SOCIEDADE CIVIL

A assistência técnica e a extensão rural, seja ela oferecida pelo Estado ou por organizações não governamentais como as que integram a Rede ATER Nordeste, é um dos principais pivôs para o bom desempenho social e econômico da agricultura familiar. Como tivemos ocasião de ver neste trabalho, existem grandes falências e desafios colocados sobre este tema, tanto pela insuficiente dotação destes serviços quanto pela sua orientação dominante para a especialização produtiva e o enquadramento no paradigma da “revolução verde”, o que subordina ainda mais as famílias a se integrarem em cadeias produtivas nas quais as decisões sobre *o que* e *o como* produzir são tomadas desde fora.

Assim, a atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural não favorece a transição agroecológica e, pelo contrário, constitui-se num entrave à sua viabilidade socioeconômica nos distintos territórios analisados por orientar as famílias para formas de produzir não condizentes com os princípios da agroecologia (autonomia, sustentabilidade, respeito à natureza, produção consorciada e sem insumos químicos, soberania alimentar e solidariedade, dentre outros). O vazio tem sido preenchido, parcialmente, pela ATER não oficial oferecida por entidades da sociedade civil que, apesar de serem fundamentais na transição agroecológica, não dão conta, por elas mesmas, da enorme quantidade de demandas que se coloca para a ampliação, em escopo e qualidade, dessa transição para novas formas de agricultura. Assim, a necessidade de incidir na política nacional de ATER resulta de extrema relevância, visando engajar as instituições estatais voltadas para a agricultura familiar em processos que fomentem, estimulem e viabilizem a agroecologia, não apenas os sistemas produtivos convencionais, dos quais já falamos bastante nas páginas anteriores.

Explícita ou implicitamente, os estudos de caso colocam alguns elementos chave que devem ser considerados como parte de uma estratégia da Rede ATER Nordeste para incidir no debate nacional sobre a política pública nesse âmbito. Elencamos, a seguir, estas propostas, que podem servir como base para ampliar o debate dentro da Rede, com os seus parceiros e, claro, com as instituições públicas responsáveis pela implementação das políticas.

Propostas da Rede ATER Nordeste e de outros parceiros para o debate sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Gerais

1. Reformulação do marco legal que regula as relações entre as entidades de ATER não oficiais e o governo é ponto nevrálgico para o aumento da oferta de serviços de assessoria técnica.
2. Experiências como a da Rede ATER Nordeste mostram que a sociedade civil pode desempenhar um papel proativo no suprimento de serviços de assessoria agrícola para o público da agricultura familiar em complemento ao setor oficial de ATER. Assim, é imperativo fortalecer essas organizações e suas parcerias, tanto técnica quanto financeira e politicamente, para que possam aportar ainda mais na transição agroecológica junto com as organizações representativas dos agricultores familiares.
3. Desenvolver estratégias para dar mais visibilidade aos produtos da agricultura familiar.
4. Garantia de assistência técnica qualificada que atenda às necessidades da agricultura familiar. É necessário ter técnicos locais ou agentes que acompanhem os agricultores e as agricultoras familiares com os sindicatos orientando as ações a serem desenvolvidas nos municípios. Para tanto, é necessária a existência de um programa de acompanhamento específico para os agricultores em processos de transição agroecológica.
5. Redução da burocracia no acesso às políticas, ao mesmo tempo em que se aumenta o controle para reduzir fraudes.
6. Melhorar o acesso às informações sobre as políticas para a agricultura familiar.
7. Uma possível mudança no PRONAF poderia ser, além de considerar os subsistemas de maneira integrada, que a organização responsável pelo acompanhamento da proposta pudesse estar junto com os/as agricultores/as decidindo sobre a melhor forma de utilizar os recursos. Isso demandaria, naturalmente, preparo dos profissionais e do próprio sistema de implementação da política, o que remete à necessidade de uma assistência técnica facilitadora de processos, que dê conta das especificidades e tenha capacidade de leitura da realidade complexa e diversa. Nessa perspectiva, a diversidade de aportes (poder público, ONG's, movimentos) na dimensão da assistência técnica precisa dialogar com as premissas da sustentabilidade e da concepção agroecológica.
8. Ainda com relação ao PRONAF, é necessário ter contratos mais simplificados e um maior prazo de carência em linhas voltadas à transição agroecológica. As linhas do PRONAF voltadas para os agricultores agroecológicos devem ter subsídio, na forma de juros menores que os das outras linhas, e serem mais flexíveis em relação ao uso do dinheiro.
9. É muito relevante o reconhecimento das ONG's, associações e cooperativas da agricultura familiar como organizações prestadoras de serviços de ATER, pois isso garante o devido acompanhamento dos projetos que estão diretamente relacionados ao processo de transição agroecológica.



Específicas

1. A experiência dos fundos rotativos solidários é um interessante sistema de mobilização da poupança local e de prestação de serviços financeiros numa escala em que os pesados mecanismos de financiamento oficial não chegam. O debate recente em torno da formulação de uma política nacional de fundos solidários pode ser um passo importante.
2. Organização de mais espaços para comercializar produtos agroecológicos nas feiras tradicionais e/ou feiras agroecológicas.
3. Melhoria dos acessos para o escoamento da produção: construção de pontes, recuperação estradas e apoio ao transporte de mercadorias dos sítios até os pontos de comercialização.
4. Agilizar e facilitar o acesso à DAP individual e à DAP jurídica em larga escala junto às famílias no território.
5. Providenciar o licenciamento ambiental dos assentamentos que ainda não possuem.
6. Melhorar as formas de acesso dos filhos de agricultores às escolas agrícolas (EFAS).
7. Inserção dos alunos do Instituto Federal de Barreiros (PE) e outros semelhantes em estágios na agricultura familiar.
8. Monitorar o programa PAIS, sugerindo adaptações à tecnologia a partir das experimentações dos/as agricultores/as no território.
9. Apoiar as iniciativas protagonizadas pelas famílias agricultoras no campo da recuperação ambiental e da biodiversidade da mata atlântica no território.

Fonte: estudos de caso, 2011/2012.

A recente divulgação do Projeto de Lei para criar uma Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) é um marco propício para que a sociedade civil leve essas e outras propostas para o debate nacional. Segundo informação oficial, divulgada pela assessoria de imprensa do Palácio do Planalto, a proposta do governo é de uma agência que estimule ganhos de produtividade e de renda para os agricultores familiares mediante o acesso a inovações e assistência técnica em todas as etapas da atividade produtiva através de parcerias com empresas públicas e escritórios privados.

Propõe-se uma agência de atuação integrada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com finalidade de fomentar a transferência de tecnologias geradas por essa empresa estatal e promover a soberania alimentar e a vocação do país como grande produtor mundial de alimentos. A Agência terá início com um orçamento de R\$ 1,3 bilhão e pretende funcionar nos moldes da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que têm uma visão fortemente empresarial e pró-mercados externos. Na sua estrutura interna, a informação oficial destaca que:

O conselho de administração terá cinco representantes do governo federal e quatro de entidades de produtores rurais. São elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O presidente da

ANATER integrará o Conselho Deliberativo da EMBRAPA (...) O órgão terá ainda um Conselho Assessor Nacional, composto por entidades públicas e privadas de representação ou atuação no meio rural. Esse conselho vai propor e analisar as diretrizes da ANATER, para orientar o cumprimento de suas atribuições. (PALÁCIO DO PLANALTO, 2013)

Ainda, a nova agência poderá “credenciar atividades públicas e privadas, qualificar profissionais, contratar e disponibilizar serviços, monitorar e avaliar resultados e acreditar as entidades quanto à qualidade do serviço prestado”, o que faria dela um interlocutor institucional de primeiro nível por sua capacidade de atuação e regulação no tocante a ATER no Brasil. Finalmente, o release divulgado pelo Governo Federal a respeito da ANATER indica as áreas de atuação prioritária do novo órgão, definindo-as nos seguintes termos:

Em atuação conjunta com a Embrapa, a ANATER vai concentrar sua atuação na assistência à cadeia produtiva do leite em microrregiões prioritárias, **aos agricultores do semiárido nordestino, ao desenvolvimento do Programa Agricultura de Baixo Carbono, Agroecologia e Produção Orgânica (ABC)**, e no acesso a tecnologias avançadas, como agricultura de precisão e automação e cultivo protegido. (...) O financiamento ao desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira é uma das prioridades entre as modalidades de crédito fomentadas pelo governo federal. Pelo Programa ABC, que financia tecnologias que aumentam a produtividade com menor impacto ambiental, o volume de recursos passou de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,5 bilhões, com taxa de juros de 5% ao ano. (PALÁCIO DO PLANALTO, 2013) (Negrito não é do original).

A criação da ANATER implica potencialidades e riscos. Qual será o paradigma hegemônico na nova Agência que determinará, na real, quais as ações e projetos que vão merecer o seu apoio e atenção? Como os estudos de casos nos demonstram, as tendências passadas e presentes falam que o paradigma da “revolução verde” segue predominante; inclusive, em tempos que todo mundo fala em “sustentabilidade”, esse paradigma tende a se reciclar e se apresentar como “bom para a natureza”, pois a aplicação de tecnologias de ponta seria menos agressiva com o meio ambiente e traria mais ganhos de produtividade com menos insumos, etc. As falsas soluções tecnológicas, porém, têm demonstrado, no passado, sua incapacidade de construir novas formas de agricultura que sejam realmente sustentáveis no sentido da agroecologia. Assim, a definição desses arranjos está aberta para que a sociedade civil e as organizações da agricultura familiar incidam em sua orientação e prioridades institucionais, sendo um campo de disputa do qual não podem se subtrair.

7. CONCLUSÕES

Acreditamos que seja esse o capítulo mais desafiante do presente trabalho. Que *conclusões* podemos extrair de toda a informação analisada? As experiências de transição agroecológica em andamento em todos os territórios são, com certeza, mais ricas e instigantes do que a nossa análise pode exprimir. Ainda assim, as evidências que cada um dos estudos traz à tona apontam para alguns elementos críticos que são comuns a todos os casos, nos permitindo ter uma certa visão do conjunto e facilitando, até certo ponto, algumas reflexões que possam ser tomadas como pontos de partida para novas reflexões e debates. A palavra “conclusões”, portanto, é enganadora, pois, se tratando de processos em aberto, nada é conclusivo nem definitivo, todo está em construção.

Seguindo a ordem expositiva que traçamos no documento, um primeiro conjunto de questões diz respeito ao perfil dos territórios considerados nos estudos de caso: da região litorânea aos sertões nordestinos, considerando a Zona da Mata no Sudeste e a região do Contestado no Sul, os territórios mostram toda a potência de seus povos e todas as contradições que o modelo de desenvolvimento historicamente seguido tem alimentado, além de uma herança de superexploração da natureza e das populações locais. Todo isso forma o pano de fundo que devemos levar em consideração quando pensarmos na transição agroecológica e nas dificuldades e oportunidades com que ela se defronta.

Os territórios e regiões analisados não apresentam uma realidade uniforme e são diversos no tocante ao padrão de desenvolvimento específico que neles se estruturou (lavouras ou atividades dominantes, estruturas de poder, questão fundiária), mas existem alguns elementos comuns. Em todos os casos, chama a atenção a enorme importância da agricultura familiar, mesmo naqueles em que ela tem sido compelida a se especializar. Os estabelecimentos da agricultura familiar dominam tanto em relação à quantidade, somando mais de 200 mil estabelecimentos em todos os territórios, como no relativo à produção alimentar, dada a sua diversidade e qualidade e porque a lavoura convencional se especializa em gêneros de exportação. Em quase todos os casos, porém, vemos uma extrema concentração da propriedade de terra, o que favorece os estabelecimentos da agricultura patronal. As trajetórias de desenvolvimento seguidas têm levado a uma predominância de atividades extensivas e extrativistas, alvos da “modernização” desde os anos 1970, mas com altos impactos ambientais e sociais.

Nessa conjuntura, a relação entre a agricultura convencional moderna e a agroecologia tende a favorecer a primeira. Em alguns territórios predomina a cana-de-açúcar; em outros, o gado e a cana ou combinações como gado e sisal, fruticultura irrigada, fumicultura ou cafeicultura, além de haver casos de presença de atividades extrativas (mineração, petróleo). Contudo, o padrão dominante é *extensivo, intensivo e depredador a curto e longo prazo*. Nesse contexto, apesar dos sérios obstáculos que enfrentam, tanto econômicos como técnicos e organizativos, vemos a existência de redes de apoio à transição agroecológica e importantes experiências em curso. A medida do desafio que a agroecologia enfrenta nos territórios está dada pela situação em que ela se insere e tenta florescer.

Por tal motivo, ganha ainda maior relevo constatar a enorme riqueza e a variedade de experiências agroecológicas em andamento. Essas experiências se relacionam historicamente com as trajetórias de resistência e organização camponesa: elas não surgiram “do nada”, mas como resultados das redes de articulação, experimentação, incidência e luta social que formam um patrimônio das comunidades camponesas em todos os territórios e regiões estudados. Diversos atores têm confluído na conformação de *territórios de resistência frente ao modelo dominante*; dentre esses sujeitos, encontramos organizações vinculadas à igreja católica (Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais Sociais), à sociedade civil (entidades que formam a Rede ATER Nordeste e outras semelhantes são excelentes exemplos) e, fundamentalmente, às comunidades camponesas, como os sindicatos de trabalhadores/as

rurais, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as associações e cooperativas diversas que fomentam a construção de alternativas no dia a dia das famílias.

Essas experiências de resistência à agricultura convencional patronal e à imposição de modelos de desenvolvimento que os excluíram são centrais para entendermos a luta atual pela transição agroecológica e a capacidade que essas organizações têm para, inclusive, negociar *vis a vis* com as autoridades do governo sobre o rumo das políticas públicas que dizem respeito à agricultura familiar. Nem todos os territórios apresentam as mesmas condições de desenvolvimento da autonomia campesina perante os governos e a agricultura convencional, mas em todos eles vemos esse movimento como parte intrínseca da conformação de espaços próprios, que lhes garantam estabilidade e viabilidade enquanto agricultores, em contraposição aos paradigmas que buscam integrá-los de forma subordinada.

Como indicamos neste trabalho, a existência de redes de camponeses e organizações locais **opera como um poderoso fator crítico da transição agroecológica** potencializando a capacidade das famílias e dos atores da sociedade civil de se engajar, de fato, em práticas produtivas sustentáveis, tanto econômica quanto ambiental e socialmente, em contextos que, mormente, favorecem aqueles produtores que reproduzem as formas convencionais e especializadas da agricultura.

Por outra parte, sem exceção, os estudos de caso nos demonstram que a transição agroecológica é o melhor caminho a seguir para garantir vida digna, renda, alimentação saudável, soberania alimentar e autonomia produtiva às famílias agricultoras. Ademais, a pesquisa mostra que, quando comparados com os da agricultura convencional, os estabelecimentos agroecológicos são mais eficientes na alocação dos recursos produtivos e na obtenção de resultados econômicos intermediários e finais. As experiências com agroecologia geram mais renda devido ao alto nível de fluxos internos nas unidades produtivas e, ao mesmo tempo, garantem uma inserção autônoma nos mercados, pois não dependem de atravessadores nem de empresas externas, além de não dependerem de insumos vindos de fora para garantir a continuidade do processo produtivo.

Fora as questões de ordem econômica, o engajamento na transição agroecológica favorece o desenvolvimento de redes de solidariedade, experimentação e comercialização que reforçam o papel de sujeitos ativos dos agricultores familiares para além de meros beneficiários de determinadas políticas públicas. As experiências de bancos de sementes, fundos rotativos solidários, feiras agroecológicas e experimentação coletiva contrastam, de forma gritante, com a realidade de dependência financeira, de insumos e de mercados que os agricultores familiares não agroecológicos estão vivenciando nos territórios.

Ademais, a agroecologia favorece outro tipo de relação com o meio ambiente, pois o tipo de produção que promove precisa e pressupõe um equilíbrio interno dos fatores que faça o estabelecimento sustentável a curto e longo prazo. Essa racionalidade produtiva também contrasta com a forma como são geridos os estabelecimentos convencionais, nos quais são utilizados agrotóxicos, herbicidas e adubos sintéticos para manter uma produção altamente especializada e, portanto, com baixíssimos níveis de diversidade interna. No primeiro caso, a relação com o meio ambiente é complementar e sustentável; no segundo, invasiva e insustentável. Ao mudar a forma de se relacionar com o meio ambiente, muda-se também a forma de se relacionar com os outros produtores, que não são vistos como ferozes concorrentes, mas como parceiros de uma mesma causa, o que ocasiona o alto índice de associatividade vinculado à agricultura familiar agroecológica que observamos nos territórios em análise.

Outro tema que chama a atenção para estas *conclusões* tem a ver com o papel da assistência técnica não oficial como parte do processo de transição agroecológica. O papel desempenhado pelas organizações não governamentais como suporte técnico, financeiro e até político dos projetos voltados, nos territórios, à transição agroecológica merece ser ressaltado como um componente essencial dos avanços experimentados na matéria. Suas competências técnicas têm se aliado à causa das famílias agricultoras que buscam sair do paradigma dominante

e diversificar sua produção, ganhar autonomia e estabelecer novos padrões na gestão de seus estabelecimentos. Ademais, sua capacidade de mediação tem lhes permitido cumprir uma função como facilitadores do diálogo e da disputa com as entidades estatais voltadas para a agricultura familiar, contribuindo para definir a forma como as políticas públicas são implementadas e dando suporte à capacidade das organizações de agricultores e das famílias de aproveitar as oportunidades abertas pela política pública.

As políticas públicas têm um papel relevante, mas de menor peso relativo quando consideradas do ponto de vista da transição agroecológica. A questão é que não existe uma política integrada que expressamente se proponha favorecer este tipo de transição, o que ocasiona que algumas políticas, como o PRONAF, embora destinem uma importante parcela de recursos ao financiamento da agricultura familiar, não tenham sensibilidade a respeito da agroecologia. A crítica ao PRONAF, por exemplo, reside justamente na sua tendência a enquadrar as famílias nos moldes da agricultura convencional e, ademais, sem um adequado acompanhamento técnico. Algo parecido pode se afirmar em relação à política nacional de ATER, insuficiente e inadequada para promover uma nova forma de agricultura nos territórios, que condiga com a luta por agroecologia que vem sustentando uma parcela importante das famílias agricultoras.

No caso do PAA e do PNAE, estas políticas têm sido mais favoráveis ao criarem mercados institucionais que fomentam o escoamento e comercialização da produção das famílias, favorecendo até mesmo processos organizativos para acessar os recursos disponibilizados por ambos. Os dois programas são importantes fontes de renda e garantem sustentabilidade aos estabelecimentos agroecológicos; num dos territórios (Borborema) inclusive se menciona a existência de sinergias positivas entre o PAA e a experimentação com sementes locais. Porém, ainda subsistem alguns problemas e entraves que diminuem seu potencial efeito positivo. Ademais, a falta de encadeamento com outras políticas públicas inibe mais famílias a se beneficiarem da implementação de ambos os programas.

O quadro geral é complexo e dinâmico. A transição agroecológica não é uma realidade consolidada na maioria dos territórios (inclusive, daí o termo 'transição'), mas vemos avanços muito importantes que falam de sua extraordinária potencialidade. O contexto em que essas experiências se desenvolvem não é o mais favorável, pois tanto institucional quanto economicamente predomina uma tendência a favorecer as formas convencionais de agricultura, o que tem relação com uma determinada correlação de forças nos territórios, ou seja, a questão tem uma dimensão eminentemente política e não apenas técnica.

As políticas públicas precisam ser repensadas e rearranjadas para que sejam sensíveis às questões levantadas pela agroecologia, superando inclusive o preconceito existente com relação a esta alternativa em termos de que ela seria ineficiente e incapaz de garantir alimentação em maior escala e qualidade para além do núcleo familiar, algo completamente equivocado à luz das evidências. O que falta é, de fato, um estímulo adequado, que permita às famílias interessadas na transição agroecológica viabilizarem suas atividades com pleno suporte de políticas públicas, em pé de igualdade com aquele fornecido às outras formas de exploração agropecuária.

Ao considerar na análise dois casos complementares das regiões Sul e Sudeste, apesar de suas diferenças em aspectos como os processos de ocupação do solo e povoamento, podemos apreciar as grandes semelhanças existentes no tocante às dificuldades e às potencialidades da transição agroecológica. Nessas regiões, da mesma forma que no Nordeste, a tendência predominante tem sido a especialização produtiva e o uso predatório dos recursos por parte dos grandes produtores agropecuários. Historicamente, a disputa pela terra tem refletido o caráter excludente das explorações rurais: a exploração da madeira, a expansão da cafeicultura e, mais recentemente, da fumicultura e da sojicultura têm sido possível sobre a base de um maciço apoio estatal, tratamento muito distinto daquele dispensado à agricultura familiar.

Também nestas regiões do país, entretanto, os estudos de caso mostram a existência de uma agricultura familiar de enorme significação, tanto por seu peso quantitativo e trajetória

histórica como por sua contribuição para a produção alimentar. Ademais, as várias experiências de transição agroecológica narradas nos estudos permitem afirmar que se trata de uma alternativa viável sob todos os pontos de vista, ainda mais ao considerar a existência, como no caso do Nordeste, de importantes redes sociotécnicas e sociopolíticas que cumprem papel destacado na construção de alternativas agroecológicas, faltando apenas um maior estímulo por parte das políticas públicas para desenvolver plenamente o seu potencial.

A realização deste trabalho e a consideração do conjunto das informações contidas nos estudos de caso nos permitem vislumbrar um horizonte favorável para a agricultura familiar, mas deixam a condição de entender que, no coração do processo, o que há é uma disputa entre paradigmas, entre formas contrastantes de entender a agropecuária. Essa disputa remete, em última instância, ao debate sobre a crise civilizatória e as alternativas que podem viabilizar um caminho que aponte em outra direção não apenas para os agricultores familiares do Brasil ou de algumas de suas regiões, mas do planeta como um todo.

De fato, não é exagero afirmar que o que está realmente em jogo nessa disputa é uma transformação profunda da relação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmos na medida em que a transição agroecológica implica, simultaneamente, outras *transições*: da relação instrumental com a natureza para outra, baseada na complementariedade; do trabalho alienado para o trabalho livre, autônomo e associativo; de políticas públicas voltadas para arranjos excludentes para outra, cada vez mais democrática e inclusiva, etc.

Esperamos que este material possa servir para alimentar essas discussões entre os membros da Rede ATER Nordeste e seus parceiros que colaboraram com a realização dos estudos de caso, contribuindo para todos eles entenderem melhor o seu próprio papel, suas limitações e suas potencialidades. Repensar o mundo é também nos repensar. Desejamos, então, que este documento permita observar tendências e pontos de questionamento que precisam ser potencializados, amadurecidos ou corrigidos como parte da caminhada por uma nova agricultura no Brasil.

Finalmente, cabe encorajar os leitores para a leitura dos estudos de caso. O presente documento apresenta apenas as tendências gerais. A riqueza de cada situação particular está contida nessas valiosas pesquisas que, no diálogo com as organizações locais, têm permitido aperfeiçoar o conhecimento sobre a realidade da transição agroecológica em vários territórios e regiões do Brasil.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTUDOS DE CASO

- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA. **Políticas públicas e as trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Borborema, Paraíba**, 2012.
- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA [2]. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Irineópolis, Território do Planalto Norte, Santa Catarina**, 2011.
- Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA). **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sertão do Araripe, Pernambuco**, 2011.
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (CDAS). **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Mata Sul de Pernambuco**, 2012.
- Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA). **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território dos Vales de Curu e Aracatiçu, Ceará**, 2012.
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM). **Território da Serra do Brigadeiro. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**, 2004. Disponível em: (sit.mda.gov.br/download/.../ptdrs_territorio078.pdf). Acesso em: 29/07/2013.
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM). **Transição agroecológica e políticas públicas na Zona da Mata de Minas Gerais**, 2012.
- DIACONIA. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sertão de Apodi, Rio Grande do Norte**, 2012.
- Fundação APAEB et. al. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sisal, Bahia**, 2012.
- Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às comunidades (PATAC). **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano**, 2012.
- Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações Não-Governamentais do Nordeste (Rede ATER Nordeste). **Geração e disseminação de conhecimentos agroecológicos a partir da mobilização e sistematização de experiências da agricultura familiar na região Nordeste do Brasil**. Recife. 2008.
- Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP). **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Baixo Sul da Bahia**, 2012.

PÁGINAS DA INTERNET


- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Portal da Cidadania. Disponível em: (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>). Acesso em: 20 -25/04/2013.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012**. Disponível em: (<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>). Acesso em: 20/06/2013.

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Paraíba**. Disponível em: (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>). Acesso em: 25/04/2013.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Palácio do Planalto. **ANATER vai estimular ganho de produtividade e renda dos agricultores rurais com acesso a inovações e à assistência técnica**. Disponível em: (<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/anater-vai-estimular-ganho-de-produtividade-e-renda-dos-agricultores-rurais-com-acesso-a-inovacoes-e-a-assistencia-tecnica>). Acesso em: 22/06/2013.





**ESTUDOS
DE
CASO**



POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO VALES DO CURU E ARACATIAÇU, CEARÁ

Organização responsável:

Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria
ao Trabalhador (CETRA)

Equipe responsável

Maria Neila Ferreira dos Santos
Luís Eduardo Sobral Fernandes
Gleyciane Bezerra Teles
Carlos Sergio Veríssimo
Wesley Matias Lopes

Fortaleza, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO DOS VALES DO CURU E ARACATIAÇU

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, de crédito e de estímulo à agricultura familiar na trajetória de agroecossistemas selecionados no Território Vales do Curu e Aracatiaçu, no Ceará, visando observar em particular a influência destas políticas públicas sobre a transição agroecológica e tendo como ponto de partida as experiências desenvolvidas pelas famílias agricultoras em territórios de atuação das organizações que fazem parte da Rede ATER Nordeste.

O Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA) foi a entidade responsável pela pesquisa no território. Para tal fim, realizou-se, primeiramente, uma coleta de materiais publicados sobre o território alvo do estudo, na qual se priorizou a formulação um diagnóstico para ter-se o panorama atual dos casos estudados e, principalmente, para construir a trajetória da agricultura familiar neste território. Este diagnóstico trouxe à tona algumas informações relevantes para a compreensão da dinâmica do território acerca de questões como a estrutura agrária prevalecente e a luta pela terra, as percentagens de população rural e urbana, indicadores socioeconômicos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) versus o Produto Interno Bruto (PIB), aspectos relativos ao meio ambiente, às políticas públicas e privadas, às atividades econômicas presentes e passadas e às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e seus principais impactos na região.

Uma oficina foi realizada com instituições que executam assistência técnica e trabalham com agricultura familiar para construir a trajetória da agricultura familiar no território antes e depois da “revolução verde” e analisar a influência do acompanhamento técnico de instituições governamentais e não governamentais na escolha das famílias a serem estudadas. Estiveram presentes agricultores familiares, feirantes, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Itapipoca, Tururu e Itapajé, o CETRA, o Instituto SESEMAR, a EMATERCE e a Rede de Agricultores Agroecológicos de Itapipoca.

A escolha das famílias foi pautada por vários critérios, com a finalidade de observar diversas trajetórias familiares. Assim, escolheu-se uma família que recebeu acompanhamento técnico de instituição governamental, duas que receberam acompanhamento técnico de instituições não governamentais e uma que não recebeu acompanhamento. Para serem consideradas, as famílias deveriam estar na área de abrangência da região litorânea dos municípios de Itapipoca e Tururu.

Foi realizada uma ida a campo com cada família escolhida para dialogar sobre o seu agroecossistema a partir de considerações sobre o histórico da unidade familiar e o processo de ocupação da terra, as culturas historicamente cultivadas na região e na área, acesso ao crédito, assistência técnica, organização social e fontes hídricas. Na mesma ocasião, elaborou-se o mapa do agroecossistema da família com seus subsistemas e fluxo de produtos e insumos, além da análise econômica do agroecossistema.

O resultado deste trabalho serviu para rediscutir o papel da assessoria técnica da entidade e gerou um importante material para o debate em espaços de conferências, fóruns e reuniões para discussão das políticas públicas para a agricultura familiar no território; daí a importância do retorno deste resultado para as comunidades rurais do território e para as organizações da sociedade civil. De fato, os resultados obtidos foram significativos, assim como a reflexão sobre as informações durante a pesquisa, mas sabemos que ainda há muito a ser estudado sobre políticas públicas para o meio rural. Se conseguirmos, no entanto,

transparecer para a sociedade parte desta realidade, por meio de espaços de debate e da sistematização para a leitura, bem como de suas problemáticas e dos seus avanços, teremos alcançado o papel social do estudo de caso.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO VALES DO CURU E ARACATIAÇU

O Território Vales do Curu e Aracatiçu está situado na região noroeste do estado do Ceará, integrado por 18 municípios, em uma área de 12.143,7 km². Estes municípios têm, entre si, características bem distintas por possuir sistemas geoambientais da serra, sertão e litoral, o que possibilitou formas de ocupação e exploração do solo e atividades econômicas diferenciadas.

Figura nº 1. Mapa do Território Vales do Curu e Aracatiçu



Dados os limites deste trabalho, não pudemos realizar uma aproximação histórica detalhada aos padrões de colonização e ocupação econômica do território. Basta dizer que a pecuária e o estabelecimento de fazendas foram processos socioeconômicos estruturadores da realidade da região como um todo. Já em meados do século XIX, a economia da região se baseava na produção de farinha, rapadura, carne, couro e feijão. As grandes transformações socioeconômicas ocorridas na segunda metade do século XIX dificultaram ainda mais as possibilidades de manutenção econômica das famílias, tanto pela valorização monetária da terra, ocasionada pelo plantio comercial de algodão e pela elevação do valor da terra após a Lei de Terras de 1850, como pela introdução de modificações nas relações de trabalho; os agricultores/as sem terra, então, deslocaram-se em grande quantidade para Fortaleza.

É neste período que a seca assume um novo e impactante significado, como sendo a causa da pobreza, o qual é efetivamente apropriado por elites decadentes e ansiosas por verbas

federais. Assim, instaurou-se a “política da seca”, que nunca resolveu nem poderá resolver a crítica situação de miséria rural no território, pois apenas reforça e reproduz suas causas verdadeiras, como a injusta distribuição da terra e a excludente implementação de políticas governamentais em favor dos grandes proprietários.

O crédito rural estatal, por exemplo, tem privilegiado historicamente esses grandes proprietários, liberando recursos para grandes investimentos como perímetros irrigados, grandes açudes, plantios de monoculturas, grandes criações de gado e aquisição de maquinário agrícola. Enquanto isso, os/as agricultores/as familiares, em sua maioria, arrendavam terra alheia e tinham que produzir “de meia”, dando metade da produção ao proprietário da terra e, ainda, sendo obrigados a vender para o dono com preço muito reduzido. Neste ciclo de exploração, os agricultores/as empobreciam ainda mais. Isso causou grande insatisfação no campo, dando início às lutas pela terra, nas quais o CETRA teve um papel fundamental dando assessoria jurídica aos trabalhadores e às trabalhadoras para a conquista da terra em que vivem.

De fato, o território é fortemente marcado pela disputa da terra, principalmente a partir do final da década de 1970, quando se ali estabeleceram empresas agroindustriais financiadas pela SUDENE que se instalaram em áreas secularmente habitadas pelo povo Tremembé e por trabalhadores rurais. A mobilização social, étnica e política teve o apoio de missionários e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), além da assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na década de 1980, a luta pela terra se deu de forma mais violenta, inclusive com o assassinato de agricultores. Mais recentemente, a luta tem sido contra a instalação de empreendimentos turísticos, os quais desconsideram a posse milenar das terras pelas populações indígenas e costeiras, e contra a instalação de fazendas de criação de camarão em cativeiro, que avançam, principalmente, nos municípios de Itapipoca, Amontada e Itarema.

Contudo, atualmente a agricultura familiar é expressiva no território e se caracteriza por minifúndios, pois a maioria dos estabelecimentos (56% do total) possui área inferior a cinco hectares, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. O número de estabelecimentos da categoria familiar é de 92,9%, superior, portanto, ao da categoria patronal, e absorve 82,5 % da mão de obra na agropecuária do estado.

Mesmo com a fixação das famílias na terra, resquícios desse tempo de exploração ainda persistem na continuidade da lógica da agricultura convencional, além de práticas tradicionais de broca e queima que geram escassez não só de alimento e água, mas também de políticas públicas que efetivamente contribuam para garantir qualidade de vida às famílias no seu lugar. Ao longo do tempo, foi, também, se construindo no imaginário – especialmente de pessoas de outras regiões do país, mas reproduzidas até por nordestinos – a imagem do rural, do semiárido, como quase sempre associada a situações de pobreza, miséria, chão rachado e de pessoas famintas.

Contrastando com esta imagem cristalizada, a pesquisa nos permitiu estabelecer um diálogo com as famílias e com outros atores locais, em termos de refletirmos sobre as práticas produtivas familiares no decorrer da história. A forma como as comunidades e famílias implementam seus cultivos dá continuidade ao manejo realizado, ao longo de anos, pelas comunidades tradicionais, como os indígenas Tremembé, que resistem até hoje na região do Território Vales do Curu e Aracatiaçu e dão exemplo de conservação e preservação da vegetação nativa, inclusive de áreas de preservação permanente, para a manutenção do extrativismo realizado historicamente por estes povos.

Esses agroecossistemas familiares são caracterizados pela diversidade de culturas e atividades; muitas famílias ainda guardam a tradição de plantar de tudo, principalmente para a alimentação da família e a medicina caseira, que, ao longo dos anos, está sendo perdida em função da degradação ambiental, da perda de espaços para o agronegócio e da assistência técnica voltada para a especialização da produção para venda em longa escala para o mercado.

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

Antes de vermos a incidência das políticas atuais, é conveniente nos remontar às primeiras iniciativas de modernização do Território Vales do Curu e Aracatiaçu, instauradas mediante a instalação de agroindústrias e perímetros irrigados para a produção de cana-de-açúcar e coco, chegando a alcançar picos de produção de cana-de-açúcar para a exportação a partir de expressivos investimentos públicos e privados.

O perímetro irrigado Curu-Paraipaba foi iniciado em 1974-1975 e proporcionou amplas mudanças no campo, originando “oásis” encravados no sertão cearense (Bursztyn, 1984 e Diniz, 1997; 2002, *apud* Vasconcelos, 2010). Nos anos seguintes, com novos interesses acoplados às inovações tecnológicas e organizacionais, impõe-se um modelo de irrigação direcionado aos mercados externos. Isto representa, segundo Martins (1991), a entrada da *terra do negócio em terras do trabalho*, esta composta, em grande parte, por agricultores familiares camponeses, os mais atingidos por esse processo, desde a desapropriação até os dias atuais, como nos demonstram os conflitos existentes (Vasconcelos, 2010).

No âmbito da pesquisa agropecuária, podemos citar inicialmente o Centro Nacional de Pesquisa de Caju (CNPCC), criado em 1987, que tinha como foco o aumento da produtividade do caju para atender a demanda do produto por parte da agroindústria tropical. Da necessidade de mudanças no CNPC, acontece uma reestruturação e ele passa a ser chamado de CNPAT em 1993. A EPACE, em paralelo, dá continuidade àquela política, centrando sua preocupação na obtenção de clones de cajueiro anão precoce (EPACE, 1996).

Com o objetivo de estabelecer uma estratégia para incrementar a modernização da agricultura, elaborou-se um documento no qual foram explicitadas as linhas básicas para a integração entre a pesquisa e extensão rural no estado do Ceará (EMATERCE/EPACE, 1988). No entanto, a assessoria técnica governamental estava moldada no modelo do difusionismo, com ações de transferência de tecnologias realizadas sem a participação das famílias agricultoras e com o reforço das universidades e escolas agrotécnicas. Como o retrata uma publicação recente:

Sob os auspícios da tecnologia, alicerçados pela força propulsora da iniciativa privada e com o auxílio dos representantes do Estado, na era do neoliberalismo, gradativamente se instalam as condições para o estado do Ceará se integrar à linearidade do espaço global, com novos meios de comunicação e de informação, transparecendo o que Santos (2008 d) denomina de meio técnico-científico-informacional. É com esse panorama que o espaço cearense é chamado a compor um campo de atração para os investimentos de atividades modernas, como os serviços, turismo, agronegócio. (Vasconcelos, 2010).

Levando em consideração esse histórico de implementação das políticas públicas no território, durante as reuniões com parceiros locais para a elaboração do presente estudo foi debatida a realidade atual em termos de avanços e entraves das políticas públicas na questão da transição agroecológica. Na tabela seguinte resumimos o resultado destes debates, considerando as políticas públicas mais relevantes em curso:

Tabela nº 1. Avaliação coletiva dos avanços e entraves das principais políticas públicas atualmente em curso no Território

Política pública	Avaliação de avanços e entraves
Crédito via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Existe uma incidência negativa desta política dentro do território, como reflete no estudo, por estar atrelado a ela o pacote tecnológico de agroquímicos, principalmente para agricultores descapitalizados e que não receberam assistência técnica. O que há é um forçamento na especialização desses agricultores para culturas agrícolas sugeridas pelos projetistas, principalmente para variedades comerciais, monocultura, irrigação, adubação química e agrotóxicos, o que demanda um alto custo e muita mão de obra. Os agricultores que estão participando da dinâmica da rede de agricultores agroecológicos do território preferem acessar o Fundo Rotativo Agroecológico e Solidário, pois assim fortalecem a dinâmica existente no agroecossistema sem um processo mais burocrático e tem um valor muito abaixo que o do PRONAF, em que o teto máximo na primeira liberação é de R\$ 1.000.
Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu	O modelo da política territorial executada no território visa atender a demanda de cadeias produtivas definidas como prioritárias. Dessa forma, incide para que as famílias se adequem a essas cadeias produtivas, se especializando na cajucultura, caprino e apicultura.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	É uma política que beneficia a agricultura familiar, mas tem algumas críticas em relação à diversidade de produtos, pois algumas escolas dos municípios demandam uma variedade restrita de alimentos, que necessariamente pressiona que as famílias se especializem para produzir alguns produtos. Ainda assim, algumas famílias preferem comercializar seus produtos na sua própria comunidade ou em feiras agroecológicas pelo atraso no pagamento.
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	É uma política essencial para a transição agroecológica, principalmente quando a assessoria reflete uma série de métodos de entendimento sobre a estratégia de convivência da família com o meio. No entanto, nem todas as instituições locais respondem a essa demanda, direcionando muitas famílias ao mercado e, conseqüentemente, especializando-as. Algumas instituições vêm fazendo um trabalho nesse processo de transição agroecológica; dentre elas, estão organizações como o CETRA e outras organizações da Rede Cearense de ATER, com ações de assessoria técnica multidisciplinar em uma chamada pública para Assentamentos Federais pelo INCRA, realizando um importante papel na assessoria articulada em consórcio com quatro instituições (CETRA, COOPASAT e SETAH, pela rede, e ACACE, pelo MST).

Fonte: elaboração própria.

Considerando esse contexto institucional e a partir do intercâmbio e troca de ideias, conhecimentos e perspectivas de abordagens metodológicas, o CETRA, nos últimos 10 anos, tem estimulado o trabalho no campo da agroecologia para a convivência com o semiárido. Por sua vez, a Rede ATER Nordeste, através da articulação de 13 instituições, vem discutindo outro modelo de assistência técnica, não por meio da extensão, mas da construção do conhecimento agroecológico junto com os agricultores e as agricultoras, da valorização de seus conhecimentos e considerando a sua estratégia de convivência com o meio, em busca de consolidar um modelo de agricultura sustentável baseado na ecologia, na organização social, na geração de renda, na autoestima e tendo em conta as dimensões de gênero, raça e etnia.

Deste processo formativo, atrelado às ações de assessoria técnica para a transição agroecológica, pode-se destacar como resultados significativos: a constituição de uma rede territorial de agricultores agroecológicos, a implantação de três feiras agroecológicas e solidárias em municípios do território e a ampliação do número de agricultores e agricultoras que passaram a ser experimentadores/as agroecológicos em suas unidades familiares.

A Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as de Itapipoca é uma expressão contra a lógica convencional de fazer agricultura e reúne, desde 2005, um grupo de cerca de 100 agricultores do território para organizar as ações para o desenvolvimento de uma agricultura familiar agroecológica, baseada na socioeconomia solidária e em relações igualitárias de gênero.

A Rede permitiu a superação de dificuldades práticas através do estreitamento das relações entre as famílias por meio de intercâmbios, cursos, oficinas, reuniões e assembleias, dentre outros espaços informais. Ela ensejou o fortalecimento do debate político sobre agroecologia e socioeconomia solidária no território. A apropriação e a construção de conhecimentos pelos/as agricultores/as fizeram com que as dificuldades tomassem uma dimensão coletiva e, ainda, que o espaço de busca de alternativas se mantivesse dentro do próprio território.

As feiras agroecológicas e solidárias se constituem como uma espécie de extensão das atividades da rede, proporcionando oportunidades para encontros e troca de informações e produtos, além de favorecer uma série de atividades, que vai desde a comercialização dos produtos periodicamente na sede dos municípios até atividades que o grupo realiza para discutir estratégias de ação para fortalecimento dos agroecossistemas e das feiras. Atualmente existem três feiras agroecológicas e solidárias: a de Itapipoca, a de Trairi e a de Tururu.

As feiras permitiram a aproximação dos segmentos envolvidos, fazendo com que a produção dos agroecossistemas chegasse à mesa do povo da cidade pelas mãos das famílias agricultora e estabeleceu, assim, uma nova relação entre o campo e a cidade, pautada na proximidade e na confiança entre produtores e consumidores. Os/as agricultores/as passaram, assim, a desenvolver estratégias de comercialização que se baseavam em planejamentos coletivos sobre o que levar para a feira, em que condições e em que quantidades.

A experiência do Fundo Rotativo Agroecológico e Solidário teve início no ano de 2009 e foi importante para dinamizar os agroecossistemas no que diz respeito à produção agroecológica. Ele tem um comitê gestor para avaliação e liberação dos recursos de acordo com a proposta de cada agricultor/a e tem como critério a família se agregar à rede de agricultores agroecológicos.

O Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária (ETA) se configura como uma agenda territorial, reunindo anualmente as famílias agricultoras da rede de agricultores agroecológicos e demais convidados e parceiros, totalizando algo em torno de 200 pessoas a cada encontro. A programação tem uma série de palestras, intercâmbios em experiências agroecológicas e de socioeconomia solidária, oficinas e um cortejo nas ruas da cidade de Itapipoca para manifestar sua palavra para a sociedade. Além disso, também é elaborada uma carta, como resultado do evento, para incidência em políticas públicas.

Aqui, ganha pleno sentido a análise das trajetórias das famílias estudadas. A partir deste cenário, veremos as experiências de uma família que recebeu assistência técnica governamental

(caso 1), duas que receberam assistência técnica não governamental (caso 2) e uma que não recebeu assistência técnica (caso 3). Vamos fazer uma breve descrição da família e identificar as informações sobre os sistemas de produção e suas relações com o meio externo.

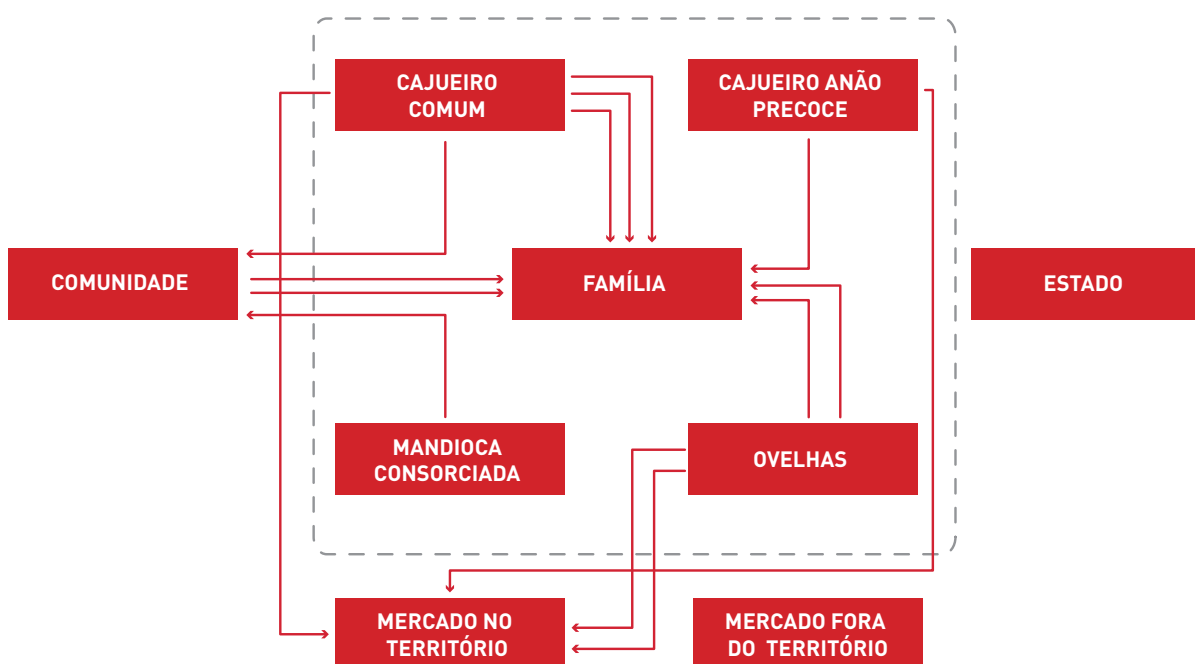
3.1. CASO 1: FAMÍLIA DE JOSÉ CLÁUDIO ROSAS, COMUNIDADE PIRANGI

José Cláudio Rosa tem 34 anos, nasceu e criou-se na comunidade Pirangi, município de Itapipoca. É casado e tem um filho. Gosta, desde pequeno, da agricultura. Sua atividade agrícola teve início quando ganhou, em 2000, de presente do pai, dois hectares de terra para ele plantar e produzir. Daí em diante, começou a trabalhar na terra plantando cajueiro. Dois anos depois, foi procurado por técnicos da EMATERCE para que formasse uma turma de mais 15 pessoas para fazer um curso de enxertia de cajueiro. Na época, ele não sabia o que era a EMATERCE, nem o que fazia, mas aceitou o desafio e convidou os amigos. Anos depois, Cláudio se tornou referência no assunto na comunidade e na região.

Cláudio foi presidente da associação comunitária de Pirangi por dois mandatos (6 anos) e atualmente é o tesoureiro. A associação é denominada de Associação Pró-desenvolvimento dos Agricultores de Pirangi e foi fundada em 2004. A mesma já recebeu um projeto de casa de farinha mecanizada.

Hoje, somente o agricultor trabalha no agroecossistema. Como renda não agrícola, ele ganha R\$ 6.480,00 anuais como auxiliar de serviços gerais, trabalho que realiza no período noturno, e faz manejo com motosserra em cajueiro em outras propriedades durante seis meses. Sua propriedade tem 21 hectares e se divide em quatro subsistemas: três hectares de cajueiro comum e, nesse mesmo espaço, criação de ovelhas; 13 hectares de cajueiro anão precoce e dois hectares de cajueiro gigante e mandioca consorciada com o milho.

Figura nº 2. Fluxograma de produtos, agroecossistema de José Cláudio



O agricultor comercializa quatro produtos para o mercado do território: castanha, ovelha, mandioca e esterco; consome nove produtos e vende um para a comunidade. Existem 13 interações de insumo, onde podemos ver a relação com o estado através do fornecimento por este de clones de cajueiro anão precoce e vacinas. Foi observada a existência de dependência de insumos no subsistema mandioca consorciada e de dependência de renda para o pagamento de mão de obra no subsistema cajueiro anão precoce, o que pode ser uma complicação no futuro caso tenha problemas com a produção ou preço. É interessante citar que a diversidade do sistema é baixa, gerando pouca quantidade de insumos para o agroecossistema.

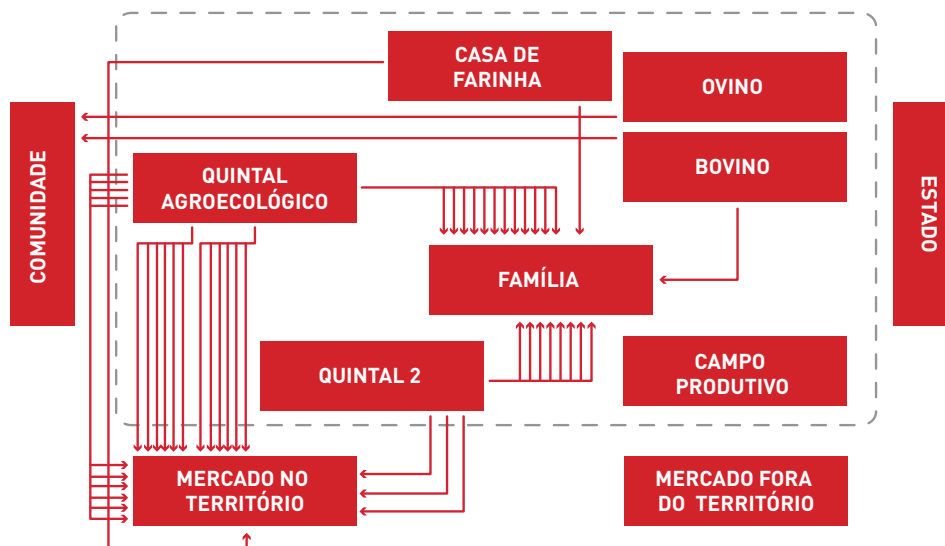
3.2. CASO 2: FAMÍLIA DE ADERBALDO MOURA DE ARAÚJO E CONCEIÇÃO IRINEU ARAÚJO

A família mora há 13 anos na comunidade Torém, no assentamento Córrego dos Tanques, município de Itapipoca. O agroecossistema está situado na região litorânea do município e possui oito hectares, onde se desenvolve um trabalho, na unidade familiar, voltado para o manejo agroecológico. O casal tem cinco filhos, dos quais dois ainda moram em casa. Atualmente, a família é considerada de agricultores experimentadores, feirante da Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca e coordenadora da Rede de Agricultores Agroecológicos/as e Solidários/as do Território Vales do Curu e Aracatiaçu. Em 2008, Aderbaldo participou do curso de multiplicadores/as em agroecologia, que influenciou sua maneira de pensar e praticar agricultura, fazendo com que ele se voltasse para uma produção agroecológica.

Antes, Aderbaldo trabalhava na sua propriedade com uma área de produção em sequeiro, onde dependia do período chuvoso para plantar, e boa parte do tempo o sistema ficava ocioso. As práticas culturais eram, principalmente, a agricultura de subsistência através de desmatamento, queima e plantio de algumas culturas como mandioca, milho e feijão. Além disso, ele construiu uma casa de farinha para beneficiar o produto principal, que é a mandioca.

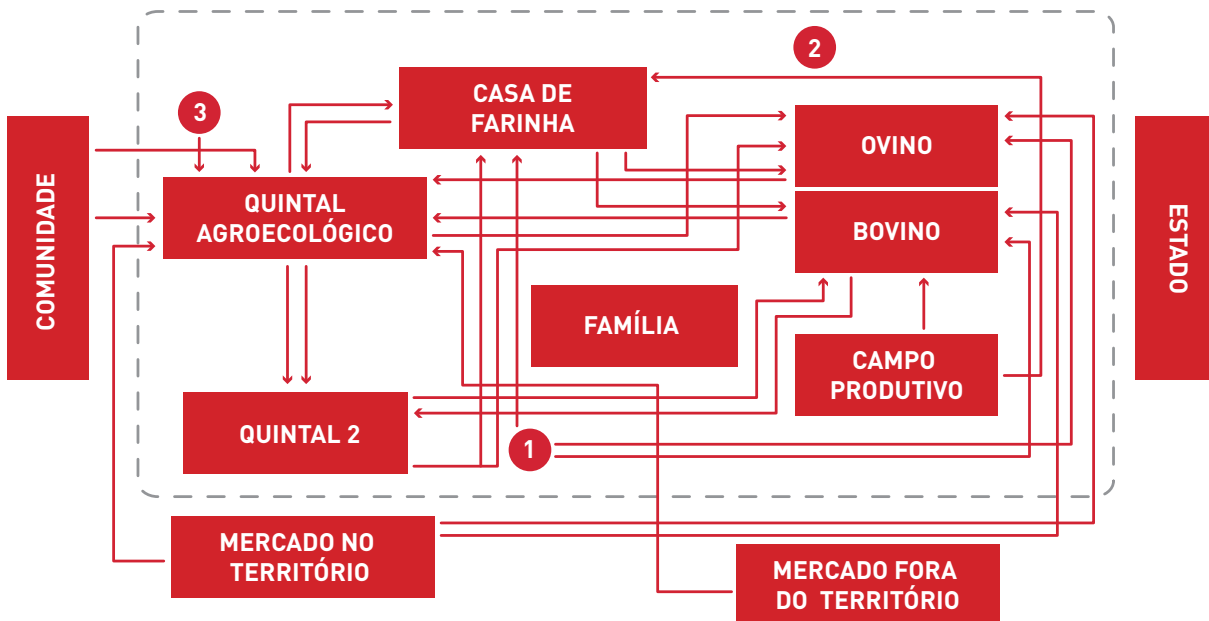
O agroecossistema tem seis subsistemas: quintal agroecológico, quintal 2, campo produtivo, bovino, ovinos e casa de farinha. Ele possui uma grande diversidade, o que gera sustentabilidade para a propriedade principalmente pelas interações e número de produtos que visualizamos nos fluxos. O agricultor não é dependente de um subsistema, pois retira sua renda em quantidades similares de todos e, assim, possui estabilidade.

Figura nº 3. Fluxograma de produtos, agroecossistema de Aderbaldo



Com relação aos insumos, algumas sementes de hortaliça são adquiridas fora e dentro do território, visando a aquisição de outras variedades para diversificar a produção. Aderbaldo aproveita o esterco dos animais para os quintais e a forragem deste, além da raspa da casa de farinha, para os animais. O pedúnculo do caju é utilizado como ração e os medicamentos são comprados no território. Podemos citar como produção dos quintais, principalmente, as hortaliças e as frutas, como coco, goiaba, manga, abacaxi, limão, banana, mamão, caju, seriguela e graviola. Outros produtos são a batata doce, o coloral de urucum, a farinha, o feijão, a galinha, o carvão, ovinos e carne de gado.

Figura nº 4. Fluxograma de insumos, agroecossistema de Aderbaldo



3.3. CASO 2: FAMÍLIA DE DONA RITA, COMUNIDADE CEMOABA, MUNICÍPIO DE TURURU

Dona Rita é natural de Santana do Acaraú. Ela chegou à comunidade Cemoaba em 1981, atraída pela extração da palha da carnaúba, principal fonte de renda da região na época. Posteriormente, sua família comprou uma pequena propriedade de 0,5 hectare, onde reside até hoje. Dona Rita se associou a Associação da Comunidade de Cemoaba em 1981 e, desde então, participa das discussões de projetos pertinentes, buscando a melhoria da comunidade. Além disso, arrendaram alguns hectares de terras para fazer o plantio de mandioca, milho, feijão e trabalhavam no carnaubal.

Ela é professora municipal, com um salário mensal de R\$ 540,00, totalizando R\$ 6.480,00/ano; também produz artesanatos, tendo uma renda média mensal de R\$ 100,00, totalizando, 1.200,00/ano. Desta forma, sua renda bruta não agrícola é, por ano, de R\$ 7.680,00. A área explorada tem 12 hectares e está localizada na comunidade Batata, possuindo seis subsistemas: cajueiro, quintal, roçado, fruticultura, ovinos e horta. As principais culturas exploradas são milho, feijão, caju, mandioca, macaxeira, batata, jerimum, hortaliças em geral, fruteiras e ovinos. Ela também já acessou o PRONAF C e realizou, com o crédito, um plantio do cajueiro anão precoce.

A família foi assistida, esporadicamente, pela EMATERCE desde quando chegou à comunidade. Eles adquiriram conhecimentos e passaram a adotar as práticas agroecológicas de produção em 2003, devido a um projeto governamental chamado “Vamos Construir Juntos”, apoiado pelo SEBRAE. Em 2004, a UFC, juntamente com o SEBRAE, passou a ministrar alguns cursos

sobre produção e industrialização do caju, tendo como enfoque principal a agroecologia. Dona Rita recebe assessoria técnica do CETRA desde 2009; ela faz parte da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as de Itapipoca e é feirante da Feira Agroecológica e Solidária de Tururu. Dona Rita confecciona artesanatos fazendo crochê e gera mais uma fonte de renda para sua família. A seguir, podemos apreciar os fluxogramas de produtos e insumos relativos à propriedade de dona Rita.

Figura nº 5. Fluxograma de produtos, agroecossistema de Dona Rita

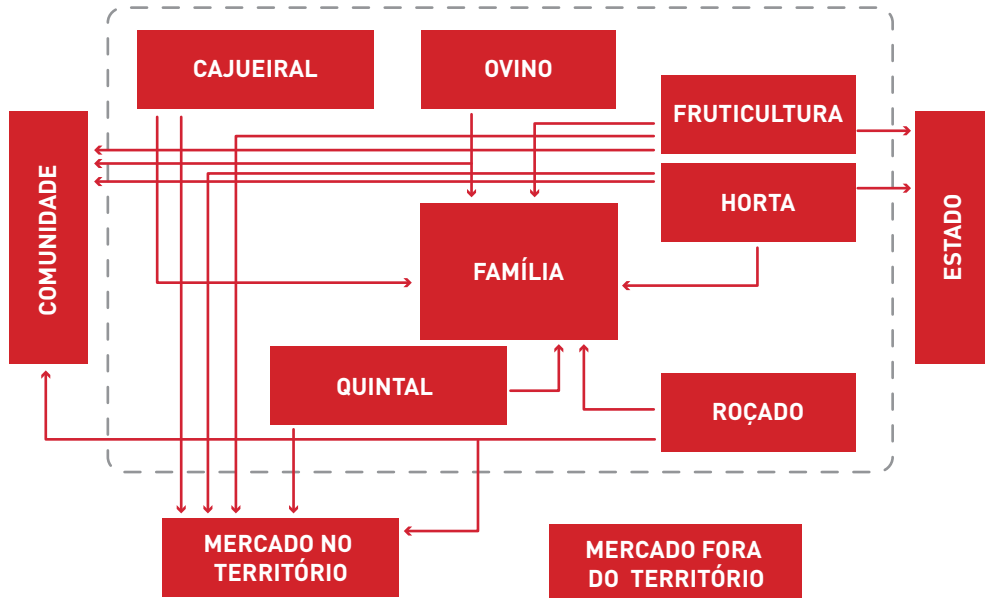


Figura nº 6. Fluxograma de insumos, agroecossistema de Dona Rita

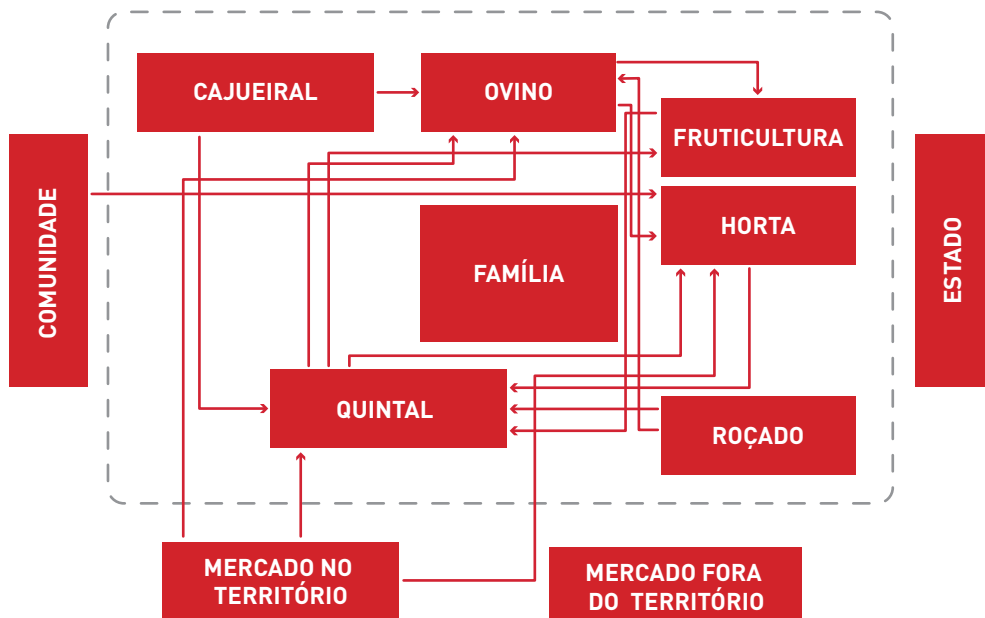
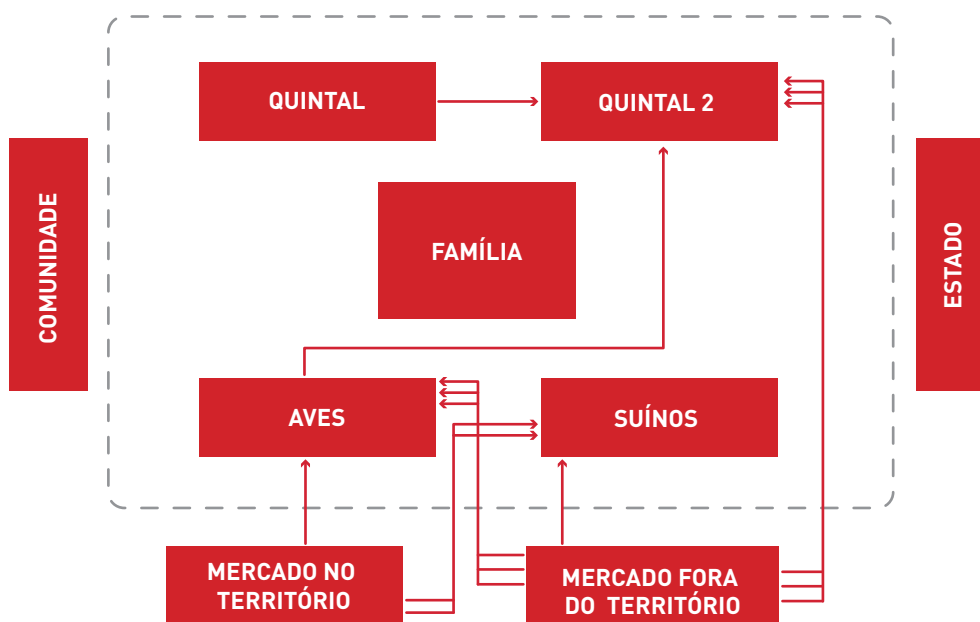


Figura nº 8. Fluxograma de insumos, agroecossistema de Biti



4. CONCLUSÕES

Está evidenciado que as famílias estudadas seguiram trajetórias diferentes; ainda que inseridas nas mesmas realidades ambientais e regionais, tiveram acesso a diferentes tipos de políticas públicas governamentais e não governamentais. Concluímos que os impactos que essas políticas causam são cruciais para a determinação das trajetórias dos agroecossistemas a nível territorial, gerando dependência de insumos ou autonomia, complexificação ou simplificação, diversidade ou especialização, agregação de valor ou não, dentre outros fatores que influenciam na qualidade e no estilo de vida das famílias e em sua relação com o território.

Sobre a transição agroecológica, as famílias que estão neste processo conseguem acessar as políticas públicas e não desestruturar seu sistema, utilizando-as como ferramenta necessária para fortalecimento da sua dinâmica. Algumas famílias, como a de dona Rita, acessaram o PNAE para comercializar o excedente da produção de frutas e hortaliças e, para outros produtos, prefere comercializar nas feiras agroecológicas e cooperativas de produção, que absorvem mais a sua diversidade de alimentos.

Nos casos de Aderbaldo e Conceição e dona Rita, percebe-se que o agroecossistema caminhou para a diversidade de espécies e subsistemas e conseguiu fortalecer as relações internas de intercâmbios de produtos e insumos, como se vê nos quadros de fluxos. Isto se deve ao acompanhamento técnico de acordo com os princípios da agroecologia, através dos intercâmbios, da valorização do conhecimento local, do respeito à estratégia das famílias e do fortalecimento de organizações locais.

Então, podemos afirmar a importância de políticas não articuladas a nível estadual ou territorial, fortalecidas, principalmente, por organizações de agricultores familiares e organizações não governamentais, que desenvolvem metodologias participativas de intercâmbios entre os atores, na construção do conhecimento agroecológico e na convivência com o meio, respeitando as relações entre os seres.

No caso de Francisco Heitor e Maria Carla, observamos o impacto das políticas públicas de acesso ao crédito PRONAF, que causaram uma transformação nos modos de produção da família pela adoção de agroquímicos no seu agroecossistema, além de causar uma alta demanda na mão de obra familiar por um subsistema. Ainda podemos considerar

que a lógica de comercialização foi direcionada para o mercado e antes era para garantir o autoconsumo. Um ponto importante a frisar é a simplificação da estrutura da unidade produtiva por depender de uma série de insumos externos, muitos deles fora do território. Avaliamos esta mudança como também ocasionada pela ausência do poder público de modo participativo e agroecológico, obrigando a família a buscar, com seus próprios meios, o conhecimento.

Na família de José Cláudio, o que aconteceu foi uma influência das políticas públicas de assistência técnica governamental para a especialização produtiva, objetivando a comercialização para o mercado de castanha de caju a partir de clones de cajueiro anão precoce. O objetivo principal foi o aumento da produtividade e geração de renda para o agricultor. Neste caso, a dependência de um subsistema é muito grande, comprometendo a autonomia do sistema como um todo.

É importante visibilizar os resultados das experiências alcançadas, a fim de articular essas iniciativas para produzir conhecimentos e incidir em políticas públicas de acordo com as necessidades da população, bem como fortalecer sua reprodução socioeconômica baseada nos princípios da agroecologia. É necessário, por sua vez, que o poder público estimule a transição agroecológica a partir da compreensão de suas especificidades, pois esta procura adequação entre os meios e o entorno e, portanto, não se reduz a implementação de pacotes tecnológicos convencionais que padronizam a atividade produtiva e a tornam dependente, como também pudemos apreciar, de insumos e mercados cujo preço e estabilidade independem do produtor, aumentando a vulnerabilidade das unidades familiares.

Algumas políticas atualmente em curso no território, como o crédito PRONAF e a assistência técnica e extensão rural, não respondem, de forma satisfatória, aos requerimentos específicos dos agricultores agroecológicos, o que termina por reduzir o impacto positivo que políticas como o PAA e o PNAE, que criam mercados institucionais significativos, poderiam ter em termos de criar mecanismos de comercialização eficientes para as famílias engajadas em trajetórias produtivas alternativas.

A agroecologia baseia-se nos princípios de autonomia e solidariedade. Assim, uma verdadeira transformação do meio rural nordestino passa necessariamente pela discussão sobre como incentivar que mais e mais famílias passem a produzir segundo o paradigma agroecológico, o único realmente capaz de melhorar a sua qualidade de vida em todos os planos, desde o financeiro até o familiar e comunitário.

5. REFERÊNCIAS

LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Pára por uma AGB em Movimento**. São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

MOREIRA, Maria Lúcia de Sousa, M.S., Universidade Federal de Viçosa, Fevereiro de 2000. **Pesquisa agrícola e extensão rural: aspectos e mecanismos delineadores da interação institucional**.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Vales do Curu/Aracatiaçu – MDA/SDT/AMUV. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário

SILVA, UBIRAJARA PATRICIO ALVARES. **Análise da importância da Gestão participativa dos recursos hídricos no Ceará: Um Estudo de Caso**. Universidade Federal do Ceará, Prodem. Fortaleza, 2004

ASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho. Descontinuidades nas estratégias ocupacionais de agricultores familiares em áreas de agricultura irrigada: o caso de Projeto Curu Paraipaba, CE, em cena.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú /Tereza**. Sandra Loiola Vasconcelos. Fortaleza, 2010.

ANEXO FOTOGRÁFICO

Agroecossistema de José Cláudio, especializado e convencional



Agroecossistema Arimateia




Dona Rita cuidando a horta



Quintal produtivo de Aderbaldo e Conceição





**POLÍTICAS PÚBLICAS
E TRAJETÓRIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR
NO TERRITÓRIO DO
SERTÃO DE ARARIPE,
PERNAMBUCO**

Organização responsável:
Centro de Assessoria e Apoio aos
Trabalhadores e Instituições Não
Governamentais Alternativas (CAATINGA)

Ouricuri, 2011

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DE ARARIPE

Com o objetivo de produzir conhecimentos para subsidiar diálogos com gestores de políticas públicas e em espaços de acompanhamento e construção dessas políticas, um grupo de representantes de entidades do Araripe que compõem, hoje, o Fórum Territorial da Região executou, em 2010, uma série de incursões e estudos sobre alguns agroecossistemas familiares. O trabalho também objetivou conhecer melhor a agricultura familiar da região, identificando as suas distintas trajetórias e observando, ainda, a influência das políticas sobre os sistemas familiares de produção da região.

Em um primeiro momento foi formada, entre os integrantes do Fórum Territorial, uma comissão para a realização do estudo, a qual ficou composta da seguinte forma: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA), Fórum de Mulheres do Araripe, Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA) e CAATMA. Estas entidades foram escolhidas, principalmente, por conta da sua atuação abrangente no território. Ao CAATINGA coube a missão de repassar para as demais entidades a ferramenta desenvolvida na Rede ATER Nordeste que permite analisar e medir todas as riquezas geradas em um agroecossistema familiar. As demais entidades ficaram de identificar as famílias a serem estudadas.

Na primeira reunião da comissão, foi realizado um debate a respeito de como cada entidade enxergava a agricultura familiar da região. Na oportunidade, foram mostrados alguns diagnósticos e dados do IBGE. Neste momento, também se identificou as distintas trajetórias dos agroecossistemas familiares da região, tentando sempre relacionar com as políticas públicas voltadas para o setor. De posse dessas informações, a comissão partiu para escolher casos emblemáticos das trajetórias identificadas.

O passo seguinte foi a socialização da ferramenta desenvolvida na Rede ATER Nordeste de modelização e análise econômica de agroecossistema. Neste momento, além da parte teórica, foi realizado um estudo prático de uma família agricultora, a fim de possibilitar uma maior compreensão do grupo acerca do método. A partir daí, outros estudos se sucederam em mais três agroecossistemas da região.

Após a realização dos estudos, os dados foram compilados e apresentados no VI Encontro de Agricultura Familiar da Região (VI ENAFA), o que motivou um debate sobre a agricultura da região e as políticas adequadas para o setor. O desafio agora é aprofundar o domínio da ferramenta, realizar novos estudos com outros atores e construir, no Araripe, argumentos sólidos de defesa da agricultura familiar e de uma proposta de desenvolvimento que permita a inclusão dos atores, assentada em um número cada vez maior de experiências exitosas em bases agroecológicas.

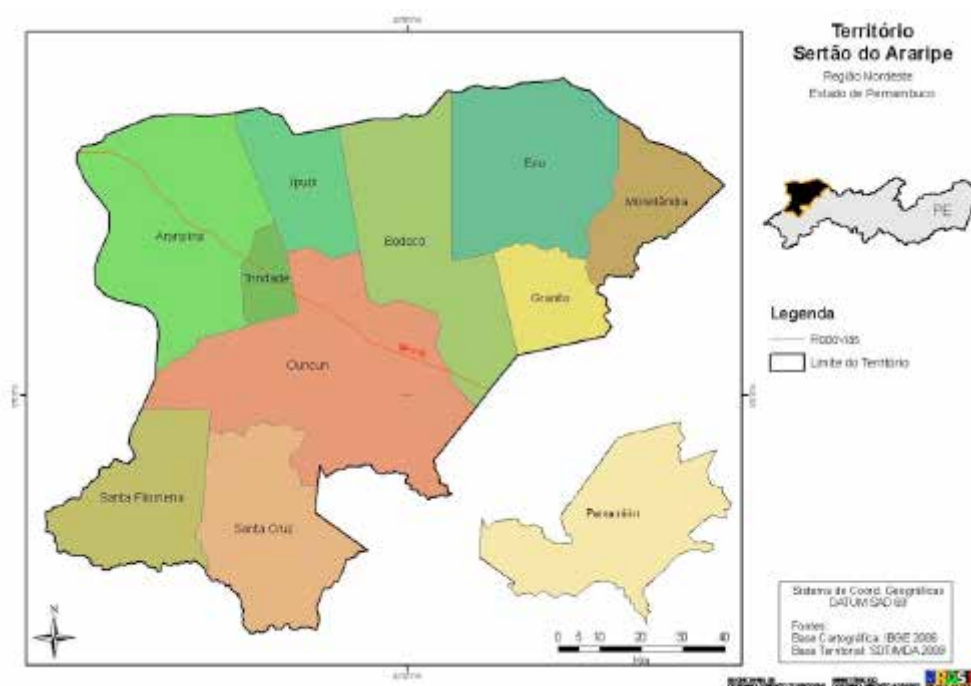
2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DE ARARIPE, PERNAMBUCO

Segundo registros históricos, com o início da pecuária extensiva no final do século XVII e início do século XVIII, muitos portugueses vieram criar seus rebanhos no Brasil, surgindo, assim, a necessidade de se expandir para o interior. O colono que desembarcava no porto de Salvador para criar gado tinha que passar pela Casa da Torre para fazer o contrato de arrendamento do local que iria explorar. De lá, saíram muitos criadores de bovinos que subiram o rio São Francisco, encontraram pastagem e ergueram fazendas. Iniciava-se, deste modo, o povoamento da Civilização do Couro, dando origens às mais importantes cidades do interior nordestino.

E foi da Casa da Torre que o colono português Leonel Alencar Rego e seus irmãos saíram, na primeira década do século XVIII. Passaram pelo sertão baiano e foram se fixar no úmido e fecundo sopé da Chapada do Araripe. Com a decadência do ciclo do gado, muitos fazendeiros retornaram ao litoral, ficando na região os vaqueiros, escravos e índios que foram construindo famílias e povoando o território. Talvez aí se encontre a justificativa da predominância da agricultura familiar na região.

Após o ciclo do gado e do couro, se destacam o ciclo do algodão e da mamona. Ainda podemos encontrar, na região, ruínas de velhas usinas, grandes armazéns abandonados e uma tradicional nostalgia dos moradores mais antigos da Era do “Ouro Branco”, como era chamado o algodão pelo sertanejo.

Figura nº1. Mapa do Território do Sertão de Araripe, PE.



Entre as décadas de 1970 e 1980, o Departamento Nacional de Obras Contra Seca (DNOCS) constrói, na região, vários açudes considerados de médio e grande porte. Sob a ótica de combater a seca, estas obras objetivavam abastecer a região com água para o consumo e produção, mas, como não foi implantado um sistema de adução amplo, a água ficou concentrada e não atendeu a demanda difusa da região, nem tampouco conseguiu abastecer os centros urbanos. Hoje, o abastecimento de boa parte das cidades do Araripe é com água do rio São Francisco transportada pela adutora do oeste.

Observa-se, porém, que nas margens desses mananciais, ou mesmo em perímetros abaixo da parede, se pratica um tipo de agricultura orientada pela lógica empresarial, fortemente dependente de insumos externos e voltada para atender uma demanda de mercado. O impacto dessa prática, no ambiente e nas pessoas, é forte. As análises da água desses mananciais têm mostrado que, em sua maioria, estão impróprias para o consumo humano.

Outro fato marcante na história da agricultura da região foi a lei que obrigava os criadores a cercarem os seus animais. Criada no início dos anos 1980, a lei veio casada com um incentivo de crédito para o cultivo da mamona, mandioca e outros dentro da lógica da **Revolução Verde**, fator que intensifica o uso de agroquímicos nesse período. O sistema de criação de animais também sofre um forte impacto, pois muitas famílias não têm recursos para cercar áreas para criação dos animais e os abandonam ou diminuem, consideravelmente, o rebanho. Com o sistema mais intensivo de criação, surge a necessidade da derrubada da caatinga para formação de pastagens, bem como o uso intenso de herbicida. Somente as famílias que residiam mais distantes dos centros urbanos, onde a concentração fundiária ainda não era tão intensa, conseguiram continuar criando os seus animais soltos na caatinga, pelo menos em uma determinada época do ano.

Na lógica do “progresso”, se instala e se amplia rapidamente na região as indústrias de gesso que utilizam, como fonte principal de energia para a calcinação da gipsita, a lenha da caatinga. É uma “mão na roda” para os criadores, que veem na venda da lenha um incentivo para o desmatamento e implantação dos campos de pastos.

Na década de 1980, após o final do regime militar e a instalação do processo democrático no país, chega à região do Araripe um grupo de pessoas preocupadas com a evolução e a perspectiva da agricultura do país. É instalado, então, o Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTAO), que mais tarde deu origem a ONG CAATINGA. Inicia-se, nessa década, uma série de experimentações junto às famílias agricultoras da região e o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias de produção agroecológica e convivência com o semiárido, que conseguem dar a devida visibilidade para a importância da agricultura familiar e expressar, junto com vários movimentos sociais e outras ONG's, a necessidade da construção de políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar em bases agroecológicas.

No início dos anos 2000, com a intensificação do crédito para a agricultura familiar, o PRONAF, os agricultores do Araripe vivenciaram uma verdadeira corrida ao banco. Dessa vez, a grande maioria dos créditos liberados é para financiar a atividades de criação animal, em especial caprinos e ovinos. Formam-se na região associações municipais de criadores de caprinos e ovinos, com a ideia é tornar os agricultores especializados nesta atividade, produzindo animais de raças ditas “melhoradas” para, assim, atender a demanda do mercado nacional e internacional. Na mesma época, também são construídos grandes abatedouros e curtumes com a pretensão de abater os animais atendendo os requisitos da vigilância sanitária para a exportação. A lógica de cadeias produtivas se estabelece nesse período e, além da ovinocaprinoicultura, são também estruturadas a cadeia da apicultura, da mandiocultura e por, último, a do gado de leite. O que se observa hoje é o endividamento de muitas famílias que acessaram o PRONAF e um forte impacto no meio ambiente pelo desmatamento para formação de pastagens e pelo uso intensivo de herbicida.

Durante a realização do estudo de caso no território do Araripe, a equipe observou que esses fatos históricos, as diversas políticas pensadas e praticadas pelo setor, conduziram a

agricultura familiar da região para distintas trajetórias. Neste sentido, foram identificadas e agrupadas, pela equipe, pelo menos três tipos de agriculturas praticadas hoje no território:

a) Agricultura convencional e especializada: praticada por famílias que, tradicionalmente, já têm uma melhor infraestrutura, que têm mais acesso a informações e são ligadas ou pertencem a algum grupo político da região, tendo facilidade de acesso às políticas públicas e já tiveram oportunidades de acessar linhas mais volumosas de crédito. Destacam-se, nesse sistema, famílias especializadas na criação de bovinos ou caprinos e ovinos; famílias apiculoras que normalmente têm atividades fora da agricultura e praticam a apicultura itinerante, alugando inclusive propriedades na chapada do Araripe para migrar com seus enxames no período de seca. Esse tipo de agricultor/a, hoje, apresenta uma boa capacidade de organização e tem influenciado muito as políticas para o campo que são discutidas no Colegiado Territorial e nos Conselhos Rurais de Desenvolvimento. Na maioria dos casos, são famílias que tem suas propriedades às margens ou próximas a algum grande manancial hídrico. Foram estudados dois casos representativos desse tipo, um especializado na apicultura e outro na caprinocultura.

b) Agricultura tradicional: observou-se que muitas famílias agricultoras, principalmente aquelas com menos posse e que estão mais distantes dos centros urbanos, se mantêm praticando uma agricultura mais tradicional, com o uso de práticas e técnicas desenvolvidas ao longo dos anos e que têm passado de geração para geração. Encontra-se, nessas famílias, um saber que em muitos casos não está escrito em livros ou outro tipo de registro e corre sério risco de desaparecer. Elas também detêm um rico material genético de plantas e animais que, assim como o seu conhecimento, vem, ao longo dos anos, se perdendo. As prováveis razões que mantiveram estas famílias com seus hábitos tradicionais de produção consistem no pouco acesso às políticas públicas, pouca capacidade de investimento em infraestrutura e o isolamento.

c) Agricultura agroecológica: principalmente por conta da ação das ONG's, muitas famílias têm optado por uma trajetória com base nos princípios da transição agroecológica. As razões ou motivos dessa escolha, de acordo com depoimentos das próprias famílias, são diversos, indo desde a necessidade de ter uma vida e um ambiente mais saudável até a forma encontrada para conviver melhor com as condições de semiaridez.

Importante destacar que, na medida em que se aprofundam as análises e estudos, observam-se características de um determinado tipo em outro, mostrando que esta separação facilita as análises e entendimentos, mas, nem de longe, é tão cartesiana assim, não estando, certamente, "cada uma em seu quadrado".

Com relação ao território analisado, é importante indicar que o CAATINGA considera pertencente à região do Araripe o município de Parnamirim, muito embora este não esteja na delimitação oficial do governo. Considerando então este município, a região conta com uma população de 316.862 habitantes. A população rural é um pouco maior que a urbana, com cerca de 163.187 pessoas vivendo na zona rural, ou seja, aproximadamente 51%, de acordo com os dados do IBGE.

O censo agropecuário de 2006 mostrou que existem na região 28.143 estabelecimentos agrícolas. Um estudo feito pela FAO/INCRA, *O novo retrato da agricultura familiar*, afirma que cerca de 98% desses estabelecimentos são considerados da agricultura familiar.

Tabela nº1. Número de estabelecimentos agrícolas x município no Território do Sertão do Araripe (PE)

Município	Número de estabelecimentos
Araripina	7.114
Ouricuri	5.606
Bodocó	3.386
Ipubi	2.386
Exu	2.932
Santa Filomena	1.878
Parnamirim	1.831
Santa Cruz	1.750
Trindade	737
Granito	523
Total	28.143

Fonte IBGE: Censo agropecuário de 2006

Estes números indicam, dentre outras coisas, que a região do Araripe é eminentemente agrícola e com total predominância da agricultura familiar, já que 27.580 estabelecimentos do total caberiam dentro desta categoria. Portanto, o fortalecimento da agricultura familiar e o seu desenvolvimento promoverão, concomitantemente, o desenvolvimento da região. Podemos afirmar, então, que não haverá desenvolvimento verdadeiramente sustentável para a região se não considerarmos a agricultura familiar como atividade econômica viável.

A agricultura familiar tem um papel fundamental na economia da região, muito embora somente nos últimos anos tenha sido vista como potencial econômico, persistindo, ainda, a ideia de que esta é numa agricultura de mera subsistência para as famílias agricultoras. Porém, analisando os números fornecidos pelo FIDEM (2001), observa-se a diversidade produtiva da agricultura familiar da região, com destaque para as culturas temporárias (batata-doce, cana-de-açúcar, cebola, mandioca, tomate, arroz, feijão, melancia e milho) e permanentes (laranja, café em coco, banana, castanha de caju, goiaba, manga).

Na produção pecuária, há um destaque para a criação de cabras e ovelhas e de aves e abelhas, além dos produtos considerados derivados, como o leite de vaca e os ovos de galinha. Para ter uma ideia da capacidade de gerar riquezas da agricultura familiar, em especial no aspecto monetário, podemos utilizar o município de Ouricuri como exemplo. Segundo o site do IBGE Cidades, no ano de 2007 o município conseguiu uma renda de 385 mil reais com a venda de feijão, R\$ 240 mil com mamona, R\$ 234 mil com milho e R\$ 446 mil com sorgo. Mas, para entendermos melhor o contexto da agricultura familiar no território, alguns elementos complementares precisam ser explicitados.

2.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

Flávio Duarte (2004), no *Diagnóstico Sócio Ambiental do Araripe*, destaca que:

Sem sombra de dúvidas, o fator 'organização social' é o centro da luta pelo desenvolvimento humano sustentável. E, seguramente, é a maior contrapartida do Território do Araripe numa parceria entre Estado e sociedade civil para o planejamento e execução de políticas públicas. (DUARTE, 2004).

Esta afirmação se constata tanto nas varias associações e sindicatos hoje existentes no território como na participação nos espaços de políticas públicas como conselhos municipais, Fórum Territorial, etc. O que se observa, porém, é que ainda não existe clareza na defesa de uma proposta de desenvolvimento, tampouco domínio e conhecimento do funcionamento de algumas políticas hoje em vigor no território, como PAA, PNAE e PRONAF, de forma que essas organizações, na maioria dos casos, estão nesses espaços mais validando processos ditos "participativos" do que realmente interagindo de fato na construção de propostas ajustadas às condições da agricultura familiar.

2.2. MEIO AMBIENTE

É crescente, na região, o desmatamento da vegetação nativa para implantação de áreas agropecuárias e, principalmente, para o fornecimento de combustível para a indústria de mineração do gesso. As práticas agrícolas convencionais de agricultura, pecuária e exploração da gipsita vêm colocando a região na condição de área suscetível a processos de desertificação. Neste cenário, as previsões apontam que o tempo de vida da cobertura vegetal ainda existente é muito curto: se estima que desaparecerá nos próximos 42 anos.

Atualmente, o polo gesseiro consome em torno de 1,1 milhões de m³ de material proveniente, quase que exclusivamente, da vegetação nativa; são cerca de 56% do total consumido na região do Araripe. Até 2012, o consumo de lenha por parte do polo gesseiro do Araripe em Pernambuco deverá atingir 1,2 milhão de metros cúbicos ao ano. A própria Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) reconhece a gravidade da situação:

A presença das atuais atividades do polo gesseiro do Araripe concorrem de maneira determinante para o agravamento dos problemas ambientais relacionados ao uso da caatinga como fonte de biomassa para geração de energia. (EMBRAPA, 2006)

O desmatamento e as queimadas destroem a diversidade de culturas, as variedades agrícolas e os rebanhos trabalhados, gerando erosão genética das variedades mais adaptadas à região. Todo esse processo de destruição do meio ambiente impacta negativamente sobre o desenvolvimento da agricultura familiar da região, compromete a diversidade de culturas e variedades agrícolas, os rebanhos e também na produção de alimentos e renda.

2.3. ABASTECIMENTO HÍDRICO

Na região, a infraestrutura hídrica é insuficiente e inadequada. As obras hídricas são pontuais, não integrando um plano de desenvolvimento sustentável, especialmente da agricultura familiar. A água para o consumo humano, doméstico e produtivo é sempre citada pelos agricultores familiares como uma prioridade básica quando se trata da elaboração e execução de políticas públicas destinadas a criar as condições para o desenvolvimento rural sustentável.

Embora o Araripe tenha hoje um bom número de mananciais, com destaque para açudes como o de Entremontes, um dos maiores do estado, localizado no município de Parnamirim e com capacidade de armazenar 339.333 m³ de água, o que qualifica a população do município como uma das que possuem uma das melhores relações estoque/habitantes de Pernambuco, a problemática relativa ao acesso a recursos hídricos está longe de ser resolvida. Mesmo com esta melhor disponibilidade relativa, nem de longe a região tem uma realidade de abastecimento garantida para toda a população, principalmente porque essa água estocada nos mananciais de médio e grande porte encontra-se concentrada, não existe ou são insuficientes os sistemas de adução capazes de abastecer a população mais difusa. O que tem suprido esta demanda são as obras de menor porte, como barreiros, pequenos açudes, poços e cisternas, em especial a cisterna de 16 mil litros que abastece a família com água para beber e cozinhar. Portanto, pode-se qualificar a falta de infraestrutura hídrica como um empecilho ao desenvolvimento de atividades produtivas da agricultura familiar.

2.4. QUESTÕES FUNDIÁRIAS

De acordo com Diagnóstico Socioambiental da Região do Araripe (2004), a sua estrutura fundiária não apresenta grandes desequilíbrios como se verifica na Zona da Mata Pernambucana, onde o latifúndio e o monocultivo predominam. No Araripe, o grande problema fundiário consiste na titulação das terras e nos riscos de grilagem, o que tem dificultado o acesso a alguns programas e políticas governamentais voltados para a agricultura, a exemplo do crédito oficial (PRONAF).

3. INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TRAJETÓRIAS DOS SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO

Hoje, um dos principais espaços de definição de políticas é o Fórum Territorial do Araripe, que observa a agricultura da região por cadeias produtivas. Assim, os planos e as políticas pensados para o território nos últimos 10 anos têm sido todos orientados a atender as demandas dessas cadeias. Neste período, também se constitui uma articulação em torno desta lógica de pensamento, sendo organizados fóruns específicos para as principais cadeias produtivas (ovinocaprinocultura, apicultura, mandiocultura e, em fase embrionária, o Fórum da Bovinocultura). Representantes destes fóruns têm ampla participação no Colegiado Territorial.

Neste ano de 2011, a agroecologia foi bastante pautada nas discussões do Fórum. O Plano de Trabalho de Desenvolvimento Rural Sustentável que orienta as ações do Colegiado Territorial foi

organizado em dois grandes eixos: o primeiro eixo trata do fortalecimento da agricultura familiar agroecológica e o segundo, da estruturação das cadeias produtivas.

Observa-se que os grandes projetos do governo, como o Canal do Sertão, que objetiva transportar água do rio São Francisco em canais abertos para irrigar grandes áreas de cana de açúcar, e o projeto de monocultivo de eucalipto na Chapada do Araripe, não foram pautado nem nos debates, nem no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, muito embora se tenha ciência de que os estudos e a aquisição de terras para esses dois projetos já esteja acontecendo no território.

Avaliamos que experiências de produção agroecológica em curso na região, assim como os diversos diagnósticos e estudos de caso como este, realizado em 2010, foram e são importantes instrumentos impulsionadores do debate e da proposição de políticas públicas para agricultura familiar. A seguir, apresentaremos os resultados dos estudos de caso realizado no Araripe, expressando a riqueza que cada sistema gera e a influência das políticas na sua estruturação produtiva.

É importante lembrar que o grupo constituído para realização dos estudos decidiu observar a agricultura familiar a partir de distintas trajetórias. Para tanto, foram estudados quatro casos: o primeiro especializado na criação de abelhas *apis*; o segundo, na criação de cabras e ovelhas; o terceiro sendo uma família agricultora que pratica agricultura de forma mais tradicional, isto é, sem grandes inovações no seu sistema produtivo e, por fim, uma família que optou pela produção agroecológica agroflorestal.

3.1. A ESPECIALIZAÇÃO NA CRIAÇÃO DE ABELHAS: O CASO DA FAMÍLIA DE MADSON E LUCÉLIA

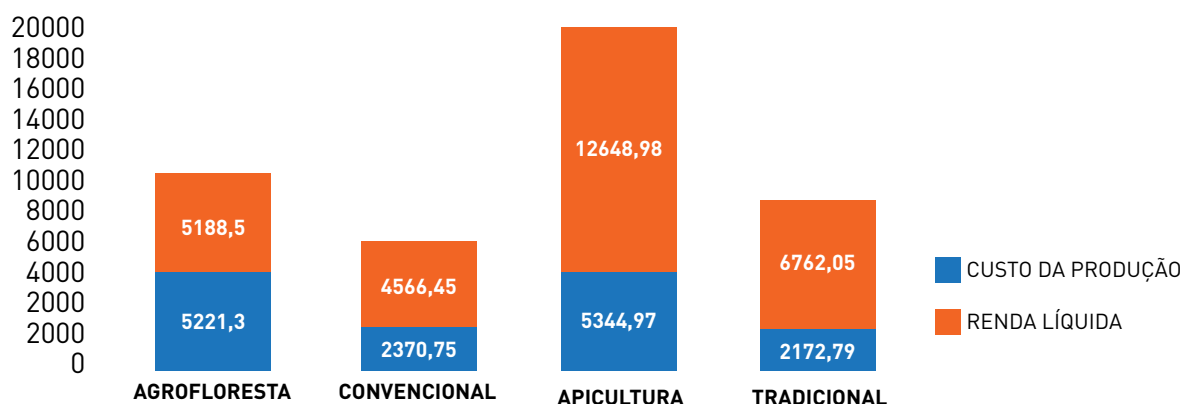
Madson, sua esposa Lucélia e um filho de cinco anos residem na sede do município de Trindade e possuem uma propriedade 10 hectares, situada a cerca de 11 km de sua residência. A única atividade praticada nesta propriedade é a criação de abelhas. Madson é dono de uma fábrica de placa de gesso na cidade e divide seu tempo na administração da fábrica e no cuidado com a criação de abelhas. Observa-se que são múltiplos os casos de famílias na região que residem e desenvolvem alguma atividade urbana ao tempo que se envolvem em outra atividade rural.

A apicultura tem sido uma das atividades escolhidas por essas famílias por não demandar manejo diário, facilitando assim a conciliação com outra atividade. Normalmente, essas famílias têm optado por uma produção mais convencional e especializada; elas geralmente têm mais facilidade na aquisição de insumos, principalmente por estarem mais próximas das casas veterinárias e agrícolas e conduzirem os seus sistemas produtivos na lógica empresarial e capitalista.

É o caso de Madson, que investe bastante na contratação de mão de obra e na compra de insumos para obter o máximo de produção de seus enxames. De acordo com o estudo realizado no último ciclo produtivo de um ano, o sistema de criação de abelha conferiu uma renda bruta de R\$ 17.957,25; para tanto, o produtor investiu R\$ 5.344,97 em insumos, equipamentos, combustível, energia elétrica e mão de obra de terceiros. O proprietário destaca que, em 2010, o preço do mel esteve bem acima da média dos outros anos. Segundo ele, em anos anteriores a margem de lucro foi bem menor; a variação do preço do mel e a dificuldade em conseguir mão de obra são fatores que têm limitado a ampliação do seu apiário, que atualmente conta com 150 colmeias.

O gráfico abaixo demonstra que, mesmo conseguindo a maior renda líquida entre os quatro casos estudados, o sistema também é o que mais demanda investimento, lhe conferindo um alto grau de dependência, já que quase todos os insumos utilizados e a mão de obra empregada vêm de fora do sistema produtivo.

Gráfico n° 1. Relação entre renda líquida e investimento nos casos analisados.



Madson faz parte de uma cooperativa de apicultores que tem lutado para o funcionamento do Centro Vocacional Tecnológico da Apicultura (CVT), implantado em Trindade pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. A obra custou aos cofres públicos cerca de 1 milhão de reais, mas nunca funcionou. A cooperativa seria a gestora deste centro, que prepararia o mel da região para exportação, além de promover curso de ensinos de novas técnicas para os apicultores.

Todo o mel produzido por Madson é exportado para fora do estado. O autoconsumo é algo incipiente, pois a família praticamente não consome o mel que produz. Este tipo de sistema de produção adotado por Madson, com base na utilização de insumos, na contratação de mão de obra, na migração de enxames e na produção para exportação, é colocado, por muitas instituições que compõem o Fórum da Apicultura, como o exemplo a ser seguido, muito embora a maioria dos apicultores da região seja, ainda, de agricultores que têm sérias dificuldades financeiras, estruturais ou mesmo organizacionais em seu sistema produtivo para adotar tal lógica de organização da produção. Portanto, pode-se afirmar que as políticas pensadas para o fortalecimento da apicultura na região não atenderá grande parte das famílias envolvidas nessa atividade.

É o caso, por exemplo, da venda de mel para o PAA e PNAE, feita por algumas associações municipais de apicultores que têm conseguido comercializar o mel de apenas algumas famílias inseridas nessas associações. A grande maioria ainda vende o mel para atravessadores e tem serias dificuldades de estrutura para a colheita do mel, sendo este um forte empecilho colocado pelo próprio estado para compra desse produto, pois, segundo o mesmo, o mel precisa ser colhido e envasado de acordo com os procedimentos e normas da vigilância sanitária.

3.2. A ESPECIALIZAÇÃO NA CRIAÇÃO DE CAPRINOS: O CASO DA FAMÍLIA DE EMILIANO E CILENE

Emiliano e Cilene residem no sítio Abóbora, no Município de Trindade, em uma propriedade de aproximadamente 39 hectares, onde praticam uma série de atividades, como criação de galinhas, caprinos e bovinos, cultivam roçados de sorgo e mantêm áreas com pastagens. Emiliano, após tentar a vida fora da propriedade, resolveu voltar a cerca de cinco anos, com o objetivo de se

dedicar a criação de caprinos, mas percebeu que uma única atividade não daria o sustento necessário a sua família. Resolveu, então, investir também na criação de galinhas, junto com sua esposa Cilene, e ajudar o seu pai na criação de bovinos de leite.

Com estas atividades, hoje a família consegue obter uma renda anual de mais de R\$ 6.000,00. Boa parte da alimentação dos animais vem de fora da propriedade. São investidos cerca de R\$ 1.200,00 ao ano na compra de alimentos para os animais. Dos quatro casos estudados, este foi o que apresentou a menor renda líquida: 4.566,45 reais, conforme demonstra o Gráfico nº1. A família complementa a renda acessando programas governamentais, como o Bolsa Família, e, no último ano, também acessou o Garantia Safra.

A relação com o mercado é muito intensa. A maioria dos alimentos consumidos pela família vem do comércio local, muito embora também consuma os ovos, o leite, o queijo, a própria galinha e, uma vez ou outra, como afirma Emiliano, é abatido algum caprino. Mesmo a propriedade oferecendo oportunidades para diversificar as atividades produtivas, a família demonstra interesse em se especializar em uma única atividade. No início, foi pensado ser a caprinocultura; foram feitos os investimentos necessários para o desenvolvimento desta atividade, mas agora se percebe que há uma demanda de mercado para galinhas de capoeira e a família já pensa em se especializar nesta atividade, estudando inclusive a possibilidade de acessar um crédito. Segundo Emiliano, o fato de se dedicar a uma única atividade facilita a elaboração da proposta de crédito e, com a pouca disposição de mão de obra, não dá pra ter muitas atividades.

Hoje, são muitas as propriedades gerenciadas por jovens famílias na região que, após saírem do território e vendo frustradas as suas iniciativas de melhoria de vida, voltam, conseguem uma parte de terra cedida pelos pais e tentam praticar um tipo de agricultura diferente da tradicional, trabalhada por seus familiares. Normalmente, estes jovens têm sido influenciados pelos modelos produtivos que conheceram onde trabalharam como, por exemplo, os monocultivos de frutas e de cana-de-açúcar no Vale do São Francisco.

Some-se a isso a ideia propagada por algumas instituições de assistência técnica que apostam no empreendedorismo da agricultora familiar como forma de promoção do desenvolvimento, sendo, então, esse público o que mais tem seguido esta lógica de organização da produção e demonstrado maior facilidade de diálogo com os agentes de créditos e extensão rural, se tornando, em muitos casos, porta vozes das ideias e das políticas para a sua comunidade.

3.3. A AGRICULTURA TRADICIONAL: O CASO DA FAMÍLIA DE SEU CHICO E DONA NERI

A família de seu Chico e dona Neri reside no Sítio Pedras, município de Ouricuri, desde 1968. A terra de 22 hectares é herança da mãe de seu Chico. O casal tem sete filhos, mas somente um reside hoje com os pais. Seu Chico e dona Neri desenvolvem, na propriedade, várias atividades: criam animais, em especial galinhas e bovinos, cultivam roçados de milho, feijão e macaxeira, têm, ao redor de casa, uma diversidade de fruteiras e, ainda, um campo de palma forrageira, utilizada no período de estiagem para alimentar os animais. Todas as atividades desenvolvidas objetivam produzir alimentos para a família e para os animais.

A lógica de organização do sistema produtivo é a mesma adotada desde quando a família chegou à propriedade. A área onde é cultivado o milho e o feijão é a mesma desde 1973, mas, mesmo assim, segundo seu Chico, permanece bastante fértil. Eles não utilizam nenhum tipo de agroquímico, usam praticamente as mesmas sementes de seus antepassados e utilizam tração animal para o trato com a terra. Durante este tempo na propriedade, conseguiram erguer

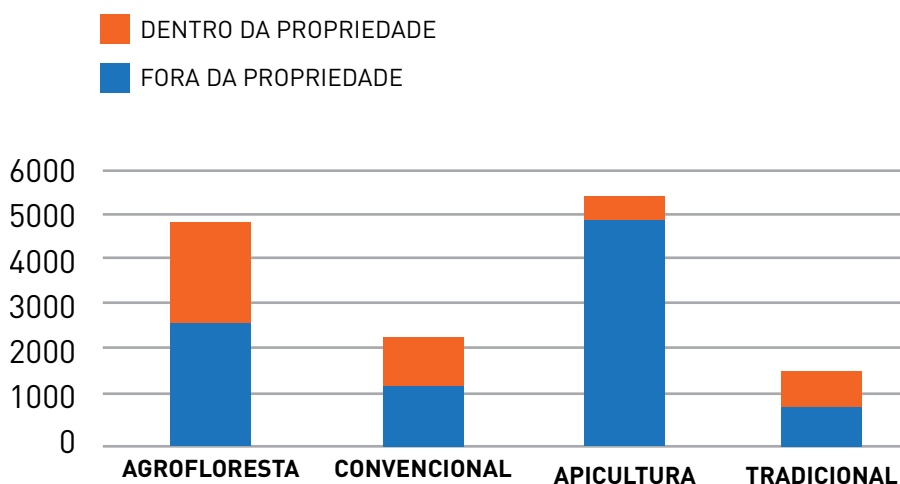
algumas edificações, como a cisterna de 16 mil litros, um barreiro redondo e uma nova residência de tijolo, saindo da antiga casa de taipa construída na chegada da família a propriedade.

Desta forma, seu Chico e Dona Neri conseguiram criar seus sete filhos. Os riscos de comprometer a alimentação da família com a adoção de práticas convencionais sugeridas, como uso de defensivos químicos, é uma das razões apontadas pela família para continuar com a mesma lógica produtiva. Com o passar do tempo, os filhos seguiram outras profissões e somente dois continuam trabalhando na agricultura. Assim, a pressão em modificar o sistema produtivo para atender a demanda familiar foi menor que em outras famílias da região.

Hoje, boa parte da renda monetária da família é proveniente da aposentadoria. Do sistema produtivo, a única renda proveniente é a da criação de animais, algo em torno de R\$ 1.300,00/ano, mas a renda não monetária conseguida com as outras atividades, referentes ao autoconsumo da produção, lhes confere o montante de R\$ 7.634,84.

O gráfico abaixo mostra que, dos sistemas estudados, o sistema tradicional é o que menos consome insumos e, mesmo assim, a metade desses insumos é proveniente da propriedade.

Gráfico nº 2. *Relação entre insumos externos e internos nos casos analisados*



Em termos de sustentabilidade, o sistema estudado demonstra ter um elevado grau de autonomia, já que as atividades desenvolvidas pouco dependem de insumos de fora da propriedade. Somente o sistema de criação de animais demanda compra de ração e aluguel de roças em uma determinada época do ano; os demais conseguem funcionar com a ciclagem de insumos dentro da propriedade. Como a produção está organizada para atender uma necessidade da família, e não do mercado, a variação dos preços dos produtos tem pouca influência na sustentabilidade do sistema. Normalmente, famílias como a estudada neste caso têm serias dificuldades de acesso a políticas, especialmente pelo baixo nível de informação, ou seja, por não ver possibilidade de ajustar o seu sistema produtivo às exigências dessas políticas. Apenas um crédito em especial, o PRONAF B, e os créditos consignados de financiadoras privadas têm sido, nos últimos anos, bastante acessados por estas famílias, principalmente porque se percebe, por parte das agências, um elevado grau de capacidade de pagamento, já que normalmente trata-se de famílias que tem um ou mais aposentados.

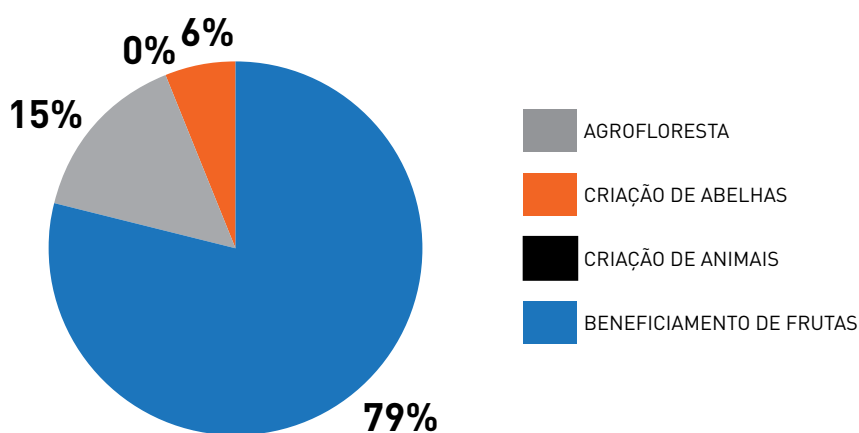
3.4. A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA/ AGROFLORESTAL: O CASO DA FAMÍLIA DE VILMAR E NETA

O casal Vilmar e Silvanete Lérmen mora, com seus três filhos, na Serra dos Paus Dóias, comunidade localizada na Chapada do Araripe Pernambucano, no município de Exu. Na propriedade de 12 hectares, o casal cultiva milho, feijão, macaxeira, hortaliças, legumes, palma, fruteiras nativas, como a murta e o cambuí, e produz mudas de diversas espécies. Além disso, criam porcos e abelhas nativas e exóticas.

A mudança para a comunidade ocorreu após um período difícil, em que o casal enfrentou problemas com a saúde. Assim, em janeiro de 2007, a família saiu de Caruaru (PE) rumo a Serra dos Paus Dóias, em Exu (PE). Sem conhecer o solo, experimentaram o plantio de diversas espécies de plantas nativas, exóticas e fruteiras. Buscaram o apoio de ONG's, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do governo e, junto com a Associação Comunitária, levaram energia elétrica para a localidade. Conseguiram, também, as cisternas de placas de 16 mil litros, de água para consumo da família, através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e a de 52 mil litros, de água para a produção, pelo Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2); ambos os programas são ações da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), realizados com o auxílio das ONG's CAATINGA e CHAPADA.

Estas tecnologias estão auxiliando a família na implantação do sistema agroflorestal na propriedade, onde são cultivadas frutas, legumes e hortaliças que garantem a nutrição da família e reduzem as despesas domésticas. Desta forma, eles conseguem uma renda monetária anual de R\$ 5.728,50 e uma não monetária, com o consumo da produção, de R\$ 4.681,30. O gráfico abaixo demonstra o percentual de composição da renda bruta da familiar, no último ano.

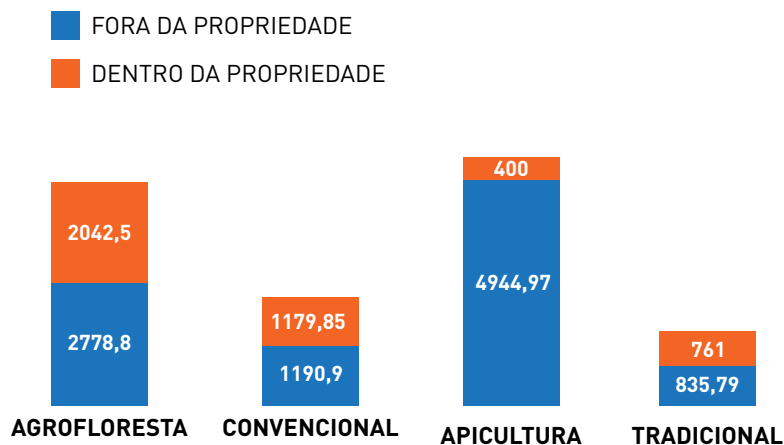
Gráfico nº 3. Composição da renda bruta familiar no sistema agroflorestal



Vale destacar que a família consegue seus rendimentos observando e cuidando da natureza. Neste sentido, optaram por uma produção diversificada, na qual as abelhas têm sempre de onde tirar o néctar para produzir o mel. O beneficiamento do cambuí e da murta, duas frutas nativas, possibilita aproveitar melhor o que a natureza oferta, além de ser uma outra alternativa de renda; o casal conseguiu, com a venda do licor no último ano, uma renda bruta de R\$ 4.500,00 através da comercialização em feiras, exposições e intercâmbios.

Observa-se, porém, que o valor investido para conseguir este rendimento é relativamente alto se comparado com os outros casos estudados, perdendo somente para o apicultor especializado. A diferença, portanto, consiste nos investimentos, pois parte do recurso advém do próprio sistema, o que confere a família maior controle e autonomia sobre gestão desses investimentos.

Gráfico nº 4. Relação entre investimentos externos e internos nos casos analisados



O exemplo estudado demonstra uma alta capacidade produtiva, uma estreita relação familiar e uma incrível sustentabilidade ambiental. Neste caso, também houve acesso a várias políticas destinadas ao território, não para a família especificamente, mas para a comunidade, a exemplo do Luz para Todos. A dificuldade, no caso desta família, foi a de acessar linhas específicas de crédito, como o PRONAF Agroecologia, o primeiro e único feito no território. Os agentes do banco não tinham muita ideia de como funcionava o sistema, demorando quase um ano para as inversões serem feitas e sendo, ainda, necessário à família fazer vários ajustes no projeto inicial para que este se adequasse às exigências bancárias. Esta é uma clara demonstração de que essas políticas ainda não suprem as necessidades e demandas de apoio dos sistemas que estão em rota de transição agroecológica. As famílias que estão na trajetória da transição agroecológica, porém, têm tido considerável participação nos espaços de definição de políticas; é certo que muitas vezes são vozes solitárias, mas, certamente, na maioria dos casos têm conseguido pautar outra lógica de desenvolvimento da agricultura familiar.

4. CONCLUSÕES

A primeira conclusão que o grupo chegou é que a agricultura no território é diversa. Os quatro casos estudados representam, propositadamente, extremos da tipologia que se pretendia analisar, mas, mesmo assim, ainda foi possível observar elementos de um em outro. Possivelmente, com um olhar mais apurado, se perceba outras trajetórias da agricultura na região. Assim, é bastante desafiador pensar políticas adequadas para o setor e, certamente, os pacotes com modelos únicos de proposta não atenderão a esta diversidade.

Observou-se também que os sistemas mais convencionais e especializados estão mais preparados para receber as políticas de investimento que tem chegado à região. Uma das razões para isto é o fato de essas propriedades já contarem com uma infraestrutura mínima de produção, em especial infraestruturas hídricas, pois, tradicionalmente, se beneficiaram e tiveram maior acesso aos serviços do poder público local. Estes casos, porém, são minorias na região. Em um diagnóstico sobre a atividade de criação de caprinos e ovinos, as famílias apontam, como dificuldades para desenvolver a atividade, a falta de infraestrutura hídrica e a falta de alimentos para os animais durante o período de estiagem.

A burocracia para investir recursos públicos na implementação de estruturas hídricas, mesmo sendo pequenas obras como cisterna calçadão e barragem subterrânea, é enorme. Segundo a coordenação do Fórum Territorial, a elaboração de projetos com esta finalidade pressupõe título de doação da terra para o estado, outorga da água, etc. Assim, o Fórum tem decidido propor os investimentos de recursos em outros campos, como, por exemplo, melhoramento genético, construção de curtumes e entrepostos para exportação do mel, atendendo, portanto, a uma minoria de famílias. A grande maioria tem acessado apenas as políticas compensatórias de transferência de renda, como Bolsa Família, aposentadoria e, em alguns casos, o crédito do PRONAF B.

Estas políticas não têm sido suficientes para uma mudança mais estrutural dos sistemas de produção das famílias agricultoras. Nestas condições, o crédito, em vez de transformar, tem endividado os/as agricultores/as. Sem estrutura, as famílias têm tido grandes dificuldade de fornecer produtos para programas como o PAA e, principalmente, o PNAE, que exige certa regularidade de oferta.

Por último, observa-se que a agroecologia tem tido maior espaço nas discussões sobre os rumos da agricultura familiar da região, sendo apontada por vários setores da sociedade e do governo como a saída mais viável de desenvolvimento da agricultura. Porém, as incompreensões a respeito dessa ciência e a incapacidade de enxergar os caminhos apontados pelas diversas experiências desenvolvidas pelas famílias da região têm limitado a capacidade de propor ações que possibilitem o avanço da transição agroecológica no território.

5. BIBLIOGRAFIA

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Região do Araripe: **Diagnóstico Florestal** / Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

DUARTE, Flavio. **Diagnóstico Sócio Ambiental do Araripe**. Convenio CAATINGA/PDHC -039/2004. Ouricuri/PE 2004.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>.

MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe**. Fórum de Desenvolvimento Territorial do Araripe, 2010.

EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA). **Aumento da Oferta de Matéria-Prima de Base Florestal Sustentável para o Desenvolvimento Sócio-Econômico da Região do Araripe**. Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido. Drumond, M.A. Recursos Florestais/Agroenergia. Petrolina, Brasil, 2006.


ANEXO FOTOGRÁFICO

Identificando os sub-sistemas na propriedade de Vilmar (agroecológica)



Visita aos sistemas produtivos de Vilmar e de Emiliano





**POLÍTICAS PÚBLICAS
E TRAJETÓRIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR
NO TERRITÓRIO
DA MATA SUL DE
PERNAMBUCO**

Organização responsável:
Centro de Desenvolvimento
Agroecológico Sabiá

Recife, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

O estudo de caso das trajetórias da agricultura familiar do Território da Mata Sul de Pernambuco foi construído, pela equipe local do Centro Sabiá, com objetivo de ser um instrumento para dar visibilidade aos impactos econômicos e ambientais na qualidade de vida dos agricultores/as que praticam a agroecologia no território. A proposta é que este estudo possa ser apresentado nos espaços de discussão sobre políticas públicas para a agricultura familiar dos territórios onde o Centro Sabiá tem atuação, como a Rede de Agroecologia da Mata Atlântica (RAMA), a ASA Pernambuco, os colegiados territoriais e os conselhos municipais de desenvolvimento rural dos municípios. A proposta da Rede ATER Nordeste de construção coletiva deste estudo, envolvendo o Colegiado Territorial da Mata Sul, não foi possível de ser concretizada. Após as enchentes ocorridas em junho de 2010 e abril de 2011, o Colegiado priorizou o acompanhamento das ações de reconstrução da região.

Vale destacar que o Centro Sabiá assumiu, na Chamada 5 do PDA, outros dois estudos de caso no Território da Mata Sul que, em certa medida, colaboraram com o presente estudo. Um deles foi sobre a política de ATER, mais especificamente o Programa ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) em assentamentos, gerido pelo INCRA, que foi realizado em parceria com a FASE Pernambuco. O outro estudo tratou das políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios do bioma Mata Atlântica, coordenado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em parceria com o Centro Sabiá e o Centro Vianei (SC). Neste último estudo, foi possível fazer um debate mais amplo com agricultores/as, organizações da sociedade civil (Cáritas, CEAS Rural e CPT) e gestores do território (Reserva Biológica de Saltinho (REBIO Saltinho), Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH/APA Guadalupe) e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE de Barreiros)) sobre políticas públicas para a agricultura familiar durante o Seminário sobre Mapeamento das Experiências Agroecológicas no Território da Mata Sul, cujos resultados serão incorporados a este relato.

Para a escolha dos agroecossistemas que fazem parte do estudo de caso, optou-se por dois que representam trajetórias opostas no território: a família do senhor José Caboclo e dona Amara que, há cerca de 10 anos, iniciou um processo de transição, em seu sistema de produção, para a agroecologia e a família dos assentados João Batista e Isabel, que optou por especializar seu sistema na produção da cana-de-açúcar para as usinas da região.

A equipe local realizou uma oficina de diagnóstico participativo para o levantamento das informações; foi construído um roteiro, a partir da metodologia proposta pela Rede ATER Nordeste, e realizadas vistas às propriedades das duas famílias envolvidas. Com as informações coletadas, foram elaborados os diagramas de fluxos (insumos e produtos e rendas monetárias e não monetárias) e realizado o preenchimento da planilha. Neste processo, ainda foram necessárias algumas visitas às famílias para o ajuste de algumas informações. Até o momento, os resultados do estudo foram utilizados em reuniões da RAMA, em atividades de formação no território e no estudo de caso em parceria com a ANA. A intenção é, em 2012, trazer o resultado do estudo para outros espaços políticos do território.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

O Território da Mata Sul de Pernambuco compreende 25 municípios, dos quais 19 fazem parte do programa Territórios da Cidadania da SDT/MDA.

A ocupação do território pelos colonizadores veio com a criação e doação das sesmarias pela colônia portuguesa, os latifúndios que deram origem aos primeiros sítios e os engenhos centrados no cultivo da cana-de-açúcar, produto que até hoje caracteriza a região. Com condições ambientais favoráveis, a região tornou-se parte importante do polo açucareiro do Brasil, favorecido pela introdução do modo de produção escravista, e tem traços marcantes de uma herança colonial marcada pela tríade monocultura, latifúndio e trabalho escravo.

Os engenhos eram como feudos. Lá, se produzia a cana e o açúcar, mas também todo o alimento dos escravos e da família do senhor de engenho. Além dos engenhos, havia áreas de sítios, cedidas aos homens livres que produziam uma “policultura de subsistência”, e alguns quilombos. Podemos considerá-los as primeiras iniciativas de resistência camponesa da região.

Figura nº 1. Mapa do Território Mata Sul – Pernambuco



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

No início do século XX, a produção de açúcar nos engenhos foi gradativamente sendo substituída pelos engenhos centrais ou usinas que concentravam cada vez mais a terra e mudavam o padrão de produção e reprodução da sociedade local. As usinas criaram um novo segmento de trabalhadores assalariados, os chamados canavieiros que, em meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, foram responsáveis por greves históricas por direitos sociais e trabalhistas. Entre as reivindicações do movimento, uma forte bandeira foi a da reforma agrária. Nas histórias sobre as greves, os canavieiros mais velhos relatam que, nos municípios onde havia áreas de sítios, os sindicatos conseguiam resistir mais tempo em greve – daí a importância destes sítios enquanto espaços produtores de alimentos.

Por ser regulado pelo mercado internacional de açúcar e álcool, o preço da cana-de-açúcar sempre oscilou muito e foi responsável por crises no setor e movimentos de expansão e retração das áreas de plantio da cana. Vale salientar, neste processo, o papel das políticas de incentivo governamentais ao setor, a exemplo do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Houve dois momentos de crise mais recentes que tiveram impactos importantes para a agricultura familiar camponesa no território. Um foi nos primeiros anos da década de 1960, nos governos de Miguel Arraes, em Pernambuco, e João Goulart, no Brasil. Neste período, houve uma crise no setor e vários engenhos quebraram e, com mediação do governo do estado,

terras foram repassadas aos agricultores como créditos trabalhistas. Foi uma “reforma agrária consentida”, que consistiu na distribuição e titulação de terras de várias áreas de engenhos da Mata Sul. Na crise mais recente, durante a década de 1990, vários engenhos e usinas quebraram e seus trabalhadores, mobilizados pela Federação dos Agricultores do Estado de Pernambuco (FETAPE) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam as terras e garantiram a implantação de dezenas de assentamentos em toda a Zona da Mata. Pelos dados do INCRA de 2010, são 121 Projetos de Assentamentos (PA) apenas no Território da Mata Sul.

Foi neste período que organizações do campo popular começaram um trabalho educativo junto a estes agricultores/as, dando início às primeiras experiências de transição agroecológica do território, que hoje conta com um conjunto diversificado de experiências exitosas, em especial as feiras agroecológicas, simbolizando uma expressão de resistência ao agronegócio da cana-de-açúcar. Estas experiências são fruto do trabalho de pouco mais de uma década de organizações de agricultores e agricultoras familiares e de assessoria que trabalham com agroecologia na região. Em 2006, no processo de preparação para o II ENA, estas organizações criaram a Comissão Agroecológica da Mata Sul (CAMS), com objetivo de dinamizar as iniciativas de produção e comercialização agroecológicas, dar visibilidade política a estas iniciativas e estimular os processos de construção coletiva do conhecimento agroecológico entre agricultores/as e organizações a partir do intercâmbio de experiências. Estas experiências têm favorecido a construção de uma lógica de desenvolvimento alternativo; as famílias passam a não mais depender da cultura da cana, seja para plantar ou para trabalhar, construindo autonomia e independência. Em 2008, as organizações que constituíam a comissão criaram a Rede de Agroecologia da Mata Atlântica (RAMA).

Em 2011, segundo relato de alguns agricultores, algumas propriedades que foram tituladas entre as décadas de 1960 e 1970 estão sendo vendidas às usinas. Agricultores idosos têm optado por morar na cidade e vendido barato as suas terras para as usinas, que vão, com este movimento, retomando antigas áreas, animadas pelos apoios governamentais aos carros bicompostível e a alta do preço do álcool e do açúcar.

O Território da Mata Sul tem passado por profundas mudanças desde o início da última década, provocadas pelo aquecimento da economia nacional e do Nordeste e pelos grandes investimentos governamentais e privados na região. Como fator mais relevante, podemos citar o Complexo de Suape (Porto de Suape, Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima) e as dezenas de indústrias, fábricas e o setor de serviços que têm se instalado no seu entorno. Soma-se a isto um conjunto de obras de infraestrutura que tem arregimentado milhares de trabalhadores de dentro e de fora do território. Estas obras tem tido um grande impacto no setor canavieiro. Muitos trabalhadores do corte da cana têm optado por ir trabalhar na construção civil em Suape. Segundo relato de agricultores, algumas usinas não têm dispensado os seus trabalhadores na entressafra para não perder esta mão de obra para o Complexo de Suape.

Para a agricultura familiar, o reflexo da dinâmica de Suape é mais forte na juventude, mas repercute em toda família. Muitos jovens estão trabalhando em Suape e vários deles demonstram esta intenção. Isto tem provocado o esvaziamento da força de trabalho familiar na produção, onde prevalece o trabalho de adultos mais velhos e idosos, impactando na garantia da manutenção da família no campo. É importante citar também o mercado do turismo e serviços como outro setor que tem atraído a juventude agricultora. A Mata Sul tem uma longa faixa de praia com muitos hotéis, pousadas e restaurantes, além das casas de veraneio. Por outro lado, este setor também é uma oportunidade para a venda dos produtos da agricultura familiar.

Por fim, vale destacar os desastres ambientais ocorridos na região na última década, causados pelo modelo de desenvolvimento adotado na região e pelas conseqüentes mudanças no clima. Em 2000, uma grande enchente destruiu vários municípios localizados na Mata Atlântica de Pernambuco e Alagoas, em especial os dois municípios de referência do Território da Mata Sul, Barreiros e Palmares, que ficam às margens do rio Una. Em 2010, outra inundação atingiu estes mesmos municípios com um poder de destruição ainda maior.

As consequências para a agricultura familiar foram imensas. Muitas famílias perderam tudo: casa, roçados, animais. A operação de emergência que se montou na época teve de dificuldades para atender estas famílias por conta do acesso, uma vez que pontes foram levadas pela correnteza e estradas ficaram intransitáveis. Várias comunidades, até hoje, mais de um ano e meio após a tragédia, continuam sem acesso. Isto tem dificultado a comercialização da produção das famílias e o acesso a serviços públicos, como escola, sistema de saúde, etc. Algumas agricultoras de Palmares que possuem sistemas agroflorestais relatam que estes conseguiram resistir e se recuperar após as inundações, o que demonstra a capacidade de resiliência deste sistema quando comparados às áreas de agricultura familiar tradicional.

Para este estudo, a equipe local do Centro Sabiá fez uma análise das trajetórias da agricultura familiar no território, identificando três tendências principais. A tendência hegemônica no território são os agroecossistemas especializados na produção de cana-de-açúcar, que apostam na venda certa para as usinas da região. Estes agroecossistemas associam a produção de cana à criação animal de bovinos como uma pequena poupança. Uma segunda trajetória engloba os agroecossistemas que buscam uma “diversificação” em relação à cultura da cana. São sistemas especializados em frutas (coco, banana, maracujá e mamão), lavoura branca (macaxeira e mandioca) e criação animal (gado de corte). Fazem parte deste grupo agricultores assentados que já plantaram cana e optaram por outras culturas por conta da oscilação do preço da cana e os altos custos de produção; eles comercializam em feiras livres e, principalmente, para atravessadores. Por fim, há um grupo de agricultores com sistemas em transição para a agroecologia, em sua maioria assentados da reforma agrária em áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar. Estes agricultores diversificaram seus sistemas de produção com hortas, agroflorestas e criação de pequenos animais, não queimam nem usam agroquímicos, preservam as fontes de água, as matas existentes e as espécies nativas do bioma; eles comercializam a sua produção diretamente aos consumidores na própria comunidade e em feiras locais.

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

O Programa Territórios da Cidadania foi criado em 2008 pelo Governo Federal, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A caracterização do Território da Mata Sul de Pernambuco, neste programa, considera 19 municípios em sua composição. Considerando a representatividade do território nestes municípios, faremos um breve resgate das ações e políticas públicas desenvolvidas na região a partir do Programa Territórios da Cidadania nos últimos dois anos, bem como o acesso a estas políticas e sua influência na agricultura familiar.

As ações do Programa Territórios da Cidadania que obtiveram maior peso de investimentos foram concentradas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com mais de 59% dos investimentos do programa em 2008 e mais de 61% em 2009, e no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com mais de 20% em 2008 e menos de 18% em 2009.

Apesar dos avanços no campo das políticas para a agricultura familiar nos últimos anos, que refletem conquistas importantes da luta e organização de agricultores/as familiares, a realidade

no território reflete uma situação permeada por muitos desafios. As famílias agricultoras do território registram algumas dificuldades no acesso às políticas públicas; grande parte destas dificuldades é relacionada a burocracia e a ausência de informações.

A este exemplo, tem-se o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. Do ponto de vista do volume investido pelo Governo Federal no Território da Cidadania, esse programa sofreu redução entre 2008 e 2009 na Zona da Mata¹. O PAA absorveu, em 2009, o equivalente a 0,09% do total de recursos investidos no Território, o que equivale a R\$ 199.477,00. Em 2008, esse valor fora significativamente maior, representando 0,45% dos recursos no ano, ou mais de 943 mil reais. Embora tenha havido um bom crescimento em 2010, com um volume equivalente a 1,26% do investido no Território da Cidadania no ano, até outubro de 2011 apenas cinco associações, de cinco municípios diferentes, acessaram esse Programa, de acordo com a CONAB².

Em 2011, o Programa foi acessado por algumas famílias da região, em especial do município de Palmares, através da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais da Mata Sul (Cooperasul) e da Associação de Desenvolvimento Agroindustrial de Serro Azul. A soma destas duas propostas chegou a um volume de mais de 530 mil reais para a aquisição de produtos da agricultura familiar. Este processo contribuiu para o fortalecimento das articulações entre agricultores/as do território, que se mobilizaram para a apresentação da proposta e para o fornecimento dos produtos.

Durante o Seminário Territorial sobre o Mapeamento de Experiências Agroecológicas da Zona da Mata Sul, que fez parte do estudo de caso em parceria com a ANA, agricultores/as avaliaram que o PAA é importante por beneficiar simultaneamente os/as consumidores/as, através do acesso a alimentos de qualidade, e os/as produtores/as, pela possibilidade de geração de renda.

Na mesma perspectiva, foi avaliado, no Seminário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, segundo os agricultores/as, é uma proposta que contribui para a garantia da sustentabilidade, pois, além de oferecer alimentos de qualidade às crianças nas escolas, gera renda para a agricultura familiar. Este Programa começou a ser acessado, em 2011, por 12 famílias do município de Sirinhaém que entregaram mais de oito toneladas de alimentos, constituindo-se como um importante instrumento de comercialização da produção da agricultura familiar no município.

A questão dos cardápios, elaborados nas escolas pelas nutricionistas, e sua não adequação à cultura de consumo e de produção local foi apresentada enquanto um fator limitante. Ao mesmo tempo, os espaços dos conselhos locais, em especial os conselhos da merenda escolar e de desenvolvimento rural, foram apresentados como espaços de deliberação e discussão no sentido da superação desse obstáculo com algumas experiências em andamento no território.

No entanto, para dinamizar o acesso a estas políticas públicas no território, tanto ao PAA como ao PNAE, são necessárias algumas intervenções, de forma a contribuir para sua democratização junto às famílias agricultoras. O acesso a estes programas governamentais tem como pré-requisito a posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) pelas famílias. Muitas delas não dispõem deste documento e, conseqüentemente, estão impedidas de acessar esses e outros programas. Em alguns casos, os impedimentos para a obtenção da declaração estão relacionados a pendências legais dos próprios organismos estatais, a exemplo de algumas famílias assentadas pelo INCRA que têm pendências nas licenças ambientais. Mais recentemente, a liberação de uma DAP provisória pelo INCRA vem sendo discutida como

¹Fonte: Territórios da Cidadania. Balanço 2008. www.territoriosdacidadania.gov.br, 2010.

²www.conab.gov.br. As associações que acessam foram: Associação de Pequenos Produtores de Frutas e Derivados de São Benedito do Sul; Associação Paseleiro Engenho Estivas; Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais do Engenho Novo Jardim; Associação de Desenvolvimento Agroindustrial de Serro Azul; Cooperasul; e Associação Produtiva do Engenho Mato Grosso.

alternativa momentânea para alguns casos. Outros fatores limitantes têm relação com as gestões municipais e a necessidade de maior domínio para a operacionalização desses programas, a multiplicação das informações de forma que elas cheguem até as famílias e a melhoria das estradas e apoio ao transporte dos produtos dos agricultores.

O Programa de ATER para agricultura familiar do MDA recebeu 0,87% dos recursos em 2009, ou mais de dois milhões de reais. Em 2008, não houve realização financeira desta ação, sendo apontadas como restrições a inadimplência das instituições, as dificuldades com os sistemas SINCOFIN e SICONV e o não credenciamento como entidades de ATER³.

Durante o Seminário Territorial, as famílias avaliaram a Política de ATER como necessária e importante no campo da orientação da produção e da comercialização, além de ser uma estratégia para facilitar o acesso ao crédito. A assistência técnica oficial, porém, ainda não se consolidou como uma realidade no cotidiano das famílias. Algumas já dispuseram dos serviços de ATER oficial ou ATES em suas unidades produtivas, mas de forma muito irregular e/ou pontual, apenas na aplicação de determinado crédito ou projeto, ações sem maiores impactos. Quem efetivamente tem assessorado os processos de transição agroecológica no território tem sido as organizações não governamentais, tanto com recursos do governo federal como com recursos captados junto à cooperação internacional.

A principal estratégia de acesso ao crédito no território tem sido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do financiamento de projetos individuais ou coletivos de agricultores/as familiares e assentados/as da reforma agrária, além dos créditos acessados pelas famílias assentadas junto ao INCRA para custeio ou investimento nas áreas de assentamento.

Em 2009, a ação voltada para o acesso ao crédito PRONAF, no Território da Cidadania da Mata Sul, respondeu por 13,75% do investido no território pelo programa, o equivalente a mais de 32 milhões de reais no ano. Embora haja uma queda em relação ao ano anterior, no qual o PRONAF representou aproximadamente 20% dos recursos investidos pelo programa no território, ou mais de 42 milhões de reais, o volume repassado ao PRONAF é relativamente significativo.

A maior parte dos/as agricultores/as envolvidos/as que desenvolvem sistemas agroecológicos já acessou o PRONAF. Através do crédito, as famílias potencializaram e diversificaram suas unidades produtivas. Apesar de importante, este acesso vem se efetivando de forma muito pontual, apoiando a introdução de novos cultivos, mas não de forma sistêmica. Para as famílias assentadas, os créditos concedidos pelos INCRA foram recebidos apenas no início dos projetos, para a construção habitacional, recebidos apenas parcialmente em alguns casos, e para os investimentos produtivos iniciais.

Além do PRONAF e do ATER, já elencados, o MDA investiu em mais quatro ações em 2009: Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, com 3,17%, ou mais de 7 milhões de reais; Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, com 0,07%, ou mais de 154 mil reais; Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, com 0,03%, ou mais de 65 mil reais e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), com 0,02%, ou mais de 47 mil reais.

Em regra, houve crescimento no volume de investimentos do programa Territórios da Cidadania na Mata Sul, chegando, em 2009, a quase 11% de aumento em relação ao ano anterior. No entanto, para as ações com incidência direta na agricultura familiar houve redução, destacando-se os investimentos do MDA, que sofreram a maior queda, com diferença de quase 3% no período, o que equivale a reduzir o investimento em mais de 2 milhões de reais. Mesmo as ações do MDS, que cresceram 2,4% em volume de investimentos no período, tiveram queda nas ações de apoio direto à agricultura familiar, como o PAA e o PAA Leite.

³Fonte: Territórios da Cidadania. Balanço 2008. www.territoriosdacidadania.gov.br, 2010

Em contrapartida, o maior percentual de aumento concentrou-se no MDS, em especial nas políticas de transferência de renda e renda mínima, como o Bolsa Família, que saiu de mais de 62 milhões de reais em 2008 para mais de 70 milhões e meio de reais em 2009 no Território da Cidadania da Mata Sul de Pernambuco. Isto apresenta o desenho de uma estratégia de desenvolvimento territorial que exige maior empenho nas ações sustentáveis, em especial no desenvolvimento da autonomia e no fortalecimento da agricultura familiar no território.

Em 2011, foi finalizado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), elaborado por uma consultoria em diálogo com o Colegiado Territorial da Mata Sul. O Plano trouxe alguns avanços no apoio da agricultura familiar e da agroecologia que dependerão da mobilização das organizações da Rede de Agroecologia da Mata Atlântica (RAMA) para que sejam concretizados.

3.1. A ANÁLISE DOS AGROECOSSISTEMAS: TRAJETÓRIAS CONTRASTANTES

Em relação ao estudo de caso proposto, a equipe local do Centro Sabiá optou por escolher dois agroecossistemas que representam as trajetórias opostas no território: o das famílias de José Caboclo e dona Amara e de João Batista e Isabel, uma representando o processo de resistência da agricultura camponesa e a outra, a tendência hegemônica da agricultura modernizante no território (produção de cana-de-açúcar).

José Caboclo da Silva, mais conhecido como Zé Caboclo, mora com sua esposa Amara Maria no Engenho Conceição de Quilebras, município de Sirinhaém, Mata Sul de Pernambuco. Desde 1991, Zé Caboclo trabalha nesta propriedade, pertencente a seu cunhado que era assentado. Na época, Zé Caboclo plantava cana na área. Em 2000, ele trocou parte da área (oito hectares) por 10 hectares de cana plantada e, desde então, mora na propriedade com sua esposa e, também, a família de seu filho Josafá, que não trabalha na propriedade. Zé Caboclo e dona Amara sempre foram ligados à agricultura. Antes de adquirir a terra, trabalhava como atravessador e comprava os produtos de outras famílias agricultoras para vender na feira livre de Prazeres, Região Metropolitana do Recife. Nesta época, plantava cana-de-açúcar, que era a tradição da região, e trabalhou de alugado até 2004. Segundo ele, na época, sua visão era igual a dos demais agricultores e achava que a cana era a única cultura que dava lucro. “Meu sistema era cana, veneno e fogo, na intenção de ganhar dinheiro. Só que era uma ilusão”, diz Zé Caboclo.

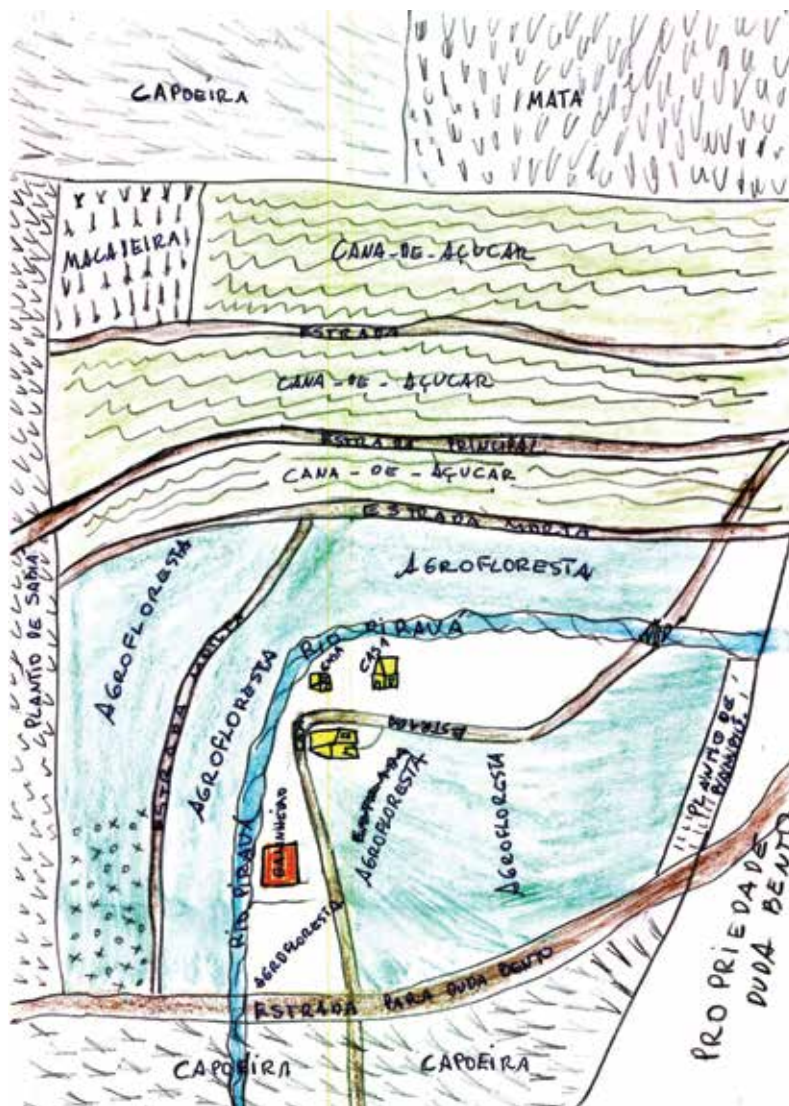
Em 2000, os técnicos do Centro Sabiá, que faziam assessoria na região, o convidaram para participar de reuniões. O agricultor começou a participar, mas confessa que sempre voltava desanimado, pois não conseguia ver a agricultura agroflorestal como uma alternativa. Achava que aquilo tudo era uma besteira. Sua esposa, porém, o incentivava. “Ela sempre me dizia: ‘vá participar Caboclo. Você já começou, agora vá até o fim para ver os resultados’”. A partir da quarta reunião, Zé Caboclo resolveu colocar em prática um pouco do que estava ouvindo. Ao iniciar, começou a refletir sobre sua situação econômica com a monocultura da cana-de-açúcar. “Depois que o tempo passou foi que vi que a agricultura que eu praticava era agressiva pra gente e pra natureza. E tava ficando nu da terra ao corpo”, avalia Caboclo.

De acordo com o agricultor, uma das primeiras experiências que visitou foi em sua própria comunidade, na casa da família de seu Domingos e dona Zulmira. Isso o motivou bastante. “Arranquei um hectare de cana. Amara pedia para eu não arrancar, ir fazendo aos poucos, mas eu resolvi foi arrancar tudo. E não me arrependi”, lembra ele.

Da primeira área de agrofloresta plantada, a família teve uma boa produção de macaxeira, feijão, milho, jerimum, maxixe, quiabo e batata-doce, entre outras culturas. Tudo que saiu da área foi para o consumo da família e, como foi muita coisa, o que não foi consumido foi dado para os vizinhos, já que a família ainda não estava comercializando.

Em 2003, foi fundada, com o apoio do Centro Sabiá, a Feira de Produtores/as Agroecológicos/as de Sirinhaém (FEPAS). Com o aumento da produção, Zé Caboclo resolveu comercializar para não perder o que estava produzindo, já que a família não consumia tudo. “Hoje, para onde eu olho na minha propriedade só vejo o que comer. Não vou ao sítio para não trazer uma fruta ou alguma coisa pra cozinhar”, diz orgulhoso. Para feira, em média, ele leva dez tipos de produtos, grande parte deles sem ser beneficiada como coco, macaxeira, banana, laranja e seriguela. Hoje, a família beneficia apenas as frutas, transformando-as em polpa; trabalha, em média, oito tipos de polpa a depender da safra: acerola, cajá, graviola, pitanga, carambola, açaí, araçá e goiaba.

Figura nº 2. Croqui do agroecossistema de Zé Caboclo e dona Amara

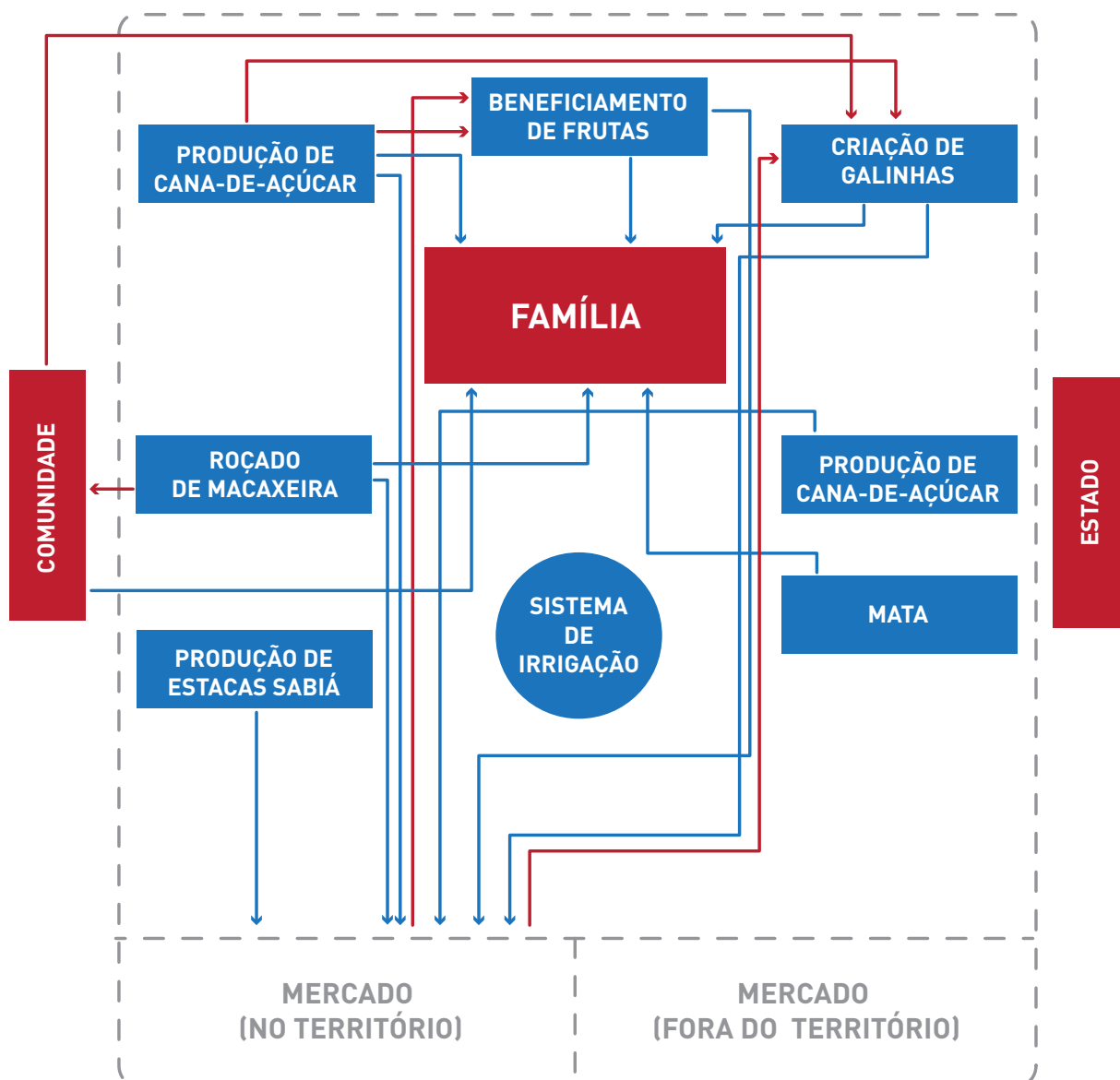


O croqui foi elaborado pela a equipe do Centro Sabiá e a família entrevistada; nele, podemos observar a distribuição dos subsistemas produtivos, segundo a representação da própria família. Ademais das unidades já indicadas, o agroecossistema também tem uma pequena criação de galinha de capoeira, apenas para comer a carne e os ovos. Zé caboclo diz que já criou uma grande quantidade aves, mas agora são poucas em função da mão de obra. É necessário ter certa dedicação e mais pessoas para dar conta. Atualmente, o sítio é organizado apenas por ele e dona Amara e os dois já têm mais de 65 anos. Eventualmente, ele contrata algum diarista para apoiá-lo nos trabalhos.

Embora a comunidade esteja contando com o apoio pontual da prefeitura municipal para o transporte de produtos até a feira, o difícil acesso para a cidade, especialmente na época de chuvas, é um fator limitante ao processo de comercialização. A condição das estradas dificulta muito o transporte dos produtos.

Os únicos fomentos para produção que Zé Caboclo acessou foram um kit de irrigação, em 2001, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e depois um crédito de R\$ 1.800,00 pelo Banco do Brasil, através do PRONAF, que utilizou para compra de uma bomba para o kit de irrigação. Estes dois apoios foram importantes para a melhoria da infraestrutura produtiva do agroecossistema, tendo impactos na diversificação da produção. Até o momento, ele não participou de programas de apoio à comercialização, como PAA e PNAE. O que tem limitado o acesso a estas políticas, na sua avaliação, é o fato de que os municípios não dominam a gestão de programas como, por exemplo, PAA e PNAE, além da falta de conhecimento sobre a existência destes caminhos para a comercialização.

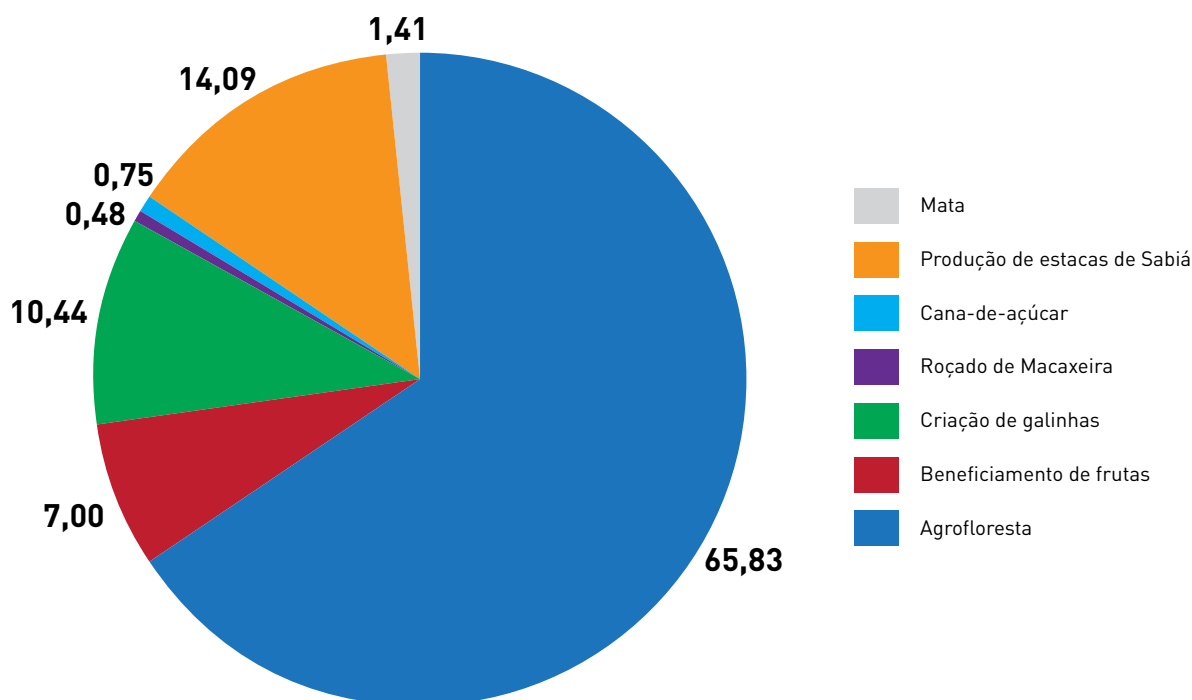
Figura 3. Fluxograma de insumos e produtos do agroecossistema de Zé Caboclo e Dona Amara



Como pode se depreender da Figura 3, na análise do agroecossistema de Zé Caboclo foram identificados sete subsistemas: agrofloresta, beneficiamento de frutas, criação de galinhas, roçado de macaxeira, cana-de-açúcar (para caldo de cana), produção de estacas de sabiá e a mata onde ele coleta lenha. Na composição da renda bruta, a agrofloresta é o subsistema que garante a maior renda. Além de ser o subsistema que contribui com o maior percentual da renda bruta, a agrofloresta também tem um custo de produção bastante baixo, o que evidencia o grau de autonomia que este tipo de sistema de produção possibilita à família. Além da independência de insumos externos, a agrofloresta, depois de alguns anos de implantada, pouco exige de mão

de obra do agricultor/a, que se torna um coletor de alimentos e outros produtos da floresta. No caso de Zé Caboclo, o custo de produção correspondeu a algumas diárias que ele pagou a uma pessoa para ajudá-lo no manejo da área. Por outra parte, como o mostra o Gráfico nº1, a distribuição da renda familiar é muito diversificada, aumentando sua capacidade de enfrentar mudanças vindas de impactos externos.

Gráfico nº 1. Composição da renda bruta no agroecossistema de Zé Caboclo e Dona Amara



O impacto na segurança alimentar da família é bastante evidente. Na análise econômica do agroecossistema de Zé Caboclo, o autoconsumo corresponde a 16,23% da renda gerada, significando o aporte de R\$ 3. 225,38 por ano à sua renda, sem contar a qualidade e a diversidade do alimento consumido pela sua família e pela de seu filho Josafá.

Tabela nº 1. Renda gerada no sistema agroecológico

	R\$	%
Vendas	R\$ 16.650,10	83,77
Auto Consumo	R\$ 3.225,38	16,23
Total	R\$ 19.875,48	100,00

João Batista reside na parcela 19 do Assentamento Amaragi, município de Rio Formoso, desde 1999. Ele era trabalhador da cana do Engenho Amaragi. Na época, ele era casado, mas separou-se em 2000 e casou-se novamente com Isabel Tenório, com quem tem uma filha, Jenifer Vitória, de oito anos. A sua área tem sete hectares, sendo parte em declive e parte plana (várzea), sujeita a alagamentos. Da mesma forma que no caso de Zé Caboclo e Dona Amara, neste agroecossistema foi elaborado um croqui que nos dá uma ideia da distribuição dos seus subsistemas:

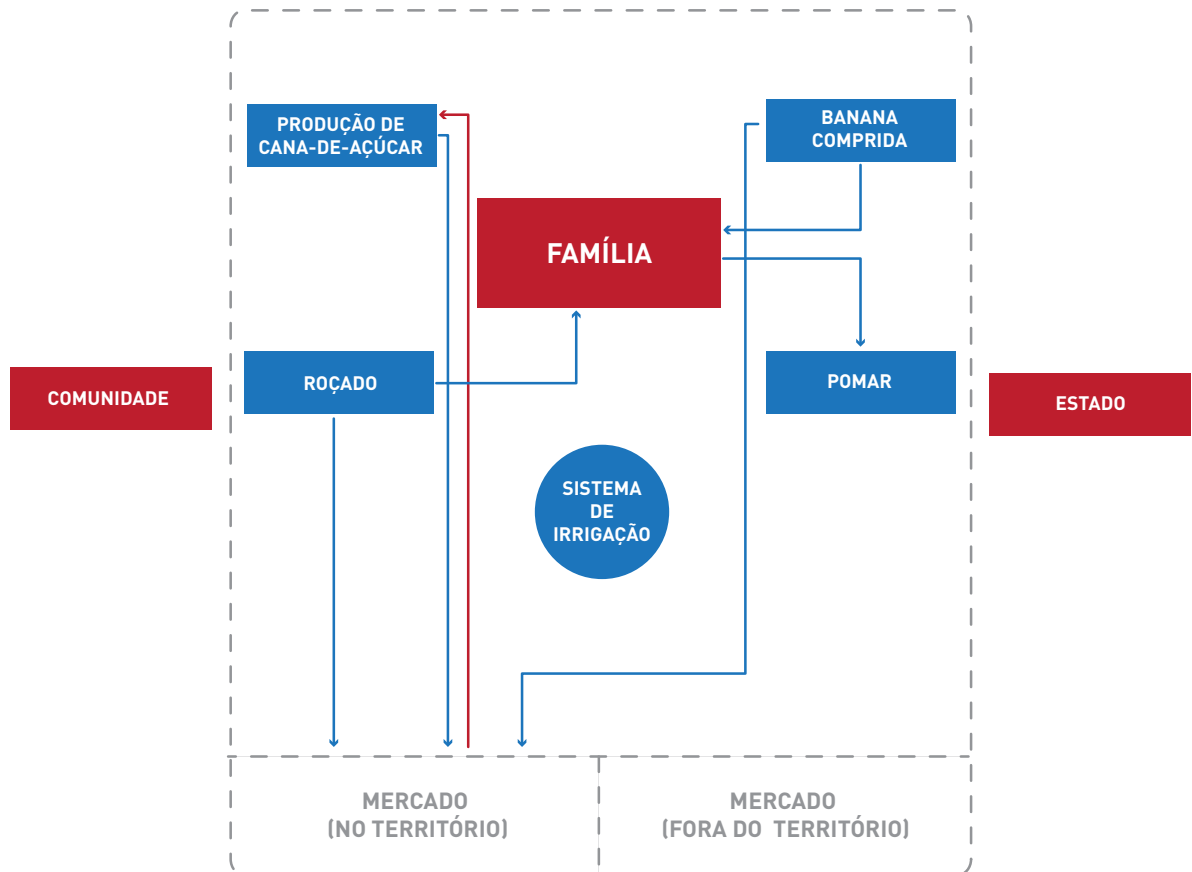
Figura nº 4. Croqui do agroecossistema de João Batista e Isabel



João Batista começou a trabalhar na parcela em 1999, plantando banana comprida e roça de inhame e macaxeira na área de várzea. Em 2000, na grande inundação que ocorreu no território da Mata Sul, perdeu toda a produção. Ele avaliou que só valia a pena plantar cana-de-açúcar, mas que precisaria fazer uma drenagem na área. Depois da drenagem, ele ainda fez uma tentativa de plantio de banana comprida, mas deu uma “friagem” e ele perdeu novamente a produção.

Na análise econômica do agroecossistema de João Batista, foram identificados quatro subsistemas de produção: cana-de-açúcar, banana comprida, roçado e pomar. A produção de cana é o principal componente da renda bruta do sistema. O impacto da produção na segurança alimentar da família é muito baixo, ao mesmo tempo em que o custo da produção é bastante elevado, demonstrando o grau de dependência externa do sistema, tanto para a alimentação da família quanto para a manutenção do principal subsistema produtivo. A Figura 5 nos permite ver os fluxos internos deste agroecossistema:

Figura 5. Fluxograma de insumos e produtos do agroecossistema de João Batista e Isabel



Atualmente, João Batista e Isabel entregam toda a sua produção de cana-de-açúcar para a Usina Cucaú. O casal tem, aproximadamente, 1,5 hectare de cana-de-açúcar e não costuma contratar ninguém na época do plantio e dos tratos culturais, apenas na época do corte, quando tem que contratar trabalhadores e máquinas (carregadeira e caminhão), o que aumenta o seu custo de produção. Além da cana, ele tem um pequeno pomar para o consumo da família e alguns pés de banana comprida na área mais alta do terreno.

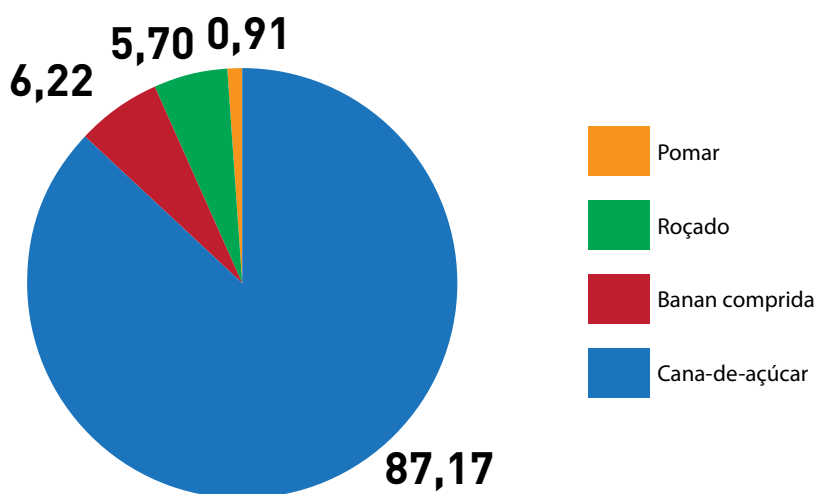
Além do trabalho na agricultura, João Batista é também pescador. O Assentamento Amaragi possui áreas de manguezais e rios, o que possibilita o acesso a estes locais sem muita dificuldade. Nesta atividade, ele chega a tirar cerca de R\$ 500,00 mensais, o que lhe garante uma renda de R\$ 6.000,00 por ano. Na análise econômica do agroecossistema de João Batista, observamos que é esta atividade, a pescaria, que sustenta sua família e cobre os custos da produção de cana, que chegam a R\$ 1.660,00 por ano e comprometem 41,41% da renda total (R\$ 4.008,65) gerada pela venda da produção de cana. Além da renda gerada pela agricultura e pela pesca, a família também é beneficiária do Programa Bolsa Família e recebe R\$ 90,00 por mês. A seguir, podemos apreciar a geração de renda e a relação vendas/autoconsumo neste agroecossistema:

Tabela nº 2. Renda gerada no sistema convencional

	R\$	%
Vendas	R\$ 4.464,65	97,09
Auto Consumo	R\$ 134,00	2,91
Total	R\$ 4.598,65	100,00

Complementarmente, ao compararmos a composição da renda neste agroecossistema, vemos que ele é pouco diversificado e depende quase que exclusivamente de um único produto, a cana-de-açúcar, como mostra o Gráfico nº 2, a seguir:

Gráfico nº 2. Composição da renda bruta no agroecossistema de João Batista e Isabel



Por outra parte, com relação ao acesso às políticas públicas, João Batista recebeu parte dos créditos do INCRA de habitação (R\$ 2.500,00), fomento (R\$ 1.500,00) e custeio, que utilizou para o plantio da roça de inhame. Já acessou o PRONAF para o plantio da cana e para a compra de um kit de irrigação. Ele se lembra de algumas visitas de assistência técnica a muito tempo, provavelmente do Programa ATES que foi desenvolvido no Assentamento Amaragi entre 2002 e 2006. Recentemente, foi contemplado pelo programa de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS) com um kit de irrigação, sementes de hortaliças, tela e pintos para iniciar uma criação de galinhas, mas, na época do estudo, esta ainda não havia sido iniciada.

4. CONCLUSÕES

Na análise dos elementos que influenciaram a sustentabilidade, autonomia e capacidade de geração riqueza do agroecossistema de Zé Caboclo e dona Amara, observamos que as políticas públicas tiveram um papel relativo. Podemos dizer que a política pública de destaque foi a reforma agrária, que lhes possibilitou acessar a terra para produzir e a construção de sua identidade enquanto agricultor familiar. Outro elemento importante foi a participação em organizações locais de agricultores, o que lhes possibilitou conhecer e trocar experiências com outros agricultores que iniciavam a prática da agroecologia, mediados pela assessoria técnica do Centro Sabiá. Esta participação em redes e organizações de agricultores locais, a exemplo da Feira dos Produtores Agroecológicos de Sirinhaém (FEPAS), foi o elo que possibilitou ampliar, dar sustentabilidade e retroalimentar o seu **sistema** de produção diversificado, articulando-o com um processo de comercialização direta. Como sabiamente diz o agricultor agroflorestal Jones Pereira “os consumidores também fazem parte do meu sistema”.

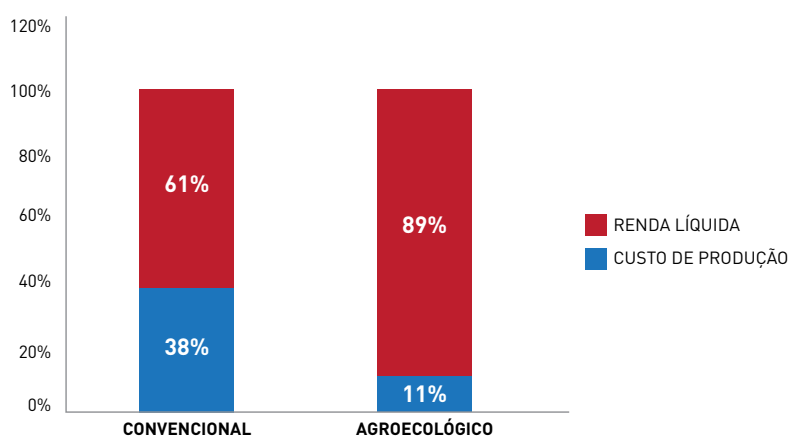
Outro elemento importante foi a opção pela produção agroflorestal. A agrofloresta é um policultivo que produz uma grande diversidade de produtos e insumos com múltiplos usos: alimentação da família, dos animais e do solo, produtos para comercialização (*in natura* e beneficiados), madeira para venda (estacas de sabiá), produção de energia para família (lenha), além de vários serviços ambientais, como proteção do solo e da biodiversidade, preservação de nascentes e melhoria da qualidade da água. Some-se a isso o baixíssimo uso de insumos e mão de obra que a agrofloresta necessita.

A ATER oficial pouco teve influência nas duas trajetórias em virtude de sua pouca incidência no território no período do estudo, sendo considerada na forma em que é definida pela Lei de ATER, como um serviço de educação não formal de caráter **continuado**. Já a assessoria técnica não governamental, realizada pelo Centro Sabiá na parcela de Zé Caboclo, foi elemento crucial no processo de conversão de seu sistema de produção.

A política de crédito merece uma reflexão em cada um dos casos estudados. No agroecossistema de Zé Caboclo, os créditos acessados através do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil (PRONAF) foram utilizados para a melhoria da infraestrutura produtiva (kit de irrigação e bomba) que deu suporte ao início da diversificação da produção na propriedade. João Batista acessou o PRONAF para o custeio da cana-de-açúcar e compra de um kit de irrigação. No caso do custeio da cana, este recurso lhe garantiu apenas um adiantamento para a compra dos insumos e pagamento da mão de obra na época da colheita, não trazendo nenhuma melhoria efetiva para o seu agroecossistema e com o risco de trazer prejuízos, a depender do preço pago pela usina. Este tipo de crédito só interessa aos usineiros, porque garante um grande séquito de fornecedores sem nenhum custo ou risco.

A análise econômica dos dois agroecossistemas permitiu comparar os valores dos custos de produção e da renda gerada pelo sistema agroecológico em oposição à produção convencional. Enquanto o sistema convencional apresentou um custo de produção equivalente a 38% de sua receita bruta, o custo de produção no sistema agroecológico ficou em 11% da receita. Isto significa uma renda líquida de 89% no sistema agroecológico, sendo, no caso pesquisado, 66% proveniente da agrofloresta. Esta informação fica mais clara ao observamos o Gráfico nº 3:

Gráfico nº 3. Renda líquida e custos de produção nos dois sistemas



Outra comparação necessária é em relação à riqueza gerada pelos dois sistemas de produção. As duas áreas têm tamanhos semelhantes (sete e oito hectares respectivamente) e uma topografia parecida (ambas possuem a maior parte da área bastante acidentada). O acesso à água não se constitui como problema em nenhuma das duas. Quando se compara a riqueza gerada, porém, a diferença é muito grande. São vários os fatores que contribuem para isso e eles precisam ser compreendidos em conjunto. A opção da família de Zé Caboclo por um sistema de produção agroecológico baseado na produção agroflorestal trouxe diversidade, redução dos custos de produção, aumento da produção de alimentos para a família e excedentes que lhes possibilitaram participar de um espaço coletivo de comercialização direta (FEPAS). O grau de autonomia e sustentabilidade que o sistema de Zé Caboclo atingiu demonstra como a trajetória de seu agroecossistema caminhou da especialização da cana para um modo de produção camponês. Já o agroecossistema de João Batista, além de um grau extremo de dependência, mal possibilita a sua reprodução e a da família, sendo necessário o acesso a outras rendas para que isso seja possível.

O estudo de caso das trajetórias da agricultura familiar do Território da Mata Sul de Pernambuco traz informações e possibilita construir argumentos para a defesa de um modelo de desenvolvimento local de base agroecológica, pois enfoca uma questão essencial que é a

capacidade de geração de renda sustentável do sistema agroecológico. O desafio do Centro Sabiá e das outras organizações que fazem parte do movimento agroecológico no território é, a partir deste estudo, qualificar seu discurso e seus debates nos espaços de discussão e definição das políticas públicas para agricultura familiar buscando influenciar estas políticas e provocar a realização de ações efetivas de apoio a agroecologia no território.

5. SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Durante o Seminário Territorial sobre o Mapeamento de Experiências Agroecológicas da Zona da Mata Sul, realizado em outubro de 2011, as famílias agricultoras apresentaram algumas propostas para contribuir com as políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia no Território da Zona da Mata Sul que, avaliamos, contribuirá com as proposições que serão levadas aos gestores no Seminário Final do projeto da Rede ATER Nordeste. Seguem as propostas:

- Garantia de assistência técnica qualificada que atenda as necessidades da agricultura familiar;
- Organização de espaços para comercializar produtos agroecológicos nas feiras tradicionais e/ou feiras agroecológicas;
- Melhoria dos acessos para o escoamento da produção: construção de pontes, recuperação estradas e apoio ao transporte de mercadorias dos sítios até os pontos de comercialização;
- Adoção de mecanismos para redução da burocracia no acesso às políticas públicas, ao mesmo tempo em que se aumente o controle para reduzir fraudes;
- Construção de uma estratégia para agilizar e facilitar o acesso à DAP individual e à DAP jurídica em larga escala junto às famílias no Território;
- Providenciar o licenciamento ambiental dos assentamentos que ainda não possuem;
- Criar estratégias para melhorar o acesso a informações sobre políticas públicas para a agricultura familiar;
- Melhorar as formas de acesso dos filhos de agricultores às escolas agrícolas (EFA's);
- Inserção dos alunos do Instituto Federal de Barreiros em estágios na agricultura familiar;
- Adotar estratégias para dar mais visibilidade aos produtos da agricultura familiar;
- Monitorar o programa PAIS, sugerindo adaptações à tecnologia a partir das experimentações dos/as agricultores/as no Território;
- Apoiar as iniciativas no campo da recuperação ambiental e da biodiversidade da Mata Atlântica no Território, protagonizadas pelas famílias agricultoras.

ANEXO FOTOGRÁFICO

Sistema agroflorestal de Zé Caboclo e Dona Amara



Zé Caboclo e Dona Amara

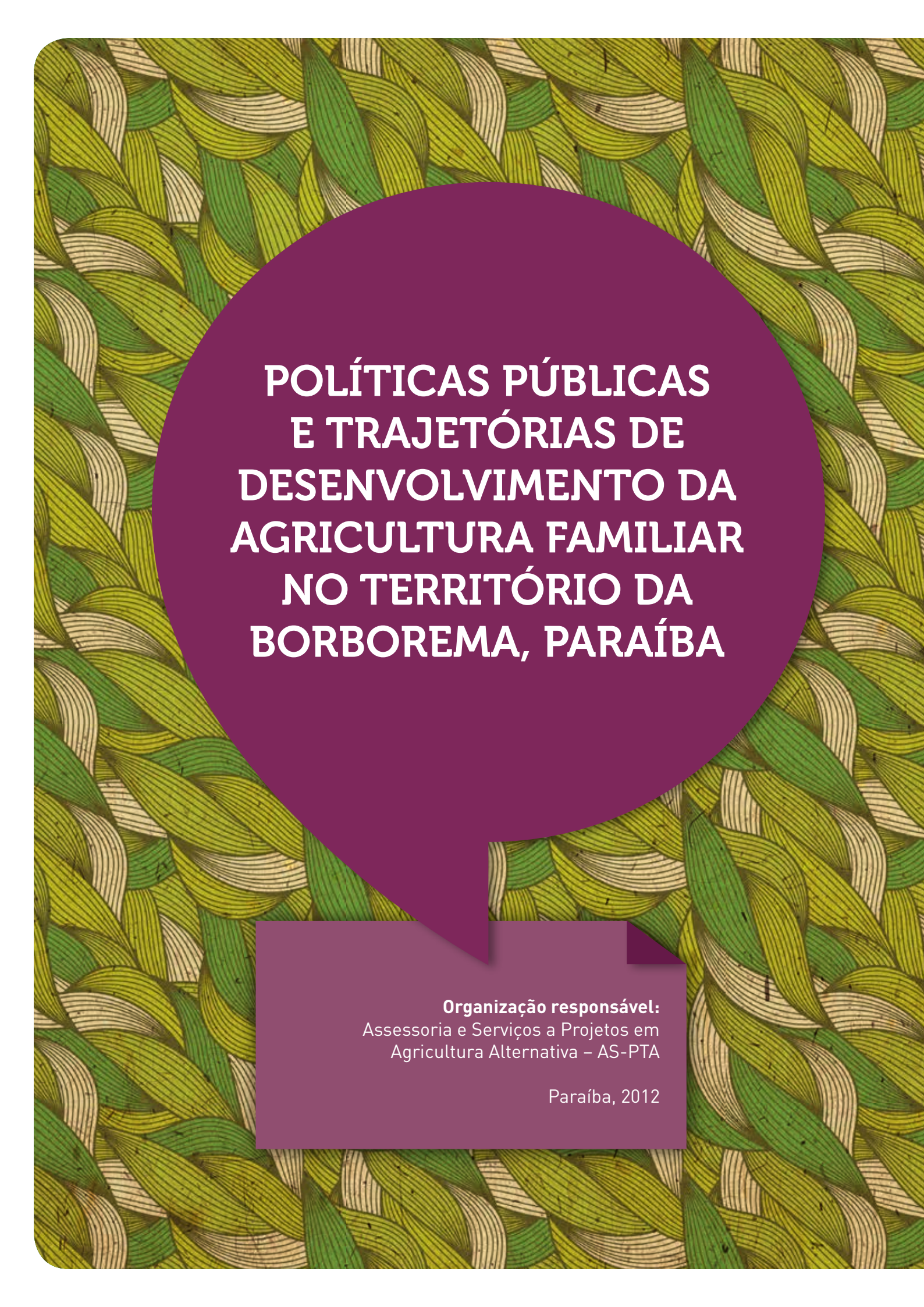


Área de cana na propriedade de João Batista e Isabel



João Batista, agricultor convencional





**POLÍTICAS PÚBLICAS
E TRAJETÓRIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR
NO TERRITÓRIO DA
BORBOREMA, PARAÍBA**

Organização responsável:
Assessoria e Serviços a Projetos em
Agricultura Alternativa – AS-PTA

Paraíba, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA

O estudo de caso realizado no Território da Borborema, na Paraíba, teve como objetivo analisar a relação existente entre a implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e as trajetórias de desenvolvimento desta última no território. Para tal fim, se fez uma análise das trajetórias históricas da agricultura na região, tomando como referência a ação no Polo Sindical da Borborema¹.

Visando oferecer informações específicas sobre o desempenho econômico dos distintos agroecossistemas encontrados no território, contrapõem-se dois modelos contrastantes, representados, de um lado, por aquelas famílias que produzem com base agroecológica e, de outro, por aquelas que trabalham integradas à agroindústria do fumo. Aplicou-se, para tal fim, uma matriz de análise econômica dos agroecossistemas selecionados, que permitiu estabelecer a eficiência de cada um dos subsistemas presentes na unidade produtiva em análise, assim como os fluxos de insumos dentro da mesma unidade e com relação ao exterior, determinando, desta forma, qual o nível de dependência/autonomia de cada uma das opções estudadas.

A organização não governamental Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) foi a entidade responsável pela realização do estudo, em conjunto com as entidades aglutinadas no Polo Sindical da Borborema. Esse diálogo foi essencial para a análise tanto das trajetórias da agricultura familiar no território quanto para a análise das políticas públicas e para a seleção das unidades produtivas que foram estudadas mediante a matriz de análise econômica.

Neste sentido, o estudo reflete um esforço coletivo, não apenas o olhar de uma única entidade, e se constitui como uma ferramenta para aprofundar a reflexão sobre a transição agroecológica e os desafios que esta transição traz consigo, especialmente no tocante à implementação de políticas públicas sensíveis às particularidades desta alternativa de produção agropecuária que não se conforma segundo os padrões convencionais e precisa de uma abordagem mais ampla e sofisticada por parte dos gestores e representantes das instituições voltadas para a agricultura familiar.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nessa seção, faremos um percurso pela história do Território da Borborema para entendermos a presença camponesa no mesmo e as resistências que permitiram a conformação do território. Vamos, também, analisar o papel desempenhado pelo Polo Sindical da Borborema em relação às políticas públicas que incidem sobre a agricultura familiar.

¹Formado em 1996 e conformado por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STR's), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, o **Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema** vem apoiando redes locais de inovação agroecológica que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras dos 15 municípios que conformam o Território da Borborema. Analisando a partir de seu lugar na história do território, poderíamos dizer que o Polo retoma e atualiza uma longa tradição de resistências sociais que aí se estruturaram como respostas ativas a conjunturas políticas e econômicas adversas à agricultura camponesa. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 13)

2.1. A PRESENÇA CAMPONESA NA BORBOREMA AO LONGO DA HISTÓRIA

A elevada concentração de agricultura familiar marca a paisagem regional, com o Planalto da Borborema delimitando as peculiaridades fisiográficas, ecológicas e socioeconômicas da região. Ao centro do território, encontramos sua porção mais elevada, onde se estabelecem pequenas propriedades familiares dedicadas à policultura associada à pecuária. Na escarpa leste do planalto, as águas da bacia do rio Mamanguape percorrem um relevo fortemente acidentado; esta é a região localmente denominada de Brejo, constituída por ilhas de umidade e solos férteis resultantes da ação dos ventos úmidos que vêm do litoral, nas quais se estabelecem propriedades familiares dedicadas à fruticultura.

A porção noroeste do território é marcada pela depressão do rio Curimataú, uma área de sombra de chuva conhecida por ser a zona mais seca e pelas formações de caatinga. As criações de animais, combinadas com roçados de milho e feijão, são as atividades que predominam nos sistemas de base familiar ali instalados. Por fim, a sudoeste, as águas da bacia do rio Paraíba do Norte definem uma quarta região ambiental. De altitudes mais baixas, o cariri agrestino também é uma região seca, onde se observa o predomínio das grandes fazendas de gado de corte e leiteiro e uma expressiva população de foreiros e trabalhadores sem-terra, produtores de milho e fava.

O mapa seguinte nos permite ver as diversas regiões do território, assim como a sua localização no estado da Paraíba:

Figura nº 1. Mapa do Território da Borborema (PB)



Fonte: (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 14)

A posição geográfica e as características da paisagem fizeram com que, na história da Paraíba, esta região fosse colonizada tardiamente. O interior do estado só foi ocupado na segunda metade do século XVIII, quando a atividade açucareira do litoral úmido impôs a separação entre a produção de cana-de-açúcar e a pecuária. Assim, os sucessivos ciclos econômicos, induzidos pelo modelo de desenvolvimento agroexportador, influenciaram a dinâmica da agricultura camponesa no agreste, promovendo períodos históricos do território que podem ser interpretados como de campesinização e de descampesinização. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 14)

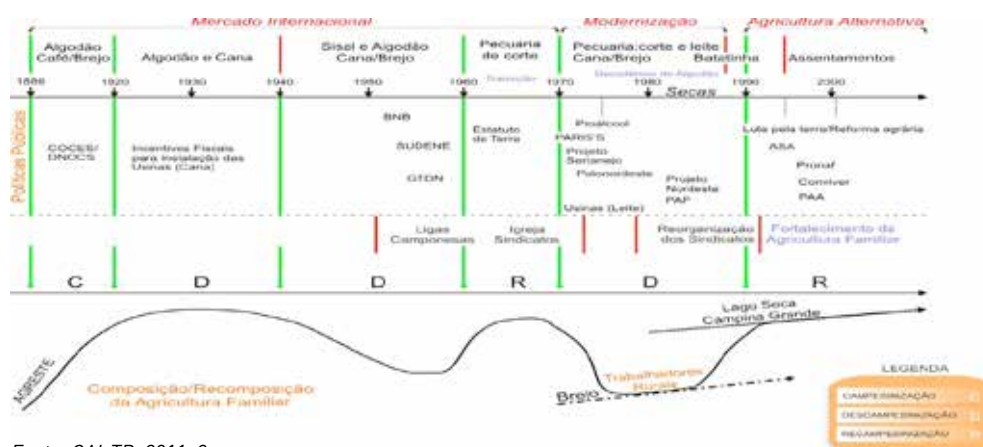
O primeiro ciclo foi resultante da liberação da mão de obra da atividade açucareira, quando as famílias passaram a ocupar pequenos sítios no agreste, dedicando-se ao cultivo de alimentos e à criação para o autoconsumo. Foi, porém, a expansão do cultivo do algodão que, em meados do século XVIII, contribuiu definitivamente para o povoamento da região e a consolidação de seu espaço agrário. Segundo Moreira (1990), o boom do algodão promoveu a concentração da população, atraindo a mão de obra livre; a consolidação do sistema de morador, que ainda permitia o consorciamento com as culturas de subsistência; a monetarização da economia e o favorecimento do crescimento urbano regional. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 14-15)

Além da economia algodoeira, seguiram-se novos ciclos econômicos impulsionados pelos cultivos da cana e do café, nas regiões de brejo, e pelo de sisal, por todo o território. A expansão da atividade canavieira ocasionou a expulsão dos moradores e arrendatários, que passaram a ser funcionários de engenhos e usinas da região. Embora contribuísse para a criação de empregos rurais na época do verão, o cultivo do sisal também levou muitas famílias agricultoras a abandonarem o campo em função da revalorização das terras e por não permitir o consorciamento com cultivos alimentares. Somente nos anos 1960, com a queda do preço da fibra de sisal, os grandes proprietários voltaram a liberar o acesso à terra aos camponeses, que cultivavam áreas ociosas em troca dos restos de cultivos que eram deixados para o gado do patrão. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 15)

A década de 1970 foi marcada pela forte intervenção estatal em nome da modernização da agricultura e da ampliação das atividades pecuárias, mantendo os privilégios das oligarquias agrárias. A combinação da pecuária com o modelo modernizante da cana incentivado pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool) liquidou, definitivamente, o sistema de moradores das fazendas e empurrou grandes contingentes de população rural para as pontas de rua, na periferia das cidades.

Ao introduzir um novo padrão técnico fundado na crescente artificialização da agricultura, muitas famílias agricultoras foram induzidas a ingressarem em trajetórias de especialização produtiva, passando a depender crescentemente dos mercados para se reproduzirem econômica e socialmente; são exemplos deste processo, os produtores de batata inglesa e os fumicultores. Nas regiões mais úmidas, muitas famílias fazem a opção pela olericultura e a fruticultura intensiva, viabilizadas a partir do estímulo dado por políticas oficiais de crédito e de assistência técnica. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 15)

Figura nº 2. Principais atividades agropecuárias do Agreste paraibano (1889-2007)



Fonte: CAI-TB, 2011: 8

2.2. RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

Os processos de ocupação do Território da Borborema não se fizeram sem que variadas formas de resistência das populações locais tivessem sido organizadas no decorrer da história. De fato, a Borborema é palco de lutas camponesas que remontam o período colonial. Por essa razão não há como compreender os atuais processos de resistência sem que leve em conta esse histórico de lutas. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 15)

Uma das formas mais efetivas de resistência, embora das menos visíveis, vem da organização econômica e técnica dos sistemas de produção camponeses. Na contracorrente do modelo hegemônico sob o domínio econômico dos sistemas monocultores para exportação e das políticas oficiais de desenvolvimento, os camponeses resistiram e desenvolveram suas experiências produtivas e de pluriatividade. Seja nas brechas dos latifúndios ou nos espaços abertos pelas crises econômicas no território, foram os camponeses que estabeleceram uma lógica de produção assentada na diversificação de culturas alimentares. Promoveram, assim, a dinamização da economia, ao levarem seus produtos para os mercados locais, especialmente aqueles ligados às feiras livres nos municípios da região, assim como para outras regiões interioranas do estado da Paraíba. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 15)

É justamente neste campo de resistência que se vai construindo a identidade da agricultura camponesa na região. Tanto sindicatos como associações comunitárias, serviços pastorais e organizações de apoio vão estabelecer novos padrões organizativos, técnicos e de intervenção política para o fortalecimento da agricultura familiar. Neste movimento é que, no início dos anos 1990, três sindicatos de trabalhadores rurais, dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca, com assessoria da AS-PTA, colocam o desafio de buscar estratégias inovadoras de incidência, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que atuassem sobre a essência da problemática específica da agricultura familiar da região. Tratava-se de conectar suas pautas de luta, até então muito genéricas e influenciadas pelo movimento sindical nacional, à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do território. A ação articulada desses três STR's criou as condições políticas para o surgimento do *Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema*. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 15)

2.3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

O avanço da proposta de desenvolvimento local e a constituição das redes de inovação nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca foram despertando o interesse de sindicatos e de outras organizações de agricultores dos demais municípios do agreste paraibano. As experiências bem sucedidas no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes realizadas nesses municípios foram ganhando visibilidade por assegurarem, aos sistemas produtivos familiares, maior estabilidade e capacidade de resistência em conjunturas adversas, a exemplo do período prolongado da seca vivido entre 1998 e 1999. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 15)

Esse fato motivou os sindicatos da região a mobilizarem suas bases nas comunidades para divulgar as experiências de agroecologia. Desta forma, o Polo da Borborema passou a se consolidar não só como um demandante de políticas públicas específicas, mas, fundamentalmente, como um espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno da construção de um projeto de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia.

As bases desse projeto foram estabelecidas no início dos anos 2000, a partir da decisão de que o Polo formularia e implementaria uma estratégia de promoção de desenvolvimento regional

assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: primeiro, a inovação agroecológica, e segundo, com foco nas políticas pública, a extração de ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região, para formular e defender propostas voltadas à fortalecer a autonomia técnica, a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar.

No decorrer dos últimos anos, uma intensa dinâmica social de inovações foi se disseminando por meio de um processo de aprendizagem coletiva fundado na revalorização dos conhecimentos das famílias agricultoras. Sob um olhar analítico referenciado nos princípios da agroecologia, um movimento sistemático de leitura da realidade local foi mobilizando um amplo acervo de saberes e abrindo caminho para a busca de novos conhecimentos, atualizando estratégias de inovação dirigidas à superação dos obstáculos técnicos, econômicos e sócio-organizativos vivenciados pela agricultura familiar da região.

Conquistas deste processo são observáveis e geram efeitos que se irradiam, em vários sentidos, pelo território. Uma rede de 82 bancos de sementes comunitários, por exemplo, mobiliza milhares de famílias camponesas para o uso e a conservação das variedades locais cultivadas em sistemas consorciados, enquanto uma intensa dinâmica de mutirões para a construção de milhares de pequenas infraestruturas voltadas à captação e ao armazenamento de água vem dando lugar a uma densa malha hídrica, conferindo níveis crescentes de segurança e produtividade aos sistemas de produção. Há também uma rede de viveiros municipais, comunitários e familiares que subsidia as práticas de recomposição do estrato arbóreo, contribuindo para restaurar a paisagem e ampliar os serviços ambientais e econômicos das árvores nos sistemas de produção. A circulação de 15 máquinas motoensiladeiras pelos municípios da região ao fim do ciclo chuvoso e a promoção de mutirões para estocar forragem para os rebanhos conferem maior disponibilidade de alimentos de boa qualidade para os animais nos períodos secos do ano. Ocorre, ainda, um processo de revitalização de centenas de quintais apoiados por fundos rotativos solidários e dirigidos à diversificação e à reestruturação produtiva dos arredores das casas, como pomares, hortas de plantas alimentícias e medicinais e pequenos criatórios. Além disso, a articulação de uma rede de oito feiras agroecológicas vem gerando novas oportunidades de acesso a mercados para a agricultura familiar da região. Com o passar do tempo, o Polo também desenvolveu um modelo próprio de gestão, organizando comissões temáticas que assumiram a responsabilidade de conceber, executar e monitorar os trabalhos de experimentação segundo recortes específicos. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 16)

Este processo de construção social e política do Território Agroecológico do Polo da Borborema é fruto de um esforço de compartilhamento e consolidação de uma identidade, forjada na construção de alternativas de desenvolvimento para a região, que tem como base um movimento de experimentação protagonizado pelos/as próprios/as agricultores/as. A organização e a gestão desses dispositivos coletivos só se fizeram possíveis pelo estabelecimento de uma rede local de agricultoras e agricultores experimentadores capazes de fomentar processos de inovação agroecológica e conferir, desta maneira, um novo papel aos agricultores, às organizações da agricultura familiar e à própria assessoria. Nesta construção, cabe ainda destacar a participação protagonista das mulheres tanto nas atividades de experimentação agroecológica quanto na atuação política junto às organizações da agricultura familiar. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010: 16)

Cabe destacar que essas dinâmicas de inovação no território criaram as condições para que houvesse maior diferenciação das trajetórias de desenvolvimento dos agroecossistemas. Portanto, é fundamental aqui reconhecer essa diversidade da agricultura familiar no território em função do grau de alinhamento ou de autonomia com relação ao projeto de modernização. Consideramos que a análise das políticas públicas ganha sentido somente a partir de sua relação com essas diferentes estratégias de estruturação dos agroecossistemas existentes no território.

2.4. CONSTRUÇÃO E DEFESA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Como apontamos antes, o avanço da agricultura familiar no território não se faz sem enfrentamentos permanentes com atores sociais que defendem a expansão do modelo agrícola baseado na lógica empresarial de gestão dos agroecossistemas. Vemos programas públicos que negam e desqualificam a agrobiodiversidade por meio da distribuição em larga escala de sementes de poucas variedades melhoradas que, por sua vez, se deparam com um movimento de resgate e revalorização das sementes locais, as *sementes da paixão*. Já os programas públicos de financiamento dirigidos ao monocultivo e à especialização produtiva são contrapostos pelas estratégias de diversificação produtiva e pela intensificação dos policultivos nos roçados tradicionais. Da mesma forma, o uso dos agrotóxicos, difundido como único recurso para viabilizar a produção, é condenado coletivamente devido a seus elevados custos sociais, econômicos e ambientais, além de ser confrontado com um rico acervo de inovações na área de manejo ecológico de populações de insetos-praga e de microrganismos fitopatogênicos. Os programas de recursos hídricos fundamentados na noção de combate à seca e na construção de grandes obras hidráulicas são desafiados pelos impactos das estratégias de descentralização da oferta de água por meio da construção de uma malha de pequenas infraestruturas hídricas que promovem segurança nas comunidades e propriedades rurais. O modelo técnico difusionista, baseado na lógica da transferência de tecnologias, é questionado pela rede de agricultores/as experimentadores/as que busca revitalizar a inovação local como dispositivo social para a construção e a socialização de conhecimentos técnicos. Na contramão das práticas clientelistas que enfraquecem a capacidade de auto-organização comunitária, estão sendo conduzidas experiências inovadoras de gestão de bancos de sementes comunitários, fundos rotativos solidários, mutirões, etc., todas fundadas nas tradicionais relações de reciprocidade e no princípio da solidariedade. Em oposição à consolidação de cadeias longas de comercialização, a diversificação da produção e os igualmente diversificados espaços de comercialização vêm permitindo que as famílias construam estratégias próprias de escoamento de seus produtos dentro do território.

Assim, ao vincular a experimentação agroecológica aos processos de formulação de proposições de políticas públicas, o Polo da Borborema ancora sua ação de disputa pelo território numa extensa rede que articula um número crescente de agricultores, homens e mulheres, adultos e jovens. O processo em curso na região define um novo ciclo de recampesinização, com aumento quantitativo do número de famílias camponesas que conquistaram a terra e um aumento significativo de famílias assentadas. A recampesinização também se expressa em termos qualitativos, na reconstrução da natureza camponesa da agricultura familiar da região por meio da disseminação de um processo que busca a construção de crescentes níveis de autonomia técnica, econômica, política e cultural.

2.5. A ATUAÇÃO DO POLO SINDICAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma muito resumida, analisaremos, a seguir, algumas das principais políticas públicas implementadas no território que incidem de forma direta sobre a agricultura familiar, considerando a influência que o Polo Sindical vem mostrando sobre a maneira em que tais políticas são levadas à prática.

2.5.1. INFLUÊNCIA SOBRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir de 2003, com a implementação do Programa dos Territórios Rurais de Identidade, uma política de desenvolvimento territorial da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), constituiu-se, formalmente, o Território da Borborema. No entanto, cumpre ressaltar que uma das condições fundamentais para a criação deste território foi a existência prévia de uma articulação regional, o Território Agroecológico do Polo da Borborema, que, caracterizado pela forte presença da sociedade civil, influenciou significativamente a estruturação institucional e a dinâmica posterior do Território da Borborema no âmbito do programa da SDT/MDA.

Naquele momento, pode-se identificar uma feliz coincidência entre as conjunturas local e nacional, fazendo com que o conjunto de políticas do Governo Federal voltadas para a promoção da agricultura familiar encontrasse um ambiente fértil para sua implementação. Além disso, o espaço aberto pela política de desenvolvimento territorial possibilitou que o projeto em construção do Polo ganhasse maior visibilidade entre um conjunto mais amplo de atores e instituições públicas e privadas, tornando o Território da Borborema uma arena privilegiada de expressão e disputa de projetos para o desenvolvimento rural.

Em que pese a grande diversidade de interesses dos atores participantes do Fórum de Desenvolvimento do Território, a força sociopolítica e propositiva construída na região tem sido capaz de promover níveis crescentes de convergência em torno de um projeto para o desenvolvimento territorial assentado no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Os processos sociopolíticos em construção pelo Polo têm se mostrado suficientemente consistentes para que as organizações da agricultura familiar não sejam cooptadas pelos fortes atrativos de uma política governamental que se propõe a alocar recursos vultosos no território.

O Polo vem, então, através destes processos, favorecendo o estreitamento das interações entre sociedade civil e poder público para a construção de políticas mais adaptadas à região, assim como também vem elaborando proposições concretas para mobilizar recursos de políticas públicas, fazendo-as convergir para o fortalecimento dos processos de inovação por ele impulsionados, dos quais destacamos o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), para provisão de água para consumo humano, e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), para acesso e manejo de água para a produção de alimentos. Também vem sendo conduzida mais de uma dezena de projetos junto ao Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (PAA/CONAB) para o abastecimento dos bancos de sementes por meio da compra de variedades locais e de sementes forrageiras, além da aquisição de grãos para a produção de multimistura – suplemento alimentar para crianças e gestantes – e a compra de alimentos agroecológicos para abastecimento de escolas e creches. Ainda no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial, o Polo exerce grande influência na formulação e implementação dos Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTRS's), mobilizando recursos do PRONAF Infraestrutura para a expansão das feiras agroecológicas, para a ampliação do número de máquinas motoensiladeiras e para a constituição e viabilização de infraestrutura do Banco Mãe de Sementes.

2.5.2. O DESAFIO DO CRÉDITO

Tendo em vista os números expressivos do PRONAF Grupo B no território da Borborema, a política de crédito permanece como um desafio de solução complexa e que ainda vai exigir muitos investimentos institucionais até que se chegue a bom termo quanto aos melhores procedimentos e formatos. Isso reforça a percepção de que o tempo de maturação de uma política e da sua adaptabilidade a contextos locais é relativamente longo, contrastando muitas vezes com a pressa dos executores no alcance de suas metas.

A situação de impasse em torno do PRONAF Agroecologia e do PRONAF Semiárido, relacionada à baixa procura pelo crédito em comparação às outras linhas, coloca na ordem do dia a necessidade de uma reformulação nos procedimentos de elaboração, aprovação e assessoria técnica dos projetos. Esta tarefa requer um reexame de toda a cadeia causal que começa na demanda inicial das famílias e vai para a elaboração da proposta de projeto, enquadramento da mesma no padrão “bancário”, aprovação, liberação dos recursos e acompanhamento técnico. Agentes financeiros, de ATER e gestores do MDA são convidados a esta tarefa.

Por outro lado, o uso estratégico dos recursos de crédito agrícola como fator de otimização da produção agroecológica não tem feito parte da cultura institucional das organizações promotoras da agroecologia. Poucas delas adotam a prática sistemática de assessorar e elaborar os projetos de crédito das famílias atendidas por seus programas, muito embora suas equipes reúnam capacidades importantes nessa área. A aversão ao risco de endividamento das famílias e as limitações impostas pelo sistema oficial de crédito em relação a propostas inovadoras ajudam a explicar este quadro.

2.5.3. CAMINHOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO

As experiências voltadas para a viabilização das feiras agroecológicas em vários municípios da região apontam um importante caminho para a comercialização e geração de renda na agricultura familiar a partir da diferenciação produtiva. Estas experiências têm reunido os esforços de várias organizações sem que existam políticas públicas de apoio às feiras fora do sistema de regulação municipal. O apoio dos governos federal e estadual a uma política de revalorização das feiras populares e do lugar da agricultura familiar pode trazer enormes ganhos, havendo aqui um campo para inovação.

2.5.4. ALTERNATIVAS MONETÁRIAS E NÃO MONETÁRIAS

Algumas estratégias de superação da pobreza adotadas por grupos de famílias e organizações na região caminham na direção de alternativas monetárias, a exemplo dos fundos rotativos solidários, do uso do PRONAF B, do Bolsa Família e da participação nas feiras populares, entre outras. Ao mesmo tempo, ganham importância práticas não monetárias, como os bancos de sementes comunitários, os fundos rotativos de animais, os mutirões para construção de barreiros e obras de infraestrutura hídricas, etc.

A atuação do PAA na compra e distribuição de sementes da paixão para a recomposição dos estoques dos bancos de sementes comunitários demonstra que é possível a um programa

governamental reforçar estratégias de geração de rendas não monetárias sem recorrer a métodos tradicionais de doação segundo as lógicas clientelistas, responsáveis por desativar mecanismos baseados na cultura da reciprocidade e da solidariedade.

Por outro lado, a experiência dos fundos rotativos solidários na Borborema aponta para um interessante sistema de mobilização da poupança local e de prestação de serviços financeiros numa escala em que os pesados mecanismos de financiamento oficial não chegam. O debate recente em torno da formulação de uma política nacional de fundos solidários pode ser um passo importante. No entanto, é preciso cautela para que as tendências universalizantes das políticas não se sobreponham ao que estas experiências têm de mais rico: a autonomia dos grupos no processo de mobilização e gestão transparente e desburocratizada dos recursos.

2.5.5. O DÉFICIT DE ASSESSORIA AGRÍCOLA (ATER)

É evidente que, no contexto da agricultura familiar no agreste paraibano, há um enorme déficit de assessoria agrícola ou ATER, especialmente quando se considera os processos de construção e viabilização da transição agroecológica em maior escala.

A aposta da AS-PTA e do Polo Sindical, no sentido de dinamizar e valorizar as redes de agricultores experimentadores como meio de disseminação da proposta agroecológica, é extremamente importante em termos de empoderamento dos grupos, fomento a processos horizontais de construção do conhecimento e difusão de práticas. O funcionamento dessas redes, porém, tende a ser muito difuso e não abarca lacunas e demandas importantes para processo de promoção da agroecologia num quadro de articulação mais estreito com as políticas públicas. A superação dos já citados obstáculos estruturais na efetivação de linhas de crédito voltadas para o semiárido e para a agroecologia, por exemplo, exige um perfil de assessoria na elaboração e implementação de projetos que não pode ser suprido pela via das redes de agricultores experimentadores.

Por outro lado, experiências como a da Rede ATER Nordeste mostram que a sociedade civil pode desempenhar um papel proativo no suprimento dos serviços de assessoria agrícola em complemento ao setor oficial de ATER. A necessidade de reformulação do marco legal que regula a relação entre as entidades e o governo é, porém, ponto nevrálgico para o aumento da oferta de serviços de assessoria técnica.

Pautar a oferta de serviços de ATER, oficial ou não, em função da meta de superação da pobreza implica em rever o quadro conceitual sob o qual estes serviços operam. Quando se trata do público do Bolsa Família, a lógica produtivista e monetarista presente nos projetos de financiamento deve dar lugar a outras abordagens. A vinculação entre o fornecimento de serviços de ATER e a elaboração de projetos de crédito limita o campo de atuação de muitas organizações que operam na área e isso tem a ver, inclusive, com os mecanismos de financiamento destes serviços. Qual modelo de serviços de assessoria é o mais adequado quando se trata de superar a pobreza extrema no semiárido brasileiro? A busca de uma resposta é, mais uma vez, um convite ao debate.

3. MODELOS CONTRASTANTES: A FUMICULTURA E A AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA

Embora a trajetória evolutiva do Polo na defesa da agricultura familiar camponesa demonstre avanços significativos em vários planos, ela não se faz sem enfrentamentos permanentes com atores sociais que defendem a expansão do modelo agrícola baseado na lógica econômica do agronegócio. Neste sentido, o Território da Borborema apresenta-se para o Polo como um espaço em disputa, no qual as redes de inovação agroecológica surgem como expressão da resistência camponesa. Uma experiência que ilustra bem as contradições do avanço do agronegócio é a entrada da fumicultura na Borborema. Ela mostra como o padrão técnico e econômico do agronegócio promove a desconexão entre agricultura e o território, caminho oposto ao trilhado pela agroecologia.

A fumicultura e seu complexo agroindustrial, representado por uma famosa indústria deste setor, chegaram à região como uma promessa de prosperidade pela garantia de renda para a agricultura familiar. A fumicultura teve uma rápida expansão no território em virtude das crescentes dificuldades econômicas impostas à agricultura familiar pelo aumento dos custos de produção, dificuldade de venda de seus produtos tradicionais e queda dos preços.

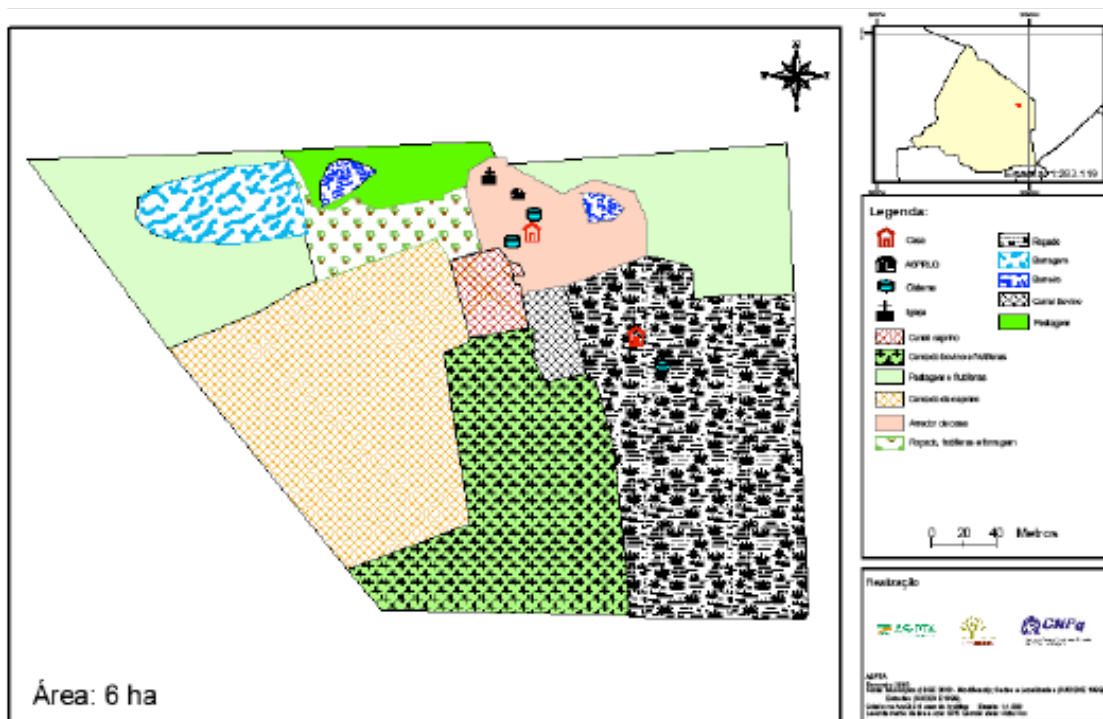
Para se contrapor à fumicultura e demonstrar que suas aparentes vantagens, principalmente a renda gerada, eram, na verdade, desvantagens, o Polo apoiou um estudo que comparou as famílias que produzem com base ecológica e aquelas que produzem seguindo as receitas técnicas da agroindústria.

3.1. SISTEMA DE PRODUÇÃO EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E INTEGRADO ÀS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Com a finalidade de subsidiar o debate com informações relativas ao desempenho e à eficiência econômica dos diferentes agroecossistemas encontrados no território, que representam dois paradigmas contrastantes, realizamos uma aproximação concreta a duas unidades produtivas, uma em transição agroecológica e outra integrada na cadeia agroindustrial da fumicultura.

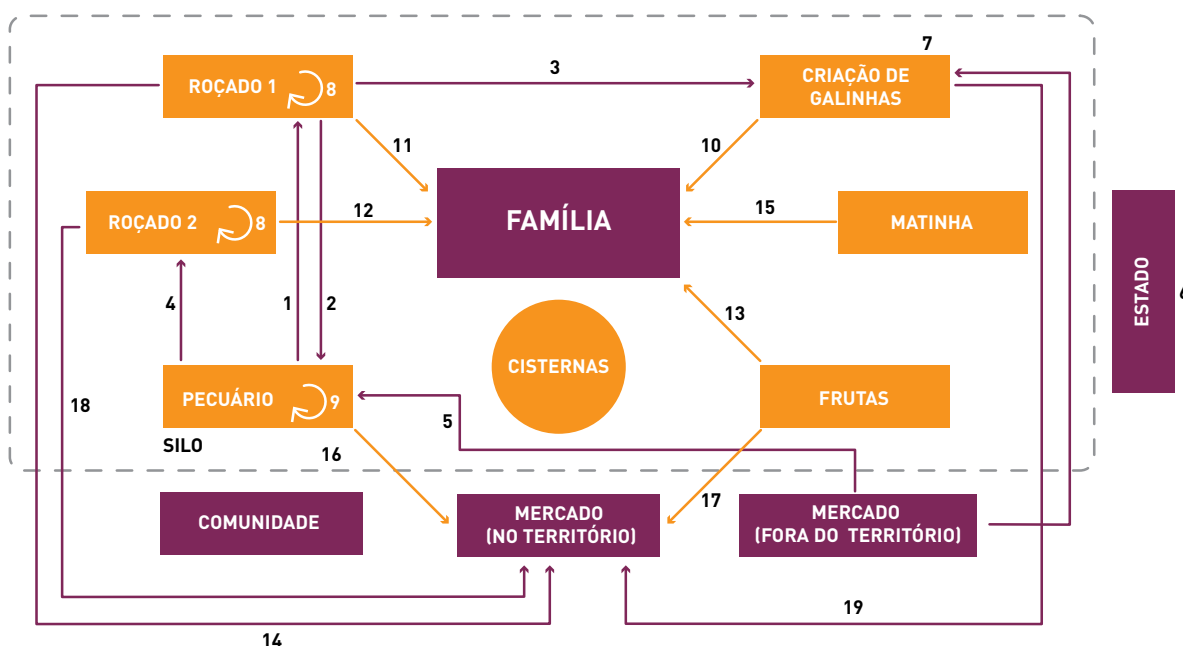
No caso do sistema de produção em transição agroecológica, visitamos a propriedade de Galego, localizada em Gravatazinho, no município de Areial. A propriedade, de 6 hectares, caracteriza-se pela presença de diversos subsistemas produtivos, como roçados, criação animal e fruticultura e áreas de pastagem e barragem, além da unidade residencial da família. Podemos observar a distribuição dos subsistemas na propriedade no seguinte mapa.

Figura nº 3. Mapa da Propriedade



A renda monetária bruta desta propriedade é de R\$ 13.795,00 anual. Devemos indicar, a respeito, que os diferentes subsistemas nela existentes contribuem de forma complementar para a composição da renda monetária. Alguns produtos, como macaxeira, macassa verde, guandu verde, limão e laranja, respondem por cerca de 38,23% da renda total; o restante se distribui entre uma produção diversificada que inclui castanha, mel caju, goiaba, acerola, graviola, maracujá, seriguela, fava e criação animal.

Assim, embora alguns produtos concentrem parcela maior da renda total, a distribuição entre uma maior diversidade de produtos, cujos fluxos produtivos se retroalimentam internamente, outorga grande autonomia ao sistema como um todo. No gráfico seguinte, podemos apreciar ainda melhor essa correlação dos fluxos de insumos e produtos dentro do agroecossistema em transição agroecológica e, de uma forma visual, entendermos a correlação e complementariedade entre cada um dos subsistemas e do sistema com fatores externos, como a comunidade, o Estado e os mercados territorial e extraterritorial:

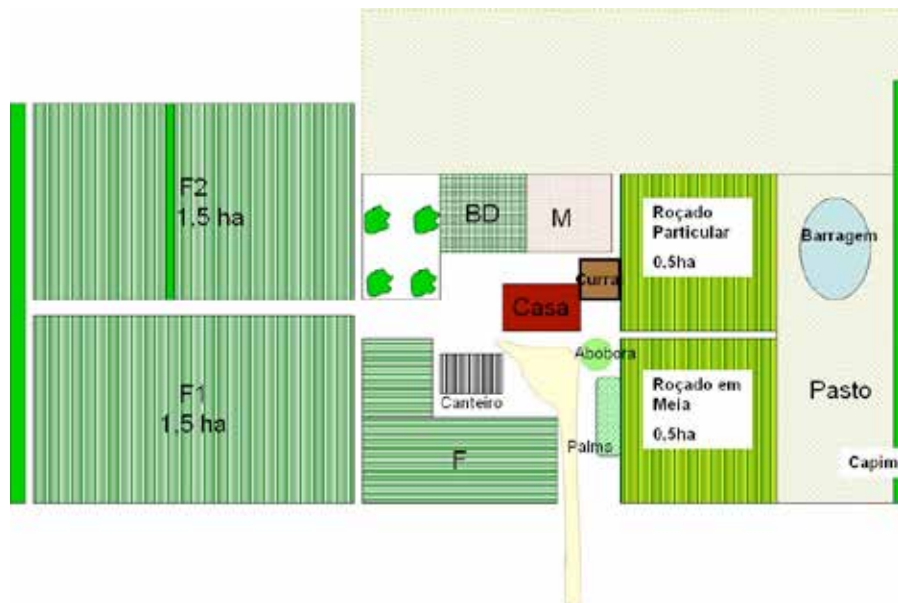


Fluxo	Produto	Insumo	Quantidade
1		Palha de milho	1.800 kg de MS
2		Esterco bovino	5 ton
3		Milho	200 kg
4		Esterco bovino	7 ton
5		Vacinas	45 unidade
6		Ração para galinhas	10 sacos
7		Mudas medicinais	20 unidade
8		Sementes	190 kg
9		Pasto, Palma, Capim de corte	16,2 ton MS
10	Galinhas Ovos	-----	20 unidades 10 dúzias
11	Feijão, fava, macaxeira, cará, macassa, amendoim e milho	-----	862 kg
12	Tomate, berinjela, cenoura, jeri- mum, batata doce, maxixe e café	-----	500 kg
13	Frutas diversas	-----	420 kg
14	Tomate, berinjela, cenoura, jerimum, maxixe e coentro	-----	680 kg
15	Lenha	-----	8 m ³
16	Ovinos	-----	20 UA
17	Frutas diversas	-----	500 kg
18	Feijão, macaxeira, cará, macassa, algodão, fava e amendoim	-	2.860 kg
19	Galinhas e Pintos	-	80 unidades

3.2. SISTEMA DE PRODUÇÃO COM FUMICULTURA

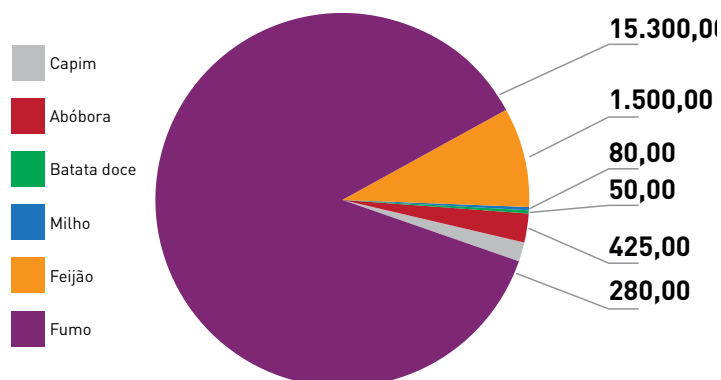
No caso da propriedade vinculada à fumicultura, esta tem uma área total de 6,8 hectares e a maior parte dela é destinada para produzir fumo. Complementarmente, observa-se a produção de feijão, batata-doce, milho e abóbora, mas em quantidades muito pequenas quando comparadas à cultura principal.

Figura nº 5. Mapa da propriedade dedicada à fumicultura.



Nesse sentido, como se observa no gráfico seguinte, a composição da renda bruta desta unidade produtiva depende praticamente, de forma absoluta, da produção de fumo, pois este representa mais de 75% do total.

Gráfico nº 1. Composição da renda monetária bruta da propriedade dedicada à fumicultura



De fato, quando as economias das famílias agricultoras são analisadas, nota-se que a produção de fumo assegura uma renda relativamente expressiva para as famílias que optam pela atividade. A renda bruta anual de uma família que produz para a indústria era, no momento do estudo, de R\$ 18.245,00, superior à renda obtida, por exemplo, por aquelas que produziam em sistemas integrados às feiras agroecológicas (R\$ 13.795,00).

Mas quando a análise comparativa entre essas unidades familiares é detalhada, esta primeira impressão logo se desfaz. Na verdade, a maior parte da renda gerada pelo trabalho da família

fumicultora não fica com ela, mas se destina a arcar com as despesas para reproduzir o sistema produtivo, como os custos dos insumos, amortização de dívidas, etc. Ou seja: de uma renda de R\$ 18.245,00, mais da metade (R\$ 10.000,00) é gasta com insumos, deixando a família, no final, com uma renda líquida de R\$ 8.245,00.

Já a família que produzia para as feiras agroecológicas tinha uma renda bruta menor, mas seus gastos com insumos também eram menores por não utilizarem agrotóxicos, estarem em cadeias solidárias, etc. Assim, da renda inicial de R\$ 13.795,00, apenas R\$ 500,00 eram gastos com insumos, sobrando uma renda líquida de R\$ 13.295,00 – superior, portanto, ao oferecido pela fumicultura. Esta comparação foi feita também com outras famílias que produzem com base agroecológica e todos os exemplos concretos mostraram as desvantagens de se integrar ao complexo agroindustrial do fumo.

Gráfico nº 2. Rendas brutas anuais geradas por duas diferentes unidades de produção familiares no Agreste da Paraíba

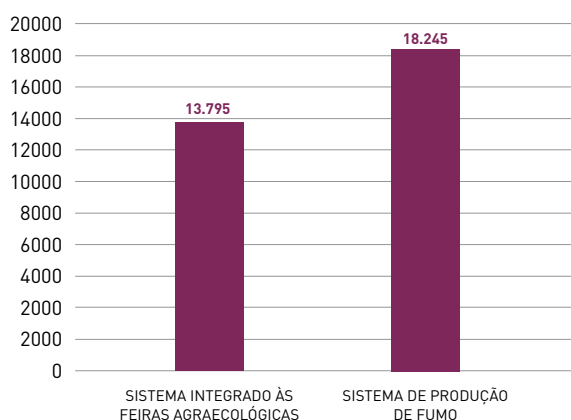
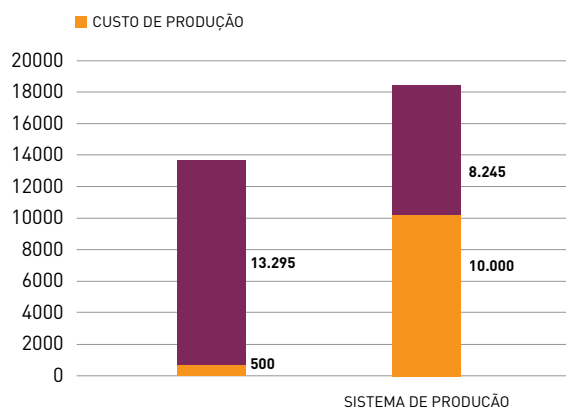


Gráfico nº 3. Rendas líquidas e custos de produção de duas unidades de produção familiares no Agreste da Paraíba



É muito importante atentarmos para o fato de que a unidade especializada na lavoura do fumo é altamente dependente do exterior, de aspectos cujo controle não reside na família camponesa, mas nas empresas vinculadas ao ramo. Aspectos como o preço dos insumos versus o preço da matéria-prima no mercado não dependem das expectativas e necessidades dos produtores, mas das expectativas e necessidades de quem controla efetivamente a cadeia agroindustrial. A vinculação com os mercados externos é central tanto para a continuidade do processo produtivo (disponibilidade de insumos) quanto para o escoamento da produção (compra por parte das empresas e/ou atravessadores). Portanto, os benefícios potenciais de uma renda maior se desfazem quando pensamos o processo como um todo e vemos a baixa autonomia e alta vulnerabilidade deste tipo de unidade subordinada à cadeia da agroindústria no território.

4. CONCLUSÕES

As experiências de promoção da agroecologia estimuladas pela ação do Polo da Borborema alinham-se às lutas históricas da agricultura familiar no território e estão voltadas para a construção de crescentes graus de autonomia e níveis de renda das famílias e comunidades rurais. Os resultados dessas experiências indicam que a agricultura familiar tem um papel decisivo a assumir no desenvolvimento do território. O caminho para que esse papel seja assumido pela agricultura familiar não é, porém, o da modernização técnica e da disseminação da lógica econômica empresarial (especialização produtiva, economia de escala, etc...) em meio às comunidades rurais. Este caminho passa pela reconexão ecológica e econômica da agricultura familiar aos territórios em que ela se desenvolve, ou seja, a construção ou reconstrução de fluxos que favoreçam a autonomia dos agricultores.

A análise comparativa dos diferentes agroecossistemas demonstra que o caminho da especialização produtiva e da vinculação às cadeias agroindustriais não é uma alternativa viável para o enfrentamento da crise da agricultura familiar. Pelo contrário, trata-se de um caminho que só acentua a crise, além de retirar as margens de autonomia que as famílias usam para conviver com as dificuldades econômicas que vivenciam.

Ao especializar a produção, a família fumicultora passou a depender da compra de crescentes quantidades de insumos industriais e da venda de sua produção exclusivamente para uma empresa que define unilateralmente o preço do produto. Além do mais, a alta exigência de trabalho para manter a lavoura de fumo, sobretudo na época de colheita e secagem, faz com que os fumicultores sejam obrigados a contratar trabalhadores em suas comunidades e que abandonem outras atividades econômicas, inclusive aquelas responsáveis pela produção de alimentos consumidos por suas famílias. Dessa forma, passam a empregar parte importante das rendas que conseguem com a venda do fumo para remunerar o trabalho de terceiros e para comprar alimentos, duas práticas pouco relevantes em economias tipicamente camponesas.

Percebe-se, portanto, que a autoproclamada modernização da agricultura não moderniza as condições de vida da agricultura familiar. Limita-se, na verdade, à introdução de tecnologias industriais e à substituição da racionalidade camponesa de gestão econômica por uma lógica empresarial que subordina as famílias agricultoras aos interesses de grupos do agronegócio.


As famílias que mantêm seus sistemas diversificados e comercializam em mercados locais mantêm uma relativa autonomia com relação aos mercados: não necessitam comprar boa parte de seus alimentos nem dos insumos necessários para a produção nem pagar mão de obra externa, já que o trabalho é realizado pela própria família ou por meio de mutirões ou sistemas de troca de dias organizados na própria comunidade. Desta forma, parte importante das necessidades da família é obtida fora dos mercados, em circuitos não monetarizados. Esta forma de organizar a economia familiar é típica do modo camponês de produção.

Isso implica na necessidade de uma profunda revisão em diversas políticas públicas concebidas especificamente para a agricultura familiar. Em vez de estimular processos de modernização tecnológica que, na verdade, implicam em dependência econômica ao agronegócio, as políticas deverão estimular a diversificação produtiva e a adoção de sistemas tecnicamente autônomos baseados no manejo dos recursos naturais e na produção local de insumos produtivos. Em vez de induzir a especialização produtiva e a integração (subordinada) da agricultura familiar à cadeias produtivas dominadas por complexos agroindustriais, as políticas deverão estimular a ampliação dos mercados locais como principais canais para o escoamento da produção diversificada das famílias e comunidades rurais, estabelecendo fluxos de produção que favoreçam os mercados locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Silveira, Luciano Marçal da; Freire, Adriana Galvão; Diniz, Paulo César O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. *Revista Agriculturas*, v. 7, n. 1, março 2010. Disponível em: (www.agriculturesnetwork.org/...territorios...borborema.../article_pdf). Acesso em: 06/07/2012.

Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Borborema (CAI-TB). Acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Relatório Analítico Parcial. Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: (www.sit.mda.gov.br/download/ra/ra024.pdf). Acesso em: 06/07/2012.



POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL, BAHIA

**Organizações responsáveis
e equipe elaboradora:**

**Movimento de Organização
Comunitária (MOC)**

Ana Dalva Souza Santana
Wellington da Silva Oliveira
Kamilla Ferreira da Silva Santos

Fundação APAEB

Victor Vinicius M. de Oliveira

**Associação das Cooperativas de Apoio a
Economia Familiar (ASCOOB)**

Clodoaldo da Silva Jorge

Salvador, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO DO SISAL, BAHIA

O estudo de caso correspondente ao Território do Sisal, na Bahia, foi elaborado com o aporte de três organizações que fazem parte da Rede ATER Nordeste (MOC, F. APAEB e ASCOOB) mais o aporte da Rede Parceiros da Terra (REPARTE).

O objetivo do estudo foi o de analisar a relação entre a implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no território e as trajetórias de desenvolvimento desta última na direção da agroecologia. Em diálogo com os parceiros locais, as organizações responsáveis realizaram visitas a fim de expor os objetivos do estudo e selecionar as famílias a serem analisadas a partir dos critérios definidos na matriz de análise econômica aplicada na totalidade dos estudos de caso promovidos pela Rede ATER Nordeste.

A partir das visitas e diálogos, definiu-se a realização do estudo em duas unidades familiares: o Sítio Nova Capoeira, de propriedade do agricultor José Luiz Santiago, situado no povoado de Lagoa do Curral, e a propriedade do senhor Ailton José Carvalho de Oliveira, na comunidade Tinguin. Ambas as propriedades localizam-se no município de Araci, na Bahia.

No primeiro caso, a unidade familiar é composta por José Luiz Santiago, por sua esposa, Maria José de Sousa, e por seus filhos Vagne Sousa Santiago, Vilmara Sousa Santiago e Vanessa Sousa Santiago. A propriedade de José Luís possui 14,4 hectares e está dividida em duas áreas, sendo uma a área onde fica localizada sua residência, com aproximadamente 9,6 hectares, e a outra, ao leste da primeira propriedade, com aproximadamente 4,8 hectares. Apesar de distintas, as áreas são separadas apenas por uma estrada que possibilita o acesso à comunidade Rua da Palha.

No caso da família do senhor Ailton, esta é composta por ele e seu irmão Vandeilto Carvalho de Oliveira. A propriedade de Ailton possui 45,2 hectares, sendo 17,4 hectares destinados à formação de pastagens, 14,8 hectares utilizados na produção de grãos e 13 hectares de reserva do bioma caatinga.

O critério de seleção adotado para escolha da propriedade objetivou desenvolver o estudo em unidades familiares que utilizassem somente a mão de obra da família e seguissem as orientações de manejo agroecológico de produção, as quais buscam a obtenção da máxima produtividade sem fazer o uso de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos. O estudo de caso foi realizado durante o período de dois anos, analisando todos os fluxos de produção e insumos que ocorreram na propriedade.

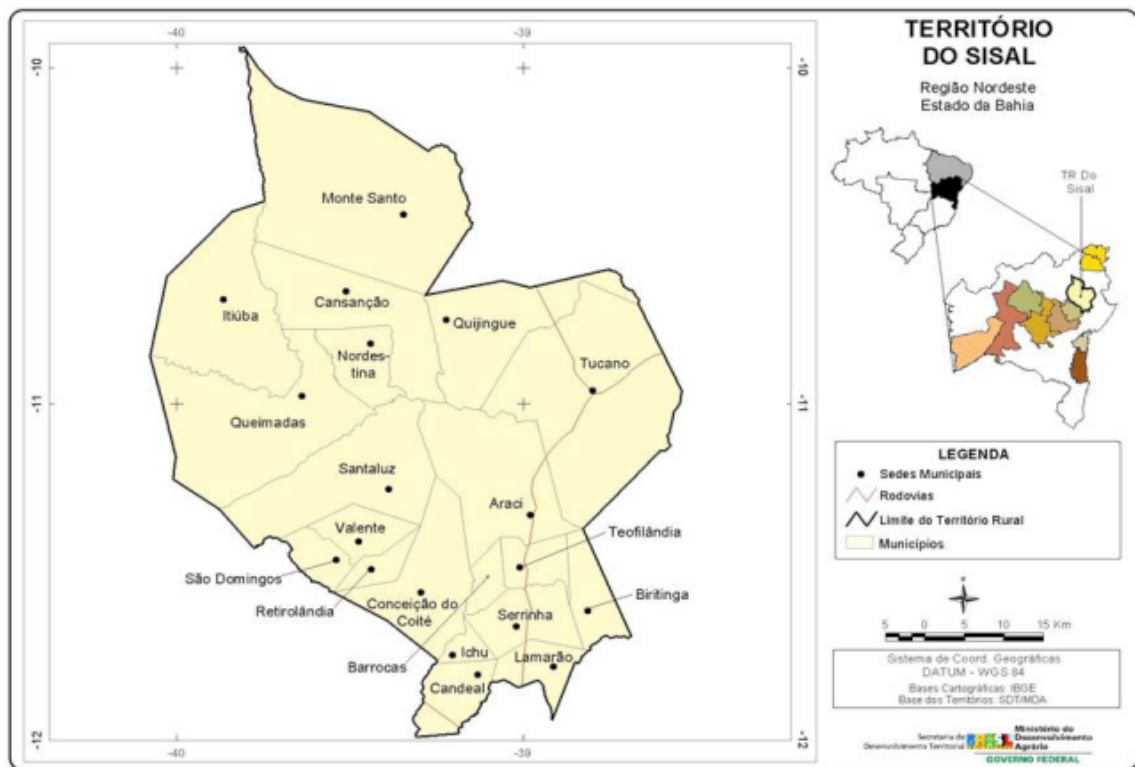
Cabe indicar que foram realizadas três visitas para a averiguação de quais e quantas unidades de produção estavam presentes nas propriedades e mais quatro encontros para a sistematização dos dados. As visitas possibilitaram a troca de experiências entre a equipe técnica e as famílias com o intuito de obter informações sobre a gestão da propriedade.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL

O Território do Sisal é conhecido como uma das regiões mais pobres do Brasil: nele estão 14 municípios classificados entre os 20% mais pobres do país e, destes, 5 aparecem entre os 10% com os piores índices de condição de vida humana. A agricultura familiar predomina em 93% das propriedades e equivale a 76% da população economicamente ativa local, muito embora possua apenas uma mínima parte das terras agricultáveis. 10,3% dos agricultores familiares

da Bahia estão neste território e, entre estes, 68,5% são classificados como quase sem renda. Esta situação se reflete nos domicílios considerados pobres, uma vez que este percentual chega a 53% contra uma média estadual de 33%. (PNAD 2006)

Figura nº 1. Mapa do Território do Sisal, BA



Fonte: EMBRAPA

Essa região apresenta uma vegetação bem diversificada, formada por plantas resistentes e adequadas ao clima seco e árido como simbolicamente é o sisal. As condições edafoclimáticas aliadas à histórica concentração da propriedade fundiária e à falta de investimentos, tanto na atividade agrícola como em outros setores que dinamizam a economia, resultaram em baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, difíceis condições de vida, emprego de mão-de-obra infantil e esforço de toda a família para a sobrevivência nas propriedades rurais da agricultura familiar.

Como em muito outros casos do bioma “Caatinga” as práticas predatórias foram intensificadas nas últimas décadas – as queimadas, a caça indiscriminada, o uso intensivo do solo, o desmatamento, o uso indiscriminado de agrotóxicos, mal cuidado das águas e não armazenamento adequado das águas de chuva, etc. – e têm levado a uma permanente devastação da vegetação nativa, eliminando muitas espécies animais e vegetais. E aí surgem, como ocorre em outros subsistemas, consequências graves devido ao manejo inadequado dos recursos naturais de maneira que a ausência de determinadas espécies vegetais implica inevitavelmente na extinção de espécies animais e também comprometem a própria vida humana, além do mau uso do solo desencadear outro processo grave de degradação ambiental: a desertificação.

A estrutura agrária da maioria dos municípios do Território é concentrada, o que se manifesta na coexistência dentro de uma mesma área de pequenas e grandes propriedades, ocasionando a distribuição desigual dos benefícios delas extraídos.

Há o predomínio da pequena propriedade com menos de cinquenta hectares e boa parte com menos de dez hectares. No território do sisal é marcante a presença desses pequenos agricultores familiares, que pelas mazelas das políticas de combate à seca sempre estiveram mais propícios à subordinação e à opressão dos grandes proprietários de terras, que em regra detinham e ainda detêm o poder político. Cabe, em sua maioria, ao pequeno agricultor familiar quase que apenas a possibilidade de

oferecer a sua mão-de-obra como trabalhador rural, submetendo-se ao trabalho árduo do cultivo e colheita nos grandes latifúndios, ou ainda na formação e tratos culturais das pastagens das médias e grandes propriedades. Destaque-se que, neste trabalho, muitas vezes levava e ainda leva consigo sua própria família, numa tentativa de aumentar a produção, gerando com isso o trabalho infantil. Assim as crianças, embora matriculadas nas escolas, por vezes não as frequentam por causa do trabalho a que são submetidas.

A mulher sertaneja convive com dificuldades ainda maiores cumprindo a sua trajetória de arcar com todo o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos na invisibilidade do seu trabalho “improdutivo”, presente no cultivo e na lida com os rebanhos e “responsável” pelo abastecimento da casa com água potável, missão para cujo desempenho necessitava e em muitos casos ainda necessita de caminhar quilômetros e quilômetros todos os dias.

Este problema da água de consumo humano vem sendo sanado no semiárido, através da implementação de cisternas de placas do Programa Cisternas do Governo Federal executado em parceria com a Articulação do Semiárido - ASA, prestes a ser universalizado. No território, no entanto, ainda encontramos muitas são as famílias que ainda não tiveram acesso a esta política. Além da água para o consumo humano, percebe-se a necessidade de ampliação da água para produção e dessedentação animal.

Convivendo com todos estes limites e problemas, tanto naturais, quanto estruturais e políticos, os territórios e seus municípios não se estagnaram. Eles possuem movimentos sociais, organizações não governamentais, cooperativas, associações comunitárias, movimentos de mulheres, pólos sindicais e outros que há anos vem lutando e conquistando mudanças significativas na sua realidade, na perspectiva de convivência com o semiárido e produção agroecológica.

As organizações que atuam no Território do Sisal, vem investindo na criação e dinamização de processos organizativos e solidários a partir dos quais as pessoas e comunidades possam buscar e conquistar seus espaços na sociedade e melhorar sua situação de vida.

Muitas famílias recebem assessoria de instituições sociais, como: MOC, ASCOOB e F. APAEB. O MOC, inclusive, vem desde a década de 80 desenvolvendo ações no campo da agroecologia e da convivência com semiárido.

A partir desse processo histórico e evolutivo no Território Sisal, que tem como premissa maior a participação dos movimentos sociais, muitas outras entidades nasceram e, gradativamente, vem fortalecendo suas ações no campo da agroecologia, como: F. APAEB, Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES), além da rearticulação dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's), APAEB-Serrinha, ASCOOB.

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

A partir da década de 1980, as políticas de crédito e assistência técnica no Território do Sisal induziram a implantação da cultura do sisal como sendo a única alternativa de produção e geração de renda, com forte vinculação a um mercado, até então, favorável. A especialização desencadeada gerou um processo de desestruturação dos agroecossistemas familiares.

Como vimos o processo histórico no território, está balizado num modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Na contramão desse modelo, as organizações sociais juntamente com as famílias começam a disseminar experiências de promoção da transição agroecológica como expressões de resistência ao modelo do agronegócio. Construindo e consolidando, assim, uma mudança de paradigma para o “novo” projeto político de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar. Em certo sentido, poder-se-ia afirmar que o desenvolvimento de trajetórias agroecológicas se faz na ruptura das políticas públicas dominantes, pois estas não atendem, de forma satisfatória, às necessidades de uma forma de produzir diferente da agricultura convencional, tanto por seus objetivos como por seus instrumentos.

Na análise do contexto, caracterizar como os agricultores familiares do Semiárido, em especial deste território, têm acessado as políticas públicas para o segmento, em particular o Crédito do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa de Cisternas e Programa Nacional de Assistência Técnica (PNATER), Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outros.

O crédito rural, na Bahia e no Brasil, ainda se apresenta como um problema. No entanto, cresce sua perspectiva como instrumento de desenvolvimento e de melhoria de vida. Efetivamente há uma grande defasagem entre a oferta e o acesso ao crédito.

Isso se deve, na nossa análise, antes de tudo à falta de terra. Mas também à inadaptabilidade do próprio crédito, ainda muito centrado em concepções que se baseiam quase que exclusivamente em cadeias produtivas ou monocultivos, ao invés de valorizar a variedade e pluralidade de ações próprias da agricultura familiar; à inexistência de uma matriz mais clara de crédito para a convivência com o semiárido e à inexistência de uma assistência técnica efetiva e sistemática para a agricultura familiar. Contudo, o número de operações do PRONAF está muito abaixo do número que poderia ser considerado razoável. Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012, na Bahia foi contratado um montante médio de créditos do Pronaf de 85.978. Considerando o número de domicílios da agricultura familiar na Bahia que é de 665.831, o número total de operações de crédito ainda é muito baixo, constatando-se um declínio no número de operações nos últimos anos.

A adoção de práticas e princípios agroecológicos tem garantido segurança alimentar e geração de renda para as famílias, a partir da venda dos excedentes nos mercados locais, Feiras Agroecológicas, Mercados institucionais (PAA e PNAE) pelas próprias famílias.

O PAA, na sua dimensão de doação simultânea, é um programa que une a comercialização de produtos da agricultura familiar, e a doação de alimentos para pessoas e grupos em insegurança alimentar. No estado da Bahia, em 2013 foram contratados 54 CPRs, (Cédula de Produtor Rural) totalizando R\$ 11.611.878,19; em 2012 foram contratadas 210 CPRs totalizando o montante de R\$ 31.319.835,23. O estado da Bahia apresenta-se com potencialidade, entre as organizações da agricultura familiar, de ter acesso a estes recursos. No entanto, isso deixa de acontecer por falta de técnicos/as e de uma assistência técnica sistemática de convivência com o semiárido que torne viável e possível aos agricultores a elaboração e a execução de ações junto à CONAB. . Para tanto, há necessidade emergente de uma ATER focada para dinamizar e possibilitar o acesso ao PAA nos demais municípios, possibilitando a comercialização de produtos da agricultura familiar com doação simultânea para creches e outras entidades assistências e, como consequência, a diminuição da insegurança alimentar dessa população.

Há de se concluir que embora se necessite ampliação para equacionar as distorções entre os municípios, o Território tem sido razoavelmente beneficiado com esta política pública, fruto da luta dos agricultores, suas organizações e entidades de apoio, na busca a este acesso. Contudo, o acesso a esta política tende a se estacionar, devido às legislações de inspeção sanitárias totalmente inadequadas para a agricultura familiar. Na Bahia esta legislação está centrada no agronegócio, desta forma, utilizar as mesmas exigências para a agricultura familiar se constituem em violência contra os direitos dos agricultores e agricultoras em beneficiar e comercializar seus produtos.

A efervescência social em torno do tema da água como condição indispensável para obtenção da cidadania e o acúmulo das forças populares nos últimos anos possibilitou o início da escrita de uma outra história no Semiárido Brasileiro.

Instituições como o MOC, a APAEB de Serrinha, Pólos Sindicais, sindicatos, Coletivos de Jovens e Organizações de Mulheres engrossaram as trincheiras para a constituição da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Bahia e da ASA Nacional) que muito têm contribuído para dinamização do acesso a água de consumo e produção para os agricultoras e agricultores familiares, mostrando que é possível construir outro modelo de gestão da água que, ao invés de concentrá-la, promova sua partilha. Na área de atuação do MOC (Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão) é importante dizer que, nos últimos 15 anos, construímos um total de 25.129 cisternas de placas para o consumo. Esses números refletem o direito à água para beber e cozinhar para uma gama de 125.645 pessoas estocando água de qualidade. No campo do acesso a água para produção construímos um total de 1.624 tecnologias sociais de captação de água da chuva. Temos uma média de 8.120 pessoas adquirindo sua segurança hídrica e alimentar.

O Estado da Bahia foi marcado por uma assistência técnica estatal que se orientava essencialmente pela difusão de tecnologias do modelo da revolução verde, com base na suposição de que os agricultores familiares precisavam ser “retirados” do atraso em que se encontravam, valorizando o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos em larga escala. Isso gerou impactos negativos no plano social e ambiental e trouxe dentre outras consequências, o desmatamento da caatinga com perda da biodiversidade. Neste contexto, a abordagem da agroecologia e convivência com o semiárido não existiam.

Na resistência a este modelo, estiveram às organizações sociais que nas últimas décadas vêm propondo outro modelo de agricultura, baseada em princípios da agroecologia, desenvolvendo uma agricultura que assegure produção estável e satisfatória para atender à necessidade econômica das famílias agricultoras e que, ao mesmo tempo, possuam elevada capacidade de auto sustentação. Ao lado disso é de se destacar que este novo modelo de assistência técnica se centra nos saberes dos agricultores, os assume enquanto produtores de conhecimentos centra seu processo de formação em intercâmbios e difusão de práticas simples de domínio dos agricultores e agricultoras, respeitosas da natureza, e promotoras da convivência com o semiárido. Assim é que, a partir de iniciativas autônomas das instituições sociais, foram desenvolvidas ações de formação e acompanhamento técnico, sobretudo com recursos da cooperação internacional que visaram o aprimoramento de práticas utilizadas cotidianamente numa perspectiva de desenvolver uma agricultura com base nos princípios da agroecologia e que caracterizam e tem tornado possível a resistência das populações do semiárido as políticas e práticas que as marginalizavam. Entre as entidades que tem prestado assistência técnica e/ou formação de agricultores destacam-se os sindicatos de trabalhadores rurais, a ASCOOP, a F. APAEB e o MOC e os coletivos de jovens que, somados, já conseguem atender um grande número de famílias, com recursos de origem governamental e não governamental.

3.1. ANÁLISE ECONÔMICA DA PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ LUIZ SANTIAGO E DA SENHORA MARIA JOSÉ DE SOUSA

Com o objetivo de construir de forma coletiva o mapa da propriedade, durante as visitas foi realizado, juntamente com a família, o reconhecimento da mesma, sendo percorridas todas as unidades de produção agrícola, tanques, açudes e cisternas, reservas do bioma caatinga, currais e infraestruturas nela presentes.

Após o reconhecimento das áreas que compõem o terreno, utilizou-se papel metro e pincéis atômicos com cores diversas para a elaboração do mapa. O desenho foi realizado juntamente com a família, com intuito de se aproximar ao máximo da imagem visualizada ao percorrer a propriedade. Foram destacadas, no mapa, infraestruturas, açudes, tanques e cisternas, árvores de grande porte e áreas de preservação do bioma caatinga, currais, banco de sementes e a casa da família juntamente com o quintal produtivo.

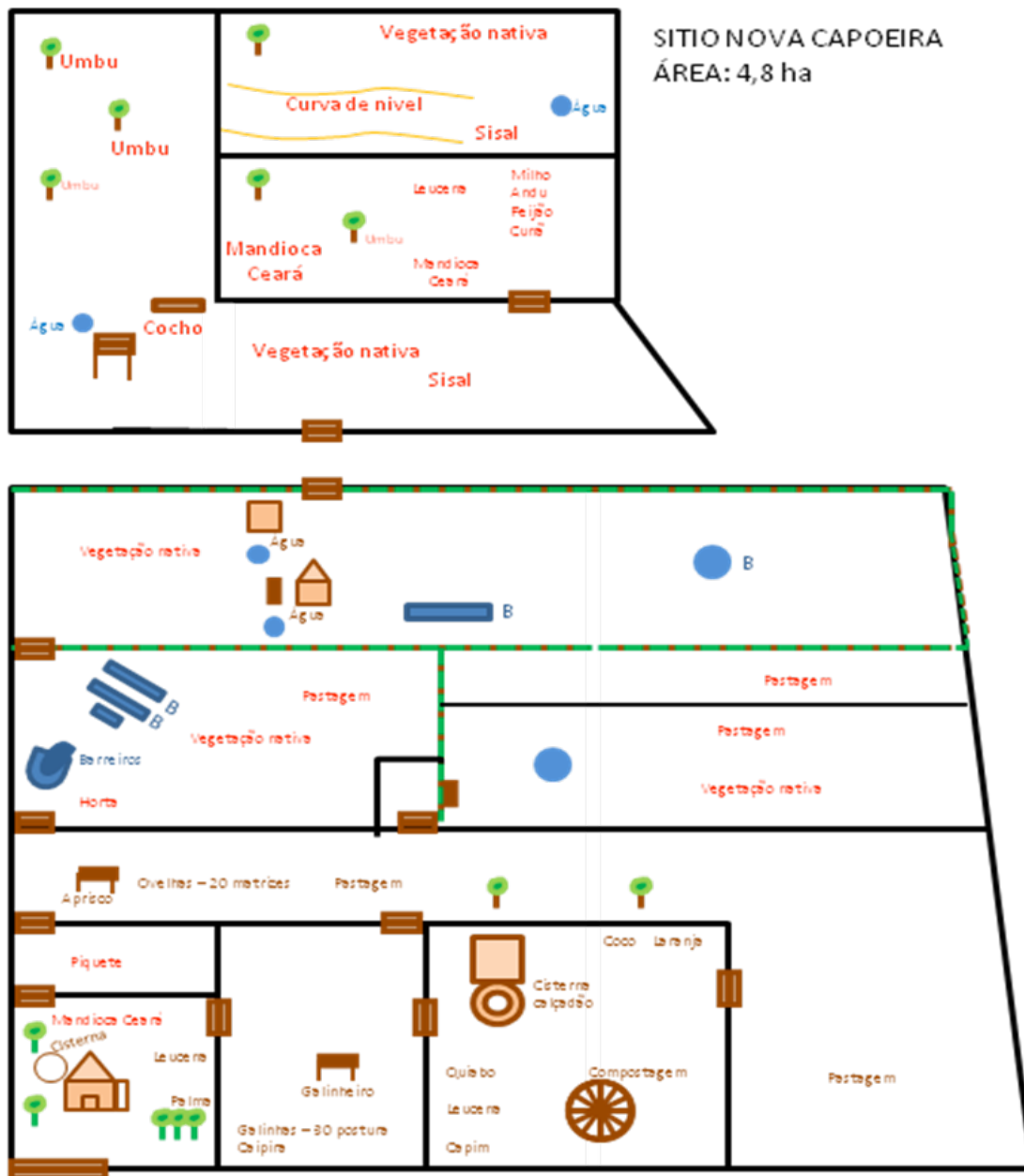
Na construção do mapa, foram identificados os diferentes núcleos de produção e os mediadores, sendo estes últimos estruturas que guardam ou transformam produtos de um núcleo produtivo em insumos que serão utilizados em outros núcleos de produção. Na seguinte tabela, observamos os núcleos de produção e mediadores identificados:

Tabela nº 1. Núcleos de produção e mediadores

Núcleos de produção	Mediadores
Plantio de roçados (produção de graníferas) Quintal produtivo (fruticultura) Cultivo de hortaliças Bovinocultura de corte Ovinocultura Criação de galinha caipira (avicultura de dupla aptidão)	Composteira Reservatórios de água Banco de sementes Calçadão

A identificação destes subsistemas como sendo de um tipo ou de outro ajuda ainda mais na determinação do seu papel dentro do conjunto. A seguir, podemos apreciar o mapa construído junto com a família:

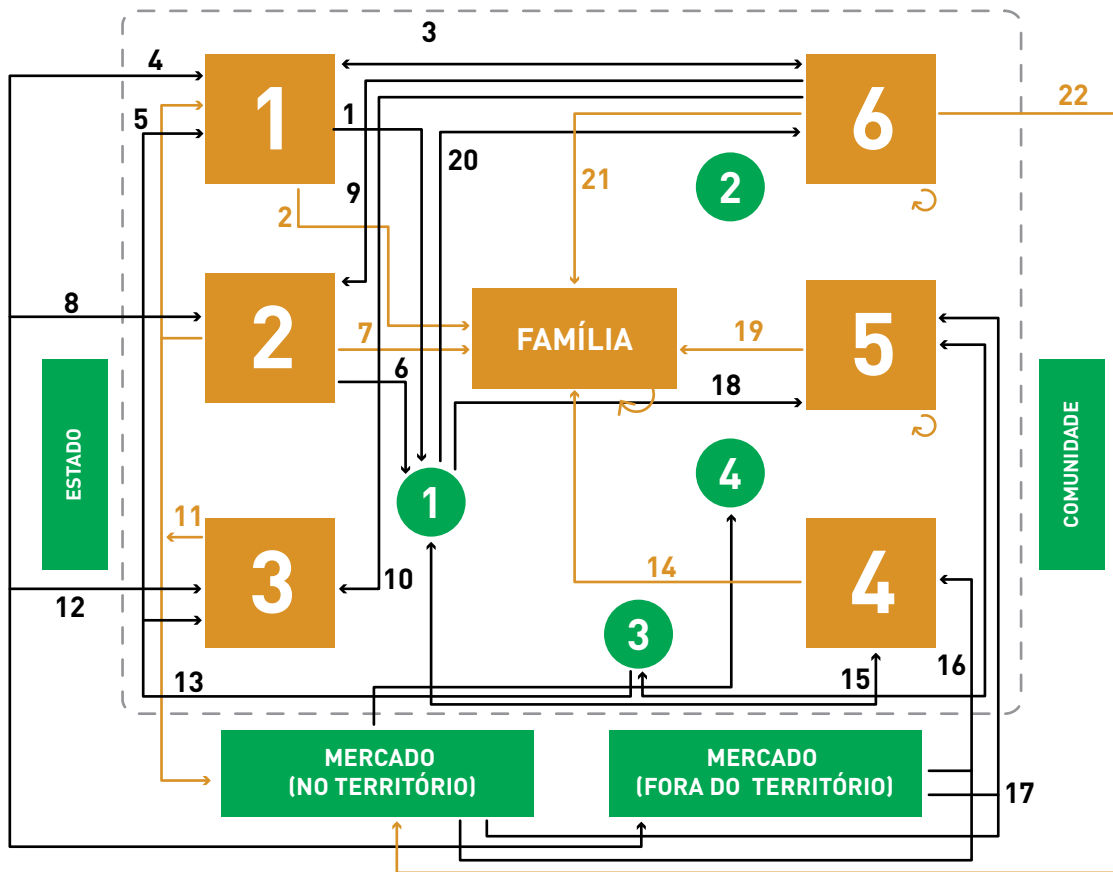
Figura nº 2. Croqui do agroecossistema de José Luiz e Maria José



Uma vez identificados os núcleos de produção, foi realizada a elaboração dos fluxogramas de insumos e produção entre os núcleos citados acima e destes com o mercado do município de Araci e com o mercado externo às limitações do município.

Os fluxos de matéria-prima entre os núcleos produtivos e os fluxos identificados que vão do mercado externo para as unidades de produção foram identificados como insumos, enquanto que os fluxos que saem das unidades produtivas para a família ou para mercados externos foram identificados como produtos. Desta forma, conseguimos identificar os custos com insumos do mercado externo que são utilizados na propriedade e os produtos que geram renda monetária e não monetária.

Figura nº 3. Fluxograma do agroecossistema de José Luiz e Maria José

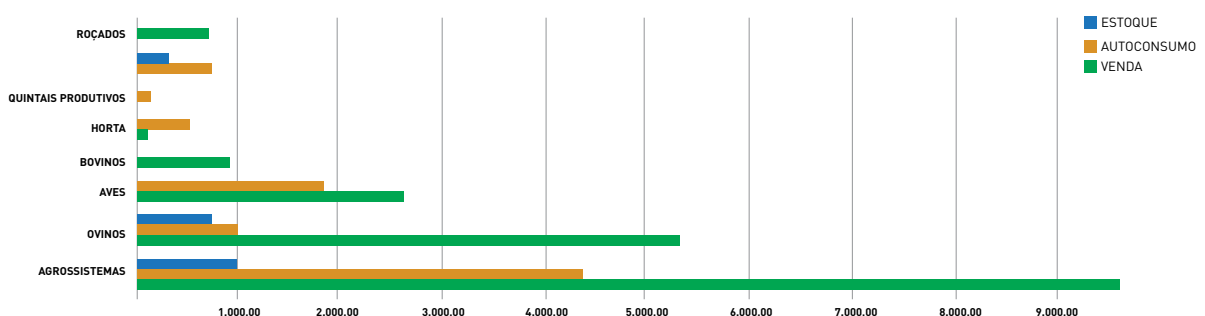


Durante o período de realização do estudo de caso, as informações coletadas foram utilizadas para alimentar uma planilha de análise econômica de agroecossistemas que nos permite verificar, ao longo do período de estudo, o acúmulo de renda não monetária através do estoque, de renda monetária gerada com a venda do excesso de produção e a sustentabilidade da propriedade a partir da economia de recursos monetários por não haver necessidade de adquirir produtos do mercado externo.

A planilha utilizada foi desenvolvida pela Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e visa o acompanhamento e o gerenciamento de agroecossistemas.

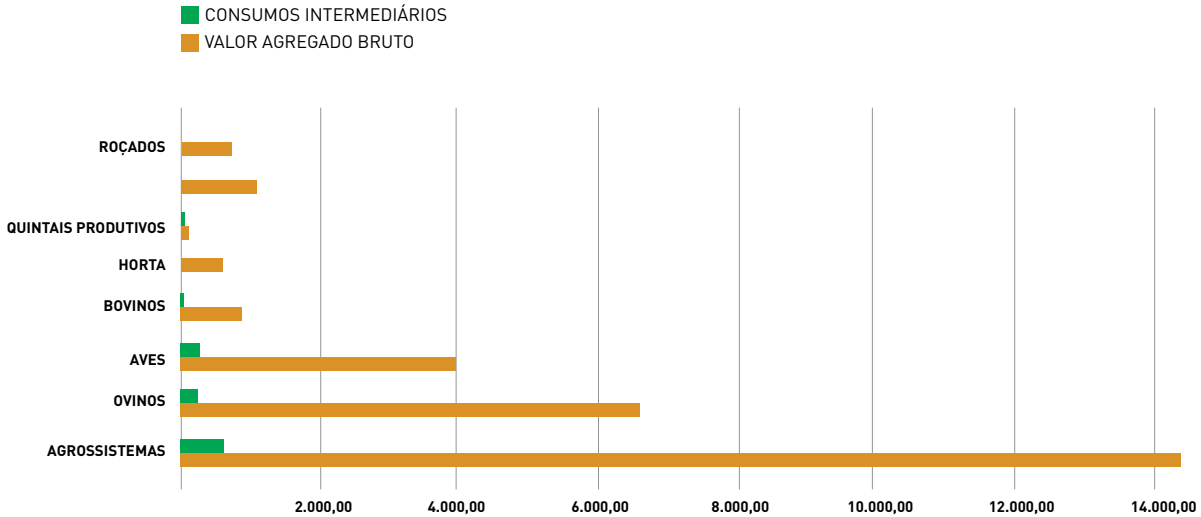
No caso da família de José Luís, os resultados obtidos demonstram que a produção obtida com o cultivo de hortas e quintal produtivo é voltada para a complementação da alimentação da família, sendo um percentual muito pequeno destinado à venda. Por outro lado, as produções obtidas com criação de ovinos, produção de grãos no roçado, criação de gado bovino e parte da produção da avicultura são responsáveis pela renda monetária da família. Verifica-se que a renda não monetária do agroecossistema equivale a 50% da renda monetária da família (Gráfico nº 1).

Gráfico nº 1. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (vendas, autoconsumo e estoque), do agroecossistema em estudo



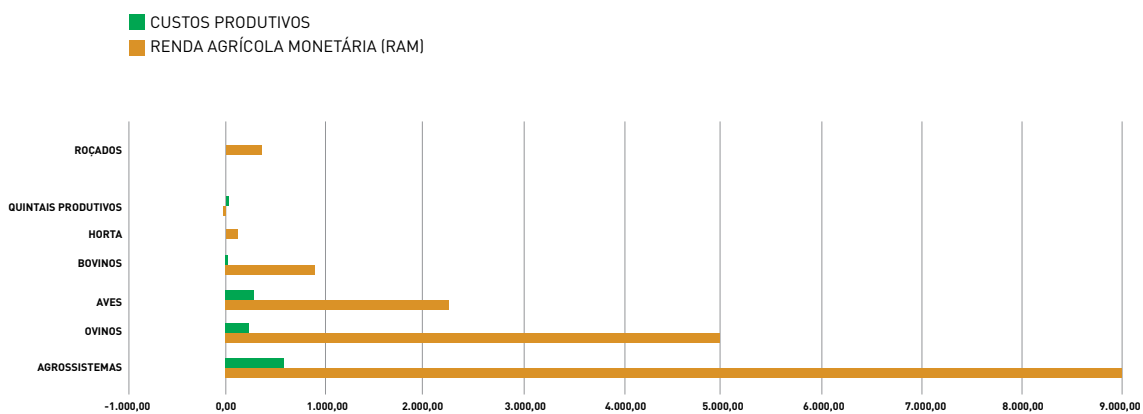
A análise do agroecossistema de José Luís evidenciou o baixo consumo de produtos externos à propriedade. As subunidades de produção de ovinos e aves ainda apresentam demandas externas de vacinas e medicamentos, mas os gastos com aquisição de produtos no território são muito inferiores ao valor agregado bruto obtido no agroecossistema (Gráfico nº 2).

Gráfico nº 2. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (valor agregado bruto e consumos intermediários), do agroecossistema em estudo.



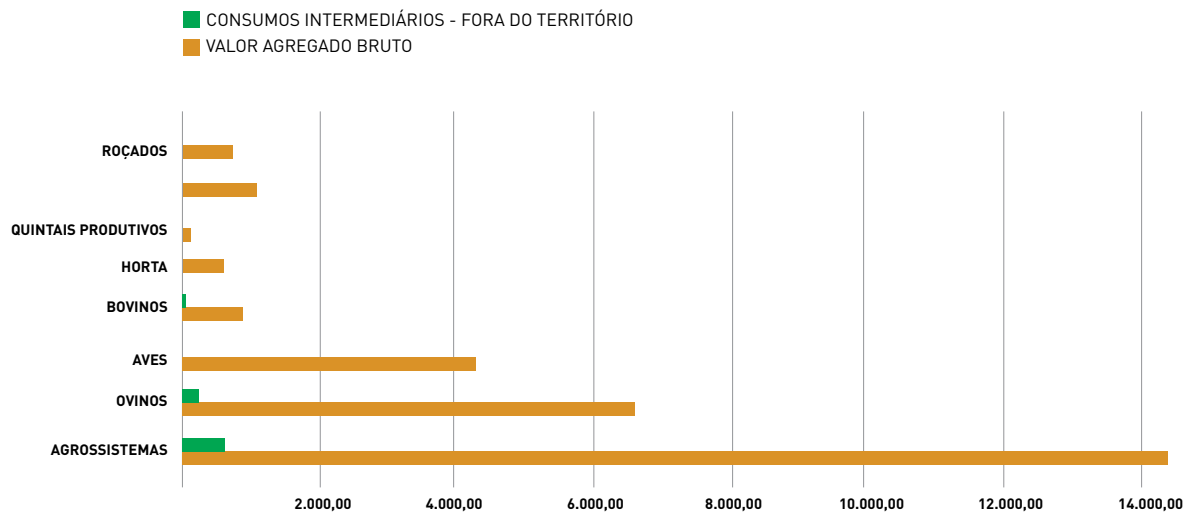
O custo de produção foi inferior à renda monetária gerada em todos os subsistemas analisados. Subunidades de produção que geram maiores rendas monetárias na propriedade, como a produção de caprinos e ovinos, chegam a gerar uma renda cinco vezes superior ao custo de produção. Esta realidade pode ser explicada pelo fluxo existente entre os subsistemas, de forma que os alimentos utilizados para a produção de caprinos e ovinos são gerados totalmente dentro do agroecossistema (sustentabilidade), gerando boa produtividade com baixo custo de produção (Gráfico nº 3).

Gráfico nº 3. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (renda agrícola monetária e custos produtivos) do agroecossistema em estudo.



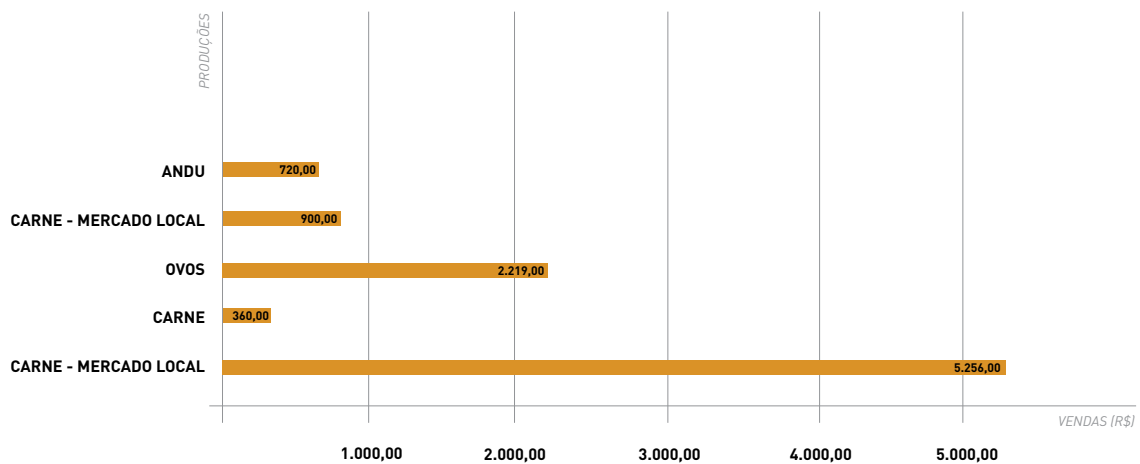
O estudo do valor agregado bruto e dos consumos intermediários realizados fora do território demonstra a sustentabilidade obtida na propriedade. Nesta ocasião, foi levado em consideração que o índice geral do agroecossistema de valor agregado foi superior a 14.000,00 e os índices de consumo são valores muito baixos que podem ser considerados insignificantes quanto à agregação de valor (Gráfico nº 4).

Gráfico nº 4. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (valor agregado bruto e consumos intermediários fora do território), do agroecossistema em estudo.



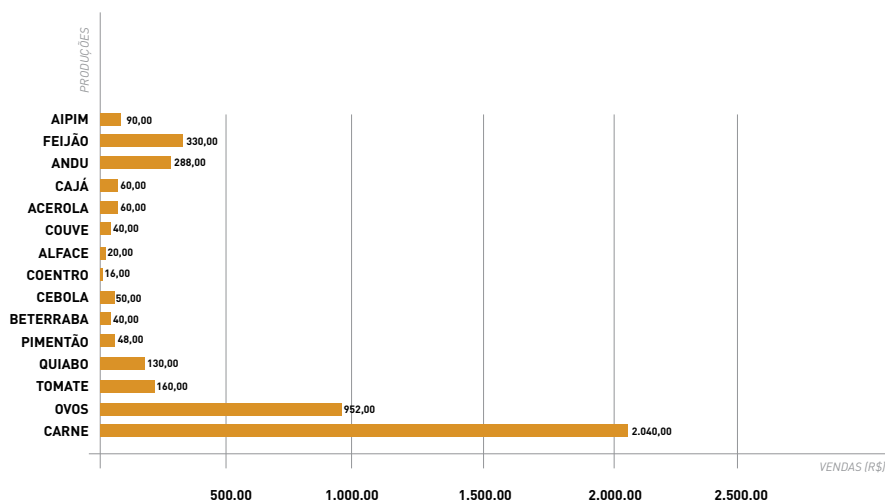
A renda monetária da família é totalmente oriunda da produção obtida na propriedade, sendo a venda do excesso da produção de plantas graníferas, como milho e feijão guandu, e a produção de ovos e carne que possibilitaram as maiores rendas da família durante o período de estudo. A venda do excesso de produção das unidades citadas acima possibilitou o ganho de R\$ 9.455,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais) em dois anos (Gráfico nº 5).

Gráfico nº 5. Demonstração gráfica da composição do conjunto de produções vendidas ao mercado durante o período de 2 anos.



O estudo dos recursos não monetários nos permite contabilizar o recurso que a família não precisou gastar na compra de insumos e alimentos para a família, ambos produzidos no agroecossistema. A análise da figura 6 confirma os resultados da figura 1, em que a grande maioria das hortaliças produzidas é utilizada na alimentação da família; contudo, os itens que apresentaram maior consumo por parte da família foram verificados em alimentos ricos em proteínas, como carnes e ovos. Os resultados da economia feita com o autoconsumo possibilitou à família do agricultor José Luiz Santiago uma economia de R\$ 4.324,00 (quatro mil trezentos e vinte e quatro reais). Este recurso, juntamente com a renda monetária obtida pela venda do excesso de produção, demonstra que o agroecossistema gerou um total de R\$13.779,00 (treze mil setecentos e setenta e nove reais), valor equivalente a R\$ 574,12 (quinhentos e doze reais) por mês num período de dois anos.

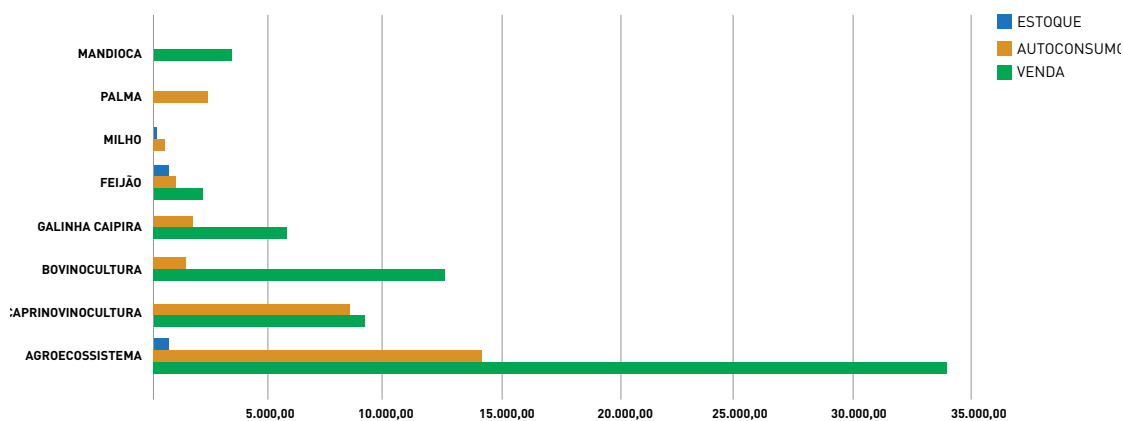
Gráfico nº 6. Demonstração gráfica da composição do conjunto de produções autoconsumidas durante o período de 2 anos.



3.2. ANÁLISE ECONÔMICA DA PROPRIEDADE DO SENHOR AILTON JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA

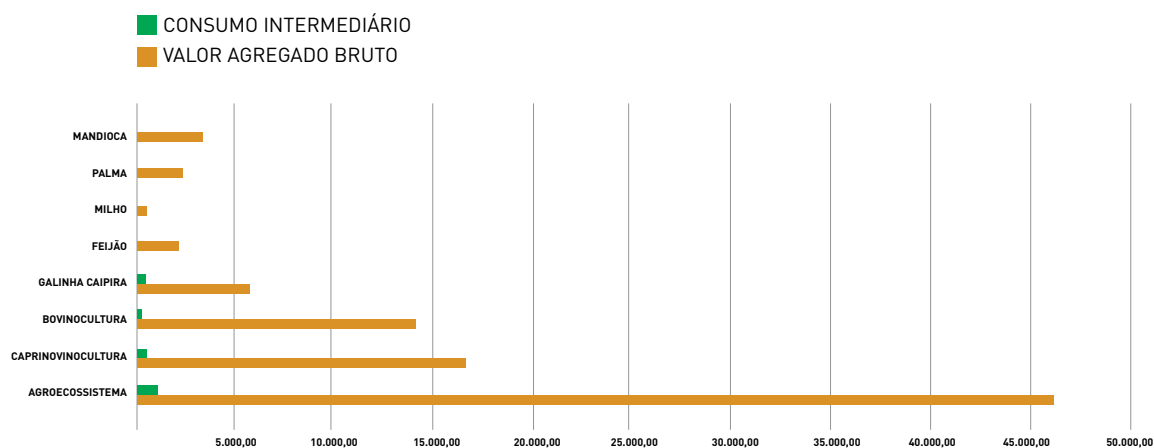
A análise dos resultados do agroecossistema do senhor Ailton demonstrou que a produção obtida na subunidade de criação de ovinos foi mais utilizada para a complementação da alimentação da família, sendo um percentual destinado à venda em torno de 50%. Diferente do agroecossistema de José Luís, o senhor Ailton não possui produção de hortas e frutas, mas utiliza a produção de grãos, como milho e feijão, para a alimentação da família e dos animais. Nesta propriedade, a criação de animais é o principal foco de produção e o plantio de palma é essencial para alimentação dos animais no período de seca; desta forma, a produção da subunidade em que se planta palma é completamente utilizada na propriedade. A criação de gado bovino e parte da produção da avicultura são responsáveis pela renda monetária da família. Verifica-se que a renda não monetária do agroecossistema equivale a 50% da renda monetária da família (Figura 7).

Gráfico nº 7. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (vendas, autoconsumo e estoque), do agroecossistema em estudo



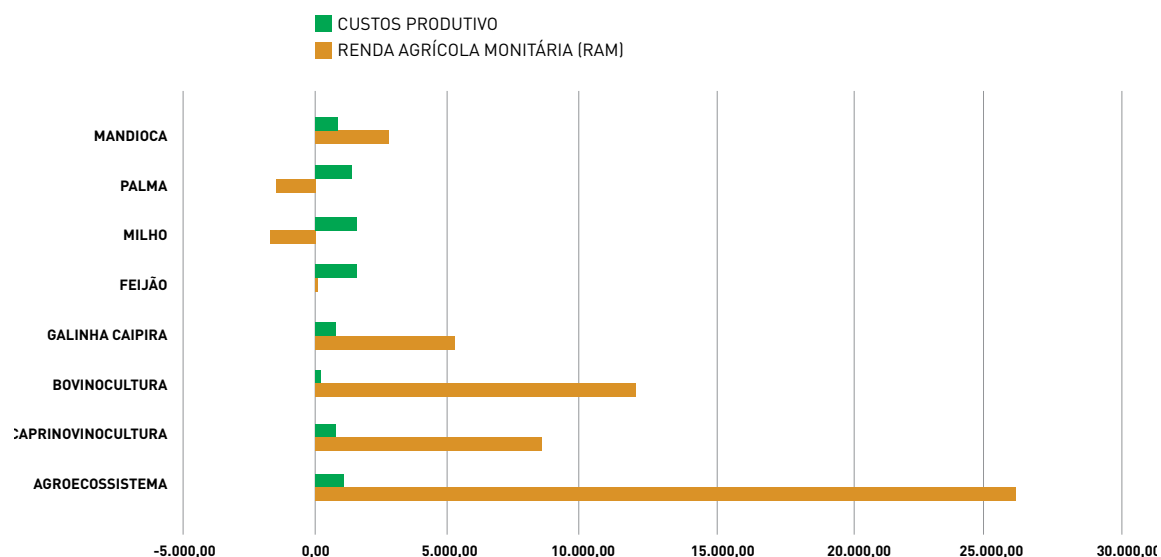
Assim como na propriedade de José Luís, a análise do agroecossistema de Ailton evidenciou o baixo consumo de produtos externos à propriedade. As subunidades de produção de ovinos, bovinos e aves ainda apresentam demandas externas de vacinas e medicamentos, mas os gastos com a aquisição de produtos no território são muito inferiores ao valor agregado bruto obtido no agroecossistema (Figura 8).

Gráfico nº 8. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (valor agregado bruto e consumos intermediários), do agroecossistema em estudo



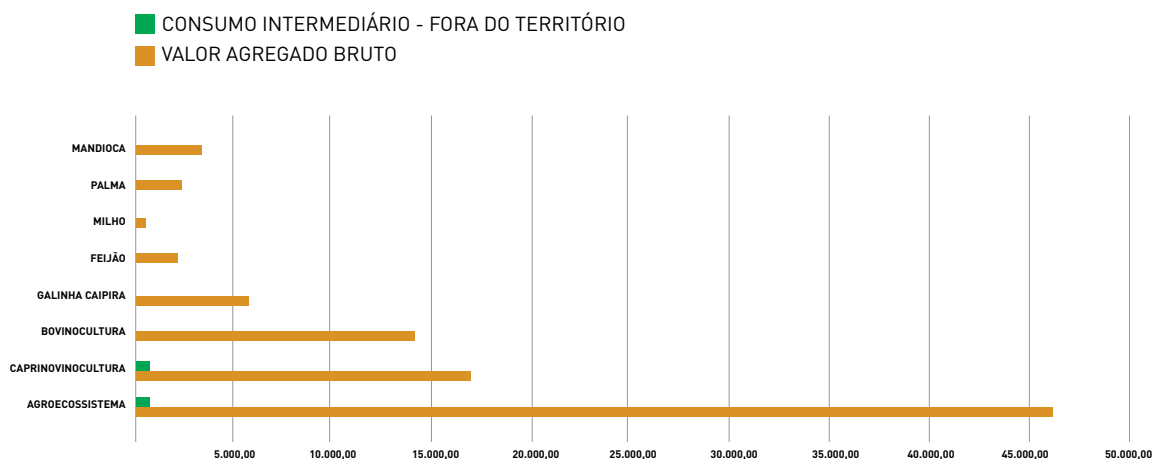
O custo de produção foi inferior à renda monetária gerada em todos os subsistemas nos quais o excesso de produtividade é utilizado para a venda (caprinos e ovinos, bovinos, aves e produção de mandioca). As subunidades de produção de palma e milho apresentam déficit de renda monetária, visto que toda sua produção é voltada para o autoconsumo da família e dos animais, contribuindo para a renda não monetária. As subunidades de produção que geram maiores rendas monetárias na propriedade, como a produção de caprinos e ovinos, bovinos e aves, chegam a gerar uma renda vinte vezes superior ao custo de produção. Esta realidade pode ser explicada pelo fluxo existente entre os subsistemas: os alimentos utilizados para a produção são gerados totalmente dentro do agroecossistema (sustentabilidade), gerando boa produtividade com baixo custo de produção (Figura 9).

Gráfico nº 9. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (renda agrícola monetária e custos produtivos) do agroecossistema em estudo.



O estudo do valor agregado bruto e dos consumos intermediários realizados fora do território demonstra a sustentabilidade obtida na propriedade, uma vez que os índices de consumo dentro e fora do território são muito baixos se comparados aos resultados de valor agregado bruto. Foi levado em consideração que o índice geral de valor agregado ao agroecossistema demonstrou ser superior a 48.000,00 e os índices de consumo são valores muito baixos que podem ser considerados insignificantes quanto à agregação de valor (Figura 10).

Gráfico nº 10. Demonstração gráfica da composição do produto bruto (valor agregado bruto e consumos intermediários – fora do território), do agroecossistema em estudo

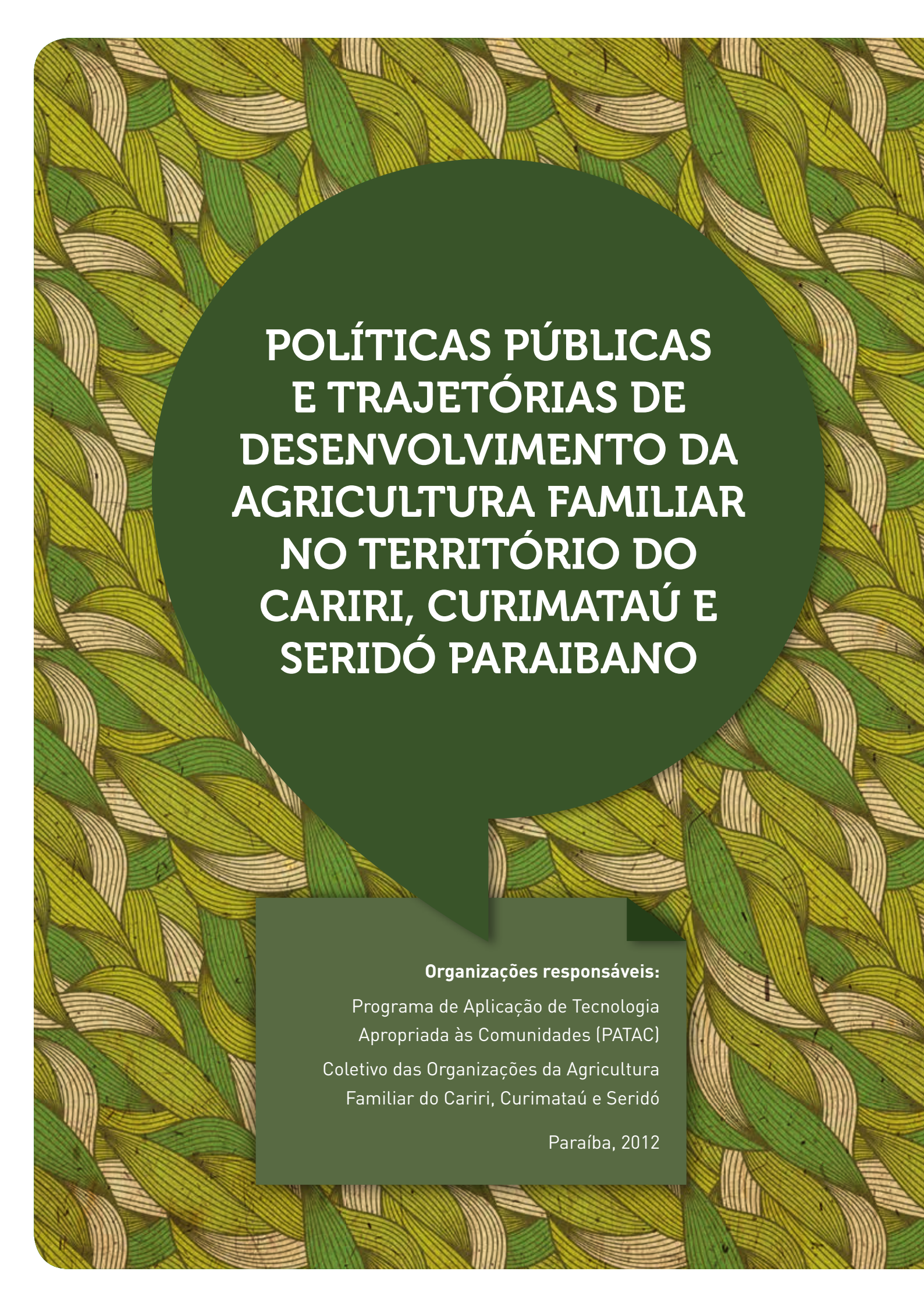


4. CONCLUSÕES

O Território do Sisal, no que diz respeito à expressiva presença da agricultura familiar, historicamente foi marcado pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias extensivas e intensivas, tais como o gado e o sisal, de forma que a especialização produtiva da região trouxe uma herança de pobreza extrema para a população rural. As políticas públicas pouco contribuíram para mudar esta realidade, pois se voltaram em benefício das atividades dominantes conforme a lógica de uma agropecuária empresarial calcada nos moldes da “revolução verde”, dificultando, assim, o início de uma transição agroecológica mais consistente no território por parte dos milhares de produtores familiares presentes.

Não obstante, há alternativas em andamento, tal como pudemos apreciar nos casos analisados. As realizações do estudo nas propriedades de José Luís e José Ailton diferiram, principalmente, pelo tamanho da área e pelo volume de recursos gerados e administrados, mas, em ambos os casos, os produtores demonstraram ter conhecimento sobre práticas agroecológicas de manejo e responsabilidade com o meio ambiente, sendo verificado que as duas propriedades demonstraram ser sustentáveis por apresentarem pequenos fluxos de insumos oriundos do mercado de dentro ou de fora do território.

O estudo comparativo dos agroecossistemas de José Ailton e José Luís demonstrou que a área cultivada e o volume de recursos movimentados são diretamente proporcionais ao tamanho da propriedade, ou seja, é possível se obter maior volume de recursos monetários e não monetários desenvolvendo atividades segundo os fundamentos da agroecologia.



POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO CARIRI, CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

Organizações responsáveis:

Programa de Aplicação de Tecnologia
Apropriada às Comunidades (PATAC)

Coletivo das Organizações da Agricultura
Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó

Paraíba, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO DO CARIRI, CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

Este estudo tem por objetivo entender a trajetória da agricultura, os impactos das políticas públicas e as formas de resistência e de luta das famílias camponesas no território de atuação do Coletivo das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó (COLETIVO), formado por associações comunitárias rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas e organizações camponesas formais e informais que atuam em 300 comunidades rurais e articulam cerca de 4000 famílias agricultoras em 10 municípios¹ no semiárido do estado da Paraíba. O estudo foi realizado, em parceria com o COLETIVO, pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), organização de assessoria técnica e sócio-organizativa à agricultura familiar de base agroecológica. O processo se deu por meio de uma metodologia participativa, através de diálogos com base na memória viva e coletiva das agricultoras e dos agricultores familiares, lideranças camponesas do COLETIVO e equipe do PATAC.

Foram realizados encontros e pesquisas sobre a região e levantamento de dados e informações disponibilizadas por órgãos de pesquisas e em estudos anteriores, além de estudos de caso com parâmetros de sustentabilidade comparando as tipologias de agricultura voltada para o agronegócio e agricultura camponesa em transição agroecológica.

Neste processo de construção coletiva do conhecimento sobre a realidade, ressalta-se a realização de um seminário de formação envolvendo 60 participantes, entre agricultores e agricultoras jovens e adultos dos 10 municípios, além de lideranças da agricultura familiar do território, pesquisadores, equipes do CENTRAC e do PATAC. Neste evento, foi construída a linha do tempo resgatando, a partir da memória viva dos participantes, a evolução da agricultura nos últimos cinquenta anos. Considerando as características geofísicas e ambientais do território, fez-se uma reflexão sobre os aspectos sociais e políticos da região, compreendendo a forma de ocupação do espaço, iniciada pelas fazendas de gado, e a expansão da agricultura de sequeiro. Identificou-se também, a tipologia de agriculturas praticadas. Obteve-se como resultado a construção de uma percepção coletiva da trajetória das agriculturas, bem com suas relações com os recursos naturais, a estrutura fundiária, a construção de infraestruturas, as políticas públicas, os movimentos e organizações sociais e as relações de poder.

Os estudos de caso realizados foram representativos das tipologias e tendências da agricultura familiar no território. Embora apresente uma vasta diversidade de produção agropecuária e extrativismo mineral, muitas famílias agricultoras estão vivendo em processo de integração à lógica da monocultura, tornando-se especializadas em determinados produtos. O território conta com a maior concentração de aves de corte do estado. Por outro lado, dos 6.893 estabelecimentos da agricultura familiar do território, aproximadamente 10% está articulado ao processo de transição agroecológica. Assim, os agroecossistemas analisados estão voltados, num caso, para um sistema de produção familiar incorporado à agroindústria de criação de aves de corte e, em outro, para um agroecossistema que faz o seu manejo técnico com base na agroecologia. Os agroecossistemas foram analisados, sobretudo, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, social, econômica.

¹Cubati, Gurjão, Juazeirinho, Olivedos, Pedra Lavrada, Pocinhos, Santo André, São João do Cariri, São Vicente do Seridó e Soledade.

1.1. TRAJETÓRIA DOS AGROECOSSISTEMAS NO CARIRI, CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

O território de atuação do Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Seridó e Curimataú (COLETIVO) está localizado na mesorregião da Borborema, no semiárido do estado da Paraíba. O território está na Bacia Hidrográfica do Rio Taperoá, afluente do Rio Paraíba; o caminho das águas se faz no sentido nordeste-sudeste da Borborema. O desenvolvimento sustentável deste território constitui um grande desafio devido às suas características naturais e sociais. Além de contar com prolongados períodos de seca, irregularidades de chuvas (com média de 450 mm de chuva ao ano), solos rasos, pedregosos e salinos, a região é historicamente marcada pela alta concentração da terra, da água, da renda e das riquezas.

Mapa nº 1. Estado da Paraíba com a localização do Território de atuação Coletivo Regional sobre a Borborema.



Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é predominante na região; dos 8.177 estabelecimentos agropecuários existentes, 84% praticam agricultura familiar e ocupam apenas 29% do total da área, enquanto 16% dos estabelecimentos de propriedade da agricultura patronal ocupam 71 % da terra, dados que falam da extrema concentração fundiária no território.

O processo histórico de ocupação e exploração da terra é marcado, sobretudo, pela expansão da atividade pecuária e pela concentração de grandes propriedades nas áreas que acompanhavam o percurso dos rios. O latifúndio, portanto, foi se situando nas terras com maior presença de rios, poços, córregos e riachos, onde os baixios são predominantes. O sistema de fazenda influenciou a forma típica de organização social, econômica e cultural de ocupação do território: a organização do trabalho aconteceu, principalmente, por meio da combinação do trabalho livre e escravo; a fazenda, constituída socialmente pela figura do “coronel” e seus familiares mais próximos, bem como com a presença das famílias trabalhadoras que viviam agregadas ao núcleo familiar do senhor patriarcal, baseava-se em complexas relações sociais de dominação e compadrio; a atividade pecuária se estendeu fundamentalmente com base em um sistema ultraextensivo, no qual os criatórios viviam soltos em grandes áreas, exigindo pouca mão de obra; a produção advinda da criação animal era destinada à alimentação das populações locais e o couro era utilizado nas atividades para a reprodução social da fazenda.

As relações sociais de produção eram baseadas em “relações de parceria” entre os grandes proprietários fundiários e as famílias agricultoras; tais “parcerias” se davam por meio de relações de trabalho em que os agricultores estavam nas condições de moradores, posseiros e meeiros. Desta forma, o vaqueiro, aquele que cuidava dos rebanhos, recebia um percentual anual do número de animais nascidos e criados na fazenda; as parcerias nos roçados de milho e feijão, por sua vez, se estabeleciam com base na entrega da meia ou terça parte da produção ao fazendeiro; outra opção, ainda, era a troca de toda a produção de grãos dos roçados novos pelos tratos culturais para o enraizamento do algodão ou do sisal. As famílias trabalhadoras que viviam nas condições de moradores, meeiros e posseiros praticavam uma agricultura familiar baseada em policultivos alimentares e na criação de animais.

Em meados do século XVIII, o algodão mocó (arbóreo) passa a ser amplamente cultivado e utilizado para alimentação animal, fiação, tecelagem e artesanatos. A consolidação da cotonicultura estabelece-se na combinação gado, policultura alimentar e algodão, tripé que foi marco da ocupação do espaço agrário no semiárido paraibano até a segunda metade do século XX. O sisal expandiu-se a partir da década de 1940; após o plantio, esta cultura não exige grandes cuidados, mas necessita de grande quantidade de mão de obra e máquinas motorizadas durante o corte e o beneficiamento da fibra, atividades realizadas por grupos de trabalhadores que viviam em péssimas condições de trabalho, moradia temporária e renda². As culturas do algodão e do sisal entram em decadência na região na segunda metade do século XX, sobretudo a do sisal entre as décadas de 1970 a 1980.

Até 1960, os latifúndios, predominantemente com mão de obra das famílias agricultoras, produziam carne, leite, algodão, sisal e outros gêneros alimentícios, como o milho, a farinha de mandioca e o feijão macassar. As atividades eram realizadas pelos moradores, vaqueiros e meeiros, em uma relação de dominação e subserviência. Além da força de trabalho humano, utilizavam-se equipamentos movidos pela força de tração animal. As cercas eram utilizadas apenas para áreas de cultivos agrícolas e fontes de águas, como açudes, cacimbas, barreiros e tanques. A agricultura familiar, no entanto, além de servir de mão de obra semiescrava nas fazendas, ocupava as vazantes às margens dos açudes e os leitos de rios temporários produzindo grande diversidade de alimentos. Os animais das famílias agricultoras também eram criados soltos na caatinga e identificados por sinais cortados nas orelhas. Os principais rebanhos da agricultura familiar eram caprinos, aves, porcos (presos em chiqueiros) e bovinos, estes últimos criados muito mais em função do trabalho ou do fornecimento de leite para o autoconsumo.

Historicamente, o Estado brasileiro interveio a favor do latifúndio e das grandes empresas agromercantis. A partir do século XX, a região foi marcada, assim como todo o semiárido brasileiro, por políticas públicas dirigidas aos investimentos em grandes obras de engenharia nos latifúndios. Principalmente nos anos 1960, as ações e projetos de governos incidiram beneficiando as grandes e médias fazendas da região através da construção de açudes, poços profundos, galpões, estábulos, silos, cercamentos, biodigestores, estradas vicinais e eletrificação rural, entre outros. As fazendas também foram apoiadas com melhorias feitas pelas frentes de trabalho que agregaram os agricultores familiares durante as secas.

Em defesa da “modernização” do campo, o Estado brasileiro apoiou a expansão dos latifúndios de criação de gado na região nas décadas de 1970 e 1980. Neste período, os grandes proprietários receberam enormes volumes de créditos subsidiados vinculados à adoção de pacotes tecnológicos que orientava a compra de raças exóticas de animais (a raça holandesa, por exemplo) e o plantio da algaroba e/ou do capim buffel. Sob o rótulo de “reflorestamento”, essa política gerou profundos e inúmeros efeitos negativos para o ambiente, uma vez que o acesso a esse tipo de crédito resultou na destruição de boa parte da biodiversidade da caatinga. A política da chamada modernização, baseada na “revolução verde”, também reforçou na região um padrão tecnológico monocultor, dependente do

²A remuneração se dava por produtividade e/ou diária, em uma relação de subordinação aos fazendeiros ou aos donos dos “motores” que também eram empreiteiros e donos de turmas.

uso de insumos externos, rações industrializadas, raças exóticas, herbicidas, fertilizantes químicos e sementes híbridas e envenenadas, não adaptadas à região. Intensificaram-se os cercamentos das propriedades, reduzindo drasticamente as áreas soltas onde se formavam os fundos de pasto comunitários. A paisagem sofreu drástica modificação, seja pela derrubada da mata nativa ou pela diminuição dos rebanhos devido à redução das áreas de fundo de pasto coletivo, agravando as condições de vida e de trabalho das famílias camponesa.

O modelo de agricultura implantado acarretou a desvalorização da raça bovina de mestiços que se criava com dupla aptidão, para o leite e para a carne. Vale dizer que os bovinos, embora de dupla aptidão produtiva, sempre desempenharam a função de produzir leite para o consumo e para a confecção artesanal do queijo, possibilitando também a criação de porcos com uso quase exclusivo do soro em sua alimentação. Esta integração de atividade e produção foi perdendo espaço gradativamente nos anos 1990 pela necessidade, cada vez maior, de suplementação alimentar altamente dependente das indústrias de farelos. O fato se deve, principalmente, à perda da diversidade alimentar da caatinga e à degeneração das raças crioulas de dupla aptidão quando cruzadas com as recém-chegadas de sangue holandês. Como os animais de alta produtividade leiteira não têm potencial para o trabalho de tração, a motorização no campo foi intensificada.

Todo este processo resultou em uma modernização conservadora e perversa que se expressou na concentração das terras e das águas, na degradação ambiental e na perda da biodiversidade da caatinga, mas também na quebra das relações de parceria e, principalmente, das condições de moradores, posseiros e meeiros. Ocorreu, ainda, a falência de algumas fazendas dotadas de infraestruturas financiadas por recursos públicos e apoiadas por órgãos oficiais de assistência técnica. Além da tendência à especialização e à artificialização da agricultura, se verificou um forte desenraizamento social e cultural das famílias camponesas, intensificando um processo de migração em massa no sentido campo-cidade e o surgimento das periferias urbanas e pontas de rua nas pequenas, médias e grandes cidades do estado.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO CARIRI, CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO E DE SUAS ORGANIZAÇÕES DE BASE E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

Na contracorrente do modelo dominante, a agricultura familiar se mantém vigente, mobilizando estratégias de resistência e de lutas em defesa de seus modos camponeses de vida e de reprodução social. Na região, os agroecossistemas familiares têm se reproduzido pela diversificação de cultivos e pela integração entre sistemas agrícolas e criatórios, com estratégias que buscam favorecer a reciclagem de nutrientes e minimizar os efeitos de oscilações climáticas e riscos econômicos, garantindo a segurança alimentar da família. Os criatórios ganham expressão, sobretudo nas áreas mais secas, pois conferem aos agroecossistemas maior resiliência e resistência.

Ocorrem diferenciações dos agroecossistemas familiares em função do tipo de solo, do relevo, da presença de recursos hídricos e da vegetação, mas a diferenciação dentro do segmento camponês é determinada, principalmente, pelas condições socioeconômicas, ou seja, pelo ou não aos fatores de produção como terra, capital e mão de obra. Na região com solos argiloarenosos

profundos, os cultivos agrícolas são predominantes e encontram-se áreas de roçados com milho, feijão, fava e mandioca, sendo comum o cultivo em área de terceiros na condição de meeiro ou arrendatário. Aos roçados, se integram a criação de animais e a produção de frutas.

Nas áreas com presença de solos mais rasos, cobertura vegetal mais acentuada (inclusive cactos) e precipitação pluviométrica em torno de 300 a 350 mm/ano, os agroecossistemas familiares se caracterizam pela forte presença da criação de animais em sistemas diversificados, destacando-se as criações de bovinos, caprinos e ovinos. Há, também, cultivo de forragem com práticas de produção de campos de palma e de capineiras nos córregos e vazantes dos riachos e barreiros. É comum o arrendamento de cercados (pastagem de inverno a verão) como estratégia para ampliar a oferta forrageira e permitir a recuperação da pastagem existente nas propriedades. Na região, ainda existem práticas tradicionais de fundos de pasto de uso coletivo.

No território, identificam-se agricultores familiares praticando a horticultura e trabalhando na extração de minérios. A maioria que se especializa no cultivo de hortaliças adota sistemas de irrigação e utiliza massivamente fertilizantes químicos e agrotóxicos; a minoria cultiva nos moldes de produção sem uso de agrotóxicos. Os cultivos quase sempre são realizados em áreas arrendadas de propriedades privadas que dispõem de infraestrutura hídrica, principalmente açudes que foram financiados pelo Estado ou, ainda, açudes públicos. A região é marcada também pela extração de minérios por proprietários de empresas e de latifúndios; esta atividade apresenta-se como fonte de renda para algumas famílias agricultoras, seja cedendo sua área e recebendo um percentual sobre a produção bruta ou como diaristas ou empreiteiros. As relações de trabalho são de exploração e em péssimas condições, acarretando sérios problemas de saúde e morte precoce entre os trabalhadores.

Nos últimos 20 anos, têm surgido vários assentamentos, a maioria decorrente das políticas de crédito fundiário e do Banco da Terra. Segundo Emília Moreira, a articulação para o acesso à terra através da Política de Reforma Agrária do INCRA foi realizada pelos sindicatos e intermediada pela FETAG.

As estratégias de resistência e de luta dos camponeses se expressam e se fortalecem na medida em que vai se construindo uma identidade da agricultura familiar. A origem desta identidade, por sua vez, remonta aos anos 1980, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) tiveram, na região, uma forte atuação focada na evangelização unindo as dimensões da fé, da política e da ação sociotransformadora. Esse dinamismo foi acompanhado por segmentos progressistas da igreja católica, sindicatos de trabalhadores rurais (STR's) e organizações não governamentais (ONG's) que organizaram grupos de evangelização, bancos de sementes comunitários, mutirões para construção e melhoria de reservatórios de água, etc.

Essa atuação foi se expandindo para comunidades rurais de vários municípios e, mesmo com a desarticulação das CEB's, não parou. Segmentos da igreja católica local, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade, ONG's como PATAC e PRACASA e, mais tarde, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juazeirinho continuaram a desenvolver atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses; os principais exemplos dessas ações são a construção ou melhoria de reservatórios para o armazenamento de água da chuva, como as cisternas de placa, e a criação de fundos rotativos solidários e de bancos de sementes comunitários.

O espaço de gestão participativa foi se ampliando na medida em que as comunidades rurais e as famílias agricultoras assessoradas pelo PATAC foram realizando intercâmbios de experiências e de conhecimentos. Em 2004, esta rede foi se fortalecendo com o aumento da experimentação agroecológica orientada para a valorização das riquezas locais. Suas iniciativas, então, foram sendo cada vez mais reconhecidas, dentre elas a disseminação de práticas de conservação e uso dos recursos naturais (com ênfase no resgate e valorização

⁹Objetos da paixão dos agricultores e, por isso, chamadas de "Sementes da paixão"

das sementes locais³ e na produção e estocagem de forragem diversificada), a captação de água da chuva e seu uso sustentável para consumo humano e produção vegetal e animal e, por fim, o uso e a conservação da biodiversidade local. Estas são práticas fundamentais e estratégicas para o fortalecimento da agricultura camponesa e seus enfrentamentos em períodos de estiagem prolongada, mas, sobretudo, são e funcionam como formas de resistência e luta em defesa da cultura e do modo de vida camponês no semiárido.

É desse movimento de resistência e luta que foi se constituindo a identidade do COLETIVO como um ator social mobilizador de associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas e entidades de apoio de aproximadamente 300 comunidades rurais de 10 municípios do semiárido paraibano⁴. Consolidado na segunda metade dos anos 2000, o Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó defende um projeto político e técnico de fortalecimento de redes locais de inovações agroecológicas que se contrapõe ao modelo de especialização que separa a agricultura da natureza. Este processo de organização e consolidação do COLETIVO é marcado pela participação e pela interatividade de organizações e famílias camponesas com destaque para a atuação das mulheres e da juventude de várias comunidades rurais.

O COLETIVO articula-se também com a Articulação Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Isso permite que as organizações do COLETIVO participem de debates e ações em rede de agroecologia e de convivência com o semiárido em nível macro. As ações em rede têm conjugado políticas de acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos com processos participativos de formação e gestão coletiva de ações que objetivam o fortalecimento da agricultura familiar camponesa agroecológica e a convivência com o semiárido. Este processo se dá, em especial, através da ASA, por meio da elaboração, proposição e execução do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido, principalmente nas formas do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). O Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido vem sendo financiado pelo Estado brasileiro desde o início dos anos 2000 e tem fortalecido, no território, o projeto de agricultura familiar camponesa agroecológica que vem sendo construído pela rede de agricultores/as e pelas organizações articuladas pelo COLETIVO.

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

Considerando a trajetória das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar na Região do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, verifica-se que a maioria tem base em pacotes tecnológicos que investem nas práticas de monoculturas, na pecuária intensiva, no uso intensivo de terra, solos e vegetação nativa, na utilização de rações industrializadas, na utilização de hormônios de crescimento e na intensificação cada vez maior do uso de agrotóxicos no controle de pragas e doenças. O agronegócio é a expressão de um modelo de desenvolvimento econômico e financeiro

⁴Soledade, Juazeirinho, Santo André, Gurjão, São João do Cariri, São Vicente do Seridó, Cubati, Olivedos, Pedra Lavrada e Pocinhos.

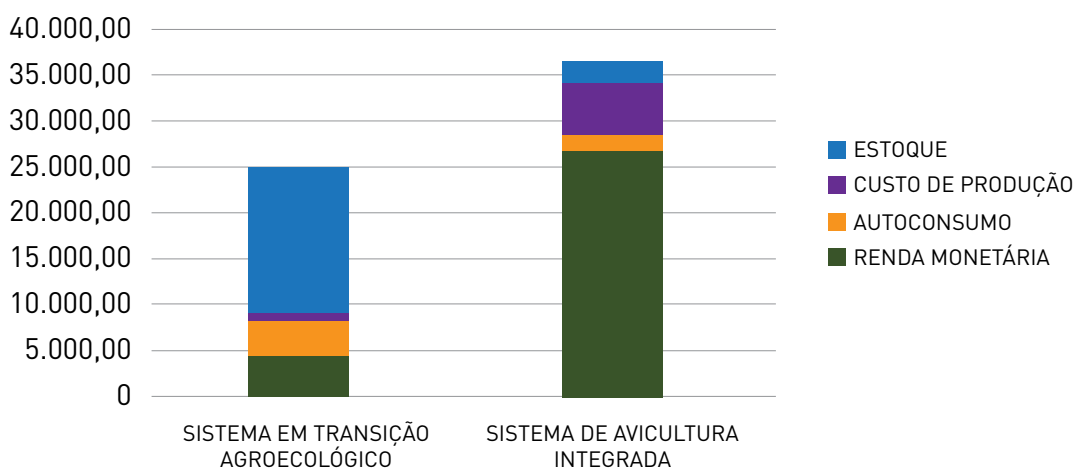
que fortalece a especialização da agricultura e a dominação das grandes empresas capitalistas no meio rural intensificando uma forte dependência econômica dos agroecossistemas em relação à indústria e ao mercado financeiro. Este modelo se expressa no território nos sistemas de integração agroindustrial da avicultura, na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura e da bovinocultura leiteira e na extração de minérios.

Em contraposição à agricultura especializada e cada vez mais industrializada, a agricultura familiar camponesa pratica a produção agrícola com base na diversificação de cultivos e da criação animal, conduz os sistemas produtivos para o autoconsumo familiar, articula a produção econômica com a conservação da biodiversidade e garante, assim, a reprodução social dos/as próprios/as camponeses/as e dos seus agroecossistemas. A relação com o mercado, por sua vez, se dá principalmente com a venda do excedente daquilo que produz.

A produção diversificada e o processamento de alimentos de origem vegetal e animal com base agroecológica têm favorecido a promoção da segurança e da soberania alimentar e têm melhorado a renda das famílias camponesas. O acesso a mercados de circulação curta, como a venda nas comunidades e feiras locais, bem como o acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm propiciado melhoria de vida e fortalecimento da economia local.

3.1. ESTUDO DE CASO: EXPRESSÕES DA AGROECOLOGIA E DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO CARIRI, CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

Olhando as expressões da agricultura no Território do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, é possível afirmar que a agricultura familiar camponesa agroecológica promove a segurança alimentar das famílias e a autonomia dos agroecossistemas. Esta forma de produção camponesa, porém, tem sido sufocada pela lógica do agronegócio embasada nos monocultivos, na dependência de conhecimentos e insumos externos e no foco da produção voltado prioritariamente para a renda monetária e o mercado. Por outro lado, sobressaem-se na região formas de lutas e de resistência contra a política de expansão do agronegócio, ou seja, segmentos expressivos de famílias agricultoras conduzem seus sistemas de produção para a transição agroecológica e, participando da rede de inovações agroecológicas articuladas no Coletivo Regional, encontram possibilidades de integrar suas experiências de forma sustentável e adaptadas ao semiárido. Com base em diferentes tipos de agroecossistemas, foram realizados dois estudos de caso junto a duas famílias agricultoras; uma das famílias está conduzindo o seu sistema de produção familiar com base no manejo técnico para transição agroecológica e a outra tem integrado o seu agroecossistema à agroindústria da avicultura com criação de frango de corte. O gráfico abaixo traduz esta análise:

Gráfico nº 1. Comparação econômica dos agroecossistemas analisados

Ao analisar as economias destes dois sistemas, identifica-se que, na produção com a avicultura industrial, aproximadamente 23% da renda destina-se a custear insumos adquiridos fora da propriedade; para o sistema, resta uma renda líquida de R\$ 17.655,00 que será dividida entre três famílias que trabalham na mesma propriedade; ao final, cada uma das famílias tem uma renda líquida de R\$ 5.885,00. O sistema de transição para a agroecologia, por sua vez, destina 14% de sua renda para custear insumos, restando para o sistema uma renda líquida de R\$ 6.605,00.

Nos dois casos, estoques são formados para o armazenamento de produtos agrícolas, mas o sistema de transição para a agroecologia tem um estoque no valor de R\$ 16.685,40 enquanto o sistema integrado ao agronegócio tem em estoque R\$ 2.400,00. Isso confere ao sistema em transição agroecológica uma maior resiliência a possíveis crises climáticas e econômicas.

Figura nº 1. Fluxograma de insumos e produtos sistema de avicultura integrada

Fluxo	Produto	Insumo	Quantidade
1		Água	
		Bagaço de cana	40 mil kg
		Energia	
		Lenha	28m ³
2		Ração	4 sacos
		Vacinas e	18 doses
		Vermífugo	9 doses
		Lona	20m ³
		Melaço	4 sacas
3		Vacinas	30 doses
		Vermífugo	
4		Sementes	2 sacos
		Formicida	4 kg
5	Frango		36.700 unidades
6	Leite		12.000 l
7	Borrego		15 unidades
8	Leite		1.800,25
9	Milho		2 sacos

Vale a pena mencionar que, dos quatro subsistemas existentes na propriedade integrada à agroindústria (roçado, bovino, ovinos e aves), a avicultura absorve 88,51% do total de insumos utilizados e é responsável por 60% da renda bruta total do sistema. Por ser totalmente dependente da indústria, o sistema todo é altamente vulnerável, pois, além de relações limitadas com o mercado local, não constitui estoque de insumos ou de produtos que possam ajudar a superar uma situação de crise. Há, também, total dependência do conhecimento dominado pela empresa para manejo sanitário das aves.

Chama a atenção o fato de que a família integrada à avicultura industrial tem um autoconsumo de apenas milho e leite, o que equivale a 6,5% do total das riquezas geradas no sistema, ainda divididos para as três famílias. Já na família da transição agroecológica, esse percentual é de 42 % com uma diversidade de 22 produtos advindos dos sete subsistemas existentes, conforme a ilustração a seguir:

Figura nº 2. Fluxograma de insumos e produtos no sistema agroecológico

FLUXO	PRODUTO	INSUMO	QUANTIDADE
1	Ovino		02
2	Ovino		01
3	Caprino		06
4	Milho		20 sacos
	Feijão		4 sacos
	Fava		30 kg
	Jerimum		20 kg
5	Sementes para o bsc		
6	Leite		715 l
	Queijo		48 kg
	Manteiga		20 garrafas
7	Caprino		15 animais
	Queijo		168 kg
8	Bovino		01
	Queijo		144 kg
9	Leite doado		
10	Coentro		396 molhos
	Alface		48 und
	Pimentão		48 und
	Cebolinha		48 und
	Tomate		12 kg
	Mamão		80 und
	Acerola		20 kg
	Graviola		40 und
11	Coentro		300 molhos
12	Ovos		960 und
	Galinhas		12
	Peru		01
13	Animais consumidos		02

FLUXO	PRODUTO	INSUMO	QUANTIDADE
14	Animais vendidos		04
15	Porcos		02
16		Farelo de trigo	09 sacos
		Farelo de algodão	09 sacos
		Veneno para mosca	03 und
		Uso de máquina	04 horas
17		Farelo de trigo	02 sacos
		Farelo de algodão	02 sacos
		Vermífugo	01 und
18		Farelo de trigo	02 sacos
		Farelo de algodão	02 sacos
		Vermífugo	02 und
19		Leitão para recria	60,00

Entre outras observações, cita-se a relação da família camponesa com a comunidade local como parte da estratégia deste sistema, assim como a valorização de atividades e conhecimentos que historicamente estão sob o domínio das mulheres, como os cultivos e conservação da biodiversidade local através do uso e conservação de variedades de sementes, fruteiras, plantas medicinais, hortaliças e criações de terreiro, além da produção artesanal do queijo, entre outras culturas alimentares. Essa diversidade de atividades favorece a corresponsabilidade entre os membros da família e dá visibilidade ao trabalho das mulheres e da juventude camponesas.

Constata-se, portanto, a maior autonomia da agricultura familiar em transição para a agroecologia, além de ficar demarcada sua prioridade para a promoção da segurança alimentar da família.

Entre as relações estabelecidas de interação, destaca-se, na família em transição agroecológica, a capacidade de reciclagem de nutrientes e preservação do patrimônio cultural da agricultura de base camponesa. Há, nitidamente, uma confluência de esforços e harmonia. O leite, por exemplo, é obtido a partir da produção da forragem para alimentação do rebanho e está em função da segurança alimentar e de gerar renda para família, mas também é repassado em doação para vizinhos e alimenta os porcos com o soro resultante da fabricação do queijo que, por sua vez, é vendido no mercado no território e emprega a utilização de conhecimentos repassados por gerações para sua confecção e na composição dos ingredientes da receita da cultura alimentar local. Vale ainda destacar que há uma lógica na reprodução social do trabalho e da renda em que toda a família está envolvida e se relaciona com a produção do leite e seus resultados, desde a produção de forragem, do manejo dos animais, até a fabricação do queijo. O porco contribui com a formação da renda e é vendido na comunidade, reforçando laços sociais e solidários entre famílias na comunidade.

Por outro lado, o sistema de produção com a lógica do agronegócio dissocia os subsistemas; a exceção é o roçado devido à sua função de produzir silagem para a alimentação dos bovinos. Além disso, recorre-se de forma predatória aos recursos naturais para a obtenção de lenha, areia e água para manutenção dos lotes de frango. Vale destacar que a forma de conduzir os demais subsistemas é marcada pela mesma lógica de produção isolada, influenciada pelo agronegócio. O leite produzido é entregue *in natura* para ser repassado ao atravessador e baseia-se, assim como os demais produtos, no mercado, sem qualquer relação de reciclagem. Há forte dependência, tanto de insumos externos quanto de conhecimento, e não há qualquer relação com a comunidade. A distribuição do trabalho está negativamente alterada pelas exigências da atividade avícola. A rotina das famílias exige que, a cada 45 dias, se passem sete ou oito noites

no galpão de frangos praticamente sem dormir, cochilando apenas em torno de três ou quatro horas por dia. “O comum entre as famílias camponesas, é trabalhar durante o dia e descansar a partir das 18h”, destaca Zilma Rúbia, liderança do Coletivo Regional. Esta grande mudança de hábito também é identificada na relação com o mercado, onde há necessidade de comprar praticamente todos os alimentos e os bens e utensílios que as famílias precisam.

Todos os custos com a construção do galpão e dos equipamentos é por conta das famílias que se integram ao sistema agroindustrial da avicultura. Sendo assim, as famílias se desfazem de alguns bens construídos em suas trajetórias de vida, como animais, imóveis e algumas economias, para se integrarem a empresa. O arredor de casa, espaço que historicamente é dinamizado pelas mulheres camponesas, foi dizimado com a perda de mais de cem aves nativas e adaptadas, como galinhas, perus e guinés. As criações de pequenos animais exerciam papel fundamental na alimentação e, em alguns momentos, na renda da família. Alteram-se, assim, práticas culturais, valores e lógicas que contribuem com a vigência da agricultura familiar camponesa. O espaço do terreiro foi perdido e as relações comunitárias, a autonomia produtiva e a relação com o mercado foram alteradas.

Quadro nº1. Comparativo de resultados obtidos entre os casos estudados

	AVICULTURA INTEGRADA	TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA
VENDA TOTAL	21.795,00	4.701,00
ESTOQUE FORMADO	13.200,00	23.715,00
AUTOCOSUMO FAMILIAR	1.875,00	4.298,00
SUBTOTAL	36.870,00	32.714,00
AQUISIÇÃO DE INSUMOS	6.015,00	1.080,00
TOTAL LÍQUIDO PRODUZIDO	30.855,00	31.634,00
RENDA AGRÍCOLA POR Há	117,69	363,91
VALOR AGREGADO POR HORA TRABALHADA	14,15*	77,50

*Obs. Considerando apenas o subsistema da avicultura, o valor agregado/hora trabalhada é de R\$5,90

4. CONCLUSÕES

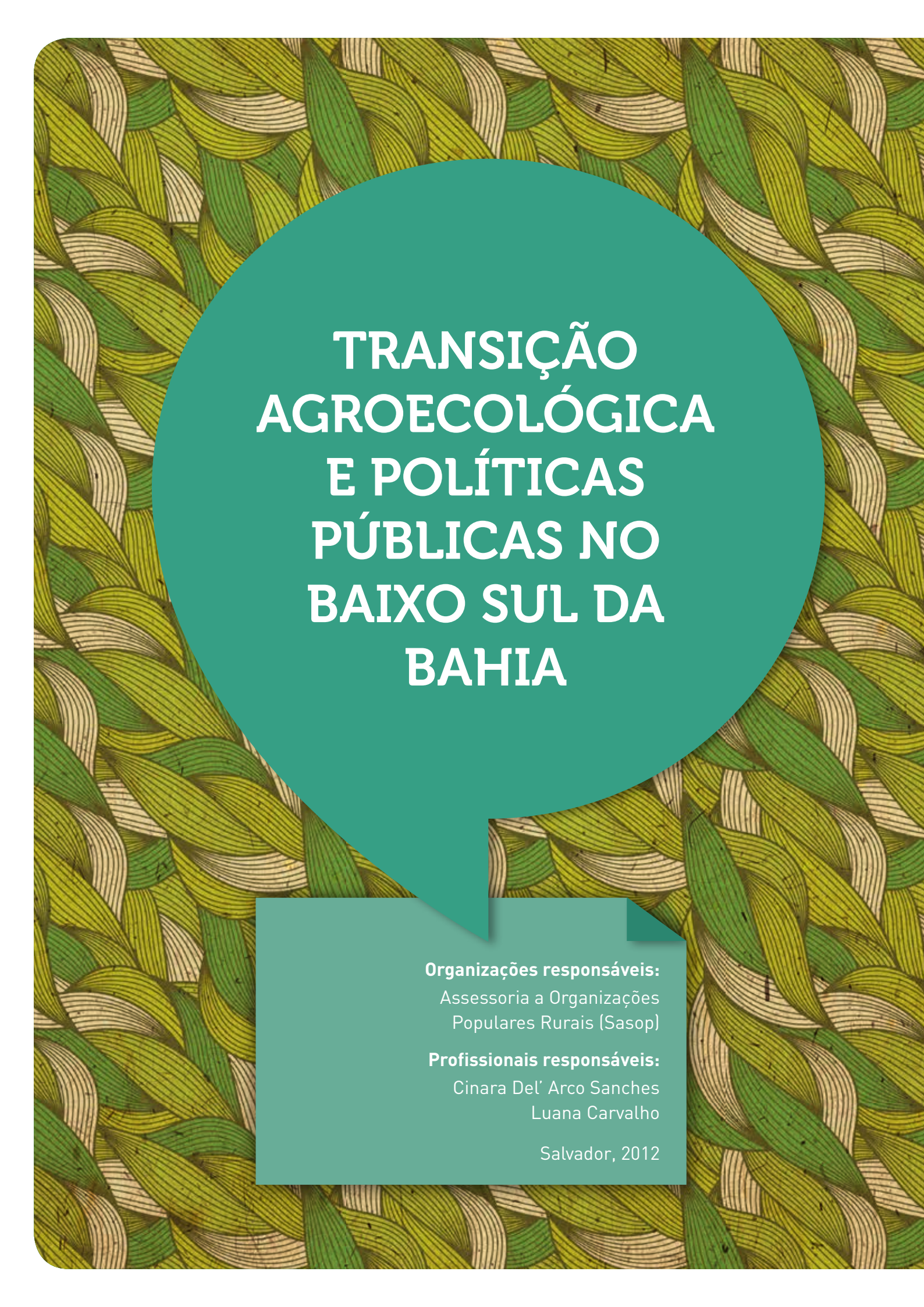
Diante dos estudos realizados nos distintos agroecossistemas, conclui-se que o projeto de agricultura familiar camponesa agroecológica que se irradia no território promove o desenvolvimento local sustentável, pois nasce das inspirações, das experiências e dos saberes locais de convivência com o semiárido, um espaço em a agricultura familiar camponesa é vista como modo de vida e desenvolve suas inovações técnicas com base em relações mais harmônicas entre agricultura e natureza. Neste processo, com base em uma pedagogia inovadora e na construção de processos participativos, valoriza-se e viabiliza-se a diversidade produtiva e a integração de atividades de produção, estocagem e consumo mais autônomas, assim como agroecossistemas mais sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e social.

As políticas públicas, em geral, estão desconectadas da construção de alternativas agroecológicas. Como indicamos antes, historicamente a prioridade da política pública tem sido fortalecer o paradigma produtivo baseado na monocultura, na integração da agricultura familiar às cadeias agropecuárias e industriais e na adoção de pacotes tecnológicos próprios da “revolução verde”. Este paradigma de desenvolvimento corresponde-se com uma estrutura fundiária altamente concentrada e concentradora que implica também na concentração do acesso a recursos igualmente estratégicos, como água e crédito público.

Contudo, nos últimos anos, a criação de mercados institucionais tem favorecido a dinamização da agricultura familiar agroecológica ao permitir um acesso maior a canais de comercialização. Esse acesso a mercados institucionais revela-se como peça-chave do processo de transição agroecológica no território, mas não podemos deixar de dizer que ainda falta muito em termos de articulação de políticas públicas, como crédito, assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento territorial e convivência com o semiárido, dentre outras, cuja concatenação com a política de mercados institucionais deve ser pautada a partir das necessidades e especificidades da agricultura de base agroecológica e não segundo os padrões da agricultura convencional.

A sociedade civil, através de ONG's e, especialmente, das organizações de base da agricultura familiar, cumpre papel fundamental nesta transição, mas o papel do Estado é central, pois este pode canalizar recursos financeiros, técnicos e administrativos para acelerar e fortalecer os avanços em matéria de transição agroecológica de uma forma que a sociedade, como tal, não dispõe na mesma proporção.

A análise comparativa que realizamos demonstra que a produção agroecológica é altamente eficiente em termos econômicos, sociais e ambientais. Embora as vendas totais do agroecossistema agroecológico sejam bem menores quando comparadas às vendas da unidade integrada à avicultura, devemos lembrar que a comercialização externa é apenas um dos fatores relevantes para a compreensão da dinâmica agroecológica, mas não é o único nem o mais importante. Vemos, assim, que itens como a expressiva formação de estoques, o importante grau de autoconsumo familiar, a baixa dependência de insumos externos, a maior renda agrícola por hectare e o maior valor agregado por hora trabalhada são elementos que firmam a produção agroecológica como muito mais eficiente, em termos econômicos, sociais e ambientais, que a produção integrada ao agronegócio. Esses elementos devem ser seriamente considerados pelos tomadores de decisão e pelos gestores de políticas públicas que incidem no desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.



TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIXO SUL DA BAHIA

Organizações responsáveis:

Assessoria a Organizações
Populares Rurais (Sasop)

Profissionais responsáveis:

Cinara Del' Arco Sanches
Luana Carvalho

Salvador, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIA

Este documento traz a sistematização e análise do estudo realizado no Território Baixo Sul da Bahia pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)¹ no âmbito do projeto *Avaliação da adequação das políticas públicas de crédito e de ATER para a transição agroecológica em sistemas produtivos de agricultores familiares no bioma Mata Atlântica*.

A metodologia para a realização dos estudos de caso teve como fio condutor o levantamento participativo das informações com as famílias selecionadas. O primeiro passo compreendeu a apresentação da proposta do estudo em uma das reuniões do núcleo executivo do território. A partir do debate sobre os objetivos e possibilidades do estudo, as entidades presentes indicaram casos potenciais para o estudo e se comprometeram a mobilizar e participar dos processos de levantamento das informações. Identificadas as três famílias a serem analisadas, foram realizadas entrevistas nas propriedades com o uso de perguntas semiestruturadas, croqui da propriedade, linha do tempo e caminhada de identificação.

As entrevistas foram realizadas por, no mínimo, duas pessoas do SASOP e os parceiros locais, procurando envolver o máximo de membros da família entrevistada. Lançou-se mão, também, de planilhas de análise econômica que permitiram a composição de gráficos ilustrativos da renda familiar e agrícola, assim como a identificação da origem dos alimentos consumidos pela família. As reflexões contidas nesse documento ocorreram a partir da análise de três trajetórias distintas que foram relacionadas com as políticas públicas incidentes.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIA

O Território Baixo Sul, incorporado ao programa Territórios de Cidadania em 2009, compreende 15 municípios² e está sob a construção de um processo de gestão a partir de um colegiado formado por um Grupo Gestor com 116 entidades e um Núcleo Executivo de 18 entidades. Historicamente, a região caracterizou-se como uma área pioneira no processo de ocupação do Brasil. Os primeiros 50 anos de colonização correspondem ao início da transformação da mata em áreas agriculturáveis nas ilhas de Cairu e nos principais pontos de penetração no continente que, após romper com a hostilidade dos índios Aimorés, intensificou a frente agrícola também para as áreas continentais e suas terras mais férteis. Ao longo dos séculos, grandes extensões de terra foram desmatadas e, posteriormente, ocupadas pela agricultura e pecuária.

¹O SASOP é uma organização da sociedade civil criada em 1989, de caráter nacional com ação prioritária na Bahia, cuja missão é contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, a partir do fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia, e favorecer o protagonismo e a conquista da cidadania por agricultores, agricultoras e suas organizações. O SASOP organiza a sua atuação por meio de dois programas de desenvolvimento local (PDL): o do Semiárido (PDL_SA), com ação no Território Sertão do São Francisco, e o da Mata Atlântica (PDL_MA), com ação no Território Baixo Sul. O PDL_MA iniciou seu trabalho tendo como estratégia principal a implantação de sistemas agroflorestais diversificados e tem avançado em estratégias ligadas à segurança alimentar, ao acesso a mercados locais e institucionais e ao fortalecimento das organizações da agricultura familiar.

²Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Camamu, Valença, Ituberá, Igrapiúna, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte, Jaguaripe, Aratuípe e Maraú.

Figura nº 1. Mapa dos Municípios do Território Baixo Sul da Bahia

Fonte: Elaborado a partir de dados coletados pelas
 secretarias da EBDA (Pacto Federativo).

Fonte: EBDA. Disponível em:
<http://www.ebda.ba.gov.br/pactofederativo/index.php?id=territorio-baixo-sul>
 Acesso em: 12/08/2012

Assim, o extrativismo de madeiras nobres marcou o início da colonização, promovendo, na primeira metade do Século XVI, o surgimento de entrepostos comerciais ao longo da costa. A cana-de-açúcar passou a ocupar lugar privilegiado na economia local e assim prevaleceu até o final do século XVII, quando surgiram as primeiras povoações em decorrência da expansão dessa cultura. A partir desse momento, a região tornou-se grande produtora de alimentos, como farinha de mandioca, milho, arroz e feijão, além de derivados da atividade pesqueira. A exploração madeireira, além do tradicional uso do pau-brasil, esteve historicamente relacionada à construção naval e civil na microrregião. Com o agravamento da crise do cacau, os cultivos são substituídos e as terras vendidas, o que estimula a retirada da vegetação e a proliferação de serrarias, intensificando o desmatamento. Em época recente, a expansão da fronteira agrícola e a incorporação de novos cultivos, como seringueira, cravo da Índia, pimenta-do-reino, guaraná e dendê, desde a década de 1970, com o programa de diversificação dos cultivos permanentes desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), também contribuíram para acelerar o desmatamento.

A vegetação do território está sob o domínio da mata atlântica que, mesmo com elevado nível de desmatamento, ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração. As áreas de restinga, manguezais e cabruca (plantio de cacau em áreas de sub-bosque sombreado com espécies arbóreas da mata atlântica) são considerados de fundamental importância para a fauna da microrregião. O relevo é composto pela baixada litorânea, pelos mares e morros de tabuleiros, pelas morrarias interioranas e pelas serras e planaltos interiores, estes últimos bastante alterados devido ao extrativismo e à cacauicultura associados à policultura comercial. Nas áreas de desenvolvimento da cacauicultura, os remanescentes florestais apresentam-se em parte conservados devido à necessidade de sombreamento do cacau. Nas áreas de cabruca, as espécies do dossel são mantidas parcialmente e a vegetação de sub-bosque é retirada para o plantio.

Na região, não existem fóruns de discussão sobre a questão do meio ambiente nem sobre a problemática da agricultura familiar no contexto da preservação ambiental da mata atlântica. Os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) ou não existem ou, quando existem, são pouco operacionais. A pesca predatória, através do uso de explosivos ou redes de malha fina, vem contribuindo para a diminuição dos estoques pesqueiros no estuário e, aliada à forte pressão sobre os recursos costeiros, causa rápida degradação destes ecossistemas.

A população do território, segundo dados do IBGE (2007), é de 359.593 habitantes, abrangendo uma área de 7.558 km² e densidade demográfica de 47,6 hab/km². A população urbana é de 168.061 habitantes e a rural é de 191.173 (46,73% e 53,16%, respectivamente).

No Baixo Sul, os estabelecimentos rurais cujos responsáveis são proprietários da terra representam 95,5% do total, índice considerado muito elevado quando comparado aos demais territórios brasileiros. Este fato é, talvez, resultante da característica da atividade agrícola que se concentra basicamente no plantio de lavouras permanentes. Outro índice que reforça a importância da agricultura no território é o pessoal ocupado nos estabelecimentos: são 93.138 trabalhadores (com participação feminina de 34,3%) e, destes, 74,4% residem em estabelecimentos rurais. Contudo, os números também reforçam a ideia da incapacidade da agricultura familiar de desvincular-se do círculo perverso de produzir culturas não alimentares, basicamente voltadas para exportação, com a entrega destas na “mão” dos atravessadores.

Outro fator significativo é o número de comunidades quilombola no território, algumas já certificadas e outras em processo de regularização. Isto é resultado do trabalho qualificado das comunidades em parceria com as entidades da sociedade civil organizada. Entretanto, ainda há um número significativo de comunidades aguardando a certificação.

Apesar do expressivo número de organizações na região, ainda é incipiente seu envolvimento nos destinos comunitários mais gerais. Muitos desses movimentos se restringem à defesa dos espaços e de interesses locais, ao desenvolvimento de ações específicas e à implantação de serviços e infraestruturas básicas; exemplos disso são as associações de pequenos agricultores e as colônias de pescadores. É significativa a ação de movimentos sociais organizados nos diferentes segmentos: ONG's, OCIP's, entidades filantrópicas e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais estão presentes na região, principalmente diante da intensa dinâmica social de lutas pela terra e outras bandeiras, dentre elas o meio ambiente, a agroecologia, o fortalecimento das organizações e a contribuição para a construção e o acesso a políticas públicas. Destaca-se também o trabalho de segmentos ligados a grupos religiosos, a exemplo da contribuição das pastorais.

Dados do INCRA (2002) indicam a existência de 17.476 imóveis rurais cadastrados no Baixo Sul. Destes, a grande maioria (71,40%) é de minifúndios da agricultura familiar. As propriedades médias e grandes somam 5,44%. Podemos observar também que 67,22% do total dos imóveis eram menores que um Módulo Fiscal e, no entanto, ocupavam apenas 15,66% da área total. No outro extremo, a grande propriedade representava 1,14% do total dos imóveis, mas ocupava 30,44% da área total, o que denota um quadro de extrema concentração fundiária.

O Baixo Sul tem experimentado a implantação de vários Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, sobretudo nos anos 1990, consonante com a forte presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento sindical articulado pelo Polo de Unidade Camponesa (PUC) em toda a região sul do estado da Bahia. Existem, ainda, dados significativos com relação a áreas devolutas e improdutivas que somam um total de 443.512 hectares de terras devolutas e 145.540 hectares em 198 imóveis grandes improdutivos. Entretanto, é preciso atentar que essas áreas concentram remanescentes de mata atlântica e, portanto, têm grande importância ambiental.

As manchas de solos mais férteis são ocupadas pela cacauicultura; as de menor fertilidade, pela pecuária, guaraná, seringueira, dendê, coco, cravo-da-índia, piaçava e frutas tropicais. Observa-se que as produtividades em geral são bastante precárias devido a manejos agrícolas não apropriados às especificidades de uma agricultura sustentável nos trópicos e, especificamente, às condições climáticas e ecológicas da região da mata atlântica. Observa-se também a existência de sistemas diversificados que, por vezes, combinam lavouras permanentes³ com lavouras temporárias⁴, produção animal⁵, extrativismo⁷ e atividades não agrícolas, a exemplo do artesanato e da agroindústria familiar. Essa última apresenta-se

¹Caju, manga, coco, dendê, piaçava, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, pimenta-da-jamaica, mangostão, rambutam, mamão, canela, cacau, cupuaçu, guaraná, jaca, abacate, cajá, cajarana, siriguela, jambo, citrus, açai, pupunha, banana, acerola, pitanga, carambola, atas, fruta pão, jenipapo, seringa, urucum, noz moscada e flores tropicais.

²Feijões, hortaliças, batata-doce, plantas medicinais, mandioca, abóbora, inhambu, inhame, quissare, jiló, quiabo, melancia, pimentas, milho e abacaxi.

³Bovinos/bubalinos de trabalho, galinha caipira, apicultura e piscicultura.

⁴Pesca artesanal, piaçava, castanha de caju, mangaba e, em alguns casos, o dendê pode ser considerado também como extrativismo.

recortada em dois modelos: um com produção orientada para os mercados locais e regionais, concentração espacial e escala reduzida, cujas unidades são principalmente roldões, casas de farinha e pequenas carpintarias; outro que diz respeito a médias e grandes indústrias de processamento de dendê, látex e guaraná.

O processo de comercialização ocorre basicamente por meio de atravessadores, no caso de especiarias e cacau, com a indústria, no caso do dendê e seringa, e com os pequenos comerciantes, no caso da farinha. A venda de outros produtos na feira livre ou venda direta a consumidores é baixa. Através dos programas de abastecimento alimentar do governo federal e do estado, tem se avançado na comercialização e se fortalecido a estratégia de geração de renda e soberania alimentar e nutricional (SAN) no território. O sistema de transportes assume relevância na integração e no desenvolvimento da região, principalmente os transportes rodoviário e marítimo. O primeiro funciona como o principal responsável pelo escoamento da produção para os portos de Ilhéus, Salvador e da região metropolitana em geral e pela interligação das outras regiões do estado e do Brasil; o último atua internamente na área costeira, com relevância maior para o dendê, o coco e a piaçava. O processo de eletrificação está sendo ampliado com o programa Luz para Todos, mas as zonas rurais dos municípios que compõem o território ainda são muito carentes de energia; em muitos casos, a cobertura é inferior a 60% e tal situação impede a implantação de unidades de processamento e de outras estruturas, fortalecendo o êxodo rural. As famílias agricultoras não dispõem de unidades de armazenamento da sua produção e, por isso, são obrigadas a vendê-la logo após a colheita, situação que, aliada a outros fatores, deprime preços e reduz a renda da agricultura familiar. Diante destas circunstâncias, já se vem pensando em modelos econômicos alternativos.

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

Quanto às políticas públicas, o território encontra-se engajado em articulações de diversos níveis. Dentre as linhas de ação já levantadas nas diversas discussões e oficinas, algumas articulações importantes já estão em andamento: o PAA, por exemplo, já contratou mais de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para compra antecipada com doação simultânea promovendo, assim, uma mudança importante no que diz respeito à segurança alimentar e a produção de alimentos.

No que diz respeito ao PNAE, a despeito das dificuldades, praticamente todos os municípios do território têm acessado o programa. Esse processo foi estimulado a partir do posicionamento da sociedade civil que, pressionando o poder público, garantiu a articulação e a efetivação da venda dos produtos da agricultura familiar para as prefeituras.

Em relação ao PRONAF, o montante total aplicado nos últimos quatro anos (R\$ 10.325.865,17) representa uma média anual de R\$ 2.581.466,29, perfazendo um total de 5.048 beneficiários. Observa-se, no período de 2007 a 2010, um expressivo crescimento e uma ampliação do acesso ao crédito. Vale ressaltar que mais famílias acessaram créditos, principalmente o PRONAF B, mas, quando comparado ao universo de potenciais beneficiários no contexto do desenvolvimento rural sustentável, verifica-se uma enorme demanda reprimida.

Quanto à assistência técnica, existe um déficit de profissionais não só em termos quantitativos, mas também que estejam devidamente qualificados para atender às diferentes demandas da agricultura familiar. Os técnicos da região se dividem principalmente em duas categorias: os do serviço público, cujos principais são do CEPLAC, EBDA e Bahia Pesca, e os das ONG's e movimentos sociais. A seguridade social tem sido um avanço dos STR's ligados à FETAG ou à FETRAF e as colônias de pescadores vêm desempenhando um importante papel de divulgar e implementar políticas públicas para segurados especiais, agricultores familiares e pescadores artesanais.

Em relação ao estudo de caso proposto, a equipe do SASOP optou por escolher três agroecossistemas que representam as trajetórias seguidas pelos/as agricultores/as familiares no território. Assim, temos, então, o caso da família do sr. Zequinha e de dona Nilsa, assentados da reforma agrária que hoje se dedicam à lavoura da pupunha e à sua comercialização mediante uma grande cooperativa regional, o caso da família de Del e do sr. Evangelista, assentados do INCRA que vêm implementando sistemas agroflorestais na sua propriedade, e, finalmente, o caso do sr. Lió e de dona Vilma, que formam parte de uma comunidade quilombola e expressam uma trajetória contraditória entre a opção da agroecologia e a opção da agricultura convencional mostrando os limites de iniciar a transição de forma bem sucedida sem um adequado acompanhamento político e técnico.

No caso da família do sr. Zequinha e dona Nilsa, a propriedade fica no município de Igrapiúna, na comunidade Mata do Sossego, e compreende uma área de 19 hectares. Dona Nilsa, de 43 anos, já tinha uma filha quando se casou com o sr. Zequinha, de 44 anos, com quem teve nove filhos. Todos os 10 filhos moram na vila do assentamento.

Sr. Zequinha é de Camamu e, como os pais e os avós, vivia na propriedade da família, sobrevivendo principalmente da farinha de mandioca. O avô tinha 12 tarefas de terra que foram divididas entre os 12 filhos. A tarefa herdada pelo pai de Zequinha não era suficiente para que toda a família pudesse obter renda mínima para o sustento. Zequinha, então, iniciou uma peregrinação em busca de trabalho. Foi para Rondônia trabalhar no garimpo e, com o recurso que conseguiu economizar, voltou para Camamu; junto com a família, construiu sua casa na beira do rio, mas, por conta de forte enchente, ela foi perdida. Zequinha outra vez foi tentar a sorte fora, agora em São Paulo. Entre idas e vindas, ao voltar de Rondônia, por volta de 1985, Zequinha encontrou a mãe mobilizada com um grupo de outras famílias da região para planejar a invasão de terras de uma grande fazenda no hoje município de Igrapiúna.

Na época, sr. Zequinha ficou com receio de ser acusado de invasor e resolveu tentar a sorte mais uma vez em São Paulo. Cerca de três anos depois, em 1989, retornou e já encontrou sua mãe acampada junto com outras 81 famílias nas terras mencionadas. Faziam o que podiam. Inicialmente, era o plantio da mandioca e a venda da farinha. Depois, assim como a grande maioria dos homens do acampamento, sr. Zequinha passou a se virar com a caça, a pesca e a madeira. Durante 10 anos, muitos episódios de luta tiveram curso no local e, depois de várias tentativas de diálogo, o MST ocupou a sede do INCRA em 1995. Essa ação culminou na desapropriação e na emissão de posse da terra, em 5 de junho de 1997, do assentamento Mata do Sossego. Cada uma das 82 famílias recebeu 17 hectares de terra. Os lotes foram divididos pelas próprias famílias, cansadas de esperar pela iniciativa dos órgãos responsáveis.

Desde a ocupação da terra, as famílias se organizaram e passaram a compor a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mata do Sossego. Foi por meio da associação que acessaram, pela primeira vez, o crédito para fomento e habitação. Além dessa associação, existe hoje no assentamento a Associação de Jovens que, por sua vez, já se organiza para acessar o PRONAF Jovem para a criação de peixes, vocação que já experimentam há dois anos. Já estiveram ligados ao MST, mas, depois da experiência frustrada durante o acesso ao PROCERA, desligaram-se do movimento.

Há três anos, sr. Zequinha é um dos 460 cooperados da Cooperativa de Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM). Eles recebem a visita periódica de um técnico agrícola, filho

de assentados, custeado com recursos da COOPALM. Além de cooperado, o técnico também é assentado. Todos os 460 cooperados recebem assistência técnica dos denominados “líderes educadores” para a cultura da pupunha. Para tanto, a cooperativa cobra uma taxa de 12% sobre o valor da entrega efetuada por cada família, valor que é usado para cobrir as despesas administrativas e a assistência técnica.

Além de Sr. Zequinha, trabalham na propriedade dona Nilsa e três dos 10 filhos do casal, um rapaz de 15 anos e duas moças de 16 e 17 anos. Os filhos estudam e ajudam nas horas livres, principalmente organizando o palmito cortado pelo pai. Dona Nilsa concentra seu trabalho na venda na vila, mas também ajuda na horta e quando o trabalho na roça aumenta. Além da família, eles contam com o apoio de outros agricultores através de mutirões que se organizam de acordo com o volume de trabalho e complementam pagando diárias para garantir o corte e o cultivo de toda área implantada.

Na horta, a família utiliza o esterco dos animais que cria; na pupunha, utilizam a torta de mamona e a formulação 25-20 com orientação do técnico da cooperativa. São feitas quatro adubações anuais com fertilizante sintético espalhando de 2,5 a 3 sacos de 60 kg por hectare. O valor do saco está em R\$ 49,00 e são utiliza 20 sacos de torta de mamona/ha/ano. A saca de torta de mamona chega para sr. Zequinha a um custo unitário de R\$ 42,00.

Ademais, criam vaca, burro, porcos e galinha em pequena quantidade, principalmente para o consumo da família. Recentemente, sr. Zequinha iniciou dois berçários de peixe tilápia. Ele faz armadilhas com garrafas pet utilizando iscas de abacaxi para controlar o besouro da pupunha. Para a alimentação, produz peixe, galinha, porco, pupunha, hortaliças, abóbora, chuchu, mamão, cupuaçu, manga, caju, abacaxi, bananas, mandioca e feijão. A família compra arroz, feijão às vezes, óleo, macarrão, sal e açúcar.

Até 2005, a única renda certa que a família tinha era o Bolsa Família no valor mensal de R\$ 95,00. Hoje, a situação está bem melhor e podemos constatar as seguintes fontes de renda:

- (1) Auxílio: O casal recebe o auxílio Bolsa Família no valor de R\$ 130,00 mensais;
- (2) Venda na vila: eles possuem uma venda que comercializa de tudo um pouco e, além do ponto fixo na vila, também saem pelas comunidades vizinhas vendendo artefatos de cama, mesa e banho quando sobre algum tempo no final de semana;
- (3) Frete: compraram um carro a prestação que, além de facilitar a locomoção até o lote e para outras localidades, é usado como fonte de renda fazendo o transporte de pessoas da comunidade, atividade com a qual, somente no mês de agosto, obtiveram 240,00;
- (4) PAA: já fizeram duas entregas de hortaliças, mamão, abóbora e banana para o PAA e, embora o valor total de R\$ 213,00 não seja alto, já percebem a importância de consolidar esse mercado – vale destacar que, no caso do assentamento, o transporte para os assentados é gratuito, custeado pela COOPALM com apoio da Fundação Odebrecht;
- (5) Lavouras: Pupunha: 2,0 + 1,5 ha (3,5 ha), cacau + madeiras nativas + frutas (1 ha) e pasto

Além do primeiro financiamento para fomento e habitação no início do assentamento em 1997, a família também acessou o PROCERA no mesmo ao. Depois disso, sr. Zequinha acessou o PRONAF duas vezes para o plantio da pupunha. Em 1997, eles receberam um fomento para alimentação, habitação e compra de um caminhão. Nesse mesmo ano, foi elaborado, por uma cooperativa local, um projeto para o assentamento que previa o plantio de nove culturas e a aquisição de duas vacas por família; entre as culturas estavam o abacaxi, a banana da terra, o café, o capim e a mandioca. Todas as 82 famílias acessaram o crédito composto da seguinte maneira: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) de crédito coletivo por família e R\$ 9.000,00 (nove mil reais) de crédito individual gerando um valor total por família de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Dos R\$ 9.000,00 individuais, 2,5% estavam destinados à assistência técnica do MST.

Sem assistência e sem tradição no cultivo das culturas, porém, todas as famílias ficaram inadimplentes junto ao Banco do Nordeste (BNB). Algumas, inclusive, acabaram desistindo e

foram embora do assentamento. Mesmo a maioria, que escolheu permanecer no local, teve que se virar como pôde. Das culturas plantadas, conseguiram aproveitar apenas a mandioca para fazer farinha, o que era de se esperar, pois era a única cultura que já tinha sido plantada pelas famílias anteriormente. Dessa forma, inadimplentes, não conseguiram mais recursos via INCRA ou por qualquer outra fonte.

Em 2004, foram selecionados 39 assentados para acessarem o PRONAF para o plantio de um hectare de pupunha para a exploração do palmito. A seleção foi feita pelas próprias famílias utilizando o interessante critério de responder à pergunta “se você tivesse cinco mil reais, emprestaria para fulano?”. O valor liberado por família foi de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com carência de quatro anos e juros anuais de 3%. Um antigo funcionário da Odebrecht, Roberto Lessa, foi o responsável pela elaboração do projeto, pelo diálogo com banco e pela articulação com pessoas chaves na negociação da dívida com o BNB. Durante a elaboração e a negociação com o banco, Roberto Lessa incentivou que as famílias, ao invés de plantarem um hectare com o recurso, fizessem um esforço inicial e plantassem 1,5 hectares. Como menciona sr. Zequinha, “a gente foi orientado para esticar e sofrer um pouco pra depois ter uma folga”. Antes de o recurso ser liberado, as 39 famílias já haviam se organizado e montado o viveiro com orientação do técnico. Foram mobilizadas desde máquinas para o preparo da área, convencendo os proprietários que o recurso seria pago quando o crédito fosse liberado, até a visita de Norberto Odebrecht. Sr. Zequinha pagou todas as parcelas e obteve os rebates de acordo com o PRONAF.

Em 2008 somaram-se mais 33 famílias com as 39 que já haviam acessado o 1º PRONAF totalizando, agora, 72. Nessa oportunidade, o sr. Zequinha acessou R\$ 11.000,00 (onze mil reais), com a mesma carência de quatro anos e juros de 3% ao ano, para o plantio de 2 hectares de pupunha. Por orientação da COOPALM, as 72 famílias concordaram em reservar, a partir de 2011, 20% do obtido com a produção anual para garantir, a partir de 2012, o pagamento do empréstimo. Zequinha já sabe que, então, que terá um compromisso anual de R\$ 3600,00 para honrar o empréstimo.

Sobre os planos para o futuro, existe a visão de que a pupunha financia as outras culturas e atividades na propriedade. A família sempre plantou um pouco a mais que o previsto no financiamento para poder ter uma margem e reinvestir na propriedade. Eles plantam árvores nativas e outras fruteiras com certa regularidade, entendem a importância de preservar a região para garantir a sustentabilidade da propriedade e falam do futuro dos netos e bisnetos.

Vamos, agora, analisar o caso da **família da sra. Del e do sr. Evangelista**. Del, como é conhecida a sra. Maria Andrelice, e o Sr. Evangelista têm três filhos e residem no assentamento Dandara dos Palmares, no município de Camamu. Entre 1985 e 1990, não tinham área própria, criavam porcos e vendiam diárias plantando feijão e mandioca. A partir dos anos 1990, além de vender diárias, passaram a trabalhar nas áreas dos pais plantando urucum e mandioca. Em 1994, com o advento do PROVAP, intensificaram o plantio mandioca com recursos disponíveis para compra de adubo, formicida e mão de obra da família. Com dois anos e meio de adquirido o crédito, a família quitou a dívida com a venda da farinha. Junto com a mandioca, plantaram também abacaxi e urucum. Nesse período, a assistência técnica ocorreu por meio da CEPLAC. Em 1995, a partir da mobilização junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, foi feito um levantamento dos lotes abandonados na comunidade Pimenteira e, mediante autorização do INCRA, cada família ocupou uma área de 25 hectares num total de 70 lotes identificados. Entretanto, houve uma divisão do grupo e somente 11 famílias, dentre elas a de Del e Evangelista, apoiaram e materializaram a ocupação por um período de três anos. Durante esse período, produziam batata, jiló, maxixe, farinha e galinha para o autoconsumo.

Já em 1997, iniciaram o trabalho com sistemas agroflorestais; o incentivo para isso veio pelo SASOP por meio de um intercâmbio ao estado de Pernambuco para conhecer as experiências apoiadas pelo Centro Sabiá. A família permaneceu na comunidade Pimenteira até 1998 quando, então, participou da ocupação no Assentamento Dandara dos Palmares, onde iniciaram o trabalho coletivo com o plantio de mandioca, milho e feijão numa área de três hectares. Depois,

obtiveram o Crédito Fomento na modalidade coletiva para a compra de alimentos, ferramentas e insumos e trabalharam, junto com as outras famílias, até 1999; neste período, recebiam assistência técnica do SASOP e de um técnico da CEPLAC com apoio a experiências com sementes e manejo de SAF's em mutirões. Em 1999, foi feita a divisão dos lotes e elaborado o Plano de Desenvolvimento do Assentamento com o INCRA e o SASOP, processo que teve sua conclusão em 2001. Na divisão cada família ficou com uma área de quatro ha e o coletivo com uma área degradada de 60 hectares.

Em 2000, além da família de Del e Evangelista, outras sete passaram a plantar mudas e implantar sistemas agroflorestais. Outras atividades, como a implantação de viveiros e mutirões de manejo, passaram a acontecer de forma sistemática. O SASOP também apoiou, com a mobilização de recursos, a compra de motos, itens para alimentação, mudas e sementes. Nesse período, o grupo de mulheres também obteve um apoio da Pastoral da Criança e acessou R\$ 1000,00 do fundo rotativo. Em dois anos, devolveram ao fundo o recurso, parte em produtos e parte em dinheiro.

A partir de então, o lote familiar que tinha 1.800 pés de cacau passou a receber mudas de fruteiras e árvores nativas para a composição dos SAF's, nos quais também foram introduzidos alimentos, como feijão mangalô, feijão guandu, abóbora, pepino, etc. Desde 2001, a família passou a monitorar a produção de forma mais sistemática, analisando quais produtos eram importantes para diminuir a despesa com a compra.

Nos anos de 2004 e 2003, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, venderam parte da sua produção. Também acessaram o PRONAF no valor de R\$12.000,00 para poda de cacau e 13 famílias pediram para plantar no consórcio em sistema agroflorestal. O recurso destinado à compra de insumos químicos foi negociado com o banco por um grupo de 13 famílias do Dandara, do qual a família de Del fez parte, para ser trocado o calcário por fosfato de rocha. A negociação foi realizada. Em 2008, acessaram novamente o PAA via projeto da Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul (AACAF). Algumas das dificuldades sentidas dizem respeito ao preço dos produtos, consideravelmente abaixo da média da região, e também ao atraso nos pagamentos.

Em 2005, a família acessou o fundo rotativo para a criação de galinhas com 13 famílias no valor de R\$900,00 com a compra da forrageira. Em 2009, acessou novamente o fundo rotativo, agora no valor de R\$ 1.519,40, para apoio em materiais e equipamentos necessários para a implantação da unidade de processamento e armazenamento na roça comunitária das mulheres; o empréstimo foi feito para ser administrado pelo grupo de mulheres da roça coletiva com carência de dois anos para devolução para o apoio a novas famílias através também de fundo rotativo.

Em 2009, houve o lançamento da feira agroecológica. Del faz parte de uma das 25 famílias que compõem o grupo que organizou a proposta da feira agroecológica com apoio do SASOP e, até hoje, participa da feira, organizada com o grupo de mulheres de Dandara; tudo o que levam tem sido comercializado na feira. Além dos produtos da roça coletiva das mulheres, Del comercializa também a produção da família, como o café, corante, farinha de pupunha, cocada de cacau, mel de cacau, suco de açaí e doces. A família tem uma área de 1,5 hectares de pastagem desativada que, no futuro, será pastagem consociada com caju, coco, dendê ou pupunha.

A principal renda da família vem da agricultura com uma produção de 68 arrobas de cacau em cinco hectares; o valor por arroba varia de R\$65,00 a R\$80,00. Outros produtos, como doces, ovos, frutas e hortaliças, são comercializados na feira agroecológica, no espaço da feira local e na CONAB através do PAA; juntando todos esses espaços, vende-se, em média, R\$500,00 mensalmente e tem-se um gasto médio de R\$200,00 de despesa familiar.

O salário de Adevandro era utilizado para fazer investimentos, mas, atualmente, esse recurso está sendo usado na construção de sua própria moradia. Evangelista trabalha na agricultura e Del trabalha na agricultura e como agente de saúde com um salário de R\$700,00.

O lote tem uma área total de 9,5 hectares. A área de SAF's compreende cinco hectares e dela se tira cacau, frutas, café e mel de abelha urucu. A área da cabruca compreende três hectares e nela são produzidos peixes, hortaliças, cupuaçu, açaí e mel. Todos esses produtos são vendidos na feira agroecológica e para o PAA. O controle de insetos é feito com plantas e cinzas. Adubo de fora da propriedade, só quando recebeu o recurso que possibilitou a compra de fosfato. No que diz respeito à segurança alimentar, a família compra apenas feijão, arroz, açúcar e carne e produz, para seu autoconsumo, inhame, galinha, frutas, hortaliças, ovos, peixes e plantas medicinais. Além das pessoas da família, contam também com o pagamento de diárias no valor médio de R\$ 20,00 para roçagem e colheita quando necessário.

Finalmente, temos o caso da **família do sr. Lió e de dona Vilma**. Essa família trabalha na propriedade Fazenda Grande, na comunidade Brejo Grande, no município de Ituberá. Com uma área de 10 hectares, a propriedade dista 14 km da sede. O casal teve quatro filhos, sendo que um faleceu aos 21 anos de idade num acidente de carro. Trabalham na propriedade o casal, dois filhos homens e uma das noras. A filha mora em Mato Grosso com o marido. Um dos filhos mora com a esposa na propriedade e o outro mora no povoado próximo, assim como Lió e dona Vilma.

Lió, como é conhecido por todos, herdou a propriedade do pai numa divisão de terras entre irmãos no ano de 1980. Ele e dona Vilma são filhos da região, assim como a grande maioria das famílias que vivem na localidade. Como explicou Lió, as famílias foram sendo formadas ali mesmo, entre as pessoas próximas e conhecidas da comunidade. Segundo dados da agente de saúde, o número total de famílias na comunidade é de 128.

Lió é presidente da Associação Quilombola de Brejo Grande, fundada em 1996. A Associação tornou-se quilombola há um ano, depois de incentivos externos nos últimos três anos, mas a comunidade não foi capaz de aprofundar o significado e a importância do processo e do "ser quilombola". Lió não tem certeza, mas afirma que o número de associados está entre 35 e 40 famílias. Questionada sobre a participação nas reuniões e nas decisões, dona Vilma coloca que tem dificuldades de acompanhar todas as reuniões, que acontecem sempre no terceiro domingo do mês, porque precisa cumprir com afazeres domésticos, como preparo do almoço de domingo. Ela afirma, porém, que, sempre que pode, participa. A associação nunca efetivou parceria, seja formal ou informal, de forma sistemática, que pudesse ser considerada significativa. As ações sempre foram pontuais e concentradas em cursos ou palestras.

Nunca houve uma assistência periódica que pudesse garantir um acompanhamento mínimo das atividades desenvolvidas na propriedade. A CEPLAC e a EBDA fizeram algumas formações pontuais, a exemplo do curso de enxertia e artesanato com piaçava. A Jupará, cooperativa localizada no sul da Bahia cujo foco é o cacau orgânico, acompanhou as atividades durante algum tempo, mas depois encerrou o acompanhamento. A União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) também foi citada na formação, com oferta de cursos, palestras e informações sobre legislação. Lió também é cooperado da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo Sul (COOBAISUL).

Os trabalhos mais pesados nas roças ficam a cargo do sr. Lió e de seus dois filhos. Dona Vilma, principalmente, e, em parte, a nora, ficam com a semeadura, molhação e capina da horta e das mudas. Dona Vilma reclama de dor nas costas e da carga de trabalho. Lió está envolvido em atividades fora da propriedade para complementar a renda e afirma que sempre foi assim. Além da família, precisam de 30 diárias por mês de trabalhador externo. Segundo Lió, arrumar trabalhador é fácil, o difícil é ter o recurso para arcar com essa despesa todo mês. A diária da região é de R\$ 20,00 atualmente. Além do trabalho na propriedade, a família também investe dois dias por semana na venda de produtos em uma barraca na feira em Ituberá.

De 2002 a 2006, deixaram de utilizar o adubo sintético e passaram a utilizar a adubação orgânica na lavoura do cacau devido à orientação da cooperativa Jupará que era certificada, à época, pelo Instituto Biodinâmico (IBD). Desistiram do processo em função do alto nível de exigência em relação à padronização do produto final. Em 2006, optaram por retornar a agricultura

convencional. Ainda hoje utilizam a adubação orgânica, mas somente nos plantios novos, nas covas. Lió afirma que uma planta nasce mais forte e saudável quando adubada organicamente na cova. Isso garante uma boa planta no futuro, pois a formação de raízes é muito melhor. O irmão de Lió afirma que a adubação orgânica é melhor para a terra, mas que, no caso deles, não é viável, pois 15 sacos de adubo orgânico podem ser substituídos por apenas um saco de adubo químico. Além do desgaste físico para fazer a distribuição do adubo, eles tem dificuldade de arcar com o custo para essa mão de obra, considerando também o relevo ondulado. O adubo utilizado hoje é feito da raspa da mandioca, esterco de gado e calcário ou gesso. A única matéria oriunda da propriedade é a raspa de mandioca. Até chegar à propriedade, o saco de esterco custa R\$10,00 (dez reais) e o quilo de calcário, R\$8,00 (oito reais). A proporção utilizada é de 5 sacos de esterco para 2 sacos de calcário e 6 sacos de raspa da mandioca. Sr. Lió afirma que essa quantidade é suficiente para 500 covas de melancia, por exemplo. A alternativa pelo adubo sintético recai na formulação 20-10-20, na qual um saco chega a um custo de R\$ 65,00 para a propriedade. Questionado sobre o porquê dessa formulação, Sr. Lió explica que fez um curso em 1999 no qual aprendeu que essa era a melhor formulação para a região. Eventualmente, quando há disponibilidade do insumo e do recurso, compram esterco de galinha pra ser utilizado na horta.

Nunca criaram gado, mas já tiveram experiência com galinhas. D. Vilma ainda mantém três galinhas e dois galos e espera que, um dia, voltem a criar as aves como antigamente. Ela menciona que seria importante para a horta. As aves que têm hoje são alimentadas com milho comprado e restos da horta e da cozinha. D. Vilma também acha que deveriam investir em algumas poucas cabeças de gado para diminuir os custos com esterco comprado fora; além disso, poderiam produzir leite e carne para o consumo e para a venda.

Para o controle de insetos e doenças, eles utilizam somente o repelente feito a base de pimenta. Para controle da vassoura de bruxa, estão utilizando a enxertia. Fazem aplicação, quando necessário, de herbicida (round up) para controlar o mato. Hoje, o litro custa R\$ 22,00 (vinte dois reais) na região. A família usa como justificativa a impossibilidade de fazer a capina de outra forma quando o mato está muito grande. Na horta, d. Vilma é categórica: não usa o herbicida porque o resíduo fica nas plantas e isso impossibilita o consumo; assim, faz ela mesma a capina manual.

Além da horta e do quintal, a propriedade esta dividida em quatro principais lavouras: cacau, piaçava, pupunha e guaraná. O guaraná e a piaçava estão plantados na forma de monoculturas; o cacau e a pupunha, por sua vez, estão plantados na forma de consórcio com seringas, cravos, alguns pés de jaca, bananas e algumas poucas árvores nativas (da regeneração). Além das principais lavouras, esse ano plantaram 2.000 m² de feijão juntamente com melancias (500 covas que não foram adiante). Segundo o croqui, as áreas estão assim distribuídas: horta + quintal: 0,5 ha; cacau: 3,5 ha; pupunha: 1,0 ha; feijão: 2.000 m²; guaraná: 1,0 ha; piaçava: 2,0 ha

Para o autoconsumo, eles obtêm da horta os temperos, as hortaliças, a pimenta e as raízes; as fruteiras, tanto no quintal quanto nos arredores da horta, fornecem jaca, mamão, goiaba, caju, laranja, limão e banana. A família também consome a abóbora e o aipim, plantados entre a horta e o quintal, e ainda compram carne, feijão, arroz, sal, açúcar e óleo vegetal.

As rendas da família são:

- (1) Auxílio: O casal recebe o auxílio Bolsa Família no valor de R\$ 68,00 mensais;
- (2) Barraca na feira: outra atividade que, apesar de relacionada com a agricultura, não diz respeito exclusivamente à produção da família. Quando é preciso, compram produtos de outras famílias e comercializam na barraca na feira. Dona Vilma afirma que esse tem sido um recurso utilizado com frequência para complementar a renda familiar. Não sabem dizer exatamente quanto vem da venda dos produtos próprios e quanto vem dos intermediados. A conta que fazem é que entram em média, por mês, R\$ 700,00 (setecentos reais) oriundos da comercialização feita na barraca. O casal fica na feira, mas é dona Vilma que está à frente dessa atividade. O total bruto anual é de R\$ 8400,00.

(3) PAA: entregam produtos via Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul (AACAF) e reclamam do baixo valor que recebem ao final e do atraso nos pagamentos. A AACAF, hoje, cobra taxa de 12% sobre o valor para despesas administrativas, elaboração de projetos e organização e recebimento dos produtos. A Cooperativa de Gestão dos Empreendimentos da Agricultura Familiar do Baixo Sul (COOPGEAF) também cobra taxa de 9% para as famílias que não dispõem de transporte próprio, o que é o caso nessa situação. Atualmente, o PAA está parado na região.

Um único financiamento público foi feito em 1997, via PRONAF, para o plantio de um hectare de pupunha, num total de 7 mil plantas. O valor do empréstimo foi de R\$ 7.740,00 com dois anos de carência. O recurso era destinado para o preparo da área, a compra de mudas e o adubo. A família nunca pagou uma prestação e está inadimplente até hoje, impedida de acessar outros recursos por essa via. Sr. Lió justifica que, na época, não foi possível iniciar o pagamento porque não havia mercado na região. Durante a implantação da lavoura e os anos seguintes, não houve nenhuma assistência sistemática para acompanhar o desenvolvimento. Somente em 2008 eles receberam assistência para pupunha da EBDA. Todos os outros recursos investidos na propriedade são autofinanciados.

Questionados sobre os planos para o futuro, dona Vilma responde de forma mais objetiva, mencionando a criação de peixe, gado e galinha num arranjo com a horta. Lió, por sua vez, deseja estabilizar o orçamento e diminuir a carga de trabalho em função da idade. Ele fala sobre o pagamento por serviços ambientais e reforça o fato de estar preservando a área, mantendo árvores nativas e as próprias lavouras na forma de consórcio. Se, por um lado dona, Vilma tem uma visão mais prática e objetiva, sr. Lió, motivado pelas discussões no território, vislumbra o pagamento de serviços ambientais como a alternativa a ser perseguida, mencionando que precisa de mais investimentos e que, para isso, seria necessário poder acessar novo financiamento.

4. CONCLUSÕES

As três trajetórias analisadas fornecem elementos que permitem avaliar em que medida as políticas públicas têm ou não contribuído para os processos de transição agroecológica no território Baixo Sul da Bahia. Se, por um lado, a família do sr. Zequinha aparentemente tem mais estabilidade econômica por estar associada a uma grande cooperativa que garante a comercialização da pupunha, por outro, é a família de Del que desempenha um papel protagonista na mobilização e articulação dos grupos sociais, constrói alternativas a partir da diversidade de atividades e cultivos e tem um alto nível de autonomia. Enquanto os grandes projetos focam nos retornos econômicos, os projetos familiares de caráter agroecológico diversificam seu rol de estratégias de reprodução e geram processos de empoderamento que se refletem não somente na dinâmica da família, mas, principalmente, no fortalecimento do protagonismo da agricultura familiar e de suas organizações, responsáveis por garantir a identidade e a reprodução dessa categoria, além de reforçar a manutenção da biodiversidade.

A lógica mercantilista de produzir *commodities* tem gerado uma diversidade de impactos negativos na própria continuidade da atividade pela agricultura familiar, uma vez que incentiva e exige a implantação de monoculturas associadas ao uso de insumos e defensivos sintéticos, reforçando a relação de dependência das famílias nas diferentes etapas dos processos produtivos. Além de todos os problemas gerados por esse modelo convencional de agricultura, merece destaque, no contexto do Baixo Sul, a supressão massiva e acentuada da biodiversidade, uma das riquezas mais significantes do território. Assim, formou-se um bolsão de miséria, insegurança alimentar e diferentes problemas de saúde em meio a uma das regiões mais ricas e diversas do bioma mata atlântica.

No que diz respeito à influência das políticas públicas nas três trajetórias estudadas e considerando seu potencial de potencializar ou dificultar a transição agroecológica, algumas conclusões

merecem destaque. Em primeiro lugar, os mercados institucionais (como PAA e PNAE), embora ainda incipientes em alguns casos e demandando uma série de ajustes, representam uma importante oportunidade para a agricultura familiar, especialmente no Baixo Sul, local em que ainda é muito incipiente a produção de alimentos por essa categoria. O PNAE, além da perspectiva de acesso ao mercado e geração de renda, tem um grande potencial articulador da reflexão acerca da produção de alimentos na dimensão da segurança alimentar e também na concepção agroecológica da diversidade que gera estabilidade.

Essa dimensão educacional, diante da sua significância, não deve ser relegada ou mesmo esquecida. Embora hoje a execução da política, na prática, não dê conta da especificidade da agricultura familiar considerando seus tempos, a sazonalidade, a diversidade potencial de produtos e a falta de acesso à infraestrutura, a pressão da sociedade civil pode contribuir sobremaneira nas adaptações que se fazem necessárias para otimizar todos os benefícios e avanços que esse mercado pode trazer para o contexto da agricultura familiar e para a melhoria da alimentação nos municípios de forma geral, com destaque para os produtos agroecológicos, ainda não incorporados de forma relevante nos projetos em execução.

Ainda sobre o PNAE, vale a pena mencionar que o SASOP teve um papel importante no desenvolvimento de duas ações. Primeiro, na ampla divulgação e a informação das organizações da agricultura familiar sobre os procedimentos, desafios e necessidades para viabilizar a compra pelas prefeituras desmistificando, inclusive, uma série de equívocos e interpretações errôneas sobre a aplicação da política; segundo, no apoio direto às comunidades atendidas para a organização da produção, a maior dificuldade elencada pelas famílias atualmente. Algumas dificuldades foram superadas, mas cabe ressaltar que ainda existem desafios, como o alto custo do transporte, o diálogo com as prefeituras, uma logística de armazenamento condizente com a realidade, a regularidade na oferta dos produtos, a dificuldade na incorporação de novos produtos nos cardápios escolares e os aspectos da vigilância sanitária.

O PAA, por sua vez, foi a primeira experiência concreta que potencializou a produção de alimentos como estratégia de geração de renda. Outro aspecto a ser destacado sobre o PAA é que, a partir da experiência da comercialização, as famílias vivenciaram a organização e gestão coletiva da produção nas comunidades. A maior dificuldade apontada pelos estudos em relação ao PAA diz respeito aos baixos preços pagos quando comparados com as médias locais. As famílias estudadas mostram uma intermitência no acesso ao PAA e o alternam com mercados que remuneram melhor. Outro problema diz respeito à demora do pagamento feito pelas organizações que fazem os projetos. Percebe-se, ainda, que as famílias que acessaram o fundo rotativo e, por meio disso, tiveram seus sistemas ou subsistemas potencializados passaram a acessar o PAA com mais estabilidade e regularidade.

Em segundo lugar, é preciso indicar que o foco do PRONAF foi e continua sendo a monocultura associada ao uso de insumos e defensivos sintéticos com a comercialização dada por terceiros numa relação estreita de entrega de produtos associados a uma ou mais cadeias produtivas. No contexto do Baixo Sul, ocorreram várias iniciativas de diálogo com os bancos para o apoio via PRONAF a projetos no contexto da transição agroecológica, **mas todos os projetos apresentados foram recusados**. A inadimplência no Baixo Sul é altíssima e a renegociação de dívidas é uma constante, mas discute-se somente o abono e não se questiona o tipo de crédito e financiamento que gera esse alto nível de endividamento. Outro problema do crédito que incentiva a monocultura é o prejuízo para a segurança alimentar das famílias, pois elas passam a produzir principalmente as *commodities* e suprimem a biodiversidade tão essencial ao equilíbrio dos sistemas especialmente nas pequenas propriedades. Não à toa, a grande maioria das famílias do território investe mais recursos financeiros na compra de alimentos e remédios. A forma como o crédito vem sendo utilizado e imposto tem causado desestruturação, dependência e desarticulação, essa última devido ao incentivo à lógica individualista de acesso e uso dos recursos.

Em consonância com isto, vemos que as famílias estão evitando acessar o PRONAF. A família de Del, por exemplo, hoje prefere não acessar o PRONAF porque percebe todas essas consequências e não abre mão da autonomia de pensar e implantar seus sistemas a partir da

potencialidade local. Mesmo nas vezes em que acessou o PRONAF, Del substituiu os insumos e criou estratégias para potencializar seus sistemas. Hoje, a família reflete que é muito melhor acessar o fundo rotativo e ter a liberdade de decidir como melhor empregar o recurso do que assumir um sistema de produção que representa um regresso na sua trajetória agroecológica. A partir da renda gerada, eles têm o cuidado de reinvestir na propriedade e fortalecer a transição agroecológica. Nesse aspecto, o apoio e o acompanhamento do SASOP foram cruciais, tanto na assistência prestada quanto na oferta de acesso aos recursos do fundo rotativo. Del prefere não ter que “mentir” para o fiscal para ter direito a acessar o PRONAF e, por isso, criou alternativas de geração de renda e inovações para sair dessa lógica produtivista.


Uma terceira conclusão geral nos leva a destacar o fundo rotativo como um grande potencializador da transição agroecológica. A lógica de flexibilizar o uso dos recursos e de construir junto com as famílias suas alternativas particulares e adaptadas à realidade, seja na produção de alimentos ou na criação de animais, acabou por potencializar o acesso aos mercados institucionais como o PAA e o PNAE. Esse impulso inicial permite à família gerar um mínimo de estabilidade e garantir, mais a frente, mais condições de acessar as políticas. Nesse sentido, o fundo rotativo representa uma ferramenta indispensável para a transição e pode representar uma pista para a construção de novas políticas que estejam em consonância com a realidade da agricultura familiar. O fundo rotativo traz um aporte que as políticas não conseguiram ainda, inclusive na forma de pagamento; nos moldes do PRONAF, o pagamento é engessado e, muitas vezes, não dialoga com o contexto local. Outro aspecto a ser destacado é que a gestão do fundo recentemente passou a ser feita pelos próprios sujeitos que o acessam.

Uma possível mudança no PRONAF, então, poderia ser, além de considerar os subsistemas de maneira integrada, que a organização responsável pelo acompanhamento da proposta pudesse estar junto com os/as agricultores/as decidindo sobre a melhor forma de utilizar os recursos, o que demandaria, naturalmente, preparo dos profissionais e do próprio sistema de implementação da política. Isso remete à necessidade de uma assistência técnica facilitadora de processos, que dê conta das especificidades e tenha capacidade de leitura da realidade complexa e diversa. Nessa perspectiva, a diversidade de aportes (poder público, ONG's, movimentos) na dimensão da assistência técnica precisa dialogar com as premissas da sustentabilidade e da concepção agroecológica.

Em quarto lugar, o crédito fundiário não se mostrou uma boa alternativa no território. Além da enorme burocracia, ele gerou um endividamento que hoje impede que as famílias acessem outros créditos. Outro grave problema gerado por esse crédito é a desmobilização social. Entretanto, sem a terra não será possível investir na transição agroecológica.

Por fim, a pluriatividade se mostra, de fato, uma importante estratégia para a estabilidade e também para maior segurança no acesso às políticas públicas, pois permite que a família se estruture e possa assumir dívidas. O estudo no Baixo Sul evidencia que as famílias que se propõem a inovar e recebem apoio para tal estão avançando na transição e acessando as políticas com maior protagonismo, clareza, crítica e controle social.

Este conjunto de elementos permite afirmar que as políticas públicas precisam, ainda, refinar seus arcabouços tanto legais quanto instrumentais para atender às especificidades – diríamos, inclusive, às sensibilidades – de uma agricultura moldada em padrões não convencionais. A agroecologia não responde à lógica uniformizadora da agricultura da revolução verde, mas precisa de adaptações, tanto tecnológicas quanto no processo produtivo, que devem ser consideradas no momento de pensar nas políticas de assistência técnica rural, crédito rural e estímulo produtivo. Para que tal transformação seja possível, as organizações da sociedade civil podem cumprir um importante papel como catalizadores de propostas e alternativas junto às instituições estatais voltadas para o setor da agricultura familiar, mas isso depende do diálogo e da abertura para encontrar alternativas e mudar as práticas que não estão dando certo, dando prioridade à participação das famílias agricultoras



POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO APODI, RIO GRANDE DO NORTE

Organizações responsáveis:

Diaconia

Equipe responsável:

Verlândia Morais

Ana Paula Gomes

Bruno Bezerra

Igor Arruda

Joseilton Evangelista

Rio Grande do Norte, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NO SERTÃO DO APODI

Esta sistematização apresenta um conjunto de elementos que nos ajuda a compreender o processo de evolução da agricultura familiar no Território do Sertão do Apodi, assim como um panorama geral das políticas públicas, passadas e atuais, nele implementadas, destacando informações que apresentam um perfil importante para a atuação das entidades da sociedade civil, sobretudo no que se refere às influências positivas e negativas das políticas públicas.

Para a realização do estudo de caso no território, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: em primeiro lugar, propiciamos uma discussão interna com a equipe sobre o processo implementado pela Rede ATER Nordeste, ao tempo que demos início a uma pesquisa bibliográfica sobre o território. Posteriormente, veio o momento de formação de equipe para desenvolver as atividades referentes ao estudo de caso, a escolha das comunidades a ser estudadas como representativas no processo de diálogo e, por fim, entrevistas e aplicação do questionário em duas comunidades acompanhadas e assistidas pela Diaconia. Realizamos também uma importante reunião com organizações parceiras do território para explicar os objetivos da pesquisa e chegar a um consenso sobre os casos a serem estudados.

As informações foram levantadas na comunidade Abderramant, no município de Caraúbas, no dia 29/05/2010, e na comunidade Teixeira, município de Rafael Godeiro, no dia 27/05/2010, além de durante a reunião com os parceiros locais, realizada no dia 19/05/2010, na qual estiveram presentes os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tanto de Umarizal como de Caraúbas, a Associação Agroecológica Oeste Verde (AAOEV), as secretarias municipais de agricultura de Umarizal e Caraúbas, o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), os fóruns municipais de políticas públicas de Umarizal e Caraúbas e a EMATER.

Como resultado deste processo, obteve-se um conjunto de informações relevantes sobre o território, mas também se situou o estado a partir de elementos importantes que se relacionam com os conteúdos e com as problemáticas vivenciadas pela agricultura familiar.

2. CARACTERIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE E DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO APODI

O Rio Grande do Norte possui uma superfície de 52.796,791 km², ou seja, 0,62% do território nacional, com uma população de 2.776.782 habitantes, correspondendo a 1,64% da população do Brasil, segundo os dados do Censo de 2000 do IBGE. A distribuição populacional pelo território estadual indicou que 2.036.673 habitantes residiam em espaços urbanos e 740.109 eram moradores rurais. Embora apresente elevada taxa de urbanização (73,35%), em seu tecido urbano predominam as pequenas cidades e ocorre uma concentração demográfica na Região Metropolitana de Natal, que abriga 1.097.273 habitantes, o equivalente a 39,52% da população potiguar.

O quadro natural do Rio Grande do Norte, principalmente os seus aspectos climáticos e sua cobertura vegetal, são reveladores de características típicas de espaços do semiárido. Sua trajetória histórica foi marcada por um processo de ocupação territorial, baseado inicialmente na agricultura e na pecuária e reorganizado através do desenvolvimento de outras atividades como a produção de sal, a mineração e a extração da cera de carnaúba, entre outros.

Outro aspecto importante refere-se aos recursos hídricos superficiais. Estes são representados, principalmente, pelas bacias hidrográficas, constituídas, em sua maioria, por rios que têm

caráter intermitente e passam boa parte do ano com o leito seco, por vezes mostrando-se caudalosos nos períodos chuvosos. No estado, a importância dos rios é evidenciada historicamente a partir dos registros da ocupação espacial, do papel que desempenharam no processo de interiorização e na estruturação socioeconômica do território.

A malha hidrográfica do Rio Grande do Norte é constituída por 16 bacias com variadas extensões e níveis de importância socioeconômica. No quadro geral, as bacias hidrográficas Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró se destacam pela sua extensão, abarcando 60,1% do território estadual, e pela importância econômica através do desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias. Apesar das demais bacias apresentarem circunscrições mais reduzidas, estas também são relevantes para o abastecimento humano, as práticas agrícolas, a dessedentação animal e as atividades industriais.

Dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SERHID) sobre açudes com capacidade superior a 5.000.000 m³ informam que mais quatro reservatórios foram construídos: Passagem (Rodolfo Fernandes), Rodeador (Umarizal), Santa Cruz do Apodi (Apodi) e Umari (Upanema). No conjunto, estes novos reservatórios apresentam uma capacidade de acumulação de 921.155.650 m³ de água. Desta forma, é possível considerar que o volume de acumulação no recorte da bacia foi ampliado, passando para 1.364.882.650 m³ de água, sendo a Barragem de Santa Cruz do Apodi, com seus 599.712.000 m³, responsável por 43,93% desse total, e a de Umari, com 292.813.650 m³, por 21,45%.

A partir do século XVII, deu-se a apropriação do espaço interiorano utilizado para a criação de gado, a agricultura de subsistência e, mais adiante, para o cultivo do algodão. No decorrer dos séculos, outras atividades surgiram, como a extração do sal, da cera de carnaúba, da oiticica e do sisal e a mineração. Além disso, a população cresceu, as cidades se expandiram e se multiplicaram, estradas foram construídas e muitas alterações foram impressas ao espaço. Neste processo, elevaram-se as demandas em relação aos recursos naturais, mas também foram ampliadas as possibilidades de intervenção do homem no espaço através do emprego de tecnologias.

Especialmente no recorte semiárido do estado, já são notáveis os sinais de descompasso entre os recursos naturais disponíveis e o atendimento às demandas sociais. Em um passado recente, o território potiguar foi afetado pelas crises da cotonicultura e da mineração, que desestabilizaram a sua base produtiva nas décadas de 1970 e 1980. Umarizal era, na época, o maior produtor de algodão do estado do Rio Grande do Norte.

A emergência de novas atividades e a expansão de outras já existentes se encarregaram de refazer a dinâmica econômica; esta repercutiu diferentemente sobre as regiões, em função de especificidades locais e conjunturais.

Em geral, nos elencos de atividades desenvolvidas existem algumas que têm se mostrado extremamente danosas ao meio ambiente, inclusive contribuindo decisivamente para agravar a problemática da desertificação, sobretudo no semiárido.

A partir destes pressupostos e da concepção de que “a desertificação é um processo de degradação da terra que pode ter múltiplas causas e pode dar lugar a múltiplas consequências” de tal modo interligadas por mecanismos de retroalimentação que formam círculos viciosos (SAMPAIO et. al, 2003, p. 22), é possível identificar as principais atividades econômicas que, no Rio Grande do Norte, repercutem sobre o ambiente contribuindo para a sua degradação: a agropecuária, a mineração – com destaque para a produção ceramista - e a panificação.

A pecuária aparece como a economia fundante do sertão, responsável pela sua efetiva ocupação. Considerando a grande extensão do sertão em relação à Zona da Mata, infere-se sobre a importância e a repercussão que a criação de gado teve em termos de construção do território potiguar. O sertão corresponde, basicamente, ao recorte semiárido onde impera a caatinga, *território dos currais*, hoje identificado como área semiárida afetada ou susceptível a processos de desertificação.

Com a emergência do algodão à condição de cultura de exportação, no final do século XIX, o espaço da fazenda sertaneja foi reestruturado em suas funções, passando a se estruturar em torno do histórico binômio gado-algodão. Após a decadência da cultura algodoeira, na década de 1970, a pecuária continuou a ser praticada e vem demonstrando sinais de incorporação de inovações técnicas que repercutem na produção e na produtividade.

Neste período, a pecuária diversificou-se, influenciada pelas políticas de incentivo à caprinocultura e à ovinocultura, cujos rebanhos obtiveram expressivo crescimento; a bovinocultura, por sua vez, teve a produção bifurcada entre o gado de corte e o gado leiteiro em resposta à política governamental do Programa do Leite.

A agricultura também foi redimensionada e modernizada em algumas regiões, destacando-se o segmento da fruticultura. No âmbito da agropecuária, faz-se importante atentar que sua inclusão dentre as atividades que podem contribuir para os processos de desertificação deriva da forma como é implementada. De fato, é o manejo inadequado dos recursos naturais – solo, água e vegetação – para fins de práticas agropecuárias que torna a atividade degradante. Este processo se materializa através de ações como o desmatamento e a queimada, realizados sem orientação técnica ou planejamento e objetivando cultivos em encostas de serras, margens de rios e outros ambientes, incluindo-se aqueles destinados à formação de pastagens; o superpastoreio, seja em termos de espaço ou tempo; a irrigação, que produziu benefícios, mas, sendo realizada de forma inadequada e sem recurso para a drenagem, gerou o problema da salinização. Acrescente-se à problemática em foco o uso indiscriminado e inadequado de herbicidas.

Não é demais enfatizar que a circunscrição das Áreas Susceptíveis a Desertificação (ASD's) no Rio Grande do Norte corresponde a 97,6% de seu território e que a agropecuária ainda tem papel importante no quadro econômico, principalmente na porção semiárida e subúmida seca, apesar da redução de sua participação na composição do PIB estadual. Quanto à mineração no Rio Grande do Norte, também é importante salientar o seu desenvolvimento há vários decênios, tendo sido emblemática de uma fase próspera do estado, mais especificamente da Região do Seridó, entre os anos de 1940 e 1980.

Neste período, a exploração da província scheelitífera curraisnovense:

“ não só colocou este município em posição de primazia (quase totalidade do mineral produzido e exportado no país) como elevou o Rio Grande do Norte ao patamar de detentor das maiores reservas e de maior produtor brasileiro” (ALVES, 1997, p.13-15 apud MORAIS, 2005, p. 171).

A produção da scheelita destinava-se, principalmente, ao mercado externo e compunha, junto com o algodão e a pecuária, o tripé de sustentação da economia seridoense. Contudo, assim como a cotonicultura, esta produção mineira teve uma singular expressão econômica e histórica para a sociedade potiguar, especialmente a seridoense, traduzindo-se em uma fase de fausto, modernização e riqueza, mas também enfrentou uma crise que a levou à decadência.

Na tessitura deste enredo de crises que abalou a economia estadual, novos segmentos de produção do setor mineral foram surgindo e outros, já explorados, tiveram a oportunidade de se fortalecer e/ou ampliar. A *Avaliação Preliminar do Setor Mineral do Rio Grande do Norte* (SEDEC, 2004), documento elaborado com base nas informações do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) referentes aos anos 2002-2003 e na listagem de processos de licenciamento das atividades de mineração do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), indica os principais bens minerais e os municípios que respondem pela Indústria Extrativa e de Transformação Mineral do Estado.

Os dados sobre este segmento industrial evidenciam a existência de certa diversidade de bens minerais sendo explorados, como água mineral, areia, argila, brita, cal, calcário, caulim, feldspato, gemas, sal marinho, tantalita, cerâmica vermelha e cerâmica branca, dentre outros.

A distribuição destas unidades produtivas pelo território abrange as quatro mesorregiões do estado e 18 microrregiões das 19 existentes – a exceção é Microrregião de São Miguel. No entanto, as informações apontam para a ocorrência de uma concentração em termos de localização geográfica e de segmento produtivo.

Neste contexto, muito brevemente desenhado, encontramos o Território da Cidadania Sertão do Apodi, o qual abrange uma área de 8.280,20 Km² e é composto por 17 municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho D`Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema. A Diaconia tem sua atuação direta nos municípios de Caraúbas, Umarizal, Olho D`Água do Borges e Rafael Godeiro.

Figura nº 1. Mapa dos Territórios rurais do Estado do Rio Grande do Norte



A população total do território é de 155.957 habitantes, dos quais 59.553 vivem na área rural, o que corresponde a 38,19% do total. O território possui 9.152 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e uma comunidade quilombola; seu IDH médio é 0,63 e sua extensão territorial é de 8.280,20 quilômetros quadrados. O Território do Sertão do Apodi é uma das regiões potiguaras de maior capital social, pois existem 120 grupos produtivos, compreendendo associações, ONG's, sindicatos e assentamentos, dentre outros.

A atuação de alguns atores neste território é na perspectiva de desenvolver planos regionais de desenvolvimento sustentável que passam por um resgate das pessoas que vivem naquela região, buscando eleger, por exemplo, mecanismos de desenvolvimento endógeno valorando as capacidades e potencialidades locais. Neste sentido, alguns dos projetos para o território prever a consolidação das seguintes cadeias produtivas: a ovinocaprinocultura, a fruticultura, a apicultura e a cajucultura.

Outros aspectos são considerados importantes neste contexto. Há a perspectiva do reordenamento dos processos da extração e posterior industrialização do calcário. O turismo poderá ser visto como outra forma de reversão desse quadro de atraso econômico.

Além disso, existem afirmativas que podem se voltar para o fortalecimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, tais como:

- a) o caso das indústrias de alimentos que podem ampliar sua base de produção em insumos locais;
- b) a geração de estímulos à produção e posterior organização da comercialização de produtos agroecológicos, o que pode se constituir num diferencial produtivo para o contexto estadual e no aproveitamento de mais três outras potencialidades regionais, quais sejam:

- i) a comercialização da água mineral;
- ii) a piscicultura e a produção pesqueira com vista à segurança alimentar;
- iii) e ainda, a recuperação da infraestrutura social básica como o último condicionante desse processo de organização da economia local.

Na origem do Apodi, segundo a tradição, o rio e a região eram conhecidos pelo nome de Podi, em referência ao índio Potiguassu e, na decisão jurídica a respeito da posse das referidas terras, a palavra Podi passou a ser Apodi por questão de pronúncia. No ano de 1766 foi criado o distrito de Apodi. Sua freguesia foi instalada por Dom Francisco Xavier Aranha, do bispado de Olinda e Recife, em 3 de fevereiro do mesmo ano; depois, é elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Apodi, pela lei provincial nº 988, de 05-03-1887.

O Território do Sertão do Apodi é um dos que é receptor das águas da transposição do rio São Francisco. A disponibilidade de água no Vale do Apodi, sobretudo em função da barragem de Santa Cruz, é suficiente para atender a demanda daquela região do estado pelos próximos anos. O território tem as principais lavouras da agricultura como importantes na economia territorial: feijão, arroz, banana, mamão, manga, mel de abelha, criação de bovinos, suínos, ovinos, aves e caprinos, extração de madeira, extração de petróleo e gás natural, extrativismo, turismo e comércio e castanha-de-caju.

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

Na comunidade Abderramant, uma grande diversidade de políticas públicas que vem incidindo no território. Vale destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Compra Direta/CONAB, o Programa Fome Zero/Bolsa Família e o Programa de Combate a Pobreza Rural. As comunidades envolvidas na discussão demonstram conhecer todas estas políticas públicas de forma clara e suficiente, ressaltando que, de várias destas, as mesmas são beneficiárias.

Na avaliação da comunidade Teixeira, município de Rafael Godeiro, uma das políticas públicas que incidem no território é o PRONAF, do qual cerca de 80% das famílias já acessaram o recurso desde o ano de 2005. Os agricultores avaliam que o programa tem ajudado o homem do campo, mas que o recurso ainda é pouco: cerca R\$ 1.500,00 por operação. Falta uma avaliação por parte da EMATER, que é o órgão responsável pela emissão das Declarações de Aptidão (DAP's), de que algumas famílias se enquadrariam nas categorias C ou D e, com isso, aumentariam o recurso.

Outra política pública muito importante é o Bolsa Família, que tem ajudado bastante as famílias. Apesar de o recurso ser pouco, segundo as mesmas, dá para pagar a luz e comprar alimentos. Na conversa, percebemos que alguns agricultores reclamam que esta ajuda tornou o povo preguiçoso, uma vez que quase não existe mão de obra disponível na comunidade.

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a comunidade acabou de ter um projeto aprovado na CONAB para a doação simultânea de alimentos para outras comunidades. Algumas famílias já acessam o Compra Direta desde 2006. A escola da comunidade Caiçara, no município de Umarizal, recebe alimentos do PAA.

Devido à organização comunitária dos agricultores/as familiares, a comunidade conseguiu financiamentos para projetos por meio do Fundo de Investimento Social e Produtivo (FISP), criado pelo Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) e ligado ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), da Comissão Europeia e da Diaconia. A comunidade também teve acesso ao Programa de Mobilização e Formação para a Convivência com o Semiárido do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), de modo que todas as casas possuem cisternas de 16 mil litros com água para beber e cozinhar. Recentemente, a comunidade fez um projeto para o Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS) que foi aprovado e todas as residências terão água canalizada do açude público da comunidade.

Nos municípios do território, a inadimplência em relação ao PRONAF está com um percentual de aproximadamente 40%. A exceção é o PRONAF Mais Alimento, de acordo com informações do Banco do Nordeste. Existe a real necessidade de um projeto de recuperação do crédito nos municípios semelhante ao que aconteceu em Umarizal em 2008. A inadimplência é o principal reflexo da falta de comprometimento de muitas instituições que prestam serviço de assessoria técnica e elaboram os projetos; a falta de controle social fez com que isso ocorra.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está em ritmo lento. A implementação da política não acontece conforme previsto nos termos da lei. Existem fatores de várias ordens interferindo nisso, como dificuldades com as informações, que são repassadas para o município e o despreparo dos próprios gestores escolares, incluindo as equipes que lidam com a merenda escolar (nutricionista, merendeiras, etc.). Há um passivo no sentido do investimento do que diz respeito ao PNAE; é preciso investir na capacitação dos agricultores sobre o PNAE e sobre os processos de controle fiscal de venda de produtos da agricultura familiar. Verifica-se que as organizações locais (cooperativas e associações) estão pleiteando a comercialização da produção da agricultura familiar; além deste desafio, consta também que é necessário investir no planejamento da produção diversificada e no controle social do PNAE, sendo urgente investir no monitoramento, por parte dos órgãos gestores, para que o programa se efetive plenamente. No território, existe uma variedade grande de organizações sociais atuantes. Várias são aquelas que atuam na construção do desenvolvimento rural sustentável do território. Citamos algumas com papel importante: Diaconia (ONG), associações comunitárias, cooperativas e sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Percebe-se também a atuação de bancos públicos (Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil), da EMATER e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). Verifica-se que a qualidade da atuação da EMATER é em função da boa vontade de quem assume a gerência regional. Além deste conjunto, destaca-se a atuação e o trabalho da igreja católica e das igrejas evangélicas.

O PDHC atua em diversos municípios e em várias comunidades em parceria com organizações locais, o que possibilita ao território uma facilidade maior de acesso a várias políticas públicas. Ele configura-se como um projeto que prioriza a organização das comunidades, fóruns, conselhos e sindicatos e apoio às ONG's, dentre outras instituições, incentivando a constituição e o fortalecimento de espaços de discussão coletiva.

Historicamente, a pecuária teve lugar como atividade econômica. A atividade agrícola, sobretudo a de sequeiro, também teve seu papel importante, espaço ocupado atualmente pela ovinocaprinocultura, a produção de olerícolas, a avicultura, a apicultura e a fruticultura. A cotonicultura ocupou, no passado, uma posição de destaque na região e Umarizal foi o principal produtor de algodão no estado do Rio Grande do Norte. No passado, o algodão foi um componente forte da produção agrícola na região oeste do estado e muitos municípios viviam essencialmente da monocultura do algodão. Com o surgimento do bicudo, esta situação se inverteu e, com a queda da produção, outras fontes agrícolas começaram a ser exploradas, principalmente de forma extrativista, como a cera de carnaúba e outros produtos dela derivada (palha, pó, madeira).

Muito da caatinga foi e está, ainda, sendo fortemente explorada no território, onde é bastante expressiva a produção de cal, tijolos e telhas, causando grande impacto sobre o meio ambiente. Ressalta-se, nesta região, a produção de castanha e mel, estes dois com grande ênfase para a exportação. Também tem destaque, no histórico do território, a criação de pequenos animais (ovinos, caprinos) e a produção de leite e derivados.

A existência do rio Umari na região a tornou propícia para a instalação da multinacional Souza Cruz desenvolvendo atividades de “produção integrada” com agricultura familiar. Verifica-se uma menor intensidade da cultura do tabaco e isso se deve à inviabilidade econômica da cultura para agricultura familiar e ao intenso uso de pesticidas e inseticidas utilizados na lavoura.

Na irrigação, as iniciativas começam a se concretizar principalmente na última década. As comunidades têm grandes potenciais para irrigação, justamente porque dispõem das águas de açudes comunitários, além da microbacia do rio Umari, o principal afluente do rio Apodi-Mossoró. O que se verifica é o insuficiente investimento na área de infraestrutura de redes elétricas e equipamentos para pequena irrigação localizada, uma vez que, na maioria das áreas, a água não é suficiente para a utilização de irrigação por outro modelo.

As famílias realizam principalmente atividades ligadas à agricultura e a criação de animais. Observa-se que uma pequena parte delas trabalha na construção civil, principalmente na construção de cisternas. Outras ocupações acontecem por contratação por parte dos fazendeiros, motivados pela as riquezas hídricas e ambientais da microbacia do rio Umari e pela a facilidade de mão de obra mais barata.

Atualmente, no território, grande parte da população rural é envolvida em atividades agrícolas, mas muitas dedicam seus serviços a alguma empresa do setor (fruticultura, beneficiamento de castanhas, mel e etc...). Existe também muita gente que ainda vive no campo, vivendo essencialmente da produção agropecuária e do que a terra pode proporcionar. Muitos/as agricultores/as saem da zona rural devido à grande dificuldade de acessar renda e crédito e vão para a cidade, se envolvendo, muitas vezes, em atividades que acabam denegrindo a imagem dos agricultores e de seus entes. O programa Bolsa Família tem levado um impacto positivo para as comunidades rurais, mas também tem proporcionado um esvaziamento da mão de obra familiar. A situação atual é que está sendo extremamente difícil encontrar pessoas no campo que queiram trabalhar, principalmente os jovens; muitos dos que permanecem se envolvem com drogas, prostituição e alcoolismo, gerando grande parte da violência que esta chegando ao meio rural.

A ocupação econômica, numa perspectiva passada, se deu, sobretudo, por meio da cana-de-açúcar e seus engenhos, destinando-se principalmente à produção de rapadura, do cultivo da mandioca (casas de farinha) e da criação de bovinos. Os participantes eram somente os próprios donos da terra juntamente com seus moradores que, na época, não contavam com nenhum auxílio (projetos, governo, etc.). Atualmente, a situação é que as grandes propriedades foram divididas, se tornando pequenas propriedades rurais. Algumas famílias doaram terras para a construção de residências para pessoas que não dispunham desse bem. Historicamente, no que se refere aos processos de comercialização, os produtos foram escoados principalmente em grande escala e por meio de grandes atravessadores, como por exemplo, a AFICEL¹. Atualmente, algumas organizações estão trabalhando para enfrentar isso, como é o caso da COOPAPI e da COOPERUBA, entre outros que trabalham organizando a produção familiar no território. O ganho social é grande, pois busca eliminar a figura do atravessador e incentiva ganhos reais para a produção. Há investimentos na melhoria do zoneamento das áreas produtoras de mel e de castanha-de-caju, considerando que o município de Caraúbas é um dos maiores produtores de castanha do estado. Nos últimos anos, no entanto, tem havido uma intensa incidência da mosca branca, causando estrago em largas proporções e chegando a um patamar de 30 % da produção,

¹Empresa do ramo comercial exportador, sediada em Mossoró.

influenciando na economia local. É necessária uma ação integrada dentro do município, novas formas de manejo, revitalização de pomares, etc.

A partir do ano de 2002, inicia-se o processo de implantação das feiras agroecológicas, o que incentivou a produção diversificada e, por exemplo, a produção de peixes e o aproveitamento da cajarana, espécie nativa com grande capacidade de produção e de geração de renda.

As comunidades estudadas destacam que a produção é voltada, sobretudo, para o autoabastecimento e uma pequena parte é direcionada ao comércio local (feiras livres da região e alguns pequenos compradores). Como falado anteriormente, boa parte da produção em grande escala é exportada (mel, castanha, frutas) e a produção em pequena escala é consumida internamente no território, principalmente nas feiras municipais. O território é considerado um exportador.

Em relação à transposição do rio São Francisco, as famílias das comunidades estudadas avaliam que os pequenos produtores rurais terão prejuízos no que diz respeito ao aspecto da desapropriação das terras. Elas ressaltam que a obra destinará as águas principalmente para a fruticultura irrigada nas áreas dos médios e grandes produtores do agronegócio. A transposição é esperada com expectativa, pois a mesma terá incidência na região. As famílias pensam que a água será abundante e quando é explicada, de fato, a realidade da transposição das águas do rio, os/as agricultores/as ficaram desmotivados. A adutora do Alto Oeste² é esperada na comunidade.

O assoreamento do rio Umari se deu a partir das décadas de 1980 e 1990. Nos períodos de seca, as famílias retiraram praticamente quase toda a mata ciliar das margens rio para vender a lenha e fazer carvão para conseguir sobreviver. O rio foi se tornando largo e raso, com grande volume de areia vinda das áreas agrícolas próximas nos períodos de chuva.

Hoje, algumas famílias estão interessadas em recuperar seus baixios a partir do plantio de pomares e de espécies nativas. Esta atitude teve início após as capacitações e intercâmbios com os/as agricultores/as e o grupo de jovens da comunidade através do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), com o apoio do projeto Comissão Europeia e da Petrobras Ambiental.

Muitos programas foram desengavetados depois do governo Lula. No entanto, é necessário acontecer uma discussão maior no âmbito dos municípios sobre as ações e os impactos positivos e negativos no contexto da agricultura familiar. Uma delas é a adutora do Alto Oeste, que tem tirado uma grande quantidade de pessoas, principalmente jovens da zona rural, para trabalhar nos serviços da obra. Outro fator de relevância é a chegada das obras da transposição das águas do rio São Francisco. Verifica-se que a discussão é incipiente sobre os impactos que essa obra pode causar às populações locais, assim como sobre a problemática da poluição das águas, a prostituição gerada nos municípios e canteiros das obras, a desapropriação das terras, o pagamento pelo uso da água, o próprio funcionamento da gestão dos canais do rio São Francisco, etc. A avaliação é que os impactos precisam ser melhor discutidos e a sociedade, como um todo, tem que se apropriar melhor de informações.

A estrutura agrária do território apresenta vários assentamentos. As organizações da sociedade civil atuam no processo de acompanhamento. No município de Umarizal, existem vários assentamentos: Remédio (INCRA), Divinópolis, Sebastopol I e II e Cajazeiras (pelo crédito fundiário). Os depoimentos dos beneficiários dos assentamentos são interessantes, de modo que as famílias expressam satisfação em ter acessado o crédito para adquirir sua terra; em outra ocasião, se observa o problema com a dificuldade de pagar o crédito. Já em Caraúbas, existem os assentamentos Petrolina, Ursulina, Santa Agostinha, 8 de Março, 9 de Outubro, Maravilha, 1º de Maio e José Sotério (INCRA). O crédito fundiário, por sua vez, tem em torno de 50 (agrupamento e individuais). Neste município, existe o Fórum Municipal de Políticas Públicas e, com sua atuação, os mecanismos do associativismo avançaram muito.

¹Espera-se com esta obra beneficiar 25 municípios dos territórios do Serão do Apodi e do Sertão do Alto Oeste.

3.1. TRAJETÓRIAS FAMILIARES ESTUDADAS: HISTÓRIAS DE VIDA BANHADAS PELO RIO UMARI

Saímos para o diálogo com dois agricultores que fazem parte da dinâmica agrícola da região ribeirinha do rio Umari, cada um com sua história diferente e ímpar, mas os dois com alguns pontos em comum: já trabalharam na produção de fumo na região ribeirinha do rio Umari, em situações distintas. Passamos pela comunidade Cajazeiras, no município de Umarizal, e encontramos com Gilberlândio (Francisco Gilberlândio Alves de Araújo), um dos agricultores de quem iremos contar a história e trajetória de vida. Neste primeiro momento, o diálogo foi na Comunidade Cacimba do Meio, em Caraúbas.

Nas caminhadas para o diálogo com os agricultores, no deslocamento, passamos por diversas comunidades ao longo do rio Umari. Um dos aspectos que se percebe na caminhada é que o êxodo rural ainda é pequeno, muitas famílias moram nas comunidades e cultivam as terras à beira do rio. Encontra-se de tudo um pouco, vazantes de feijão e batata, muitas fruteiras, criação de pequenos animais, capim e forrageiras para a alimentação animal e plantações de fumo com estruturas de beneficiamento da folha do fumo. Encontramos também muitas pessoas em suas casas na sua lida diária, conversando nas calçadas e alpendres, lavando roupa nas margens do rio, crianças voltando da escola, enfim, encontramos vidas que se misturam à paisagem seca da caatinga e que encontram, na linha verde das margens do Umari, um lugar para viver e escrever suas histórias.

3.1.1. A FAMÍLIA DE ANTÔNIO IRANILDO FERREIRA E LUCIVÂNIA DE LIMA ALVES FERREIRA

Finalmente, chegamos à casa de Iranildo (Antônio Iranildo Ferreira), um agricultor de 39 anos, casado com Lucivânia (Lucivânia de Lima Alves Ferreira), esta com 36 anos. Eles têm três filhos, Mardonio, Marcleide e Marcondes, que estavam todos em casa. Começamos a conversar e trabalhamos a dinâmica da linha do tempo, contando sua história nos últimos 20 anos.

No início da década de 1990, mais especificamente em 1993, Iranildo e Lucivânia se casaram, mas continuaram residindo na casa dos pais de Iranildo, no Sítio Varandas, na divisa dos municípios de Caraúbas e Apodi. Naquela época, ele trabalhava de vaqueiro em diversas fazendas da região e plantava roçado e vazante no período do inverno. Nesse período, até 1995, nasceram os seus três filhos. Foi também o ano em que ele construiu uma pequena casa no terreno de seu sogro, na comunidade Cacimba do Meio, mas, mesmo assim, a terra era pouca e sem água e ele continuava trabalhando de vaqueiro no período da seca pra sustentar sua família; em alguns momentos, passava até oito dias sem visitar a família, ficando sua esposa e seus três filhos sozinhos em casa durante boa parte do ano. Em 2000, ambos se filiaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraúbas e à associação comunitária da comunidade.

A dificuldade por água naquele tempo era grande, pois toda a água que abastecia a comunidade vinha de uma cacimba que ficava nas terras de seu sogro, logo atrás de sua casa; outro problema era a pouca terra que possuíam, cerca de 1,5 hectares. Nesse período, Iranildo e Lucivânia realizaram de tudo um pouco: trabalharam de meeiros, cuidando do gado de sítios vizinhos e, em 2003 e 2004, trabalharam como diaristas no beneficiamento da folha do fumo – após a folha secar, eles espetavam as folhas uma a uma e prensavam para a entrega ao comprador.

Em 2005, Iranildo começou a trabalhar como meeiro na área de produção agroecológica de um agricultor vizinho, Sr. Humberto, onde aprendeu a trabalhar de forma agroecológica; depois, ingressou na Associação Agroecológica Oeste Verde (AAOEV) e começou a participar de reuniões e capacitações. Nesse tempo, ele também começou a pensar em ter sua própria área, pois viu que era possível plantar e colher de forma que pudesse garantir o sustento de sua família.

Iranildo procurou a Diaconia no final de 2005 com a proposta de montar uma pequena área. O técnico que acompanhava a família já sabia do interesse dele e apostou na sua capacidade de produzir e melhorar de vida. Inicialmente, instalou-se um pequeno quintal produtivo. A terra era considerada “ruim” porque tinha muita pedra e foi quando a família começou a trazer terra de fora, de um formigueiro que tinha perto de casa, e cobrir as pedras, fazendo assim os primeiros canteiros. Foram muitos dias nesse processo, a dificuldade de água para irrigar as plantas e dessedentar os animais obrigava Iranildo a transportar água em latas no ombro pra conseguir irrigar e não perder o quintal. *“Me lembro bem desse período, me chamavam de doido, onde já se viu, cobrir pedra com terra pra poder plantar, isso não vai dar certo nunca; a noite, quando carregava muita água, ficava com as costas acabada nem dormia direito”* lembra Iranildo.

No início de 2006, iniciou-se a instalação de algumas tecnologias que facilitariam a vida da família. Construiu um banheiro redondo e uma cisterna calçadão que dava pra irrigar a pequena produção ao redor de casa, dessedentar os pequenos animais e irrigar algumas fruteiras. A produção, nessa época, era de 10 canteiros e a irrigação ainda era feita com regador. Logo depois, foi instalado um pequeno sistema de irrigação para hortaliças, fruteiras e o consumo da família na casa. *“Vixe, quando eu vi a água saindo da mangueira fiquei tão feliz, que não conseguia acreditar, nunca pensei que em minha casa ia ter água encanada”*, relembra Lucivânia.

Durante esse período, a família produzia o suficiente para seu consumo e vendiam o excedente nas comunidades vizinhas e na feira agroecológica de Caraúbas. Iranildo saía de casa às duas e meia da manhã, com uma caixa cheia de verduras e hortaliças no bagageiro de sua bicicleta com destino a Caraúbas, a uma distância de 27 km, totalizando, a ida e a volta, 54 km todos os sábados. Esse percurso foi feito desta forma durante um ano e meio, até ele conseguir comprar uma moto, o que facilitou muito o trabalho e a comercialização de seus produtos. Em 2007, a família teve acesso ao primeiro PRONAF e o recurso foi investido em melhorar a produção da horta e na compra de animais de pequeno porte (ovelhas), possibilitando, assim, ampliar sua área.

Hoje, a família conta com cinco subsistemas dentro de sua propriedade, sendo eles o quintal produtivo, o pomar com fruteiras, o roçado, a criação de pequenos animais (ovelhas e galinhas) e as hortas. Estes subsistemas possibilitam a eles uma renda média de R\$ 5.600,00 ao ano a partir do que é comercializado, fora o que eles consomem que não está contabilizado. A família não utiliza nenhum insumo externo para a sua produção, já que ela toda é agroecológica e os insumos são produzidos dentro da propriedade da família.

Iranildo, Lucivânia e os filhos são exemplos de uma família que teve oportunidade de melhorar de vida com mudanças significativas na forma de produzir e de fazer agricultura. Hoje, eles conseguem conviver com a seca trabalhando em sua pequena propriedade (1,5 hectares). Nela, eles produzem o que consomem e o excedente, comercializado tanto na feira agroecológica como para programas governamentais de compra de produtos oriundos da agricultura familiar, no caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, produzem e armazenam forragem para os animais, participam de vários processos de capacitação e intercâmbios. Tudo isso mudou a vida deles. Atualmente, Iranildo representa a associação comunitária no Fórum de Políticas Públicas de Caraúbas, é um dos conselheiros fiscais da AAOEV, e também é tido como uma liderança na comunidade. Tudo isso trouxe credibilidade e autoestima para toda a família.

Breves relatos da família

Como você avalia a mudança nesses seis anos de sua família?

“Melhorou muito antes era difícil não tínhamos conhecimento de nada, financeiramente era mais difícil ainda, no começo até Lucivânia descreditava que ia dar certo. Hoje temos a consciência que nesse semiárido, essa é a forma de se produzir do agricultor familiar, quando vem intercâmbios de pessoas de fora conhecer nosso trabalho é porque eles acreditam. Fui chamado de maluco, por não fazer queimadas, retirar pedras para produzir e colocar terra de formigueiro, mas sei que tudo valeu à pena”, relata Iranildo Ferreira. “Valeu muito a pena e até mesmo o sofrimento, hoje estamos mais próximos antes ele passava oito dias fora de casa para trabalhar e hoje trabalhamos juntos, pra mim isso é o mais importante, minha família reunida em casa num almoço de domingo, hoje quando Iranildo viaja, eu e os meninos tomamos conta de tudo”. Lucivânia Alves Ferreira.

3.1.2. A FAMÍLIA DE FRANCISCO GILBERLÂNDIO ALVES DE ARAÚJO E MARIA AIANE ALVES DE LIMA

Continuando o trabalho de sistematização de algumas histórias de vida no rio Umari, o encontro dessa vez foi com Berlândio como é chamado Francisco Gilberlândio Alves de Araújo, jovem agricultor de 32 anos de idade, casado com Maria Aiane Alves de Lima. O casal tem três filhos: Maria das Graças, Miguel Arcanjo e Gabriel. Na hora da visita, estavam todos em casa. Tomamos um café e começamos a conversar, levantando as informações com a mesma metodologia que tínhamos utilizado com a família de Iranildo: uma conversa informal levando em consideração a linha do tempo dos últimos 20 anos vividos por eles.

Berlândio é natural de Caraúbas. Nasceu e criou-se na Fazenda Jacu, às margens do rio Umari. Desde cedo, sempre trabalhou na agricultura. Quando ainda era solteiro, trabalhava de alugado e ajudava a família no que era possível; quando casou, veio morar na comunidade Cajazeiras, no município de Umarizal, onde reside até hoje. A terra é de herança de sua esposa Aiane e, desde 2000, ele trabalha na produção de fumo para uma multinacional. São 14 hectares de terra, utilizadas em subsistemas (fumo, feijão irrigado, roçado e pecuária); deste total, três hectares são usados mais intensivamente – é neles que está plantado o fumo e onde, durante o período de inverno, se planta feijão irrigado.

Berlândio sempre plantou utilizando insumos externos e agrotóxicos. Ele relata que antigamente o uso era bem mais intenso. Atualmente, o uso de veneno na cultura do fumo é considerado pouco, utilizado nas mudas ainda nas bandejas. A variedade utilizada pelos produtores é muito resistente à incidência de pragas, gerando a avaliação de que não é necessário o uso de venenos para seu controle. Entretanto, a quantidade de insumos ainda é alta (adubos, sementes, substratos, bandejas, etc.). Em sua propriedade, Berlândio tem três estufas para a secagem da folha do fumo, duas que funcionam através da lenha e outra, da energia solar, investimento que está sendo ainda pago pelo produtor.

A multinacional subsidia muitos produtores coma a infraestrutura para produção de fumo, no entanto, estes têm o compromisso de produzir e vender toda a produção para a empresa. A situação de Berlândio é diferente. Hoje, ele não é mais subsidiado pela empresa e arca com os custos de sua produção. O fumo é produzido nos meses secos, quando ele é irrigado com as águas do rio Umari. No período do inverno, a família planta roçado de milho e feijão para consumo próprio e feijão verde para a comercialização, utilizando, neste último, veneno para o controle de pragas e doenças. De todo o rendimento da produção, aproximadamente 60% deste é gasto com infraestrutura e diárias, pois, mesmo sendo produção familiar, muitas pessoas são empregadas, principalmente no processo da colheita da lavoura.

A situação na comunidade Cajazeiras, hoje, é bem diferente, *“muitas pessoas plantavam fumo aqui há 10 anos, cerca de 30 a 40 produtores, muitas mesmo, hoje só tem oito pessoas comigo que plantam, e muitos deles estão quase deixando de plantar, já pagaram seus equipamentos e podem sair na hora que quiser”*, nos conta Francisco Gilberlândio. Isso traz uma forte evidência: nos últimos anos, muitas famílias da comunidade Cajazeiras estão produzindo hortaliças, verduras e frutas no processo agroecológico e, dessas famílias, muitas são assessoradas pela Diaconia. Nos últimos cinco anos, foi feito um intenso trabalho de conscientização e mesmo de apoio a agricultores dispostos a entrar nesse processo de transição agroecológica.

Segundo Berlândio, é imprescindível o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) pelas famílias produtoras no manuseio dos venenos e insumos. Quanto ao controle da cultura, é necessário fazer o controle da área conforme as orientações do técnico da empresa. Existem vários padrões na produção, mas muitas famílias não se enquadram nesses padrões e não conseguem produzir o suficiente para pagar o que foi subsidiado; assim, ficam devendo a empresa e, muitas vezes, têm seus equipamentos confiscados e acabam perdendo o que já pagaram. Vale apontar que tudo é feito mediante contratos e termos.

A presença de pequenos animais (galinhas, guines, patos) nos espaços rurais de pequeno porte é constante. Um fato interessante relatado pela família é que eles não criam galinhas ou outros animais pequenos, *“se eles entrarem na área do fumo acabam com tudo, desde a folha até a flor, por isso não crio galinha”*, vontade eu tenho, mas por enquanto não dá, vou fazer uma área toda telada, aí sim vou criar” comenta Maria Aiane.

O agricultor relata que, a cada ano, a água do rio Umari diminui e, com isso, a produção também. *“Depois da construção do açude do Rodeador, cada ano os cacimbões e poços secam mais cedo, teve ano de não plantar nada nos meses que irrigava justamente por que não tinha água”*, conta Berlândio. Ele relata que tem vontade de deixar o fumo e plantar outras coisas, mas não deixa porque sabe da dificuldade pra comercializar e o fumo é garantido, nunca deixa de vender, já o feijão irrigado que produz, muitas vezes perdeu por falta de compradores.

A esposa dele é sindicalizada e membro da associação comunitária, mas ele não participa de nenhum destes dois espaços de discussão política. As reuniões que participa são com outros produtores de fumo em municípios vizinhos. A família deixou transparecer, durante toda a entrevista, como gosta do lugar em que mora e que não tem, em nenhum momento, vontade de deixar o sítio para ir morar na cidade. Questionado a respeito do consumo de alimentos, e se ele compraria alimentos que tivessem veneno, o mesmo respondeu prontamente que não, no entanto relatou a dificuldade de produzir, principalmente o feijão, sem utilizar veneno.

4. CONCLUSÕES

O diálogo permitiu observar uma redução sistemática da cultura do fumo e, conseqüentemente, a redução do uso de inseticidas, embora ainda persista o seu uso em outras lavouras. Esta realidade, verificar a diminuição do uso de venenos na microbacia hidrográfica do Umari, é uma surpresa boa, pois se revela um fator importante e positivo na vida das famílias que fazem parte desse território hidrográfico. Surpresa também é que, mesmo depois de tantos anos de cultivo

de fumo nessa região, as transformações sociais ainda não aconteceram e muitas famílias ainda são dependentes de uma só empresa para comercializar seus produtos. Podemos perguntar, a partir de agora, o que podemos analisar com as duas situações encontradas em duas comunidades ribeirinhas que tem o rio Umari como identificador cultural, econômico e social. Essa mudança positiva aconteceu no contexto do apoio aos processos de transição agroecológica por parte do conjunto das organizações da sociedade civil, mas ainda nos deparamos com o desafio de tornar a política de financiamento para agricultura familiar um instrumento em larga escala para a conversão agroecológica.

Nos dois, casos a situação econômica é bastante distinta. A família de Iranildo e Lucivânia possui uma pequena quantidade de terra e toda a mão de obra envolvida é da própria família; mesmo o seu lucro anual sendo bem menor que o do segundo entrevistado, a sua situação é, em muitos casos, bem parecida com a de Berlândio. Se verifica também o desafio da implementação do PAA e do PNAE, programas que, a nosso ver, podem contribuir para impulsionar a dinâmica econômica da agricultura familiar.

As duas famílias têm sua segurança alimentar garantida, no entanto um deles não possui gastos com insumos para garantir esta situação. A produção agroecológica garante à família um equilíbrio dentro da propriedade e permite gerar renda sem muitos acréscimos de gastos. No caso de Berlândio, o agricultor que planta fumo como principal fonte de renda, os gastos são bem maiores, principalmente com insumos e mão de obra, existindo uma grande dependência de fontes externas para produzir. Do ponto de vista da produção de alimentos, o que os difere é a qualidade e as estratégias adotadas e o uso de insumos, que se apresenta em caráter distinto. Tudo isso enfatiza situações diferentes e atípicas. A agricultura familiar no semiárido tem diversos aspectos, tanto do ponto de vista de produção convencional como do modo de produção agroecológica. A única e principal diferença são as condições de adaptação de cada família a situações extremas. No caso do pequeno agricultor que trabalha somente com sua esposa e filhos, é mais fácil contornar qualquer adversidade; já no caso do agricultor que necessita de mão de obra externa em culturas que utilizam insumos externos, essas perdas podem inviabilizar sua produção e comprometer sua segurança financeira e dos que dependem dele.

Finalmente, cabe indicar que a produção deste material se constitui em subsídio para o debate territorial acerca dos contextos da produção da agricultura familiar e dos desafios encontrados e enfrentados. Salientamos que este processo é importante no âmbito da discussão dos processos de organização e revitalização do rio Umari, que se constitui como o principal afluente do Apodi-Mossoró e se constitui numa geografia importante para a expressão da agroecologia no semiárido a partir de várias dimensões, como segurança alimentar, segurança hídrica, organização comunitária, gestão de microbacias, processos de formação e capacitação, manejo dos recursos naturais e incidência em políticas públicas.



**POLÍTICAS PÚBLICAS
E TRAJETÓRIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO
DE IRINEÓPOLIS,
TERRITÓRIO DO
PLANALTO NORTE,
SANTA CATARINA**

Organizações responsáveis:

Assessoria e Serviços a Projetos em
Agricultura Alternativa – AS-PTA

Irineópolis, 2011

1. O ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE, SANTA CATARINA

A AS-PTA trabalha, desde 1993, nas regiões Centro-sul e Sul do Paraná e Território do Planalto Norte, em Santa Catarina, estabelecendo parcerias com grupos de agricultores e agricultoras familiares, organizações de base, instituições de ensino e pesquisa e representantes dos órgãos de extensão rural dos estados na perspectiva de promover o desenvolvimento territorial a partir da agroecologia. Ao longo destes anos, as ações do Programa de Desenvolvimento Local da Região do Contestado foram, em sua maior parte, voltadas ao estímulo de práticas de experimentação, resgate e sistematização de conhecimentos tradicionais, promovendo intercâmbios diretos e momentos de reflexão envolvendo homens e mulheres, adultos e jovens, visando estabelecer bases locais e redes regionais fortes. O uso e conservação das sementes crioulas e de animais de raças crioulas, assim como o manejo agroecológico de solos, florestas e quintais, fazem parte do repertório temático a partir do qual se promoveu e ainda se promovem dinâmicas de interação, encontros e seminários regionais, num processo de construção coletiva de conhecimento que visa recuperar e, em muitos casos, fortalecer a autonomia típica da agricultura familiar camponesa.

O trabalho já chegou a abranger 21 municípios e deu origem a várias outras iniciativas que, com características próprias, procuraram avançar nas reflexões e nas formas de defesa dos direitos das famílias camponesas da região frente às constantes pressões e impactos diretos causados pelas investidas multifacetadas do agronegócio e sua lógica de apropriação de riquezas e territórios.

Para implementação dos estudos e ações previstas no Projeto PDA Redes na região do Contestado, escolhemos o município de Irineópolis, em Santa Catarina, uma vez que suas características atuais, seu processo histórico de desenvolvimento, as organizações parceiras e os outros agentes que atuam no município o tornam bastante representativo do contexto regional dos dois estados.

O projeto foi desenvolvido tendo como principal objetivo a realização, compartilhada com o conjunto de parceiros locais, de um estudo sobre a situação atual da agricultura familiar camponesa à luz da análise histórica das políticas públicas e dos programas privados que influenciaram e influenciam as trajetórias das famílias ao longo dos anos. Buscando, ainda, destacar elementos que possibilitem avaliar o processo histórico e a condição atual, fortalecer a articulação local e potencializar as ações de cada segmento, o projeto pretende elencar os ajustes necessários às políticas públicas para que possam, de fato, apoiar a transição agroecológica dos sistemas de produção.

Após algumas reuniões preparatórias, realizou-se uma **oficina inaugural** em que o projeto foi detalhado para o conjunto dos parceiros locais. Na ocasião, também foi feita a primeira indicação das famílias para a realização do estudo, tendo por base as intenções acima citadas, e foi pactuada a participação dos parceiros nos estudos e atividades de campo segundo as conveniências de calendário de cada um.

As famílias indicadas na oficina foram posteriormente procuradas para conhecer o projeto e serem questionadas sobre se aceitariam participar do estudo com o detalhamento proposto. Duas delas se recusaram, argumentando preocupações com as empresas do agronegócio que atuam nas vizinhanças e revelando pressões que já sofreram por defender um modelo de maior autonomia para as famílias e por expor publicamente sua postura contrária aos transgênicos, dentre outros detalhes. Isso já serviu para mostrar o quanto o avanço do agronegócio transformou também as relações de vizinhança e promoveu graus diferenciados de insegurança nas famílias, a ponto de algumas não desejarem revelar sua forma de trabalho nas propriedades.

Dentre os parceiros locais, participaram da oficina: (i) Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização (Cooperdotchi), Base de Irineópolis; (ii) famílias do Assentamento Mimo; (iii) famílias do assentamento Terra Livre; (iv) famílias do Assentamento Vale da Conquista (Canoinhas-SC); (v) Cooperativa de Comércio Solidário ComSol (Planalto Norte de Santa Catarina); (vi) Associação dos Pequenos Produtores Ecológicos e Orgânicos da Colônia Escada (APAECO); (vii) SINTRAF Planalto Norte Catarinense; (viii) STR de Irineópolis; (ix) CRESOL Irineópolis; (x) Banco do Brasil; (xi) Escritório Local da EPAGRI de Irineópolis; (xii) Secretaria da Agricultura e da Educação do município.

1.2. LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

Com apoio direto de famílias agricultoras, da EPAGRI, da Universidade do Contestado e da Flona de Três Barras, foi realizado um levantamento de dados históricos do município e da região, do qual uma parte foi utilizada para a apresentação da argumentação e questionamentos propostos ao projeto na oficina inaugural. Este levantamento de dados secundários foi complementado ao longo da realização dos estudos de casos, ocasião em que as famílias narravam as suas trajetórias.

Três estudos de caso foram realizados com o acompanhamento da equipe técnica da AS-PTA, da EPAGRI, de agricultores vizinhos e de estagiários. Cada um deles consistia, basicamente, na elaboração de um mapa (croqui), seguida de uma caminhada geral na propriedade para tirar uma imagem geral do agroecossistema no momento e conhecer a estratégia técnica das famílias e suas variações ao longo dos anos. Informações complementares sobre custos e rendas, bem como sobre o consumo familiar dos produtos e recursos do terreno, eram apuradas depois da caminhada, já sentados nas varandas das casas e paióis, ocasião em que também foi feito o levantamento da linha do tempo das últimas décadas. Depois de sistematizadas, as informações foram entregues às famílias.

Para o levantamento dos dados econômicos, utilizou-se uma **ferramenta** desenvolvida pela AS-PTA em que as informações da propriedade e seus agroecossistemas são analisadas com cruzamento de indicadores econômicos e de sustentabilidade, inicialmente por atividade ou subsistema e, depois, no seu conjunto.

Os dados econômicos comparativos referentes aos custos de produção de sistemas especializados e de outros mais autônomos (com sementes próprias de adubação verde e das culturas principais), com e sem financiamento do PRONAF, foram apresentados em dois seminários promovidos pela **ANCOSOL**, um em Chapecó (SC) e outro em Realeza (PR), nos quais o foco das discussões era analisar o papel que os sistemas Cresol e Crenor têm cumprido na promoção do desenvolvimento regional e nas possibilidades de uso do PRONAF para financiar sistemas de transição agroecológica de produção.

Ao final dos estudos de caso, já tendo realizado outras atividades de promoção da transição agroecológica programadas para o município em continuidade ao trabalho da AS-PTA e de seus parceiros no município e na região, realizamos um **seminário final**, em agosto de 2011, no qual as conclusões e os ensinamentos do projeto foram compartilhados com representantes de toda a região (16 municípios) e na presença da maior parte dos parceiros locais de Irineópolis, contribuindo sobremaneira para as deliberações do seminário expressas na **Carta do Triunfo**.

Como parte dos objetivos traçados junto aos parceiros locais, os dados foram disponibilizados para uso em oficinas, em atividades pedagógicas nas universidades, em dias de campo e em outros momentos de intercâmbio realizados no município e na região.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E NO TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA

O município de Irineópolis está localizado no Planalto Norte Catarinense, à margem esquerda do Rio Iguaçu que, nesta região, divide os estados do Paraná e Santa Catarina. Palco de lutas históricas, como a Guerra do Contestado (1912-1916), e de conflitos fundiários entre povos indígenas, industriais e fazendeiros, a região está no centro da zona de ocorrência do pinheiro (*Araucária angustifolia*), da erva-mate (*Ilex paraguayensis*) e da imbuia (*Ocotea porosa*) na floresta ombrófila mista.

Segundo informações contadas por agricultores participantes de estudo na Colônia Escada em outubro de 2010, a constituição de Irineópolis começou com a fundação do distrito de Valões, em 1912, quando o primeiro morador, Sr. Francisco Cool, vindo da cidade de Jaraguá do Sul (SC), se estabeleceu na localidade que, naquela época, ainda pertencia ao município de Porto União. Em 1962, Valões foi emancipado, tornando-se o município de Irineópolis, e as primeiras escolas foram construídas, seguidas da igreja matriz. O caminho do desenvolvimento do município continuou tendo como base as atividades rurais e, assim, manteve a maior parte de sua população no campo, como mostra o quadro abaixo:

População atual do município

	Habitantes	Porcentagem
Urbana	3.521	33,69 %
Rural	6.929	66,31%
Total	10.450	100,00%

Fonte: IBGE – 2010

No interior, as colônias, com predominância de poloneses, ucranianos, austríacos, alemães e italianos, chegaram com seus costumes e trouxeram sementes diversas, como trigo, aveia, cevada e centeio, plantas espontâneas, como a tansagem e o dente-de-leão, e espécies animais, como cavalos, bois, porcos, galinhas e abelhas europeias. Estes e outros aspectos mostram que a agricultura que existia na Europa, naquele tempo, de base camponesa, fundamentada no campesinato, tinha uma base de adaptação ecológica, inclusive, em ambientes diversos. Após sua chegada, os colonos abrem as matas, ampliam as áreas de plantio e desmatamento através da queima e passam, também, a incorporar costumes regionais, como fazer roças de toco, plantar mandioca e batata-doce e fazer “encerras” de porcos. Historicamente, produziam com fartura os alimentos de uso tradicional e que abasteciam os centros urbanos; parte deste comércio era feita pelo rio, via pela qual a produção chegava até a capital paranaense.

Com ocorrência farta de pinheiros e erva-mate, numa floresta que alternava ambientes mais fechados e mais abertos, com grande quantidade de frutas e forragens nativas, os sistemas tradicionais voltaram-se também para o extrativismo da erva e do pinhão e para a criação de animais em sistema faxinal, no Paraná, ou em ambiente de *caívas*, como se chama em Santa Catarina as áreas com floresta destinadas ao pastejo pelos animais. As áreas de cultivos ficavam próximas e eram feitas em sistema de coivara, com sementes crioulas e grande diversificação de alimentos de uso direto para as famílias e para a criação animal. Casas feitas

de tábuas largas de pinheiro e imbuia, colhidas de maneira criteriosa, duram até os dias de hoje, apesar da total transformação por qual passa a paisagem geral do território, conforme descreveremos resumidamente a seguir.

Estas e outras características evidenciam que existia um sistema de uso e ocupação do solo baseado na conservação das florestas, de onde se extraía madeira para lenha e construções, erva-mate, que era inclusive produto de exportação, e pinhão, em ambientes com e sem manejo animal integrado. É importante destacar que foram estes sistemas de base camponesa de uso e ocupação do território que possibilitaram, até os dias de hoje, a conservação da floresta e a existência de importantes remanescentes florestais.

No entanto, no cenário atual, se observa que as políticas públicas de incentivo ao desmatamento agravaram o problema, principalmente as que indiretamente estimularam esta prática, como os incentivos às cooperativas da região e os financiamentos para cultivo de grãos em larga escala. Em lugar de fortalecer a base camponesa existente, os incentivos governamentais ajudaram a implantar um sistema baseado na mecanização, na ampliação de escala e no uso de insumos externos, o que trouxe drástica redução da agrobiodiversidade. Desde o início do projeto, procuramos recuperar elementos e informações que ajudassem a formar uma imagem melhor da linha do tempo relacionada ao contexto da agricultura familiar e à ocupação do Território Planalto Norte Catarinense e do município, convidando diversos parceiros para esta reflexão. Assim, forneceram estudos e dados diversas famílias agricultoras, a Cresol e o Banco do Brasil de Irineópolis, a Flona de Três Barras, a Universidade do Contestado e a EPAGRI, através da Estação Experimental de Canoinhas e do escritório local de Irineópolis.

A partir do olhar histórico, fizemos, junto com a EPAGRI, um primeiro exercício de **tipificação das famílias** agricultoras de Irineópolis que estabeleceu como critérios o uso e a conservação de sementes crioulas e o grau de autonomia em relação aos pacotes tecnológicos. Devemos lembrar que o município possui, entre comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, um total de 1200 famílias agricultoras distribuídas em 32 comunidades. Temos, então:

GRUPO 1: Mais tradicionais e com a propriedade organizada, ainda com sementes crioulas e mudas das principais culturas e mais autonomia: 10 comunidades, localizadas em região de relevo mais acidentado, pouco mecanizável, distante do centro urbano e com boa cobertura florestal. Totalizaram 37,1% das famílias.

GRUPO 2 Nível intermediário, têm sementes e mudas, mas já dependem do agronegócio: 10 comunidades em região com relevo ora acidentado, ora mais plano e mecanizável. Totalizaram 30,2% das famílias.

GRUPO 3 Agricultores familiares no agronegócio, dependentes de pacotes tecnológicos. Igualmente, 10 comunidades, de relevo plano ou suave ondulado, onde as famílias estão rodeadas por grandes plantadores do agronegócio. Totalizaram 32,7% das famílias.

No município e na região, diversos ciclos econômicos marcaram as tendências dominantes que estruturaram a sociedade e o perfil da agropecuária. Primeiro, teve o ciclo da **erva-mate** (1830-1930), abundante em toda a região de ocorrência da Araucária e de uso costumeiro, inicialmente, apenas por parte das comunidades indígenas e dos caboclos. A pujança do ciclo econômico resultante da exploração da erva-mate em larga escala representa, antes de tudo, um ciclo de grandes conflitos com os índios Xokleng e Caingangues, que habitavam toda a região desde a parte serrana até as grandes planícies às margens do rio Iguaçu em Irineópolis.

Antes da grande derrubada dos pinheiros e imbuias que será descrita a seguir, e que provocou uma profunda modificação da estrutura fundiária e da paisagem, o que predominava eram os imensos ervais que, manejados à sombra da floresta, garantiam a economia de toda região às duas margens do Rio Iguaçu, pelo qual se transportava, em barcos a vapor, o produto que chegava ao Porto de Antonina, de onde era exportado. Faz-se importante enfatizar que os estados do Paraná e de Santa Catarina tiveram o ciclo da erva-mate como sua principal atividade econômica entre 1830 e 1930, sendo, inclusive, determinante para o desenvolvimento

de cidades como Joinville e Curitiba. No entanto, até hoje esta atividade conta com pouco apoio de políticas públicas.

Muito desta época áurea da erva-mate se deve aos costumes e à força de trabalho dos caboclos que dominavam o conhecimento de manejo dos ervais, passado de pai para filho ao longo das gerações. O surto econômico da erva-mate, expressivo até a década de 1930, levou posseiros a se estabelecerem nos lugares mais remotos da floresta de araucária, originando futuras vilas e cidades; muitas famílias também se embrenharam no mato, formando comunidades rurais. Assim, o Planalto Norte Catarinense, desde sua ocupação, guarda uma estreita ligação com a atividade ervateira, que ajudou a delinear parte da paisagem de preservação ainda existente na região. Mesmo hoje, a erva-mate representa um recurso bastante significativo na renda dos agricultores, principalmente para os que possuem ervais nativos ou com sombreamento, dos quais se extrai a erva que, devido ao sabor mais suave, é comercializada pelo melhor preço.

Em segundo lugar, veio o **ciclo da madeira** (1910-1945) que, antes de qualquer coisa, representou o fim do ciclo da erva-mate na região e alterou o cenário de maneira drástica, uma vez que a exploração madeireira, feita por outros senhores, mudou não somente a distribuição de riquezas, mas também a posse das terras também.

O principal choque se dá quando a empresa norte-americana **Lumber** (Southern Brazil Lumber & Colonization Company) **recebeu, do governo federal**, concessão para explorar todas as árvores madeiráveis, com diâmetro superior a 35 cm, numa distância de até 15 km das ferrovias São Paulo-Porto Alegre e Porto União-São Francisco, em troca da construção destas obras ferroviárias. A empresa, que se instalou em 1906 em Três Barras, a cerca de 60 km de Irineópolis, era a maior serraria da América do Sul na época e seu comércio de araucária e imbuia era praticamente todo destinado à exportação para a Europa e América do Norte.

Este foi um dos principais fatores da destruição das florestas e da modificação da estrutura fundiária da região. A história relata inúmeros conflitos, tais como ataques dos índios Xokleng a operários e a trechos construídos da ferrovia. Para apaziguar os ânimos, em 1918, um pequeno grupo de cerca de 50 indígenas foi confinado em um terreno de 150 alqueires (ou 363 hectares), na margem do rio dos Pardos, em Calmon, pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. A criação dessa área marca **a conquista definitiva do território Xokleng e Caingangue** pela sociedade nacional, com o avanço da colonização e o povoamento oficial.

Neste contexto, o principal evento histórico da região, que a marcaria de forma profunda, foi a **Guerra do Contestado** (1912-1916). É importante destacar que a devastação que a empresa fazia na paisagem e nas florestas era observada pelo olhar sorrateiro dos caboclos, que tinham na araucária uma das maiores dádivas da natureza: o pinhão, seu “fruto”, era alimento indispensável para animais selvagens – e a caça que também estava em sua base alimentar – e para si mesmo.

A agressão, aliada ao fato de que guardas armados da multinacional expulsavam os caboclos das terras que eles consideravam livres e de onde eles extraíam diversos recursos, constituiu um ambiente de revolta na população regional. Adicionados a esta condição os planos de colonização da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande) com imigrantes estrangeiros, as intrigas políticas entre fazendeiros rivais, a questão de limites, agravada por ser esta uma região abandonada e contestada pelos estados do Paraná e Santa Catarina que não tinham claros seus limites territoriais, o fanatismo despertado na religiosidade cabocla, o abandono e o estado de miséria em que se encontravam milhares de pessoas, o resultado foi a Guerra do Contestado, eclodida no ano de 1913. As sangrentas batalhas travadas entre 1912 e 1916 resultaram na morte de 10 mil caboclos e militares, sendo que, após diversas vitórias dos sertanejos contra as forças policiais, foi necessário mobilizar 70% do exército nacional para sufocar o movimento, massacrando os sertanejos revoltosos. Esse fato histórico reflete-se ainda hoje nas características da população do Planalto Norte Catarinense.

O fato foi citado neste estudo para destacar que em diversas comunidades da serra em Irineópolis e municípios vizinhos, locais de refúgio no tempo da guerra, existem muitas famílias que sobreviveram a este conflito, assim como remanescentes de quilombos, que, por conta do isolamento e do conhecimento tradicional que tinham acerca do ambiente e das sementes crioulas que possuíam, desenvolveram sistemas de agricultura bastante complexos e, portanto, diversificados. É nesta região do município em que estão as principais comunidades do Grupo I, onde as influências do agronegócio não foram tão determinantes pelo fato de as famílias possuírem uma base capaz de lhes dar segurança alimentar, embora não garanta rentabilidade econômica nos moldes desejados. São famílias que resistem aos financiamentos e normalmente possuem apenas um "PRONAFinho", como dizem, que, embora seja para um projeto de cultivo de milho renovado automaticamente ano a ano no mês de agosto, tem os recursos utilizados para diversas coisas, como um capital de giro na propriedade. Além disso, contam com o assédio constante dos técnicos das empresas fumageiras presentes no município.

Em época mais recente, vemos **a expansão do agronegócio em Irineópolis e região**. Além da exploração madeireira, a ocupação de um território devastado trouxe novos empreendimentos nas décadas de 1920 e 1930 e as florestas deram lugar à agricultura e a pecuária, formando uma das principais regiões do agronegócio brasileiro da época. Em 1938, a então vila de Valões contribuía com maior parte das 40.000 cabeças de gado e cavalo que existiam no município de Porto União.

Foi nesta época também que chegaram, em Irineópolis, os primeiros imigrantes europeus (poloneses e austríacos e italianos), uns para explorar a madeira que ainda restava no rastro de inúmeras pequenas madeireiras que se instalaram ao longo da ferrovia, outros como mão de obra para as serrarias. Em Irineópolis, a Colônia Escada recebeu este nome pelos rastros dos animais que puxavam os carretões carregados de madeira. Para reforçar a tração nos carreiros íngremes, eles pisavam sempre nos mesmos locais fazendo uma espécie de escada. Com o tempo, estes carreiros foram se transformando nas estradas de hoje.

Com o término da ferrovia na década de 1940, a Lumber vendeu a serraria, que passou a se chamar **Serraria Junqueira Melo** e funcionou até a década de 1960. Parte das áreas que representavam passivos ambientais da companhia foram retomadas pelo Governo Federal. Uma delas, com 4.458 hectares, é hoje a Floresta Nacional de Três Barras, onde foram feitos diversos reflorestamentos com araucária e com pinus. Hoje, no mesmo local onde existia a Lumber, está instalada a Rigesa, empresa fundada em Valinhos (SP), no ano de 1943, e que, em 1953, passa a fazer parte do grupo americano **Westvaco Corporation**, que vem ao Brasil procurar terras que pudessem ser reflorestadas. A empresa Rigesa é, hoje, uma das maiores detentoras de terras no Planalto Norte Catarinense e no Centro-sul do Paraná, além de outros estados, e teve seu grande crescimento por ocasião das políticas públicas de incentivo a plantação de pinus nas décadas de 1960 e 1970.

Atualmente, a atividade florestal é bastante expressiva, novamente devido às grandes monoculturas de pinus e eucalipto implantadas em áreas de remanescentes florestais com incentivos, principalmente, da Rigesa e de financiamentos como PRONAF Florestal. Contribui, sobremaneira, para esta situação, a Lei Nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, e o Decreto Nº 59.615, de 30 de novembro de 1966, que dispõem sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Com a extinção do ciclo da madeira, os imigrantes e caboclos que trabalhavam nas serrarias foram forçados a investir mais nas lavouras. Inicialmente, eram roças de toco, onde plantavam milho, feijão, trigo, centeio, cevada e aveia, beneficiados em moinhos e farinheiras locais, cujos produtos eram levados para as cidades vizinhas e, também, para outros mercados via transporte fluvial pelo rio Iguaçu. Embora desativados, estes moinhos existem até hoje em diferentes comunidades, como na Colônia Escada, onde prestam serviços esporádicos para poucas famílias agricultoras. Vale destacar que a desativação dos moinhos se deu quando, em função de acordos comerciais, o Brasil passou a importar

trigo da Argentina. Outro aspecto determinante para esta desativação foi a regulamentação sanitária, feita em moldes que levou a que somente os grandes moinhos industriais e cooperativas pudessem obter licenças de operação. Naquela época, os caboclos também criavam pequenos animais, conforme costumes e experiências principalmente dos imigrantes que já estavam em maior número.

Na década de 1980, o programa **Pró-Várzeas** provocou uma nova mudança na paisagem de Irineópolis e região ao financiar abertura de áreas de APP, como baixios, brejos e banhados, para a agricultura, sendo a maior parte delas localizadas nas grandes áreas planas próximas às margens do Rio Iguaçu, beneficiando notadamente os grandes plantadores de grãos. Hoje, este apoio financeiro, concedido através do Banco do Brasil, se converte na principal causa que origina passivos ambientais em áreas de várzeas (APP's), as quais devem ser recuperadas pelos proprietários sob pena de multa.

Em nível regional, no Planalto Norte Catarinense, a conservação de florestas pelo sistema tradicional ainda apresenta significativos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, que ocupam cerca de 30% da área. A formação dessa paisagem se deve, em grande medida, à permanência de um sistema produtivo tradicional dessa região, conhecido como *caívas* ou *invernadas*, cujo uso, nestas áreas, remonta há décadas e está incorporado à cultura local. Contudo, a legislação em vigor é inadequada porque não lê estas interações positivas entre o conhecimento tradicional e a conservação de florestas. De acordo com a legislação ambiental, as áreas de Reserva Legal só podem ser utilizadas sob regime de manejo florestal sustentável, sem prever sistemas silvipastoris devido ao risco do consumo e degradação da regeneração das espécies arbóreas pelos animais. À revelia disto, esse sistema é mantido pela combinação do pastejo do extrato herbáceo, formado por espécies nativas ou introduzidas há décadas com a extração de erva-mate e de lenha do extrato arbóreo. Se atualmente ainda podemos ver remanescentes florestais na paisagem regional, esse fato se deve, sobretudo, às práticas de uso e conservação adotadas pela agricultura familiar, já que as áreas de grandes proprietários foram convertidas em grandes plantios de soja e milho e outras monoculturas, inclusive de árvores. A maior pressão sobre a floresta nas pequenas unidades de produção é ocasionada pela demanda de lenha para a secagem das folhas de fumo, cultura bastante disseminada na agricultura familiar da região.

Em estudo feito por ocasião da regulamentação da Lei da Mata Atlântica, em 2008, ficou evidente que a própria legislação, visando preservar, proíbe praticamente todas as formas de manejo tradicional da floresta e é justamente o elemento que mais desestimula famílias a conservarem adequadamente suas florestas, ocasionando muitos conflitos. Um caso típico é o dos *bracatingais*, espécie nativa muito utilizada para lenha, que têm seu manejo tradicional proibido enquanto o plantio e transporte de eucalipto e pinus é livre. Da mesma forma são as *araucárias* que nascem nas *caívas* e pastos, cortadas ainda pequenas porque a legislação não permite o uso por não entender que cuidar para que cresça é também uma forma de plantio. Por outro lado, o que vemos é que, aos poucos, estas áreas de floresta estão sendo substituídas, por um lado, pelas monoculturas florestais e, por outro, pelo avanço da soja e do milho.

Por outra parte, segundo informações fornecidas pelas famílias agricultoras participantes deste projeto, a **fumicultura** ganhou espaço com o desincentivo ao plantio dos cereais de inverno pelas famílias, na década de 1960, e que, mais tarde, foi reforçado com as restrições aos moinhos coloniais, na década de 1980. Em 1950, se instalou a primeira estufa de fumo em Irineópolis, com os avós de Dona Marli Maier, e desde aquele tempo as lavouras tinham apoio direto das empresas fumageiras, que era somente a Souza Cruz na época. Estas, por sua vez, ofereciam insumos, mercado garantido e assistência técnica, tudo o que o governo não proporcionava àquelas famílias que procuravam manter sistemas diversificados de produção de alimentos, baseados em insumos e recursos locais. Embora hoje se saiba que cultivar fumo seja sinônimo de uso de muito agrotóxico, foi só na década de 1960 que começou a aparecer veneno na roça e não associado ao fumo, mas a outros cultivos e recomendados por técnicos da extensão oficial.

Nos anos de 1997 e 1998, as empresas fumageiras usaram recursos do PRONAF para financiar as lavouras de fumo. Na hora do contrato, parecia ser a própria empresa que estava financiando, mas o PRONAF saía em nome da família, sem que os agricultores soubessem, pois estavam acostumados a receber os financiamentos, porém com recursos das empresas. Depois que isso veio à tona, não foi mais utilizado.

Por onde se anda em Irineópolis, se encontram estufas de fumo, estejam elas velhas e paradas, servindo de paiol, ou velhas e em uso, ou novas (elétricas) e em uso. Os relatos das famílias apontam para uma dependência muito grande, pois ano após ano elas vão perdendo sua autonomia, deixando de cultivar alimentos para consumo familiar, deixando inclusive de ter seu porquinho e sua galinha, estimuladas pelos técnicos (monitores) das empresas a plantar mais e mais e com a renda do fumo comprar os alimentos, sem precisar plantá-los também. “É só ir até o supermercado conveniado com a empresa, ou mesmo comprar dos caminhões que passam de porta em porta vendendo desde verduras, frutas, legumes e outros produtos de uso doméstico”. Esta prática vem crescendo, ano após ano, a ponto de proliferarem frotas, quase sempre renovadas, de pequenos caminhões-mercado.

Pelos levantamentos vimos que quanto mais se especializa a família, mais ela necessita intensificar esta atividade para ter alguma margem de lucro e, com isso, todo o crédito que acessa vai para esta única atividade, empobrecendo gradativamente a diversidade cultivada, a começar pelas sementes crioulas. Um dos casos estudados é de uma família que antes, numerosa, plantava de tudo um pouco, cereais de inverno, milho, feijão, alimentos em geral. Com a chegada dos pacotes tecnológicos, começaram a se aventurar, como eles mesmos falam, e hoje, além de plantar todas as terras agricultáveis que têm (cerca de 47 hectares), com milho e soja transgênicos, cebola e fumo, ainda arrendam mais para ter um pouco de ganho com aumento de escala.

Por outro lado, outro estudo mostrou que propriedades bem diversificadas, com estoque de sementes crioulas, realizam a transição do sistema de produção mantendo bons níveis de autonomia em relação aos pacotes. Até plantam fumo, mas numa escala que lhes permite manter a diversidade, outras opções de mercado e, ainda, ganhar mais com a qualidade do fumo vendido. Aproveitando-se dos intercâmbios realizados, das feiras de sementes crioulas e da biodiversidade, conheceram outras experiências que lhes encorajaram até a parar com o fumo e a transformá-la em agroindústria familiar.

No quadro seguinte, podemos observar dados relativos à evolução das principais lavouras no Planalto Norte Catarinense (em hectares), o que facilita a compreensão da dinâmica de cada uma delas para o período 1985-2010.

Quadro nº 1. Evolução das áreas de plantio – Região Planalto Norte (1985-2010)

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE PLANTIO - REGIÃO PLANALTO NORTE (PERÍODO - 1985 - 1996/97 - 2010/11)

CULTURAS	ÁREAS PLANTADAS (Ha) POR SAFRA															
	1985	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ARROZ SEQUEIRO	8.223	1.707	1.550	1.360	1.340	1.365	1.123	1.023	890	421	406	375	320	240	120	80
BATATA 1ª EPOCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	272	448	405	520	495	425	510
BATATA 2ª EPOCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	265	SINF	320	240	290	320
CEBOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393	363	423	661	695
CEVADA	-	-	-	1.030	-	-	3.116	3.700	4.265	2.800	2.595	1.720	2.760	150	50	2.970
FEIJÃO 1ª SAFRA	28.000	20.431	10.130	14.150	14.530	16.090	10.740	15.760	13.500	12.150	18.120	19.210	13.680	12.320	9.810	9.200
FEIJÃO 2ª SAFRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.330	3.805	410	3.720	4.460	2.140	805
FUMO	7.534	15.921	14.347	15.807	16.207	15.781	SINF	16.123	SINF	27.158	28.370	28.370	27.448	27.990	29.489	30.310
MILHO	53.000	63.524	86.700	66.700	67.400	73.000	83.240	75.440	65.000	72.040	77.540	61.500	78.140	68.200	65.800	58.900
SOJA	26.494	32.382	39.800	48.200	47.000	48.200	47.600	53.900	69.000	85.440	86.060	99.860	88.450	92.700	100.710	102.150
TRIGO	-	-	-	-	-	-	6.030	4.210	6.720	9.540	8.856	7.530	14.570	25.450	19.950	13.050
Total Ha por safra	87.028	111.827	140.847	130.707	130.607	136.991	136.870	149.673	140.720	212.458	225.346	218.993	232.298	234.676	231.454	221.000

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO E NO TERRITÓRIO E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

A observação da história da região e do município, narrada resumidamente neste documento, assim como da história das famílias analisadas e seu contexto atual, abre um campo bastante vasto para análise a que se refere o título deste capítulo. Existia fartura, mas a renda monetária era muito baixa. A falta de crédito para os sistemas tradicionais da agricultura familiar, antes ainda do PRONAF, foi também o que levou os três casos estudados a buscar opções de cultivo e renda com outras linhas de produção além dos cultivos tradicionais de milho, feijão, mandioca, batata doce, cereais de inverno e outros mais.

As famílias plantavam, inicialmente, cereais de inverno em terras arrendadas e pagavam o terço, optando, neste caso, por relações mais próximas do que por parcerias externas. O linho foi uma opção nos anos 1960, mas também parou porque os compradores, que eram de fora, não apareceram mais na próxima safra. As vendas que existiam eram para as vilas próximas e para as cidades da região, mas que só eram possíveis para aqueles que tinham condição de transporte. As famílias faziam parcerias para o abastecimento dos grandes armazéns coloniais que persistiram até final dos anos 1970. Existia muita troca de produtos, sementes e animais reprodutores, além de mutirões nas roças e construções.

Os intermediários que faziam rotas no interior em busca de produtos, por conseguirem multiplicar seus investimentos comprando no campo e vendendo para mercados das cidades, foram os que mais cresceram, e rapidamente, apoiados por linhas de financiamento para estrutura e maquinários. No lado oposto, das famílias agricultoras, este trabalho foi sendo feito com apoio do serviço de extensão oficial, formando associações e cooperativas que, na maior parte dos casos, não funcionaram porque o processo organizativo e o de obtenção de recursos para investimentos era muito burocrático e dependia de afinamentos políticos e operacionais bastante complexos.

Ao longo dos anos, este processo foi provocando uma mudança forte na paisagem, com o crescimento muito rápido do número de estufas de fumo e com chegada ao município de praticamente todas as empresas fumageiras que atuam no país.

As propriedades que historicamente abrigavam famílias numerosas foram sendo divididas e agora, já na terceira geração, se vê que a falta de terras e de rentabilidade da agricultura nos moldes praticados no geral não motiva os jovens a permanecerem nas propriedades. Chamam atenção dois casos estudados que mostram trajetórias muito interessantes:

- a. Uma das famílias tem hoje 4,8 alqueires na comunidade São José, região da serra em Irineópolis. Cultivava fumo há mais de 30 anos e, ao contrário do que acontece com a maioria dos fumicultores, sempre manteve uma grande diversidade cultivada no quintal e nas roças para consumo próprio e para os animais, a criação de porcos e galinhas, além de vacas de leite para o consumo da família e venda para vizinhos. Entre a década de 1960 e 1970, plantavam seu trigo, centeio e cevada, ainda que em terras arrendadas, pagando o terço e se valendo dos moinhos coloniais para o beneficiamento. No início dos anos 1980, eram as fumageiras que financiavam roças de toco de milho e feijão, as quais davam um bom dinheiro que, junto com a renda do fumo, possibilitou que conseguissem comprar seu primeiro alqueire

de terra; depois, se desfazendo de alguns bens, conseguiram mais 1,5 alqueire. No final dos 1980, início dos anos 1990, a grande crise do feijão e da agricultura familiar lhes fez financiar uma nova estufa com a fumageira e, por isso, a ter um tempo de intensificação do plantio de tabaco, o que lhes levou a intoxicações e ao desejo de parar. Naquele tempo, usavam também adubos e venenos recomendados pela ATER oficial e financiada pelo PRONAF. Em 2001, o filho foi para o colégio agrícola. Em 2004, financiaram um trator e vacas de leite, que queriam manter junto com o fumo. Com dificuldades e problemas de saúde, colocaram, inclusive, a propriedade a venda, mais uma vez lançando mão de patrimônio. A intenção era plantar verduras para vender na cidade, mas não conseguiram permanecer nesta ideia apesar das investidas com parentes. Ganharam mais dois alqueires de uma herança e as coisas pareceram ter novo rumo. Num dos estágios do colégio agrícola, o filho conheceu experiências de agricultura alternativa, o que aproximou muito a família dos grupos de agricultores experimentadores em agroecologia da Rede Regional. Começaram a participar de intercâmbios, práticas coletivas de experimentação e troca de conhecimentos e feiras de sementes crioulas, que lhes permitiu fortalecer sua estratégia de diversificação e construir uma nova trajetória, parando finalmente de plantar fumo. Este processo culminou com a transformação da estufa numa agroindústria de conservas e doces para merenda escolar e mercados locais. Buscaram um financiamento complementar, construíram e equiparam. Era para ser um PRONAF Mais Alimentos, mas na hora o gerente da agência local preferiu lhes dar outra linha de financiamento. Vão aproveitar a estrutura para trabalhar com outras famílias da associação local. Hoje, a família tem sua estratégia econômica ancorada na redução de custos, com uso de sementes crioulas e outros recursos próprios, no uso de sementes crioulas de uma grande diversidade de cultivos, na diversificação de frutas, legumes e verduras visando o beneficiamento e no direcionamento da produção para as escolas, através do PNAE e PAA, e vendas para vizinhança. Usam um PRONAF que se renova automaticamente a cada ano e que, originalmente, era para uma roça de milho convencional, mas funciona como um capital de giro a serviço desta estratégia da família. Pretendem também aproveitar a transformação provocada no cenário rural e vender produtos locais para as famílias fumicultoras que ainda estão na dependência total do tabaco e da relação com as empresas. O filho pretende se casar e construir sua casa no mesmo terreno dos pais.

Este caso retrata o que aconteceu na região, evidenciando claramente o avanço da fumicultura pela ausência de políticas de crédito e ATER. Apesar de tudo, esta família conseguiu se manter, pois tinha em sua estratégia a bagagem das sementes crioulas e da diversificação para consumo familiar, minimizando assim os riscos da dependência total das empresas fumageiras. Isto evidencia que os grupos comunitários e as redes regionais de agricultores experimentadores têm um papel fundamental na construção de estratégias mais autônomas para as famílias; mostra, também, o alcance maior de programas como o PNAE e PAA, que têm promovido o acesso a mercados institucionais e que fortalecem a diversificação.

b. Outra família possui 11 alqueires na Colônia Escada, região de terras mais planas e de grande expansão do agronegócio, onde reside há 25 anos. As terras vieram da família, fruto da divisão da propriedade entre pais e irmãos. No início do casamento, há 27 anos, moraram na casa dos pais do esposo, num pedaço de 3 alqueires, numa outra localidade próxima, onde plantavam feijão, milho, soja, arroz, trigo, centeio e hortaliças, tinham tudo preparado para a tração animal, não utilizavam muito veneno e as sementes, na sua maioria, eram crioulas. Sempre plantaram muita diversidade para consumo, seja no quintal ou nas lavouras, mantendo ainda grande variedade de árvores frutíferas e criação animal igualmente diversificada. Têm muitas plantas medicinais na horta. Têm galinhas, gansos, porcos, galinhas de angola, vacas, cavalo, codornas e cabritos. Quando foram para o local onde vivem até hoje, ficaram três anos tocando lavouras convencionais, utilizavam as sementes compradas e combatiam o mato com veneno. Possuíam um trator comunitário em família, junto

com o pai mais três irmãos, mas as lavouras eram tocadas individualmente. Em 1988, compraram um trator para uso próprio, o que aumentou a capacidade de trabalho nas lavouras baseadas no sistema convencional. No entanto, os custos e a baixa rentabilidade lhes fizeram buscar mais opções. Em 1990 começaram a plantar fumo. Inicialmente plantaram 40.000 pés de fumo e construíram a estufa com financiamento da empresa fumageira, o que lhes prendeu ao esquema por vários anos. Em 2002, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os filhos começaram a participar da Pastoral da Juventude Rural, época em que começaram a ouvir falar sobre agroecologia, a participar de encontros da Pastoral e intercâmbios; depois disso, fizeram um acordo em família e resolveram passar para o plantio orgânico, buscando diminuir gradativamente a plantação de fumo. Passaram a participar dos intercâmbios, dias de campo, feiras de sementes e outras oportunidades de trocas de experiência da Rede Regional de Agricultores e Agricultoras Experimentadores em Agroecologia. Nesta concepção, começaram a investir mais na plantação de milho e feijão, na criação de pequenos animais e no cultivo comercial de ervas medicinais, tais como melissa, espinheira santa, camomila e menta e maracujá (para venda das folhas). Como possuem uma grande área de caíva, investiram também na erva-mate, plantando mais 3.000 pés, além de espinheira santa e guaco, que são espécies medicinais que vicejam na floresta. Continuaram plantando fumo, mas em escala menor. Montaram uma granja para produção de frango caipira e, em conjunto com outros jovens que participavam do movimento, fundaram uma pequena associação e começaram vender o frango em outras cidades, até que foram barrados pela vigilância sanitária. Mais por iniciativa e participação direta do filho mais velho, partiram para a construção de um abatedouro nos moldes da legislação e lutam até hoje para sua liberação. Inicialmente, era somente para a associação, mas o porte acabou permitindo que o Conselho Gestor do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense propusesse uma integração regional, injetando recursos para a parte final de processamento com padrão SIF de frango caipira e frango orgânico. Tinham dois filhos trabalhando fora da propriedade, um num viveiro de mudas de eucalipto e outro numa unidade de recebimento de grãos de cooperativa regional, que queriam muito que voltassem para casa, também porque o trabalho assalariado não lhes dava perspectivas de futuro. Embora a estratégia da família seja de parar com o fumo, desde a safra passada resolveram plantar mais justamente para ter os dois filhos de volta. Assim, com mais mão de obra em casa, poderão trabalhar melhor sua estratégia de produção de frangos e cultivos diversificados para, então, parar definitivamente com a fumicultura. Nas lavouras, continuam plantando feijão, milho, arroz, batata, cebola, mandioca, amendoim, abóbora, melão, melancia, batata salsa, pepino, alho, chuchu e vagem, consorciada com as culturas anuais, além de diversas espécies de adubos verdes de verão e de inverno. Uma grande limitação que têm é a impossibilidade de multiplicar suas próprias sementes de milho. Estão numa planície e rodeados por grandes plantadores que hoje investem pesado no milho transgênico, até porque não tem outra semente no mercado. Assim, a contaminação da semente crioula é um risco muito grande, razão pela qual destinam todo o milho produzido para consumo animal e da família, ainda que temam os riscos do consumo do milho contaminado. As sementes são conseguidas todos os anos na rede local, onde agricultores da serra (região de maior isolamento) produzem as sementes e as trocam por sementes de adubos verdes de inverno, cuja colheita mecanizada é mais favorável nas baixadas como na Colônia Escada. Conseguiram renovar a casa da família e o filho mais velho construiu sua casa na mesma propriedade. Hoje, a estratégia da família está voltada para a manutenção de uma base bem diversificada e com o menor custo possível, voltando-se para a produção de frangos em associação, o qual será vendido nos mercados institucionais (PNAE e PAA) e em outros mercados locais.

Este caso mostra, antes de qualquer coisa, que, em propriedades onde as famílias conseguem manter maior diversidade que lhes garanta segurança alimentar e algo de renda, o cultivo do fumo pode ser utilizado como estratégia para ter independência inclusive dele. Plantar fumo

para sair do fumo pode ser um contrassenso, mas é resultado da ausência e/ou dificuldades de acesso às políticas públicas que incentivem a diversificação e agregação de valor a estes produtos. Por outro lado, as empresas fumageiras dão o pacote completo e garantem a compra da produção. Isto também mostra a influência dos mercados especializados sobre as famílias. Um dos casos é o da erva-mate que, embora abundante na região, não existe incentivo para as famílias beneficiarem seu mate. As ervas medicinais que eles plantavam eram todas destinadas ao comércio com empresas ervateiras que vendem erva-mate de qualidade inferior com adição de ervas saborizantes. Outro aspecto importante é percebido ao ver que as políticas públicas converteram uma região rica em experiências do campesinato, a direcionando para a produção e o cultivo de grãos transgênicos em larga escala. Nas últimas décadas, proliferaram os armazéns e os silos de várias cooperativas, além de ter crescido assustadoramente o consumo de agrotóxicos. As famílias camponesas que estão no meio do agronegócio não têm amparo e nem liberdade para optar por sistemas livres de contaminação por transgênicos e agrotóxicos.

c. O terceiro caso estudado é de uma família igualmente tradicional da Colônia Escada em Irineópolis, mas que seguiu o caminho da especialização. O casal, que tem apenas uma filha com necessidades especiais, mora na sede que era dos pais, possui 70,18 hectares e planta, ainda, em mais 36 hectares da propriedade de uma irmã. Antes, quando tinham mais pessoas morando juntas, davam conta de manter sementes próprias e fazer lavouras com maior grau de autonomia, plantavam seu próprio trigo e centeio e tinham diversidade. Iniciaram com o fumo também por faltas de alternativas comerciais na época. Depois que a família foi se separando, ficaram com pouca mão de obra e com várias áreas mecanizáveis e, assim, buscaram financiamento para intensificar os plantios, só encontrando o único caminho conhecido pelos bancos e cooperativas regionais: compraram um trator e depois outro, plantadeiras de plantio direto, pulverizadores e demais equipamentos necessários para se implantar os pacotes tecnológicos. Plantam milho, hoje transgênico, soja convencional e transgênica, pacotes de cebola, feijão e fumo. No inverno, plantam alguma coisa de cereais de inverno, conforme o ano e o mercado. As opções que fazem de plantio (mais soja ou mais milho, mais ou menos cereais de inverno) dependem totalmente das condições do mercado regional. Giram muito dinheiro em função dos grandes financiamentos de safras, mas vivem bastante apertados. “Se não aumentar o plantio, eu quebro”, como diz o agricultor que administra todos os plantios com grande intensidade. Tem vários funcionários e planta junto. Ao contrário dos demais casos, este não possui nenhum fluxo interno de insumos, a não ser um pouco de esterco que destina a uma pequena horta ao lado da casa e que é cuidada pela esposa. Todas as sementes, adubos e agrotóxicos são comprados nas cooperativas e empresas regionais, a custo de renovação anual de financiamentos de grande monta. Um dos exemplos típicos deste tipo de estratégia acontece com o plantio da cebola, que tem sido estimulado por empresas de insumos instaladas no município. Todo o pacote é comprado, inclusive com a operação de plantio direto das sementes feito com máquina especializada. É grande a carga de fertilizantes e são mais de 30 pulverizações de todos os tipos de agrotóxicos durante o cultivo, o que eleva demais os custos. No ano passado, mesmo com produtividade da ordem de 30 toneladas por hectare, a cebola deu grande prejuízo, fato que oscila de ano para ano. Aliás, este é um quadro que tem se aplicado ao trigo, ao milho e à soja. Chamou atenção o aspecto saúde, pois a família tem um gasto enorme com farmácia. Confessam que se sentem cansados, mas não podem parar senão quebram, pois hoje não tem mais bases que lhes permitam reconstruir uma trajetória de autonomia. As alternativas de redução de custos vem pelo lado do agronegócio também: alugam um canto da propriedade, estrategicamente situado ao lado da estrada principal, para empresas fazerem campos de demonstração de sementes transgênicas, trocando o aluguel por sementes e fertilizantes.

Este caso mostra como as políticas públicas voltadas para o agronegócio modificaram a vida de várias famílias, impelindo-as ao modelo hegemônico que tem inculcida a relação com os

mercados externos. Esta influência modificou, em grande parte, toda a região. Mostra, ainda, que o caminho da especialização é um caminho de grande dependência, mas, embora seja de alto risco em função do montante investido, todos os plantios contam com seguro agrícola para o caso de intempéries climáticas, o que já não ocorre com os outros dois casos (e de muitos outros) que plantam com sementes crioulas. O exemplo também mostra o quanto uma agricultura voltada para *commodities* e outros cultivos especializados não contribui com o abastecimento alimentar da região onde está instalada.

Outro aspecto que marcou muito a mudança do perfil regional de uma agricultura de base camponesa para sistemas mais especializados foi a queda dos moinhos coloniais, antes essenciais para a estratégia mais autônoma dos colonos e que foram, aos poucos, fechando, em função de políticas de restrição ao seu funcionamento e da política externa de importação dos cereais de inverno. Também não havia linhas de financiamento para a modernização dos mesmos. A sua função no contexto da segurança alimentar e nutricional caiu no esquecimento e, sem este recurso nos municípios, as famílias agricultoras passaram de produtoras para compradoras de farinha. Da mesma forma é o plantio de arroz, que hoje é feito somente por colonos mais tradicionais e que têm contato com alguns moinhos em funcionamento. Com o advento das grandes lavouras de soja e milho, de fumo e de outras culturas com amplo financiamento disponível, a ilusão do retorno maior levou as famílias agricultoras para o endividamento, a insegurança alimentar e a submissão às agroindústrias.

Também é possível ver o padrão de incentivos econômicos existentes analisando o Quadro nº 1, no qual se vê a grande expansão do cultivo de soja, milho e fumo, sendo que o tabaco, que incide diretamente sobre a agricultura familiar, teve no Planalto Norte Catarinense um aumento da ordem de 107% desde 2005, quando o Brasil ratificou a Convenção Quadro. Também é possível comparar os dados de avanços da agricultura com os do aumento do desmatamento.

Embora existissem alguns conflitos antes da investida madeireira no início do século XX, índios, caboclos e imigrantes coexistiam trocando costumes e conhecimentos, resultando num sistema agrícola e extrativista altamente diversificado, produtivo e integrado a paisagem que, de certa forma, foi a base cultural que ainda persiste que possibilitou a conservação de importantes remanescentes florestais em Irineópolis e região. O governo da época tratou apenas de conceder a exploração das riquezas regionais à oligarquia dominante, uma vez que a mesma construtora que veio ao Sul fazer a ferrovia estava presente também no trecho Madeira-Mamoré na Amazônia. *Qualquer semelhança com os dias de hoje é mera coincidência...*

As políticas públicas que se sucederam voltaram-se a exploração madeireira e trataram de criar a falsa impressão de que havia limites na exploração predatória das florestas quando, na verdade, incentivavam cada vez mais a exportação de madeira vinda da região.

As trajetórias da agricultura familiar camponesa sempre tiveram associação direta com o uso e conservação da floresta. Muito da economia regional poderia ser voltada para este uso tradicional, com o manejo de espécies madeiráveis nativas, como a bracatinga (*Mimosa scrabella*), o pinho bravo (*Podocarpus lambertii*) e diversos tipos de canelas, dentre outras que vicejam na mata e que permitiriam um manejo associado à conservação. No entanto, as políticas públicas se voltaram ao plantio em larga escala de pinus (*Pinus sp.*) como medida de compensação ambiental e que só veio agravar o problema, tanto porque a maior parte dos incentivos legais concedidos não se convertiam em plantios como porque nos locais onde isso foi feito, viraram monoculturas nocivas ao ambiente cultivado. Outro aspecto por traz deste incentivo ao pinus é que nem as indústrias de madeira da região e que trabalham com esquadrias têm, hoje, matéria prima regional para seus produtos. Vem tudo da Amazônia!

Um reflexo direto de todo o estudo se vê nos mercados locais, cada vez mais na mão das multinacionais e grandes cooperativas: tudo o que é utilizado de insumos vem delas e a produção também segue o mesmo rumo. Nesta lógica, as políticas agrícolas vigentes, mesmo direcionadas para agricultura familiar, não apoiam a mesma, mas trabalham para estruturar os mercados do agronegócio mundial.

Um contraponto é o bom uso do PNAE e do PAA, que têm servido para as famílias se reestruturarem e, gradativamente, passarem de um modelo de dependência de insumos e mercados para uma situação mais autônoma, como foram relatados anteriormente. O uso dos mercados institucionais como alternativas ao fumo tem promovido o crescimento de cooperativas e associações da agricultura familiar da região.

Também merece destaque o papel que cumpriu e cumprem as redes regionais de agricultores experimentadores na promoção de troca de experiências e sementes, motivando a construção do conhecimento e sendo palco de um importante trabalho de ATER que viabiliza a transição agroecológica para muitas famílias. Neste campo, também vale destacar que o escritório local da Epagri de Irineópolis cumpriu e cumpre importante papel no estímulo à transição agroecológica para muitas famílias tradicionais e assentados da reforma agrária.

4. CONCLUSÕES

A realização do presente estudo nos permite concluir que, historicamente, as políticas públicas não têm favorecido os sistemas de produção familiar baseados na utilização de sementes crioulas, na policultura, na utilização racional das florestas e na sua preservação e no trabalho familiar, entre outros elementos. Os incentivos, estímulos e financiamento estatais voltaram-se, como pudemos observar, para aquelas atividades de grande porte, extensivas e intensivas, que, por sua própria natureza, concentram a terra e o poder. Os diversos 'ciclos' vivenciados no município e região, analisados, demonstram que a tendência dominante foi sempre extrativa e predatória e que, mesmo numa região com expressiva presença camponesa e um acúmulo enorme de conhecimentos e práticas tradicionais, o desenvolvimento de atividades com sojicultura e fumicultura tem deteriorado seriamente, e continuam a deteriorar, a agrobiodiversidade, além de ter um impacto enorme na perda de soberania alimentar e nutricional não apenas das famílias camponesas, mas da população em termos gerais, cada vez mais dependente das agroindústrias e dos mercados externos.


As políticas públicas de crédito rural e ATER direcionaram os agricultores para o abandono de suas práticas tradicionais. Muitos se iniciaram na fumicultura por não existir outras opções com apoio estatal e no marco de um agravamento da crise agrícola provocada pela mesma expansão do agronegócio ou de outras atividades predatórias e extrativas. Nos últimos anos, mudanças positivas em favor da agricultura familiar estão sendo possíveis pela forma como os produtores estão acessando os mercados institucionais criados pelo PRONAF e pelo PNAE, que permitem comercializar a produção familiar de alimentos não destinada ao autoconsumo, contribuindo com a melhoria da renda monetária da família e favorecendo sua interação nos mercados locais.

A transição agroecológica enfrenta diversos obstáculos no município, como demonstram os casos analisados que apontam nessa direção de transição. O que se observa é o papel chave desempenhado pelas redes locais de experimentadores agroecológicos e de algumas entidades locais que facilitam a troca de conhecimentos, como a Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização, a Cooperativa de Comércio Solidário (ComSol), a Associação dos Pequenos Produtores Ecológicos e Orgânicos da Colônia Escada (APAECO), dentre outros, sem deixar de fora a atuação da própria AS-PTA. Como indicamos, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) também vem cumprindo importante papel no fomento da transição agroecológica e consideramos importante reforçar esse fato, pois não é o comum em outros estados da União.

Existem, portanto, importantes desafios colocados para as políticas públicas serem capazes de incentivar o desenvolvimento da agroecologia numa região de predominância camponesa, mas que tem sido o coração da modernização agropecuária no Brasil com a introdução do agronegócio, por sua vez continuador das práticas extrativas e intensivas do passado. As famílias engajadas na transição demonstram que esta é possível e que a agroecologia traz diversos benefícios, tanto para a família quanto para a sociedade. A eliminação do uso de venenos agrícolas é algo da maior

significação, assim como a reintrodução de lavouras diversas, a melhoria da renda monetária familiar, o estímulo dos conhecimentos autóctones por contraposição aos pacotes tecnológicos da agroindústria e o reforço da soberania alimentar e nutricional, entre outros aspectos.

Não duvidamos em afirmar que um apoio firme e decidido do Governo Federal à transição agroecológica contaria com a participação de muitos produtores locais que hoje estão na subserviência perante o capital agroindustrial e têm a intensificação do trabalho e da mecanização como única chance de não ir para a bancarrota. Este estado de coisas é produto de políticas deliberadamente impostas no Território, de forma que políticas pautadas sobre outro quadro conceitual e que realmente priorizem os anseios das famílias camponesas, sem dúvida, poderiam redirecionar o desenvolvimento local numa outra, e bem distinta, trajetória social e produtiva.



TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

Organizações responsáveis:

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da
Mata de Minas Gerais – CTA-ZM

Equipe de pesquisa:

Eugênio Alvarenga Ferrari
Márcio Gomes da Silva

Minas Gerais, 2012

1. O ESTUDO DE CASO NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

Este texto traz a análise do estudo realizado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM) a partir do projeto “Avaliação da adequação das políticas públicas de crédito e de ATER para a transição agroecológica em sistemas produtivos de agricultores familiares no bioma Mata Atlântica”, especificamente acerca das formas de financiamento e ATER para a transição agroecológica em dois municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.

A definição das estratégias de elaboração do estudo foi realizada em oficina com a presença de representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Araponga, Acaiaca, Caparaó, Divino, Ervália e Espera Feliz, das cooperativas de crédito da agricultura familiar de Araponga e Divino, da Comissão Mulheres de Divino e da Associação Regional dos Trabalhadores/as Rurais da Zona da Mata.

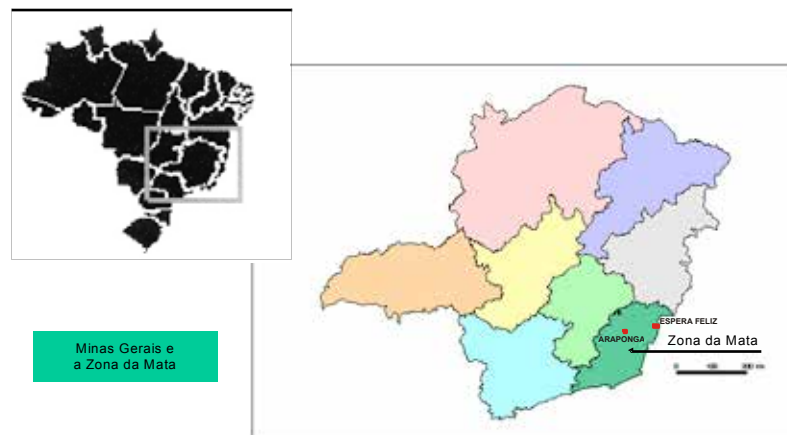
O estudo buscou evidenciar as estratégias adotadas pelos próprios agricultores para financiar seus sistemas produtivos, procurando identificar como, e em que condições, as políticas e serviços de crédito e de ATER vigentes apoiaram ou, pelo contrário, impuseram obstáculos à transição agro-ecológica. As reflexões contidas no estudo se deram a partir da análise da trajetória de cinco famílias (três em Araponga e duas em Espera Feliz), relacionando estas trajetórias com as políticas públicas em questão.

Após a elaboração do estudo, realizou-se um seminário com a participação dos STTR's de Araponga, Caparaó, Divino, Tombos, Visconde do Rio Branco, Orizânia, Paula Cândido e Espera Feliz, da Comissão de Mulheres de Divino, da Associação Regional, da AMART/Tombos, da CO-OFELIZ, da PACECOSOL Divino e da equipe técnica do CTA, além de agricultores/as cujas experiências foram sistematizadas. Os objetivos do seminário foram: i) Socializar o resultado das sistematizações das trajetórias dos sistemas de produção de famílias de Araponga e Espera Feliz; ii) Re-alizar um debate sobre a adequação das políticas públicas de crédito e ATER ao processo de transição agroecológica na Zona da Mata; iii) Elaborar propostas de reformulação para as políticas públicas de crédito e de ATER, visando a ampliação do processo de transição agroecológica na Zona da Mata.

Para as organizações locais, o resultado das sistematizações e os debates realizados constituem-se em importante subsídio para a sua participação em fóruns de discussão de políticas públicas para a agricultura familiar e para a própria atuação das organizações junto às famílias articuladas em suas bases de trabalho nos municípios.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS E NOS DOIS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

A Zona da Mata constitui-se em uma das oito mesorregiões de Minas Gerais e está localizada no sudeste do estado, fazendo divisa ao leste com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A região recebeu tal designação por ter sido originalmente coberta por Mata Atlântica. Sua população originária era constituída por índios Cataguás e Puri, povos nômades que viviam mais da caça do que da agricultura (HALFELD & TSCHUDI, 1998).



Fonte: Adaptado do site <http://www.geominas.mg.gov.br/> - 2002
(microrregiões de planejamento de 1996)

2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA ZONA DA MATA

A partir dos anos 1930, teve início a redução da importância relativa da região na economia mineira com a decadência da economia cafeeira. Foi, porém, na década de 1960 que ocorreu o esta-belecimento de um acordo internacional entre países produtores e consumidores, a partir do qual se promoveu a erradicação de lavouras de café na região. A recuperação da cultura cafeeira na região veio, segundo Campos (2006), a partir dos programas governamentais de erradicação e renovação das lavouras de café, no período entre 1962 e 1967, culminando, em 1970, com a instituição do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais. Com estes planos, Minas Gerais passa a ser o primeiro produtor nacional de café (ANDRADE, 1994). Desta forma, a partir do final da década de 1970 até os dias atuais, o café voltou a ser o principal produto para geração de renda nos municípios de Araponga e Espera Feliz, tanto para os grandes como, também, para os médios e pequenos pro-prietários.

No “Revigoração”, através do crédito rural subsidiado, se difundiu um “pacote tecnológico” compulsório que influenciou substancialmente o perfil tecnológico do parque cafeeiro nacional. No pacote que os agricultores tinham que adotar, destacava-se as recomendações referentes ao espaçamento, adubação e agrotóxicos, e foi o mesmo para todo o Brasil, independentemente da região e do tipo de agricultor (GOMES, 1986). A assistência técnica e extensão rural oficial já estavam estruturadas em Minas Gerais desde a década de 1950, através da ACAR, que tinha escritórios em vários municípios da Zona da Mata. (CINTRÃO, 1996).

Na década de 1970, se implementou um Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, o PRODEMATA. Este programa definia a modernização tecnológica como a base para o processo de desenvolvimento da agricultura e para a melhoria dos níveis de renda no meio rural (CINTRÃO 1996). Finalizado este programa, se iniciou outro nos mesmos moldes: o MG-2.

No entanto, há de se considerar que, apesar do incentivo do crédito subsidiado e de toda a estratégia difusionista adotada pela extensão rural, os agricultores não adotaram passivamente o “pacote”, o que também explica a sua adoção parcial. Cintrão (1996) observa que a incorporação de tecnologias pelos agricultores se dá a partir de uma lógica própria destes e não a partir da lógica que orientou a pesquisa daquelas tecnologias por parte de institutos ou centros oficiais. (CINTRÃO, 1996).

De toda forma, a introdução destes elementos na agricultura familiar camponesa da região tem significado uma forte deterioração do meio ambiente, a perda da identidade cultural e o debilitamento de sua economia. Nesta proposta, está implícita a necessidade de uma crescente vinculação ao mercado e o desestímulo a produção para o autoconsumo, tendências que podem ser contrárias à reprodução continuada da produção camponesa.

2.2. A AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE ESPERA FELIZ E ARAPONGA

A origem do campesinato na Zona da Mata está associada aos migrantes que vieram das regiões de mineração ou de outras regiões do estado, ou mesmo de outros países, para trabalharem nas lavouras de café e que, com o tempo, foram tendo acesso ao seu próprio pedaço de terra (inclusive a população negra antes escravizada tanto nas áreas de mineração como na agricultura); está associada aos sitiantes que vieram ocupar espaços entre as fazendas de café, se dedicando a culturas alimentares e criação de animais, mas trabalhando nas fazendas de café e gado; está também associada ao próprio desmembramento progressivo das antigas fazendas de café, que foram sendo divididas em propriedades cada vez menores em função da perda do dinamismo econômico e da fragmentação pela herança; e, finalmente, está associada aos descendentes das populações originárias dos índios Puri e Cataguás.

Os municípios de Araponga e Espera feliz, localizados no norte dessa região, foram escolhidos como base para o estudo por representarem situações diversas em termos da integração dos agricultores familiares ao processo de modernização da agricultura. A análise das informações disponíveis leva a crer que este processo foi mais intenso em Espera Feliz do que em Araponga.

No censo agropecuário de 1995/1996, as propriedades com menos de 100 hectares somavam 699 em Espera Feliz e 589 em Araponga. Se considerarmos, por exemplo, o acesso dos agricultores à assistência técnica, 66% dos proprietários com menos de 100 hectares declaravam receber assistência técnica em Espera Feliz ao passo que, em Araponga, somente 4% declaravam recebê-la¹. Levando em conta o acesso ao crédito rural, em 2001, foram realizadas 540 operações de crédito em Espera Feliz, mobilizando R\$ 1.801.202,34; em Araponga, foram apenas 68 operações, com um valor total de R\$ 150.963,44². Finalmente, o grau de especialização na produção de café dos agricultores³ familiares de Espera Feliz era muito superior que nos de Araponga, onde era mais forte a diversificação produtiva. Em Espera Feliz, 83% do total de estabelecimentos familiares foram considerados especializados ou muito especializados ao passo que em Araponga se verifica o inverso, com 73% do total dos estabelecimentos familiares considerados como diversificados ou muito diversificados. Estes podem ser indicadores importantes para corroborar a tese da maior intensidade do processo de modernização em Espera Feliz.

Por outro lado, os dois municípios apresentam situações muito semelhantes quanto aos recursos naturais (tipos de solo, clima etc.) e à agricultura praticada (nos dois casos a produção de café é o “carro-chefe” dos sistemas de produção). O estudo considerou que estas semelhanças e diferenças contribuiriam para identificar e analisar os diferentes tipos de estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar, assim como a incidência das políticas públicas nestas estratégias.

¹Dados do IBGE, obtido em (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/19951996/31/d31t03.shtm>) em 15/05/2008.

²Dados do Pronaf.

³Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FA. <http://200.252.80.30/sade/municipios.asp>

3. A INCIDÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA E SUA INFLUÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DOS AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES ANALISADOS

Diversas políticas são atualmente implementadas na Zona da Mata e nos municípios selecionados, incidindo de forma direta sobre a agricultura familiar. Segundo os participantes do seminário regional, as políticas públicas que mais incidem neste segmento produtivo são as seguintes:

Tabela nº 1. Principais políticas públicas implementadas na Zona da Mata (MG) que incidem sobre a agricultura familiar

Política	Avaliação
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Em relação ao crédito, os agricultores veem avanços, como no caso do PRONAF Agroecologia, no qual houve um pequeno, mas significativo, número de projetos apoiados na região (45 projetos elaborados pelo CTA-ZM), principalmente de investimento. Em determinadas linhas de financiamento, porém, os critérios exigidos não contribuem com o processo de transição, pois são vinculados a pacotes, principalmente no que se refere à compra de insumos químicos (aí está incluído principalmente o financiamento de custeio). Outras linhas do PRONAF, como os PRONAFs Jovem e Mulher, poderiam ser estimuladoras de processos de transição se fossem voltadas para a diversificação da produção, a valorização do trabalho das mulheres nos quintais e hortas etc., mas o acesso das famílias a estas foi quase nulo na região, seja por falta de informação dos agricultores/as ou dos bancos que operam o PRONAF.
Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar	Ambos são identificados como políticas que tem contribuído na transição agroecológica, na medida em que possibilitou maior diversificação da produção. A garantia de mercado para os produtos também é um estímulo à diversificação. Um entrave destacado pelos agricultores foi o trâmite burocrático que atrasa a liberação do dinheiro, muitas vezes dificultando a inserção de novos agricultores nos projetos.
Crédito Fundiário	Também foi destacado como política que pode contribuir com o processo de transição ⁴ , mas, por estar em fase inicial, ainda não se tem resultados de longo prazo que demonstrem como a política contribuiu nos processos de transição agroecológica. O financiamento oferecido pelas cooperativas de crédito da agricultura familiar também pode ser considerada uma política (não estatal) que pode estar incidindo nas experiências de transição agroecológica, desde que suas linhas de crédito sejam orientadas para realidade dos agricultores em processos de transição agroecológica.
Programa de Habitação Rural	Implementado na região em parceria com a FETRAF, também foi considerado como potencialmente promissor para os processos de transição, uma vez que, junto com a melhoria das habitações, estão previstas ações de melhoria no entorno das residências, nos pomares, hortas e jardins.
Assistência Técnica e Extensão Rural	Também foi considerada uma política de fundamental importância, tanto no apoio aos processos de transição agroecológica como nos processos de modernização da agricultura familiar na região. Aí se incluem as ações de diferentes instituições e organizações, como a EMATER, a EPAMIG, o CTA-ZM, a UFV e as próprias organizações dos agricultores como STR's, EFA's, associações e cooperativas de crédito.
Programa de Desenvolvimento Territorial	No caso dos municípios incluídos no Território da Serra do Brigadeiro, inclusive Araponga, há investimentos em infraestrutura e equipamentos, além de ações de capacitação, que também incidem nas experiências de transição agroecológica destes municípios.

Este conjunto de políticas tem impacto direto ou indireto nas condições de trabalho das famílias e podem, de fato, favorecer ou obstaculizar a transição agroecológica. Contudo, devemos pensá-las e avaliar a sua potencialidade a partir de sua articulação e complexidade e não de forma isolada.

3.1. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

Em Araponga, identificaram-se histórias de resistência camponesa. É possível observar o papel central da lavoura de café na estratégia econômica, com uma produção voltada para o mercado, mas a forte relação com o mercado de café não fez desaparecer características marcantes de uma agricultura tipicamente camponesa.

A aversão ao risco, o costume de fazer o cálculo mais preciso possível para não perder patrimônio, principalmente a terra, ficou evidente. Mesmo tendo em perspectiva obter retorno financeiro com a venda de serviços, as famílias não abrem mão da autonomia de obter os produtos necessários para sua alimentação. Isto permite não só que elas consumam um alimento de qualidade co-nhecida, mas também que tenham os produtos necessários para a doação (ou redistribuição) para familiares ou amigos, ampliando as relações sociais e afetivas. O forte vínculo com os mercados, portanto, não fez desaparecer uma racionalidade que não se reduz ao cálculo econômico condicionado pela troca mercantil. A permanência de relações de reciprocidade constitui-se como estratégia fundamental na viabilização do sistema de produção destas famílias.

A autonomia adquirida após a aquisição da terra é muito valorizada por estas famílias. Essa autonomia é parte fundamental na estratégia de reprodução socioeconômica. Outra característica observada como estratégia de reprodução socioeconômica é o recurso à pluriatividade. A participação nas organizações e a inserção das famílias no que chamamos de redes sociopolíticas e sociotécnicas aparecem também, igualmente influenciando na criação de oportunidades de melhoria das condições de trabalho e de manejo no sistema de produção.

Já no município de Espera Feliz há indicação de processos de descampesinização e recampesinização, talvez influenciados pelo próprio processo de modernização da agricultura. Um indicador disso é a ruptura do processo tradicional de herança e sucessão nas propriedades de agricultores familiares: a maior parte das terras herdadas foi vendida para pessoas de fora da família e de fora da comunidade ou mesmo do município e, em pelo menos um dos casos, o herdeiro as vendeu para quitar dívidas contraídas pelo crédito do PRONAF. A venda dos terrenos para pessoas de fora, por sua vez, trouxe novos problemas. As práticas de reciprocidade, antes estabelecidas na comunidade, foram desestruturadas. Um problema gerado pela desestruturação dos laços familiares na comunidade foi, por exemplo, o fim de grupos de troca de dias de serviço na comunidade. Por outro lado, uma das famílias que permaneceu na comunidade procura restabelecer práticas de reciprocidade, criando alternativas para a permanência dos filhos na propriedade, inclusive através da pluriatividade, estabelecendo novas estratégias de relação com os mercados e buscando relações com grupos e organizações mais amplas, como o STR, associações etc.

⁴Isto porque, em alguns dos municípios onde está sendo implementado, tem-se a vinculação das famílias atendidas com outros programas e ações já desenvolvidas no campo da agroecologia, como, por exemplo, o financiamento a projetos de hortas agroecológicas, por parte das cooperativas de crédito, e o escoamento da produção por meio do PAA. Essas famílias também estão envolvidas em processos de intercâmbios de conhecimentos, desenvolvendo técnicas de manejo sustentável nas terras adquiridas pelo Crédito Fundiário. Essa, portanto, é uma realidade que não se expressa na totalidade dos municípios que compõem o Território.

3.2. AS ESTRATÉGIAS EXPRESSAS NO ORDENAMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

A Tabela 2 nos dá uma primeira ideia da composição dos sistemas produtivos das famílias e alguns recursos disponíveis de cada uma delas.

Tabela nº 2. Algumas características das propriedades das cinco famílias entrevistadas.

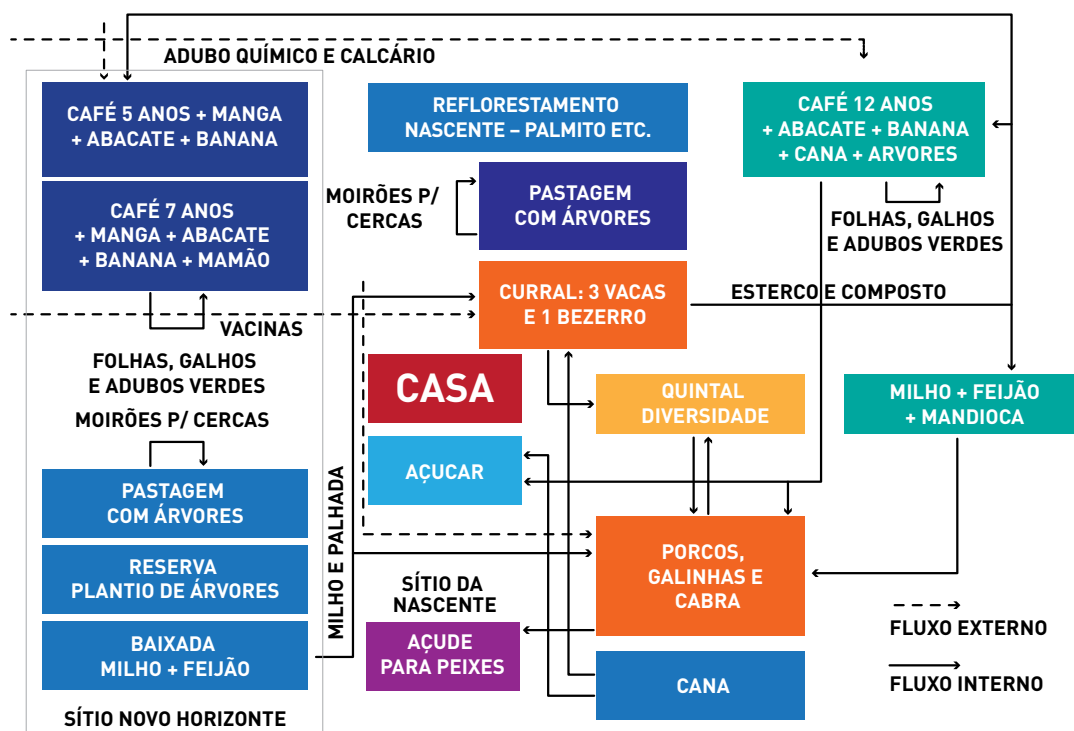
	Pedrinho e Dulcinéia	Zé Branco e Elvira	Zé Lopes e Clotilde	Tenório e Tereza	Edson e Margarida
Área total (Há)	14,3	6	18	9,3	6
Área com pastagem (Ha)	6	1,5	7,5	1	0,3
Área c/ mata nativa (Ha)	5	1	2	-	-
Área com eucalipto (Ha)	-	0,5	0,5	1,6	-
Área c/ capoeira / chavascal (lavoura abandonada etc.) (Ha)	-	-	-	0,5	1,7
Área só de culturas anuais (Ha)	1,5	-	1	-	-
Área com café	1,4	2,6	6	5,6	3,1
Bovinos (nº total de cabeças)	6	6	4	-	-
Caprinos (nº total de cabeças)	4	-	-	-	-
Suínos (nº total de cabeças)	4	1	1	13	2
Aves (nº total de cabeças)	50	10	10	20	8
Mão de obra disponível (nº de pessoas ocupadas)	3	1,5*	2	6,7**	3***
Nº de pessoas residentes (incluindo as crianças)	5	5	5	10	5
% da área com café	10%	43%	33%	60%	52%****
Nº de pés de café	5.700	5.850	13.000	12.880	10.000

*Considerando meio tempo da esposa que é professora; ** Considerando um genro, uma filha e uma nora que "tocam" lavouras em parceria, além de cultivarem horta, pomar e cuidar de criações na própria propriedade. O outro filho casado dedica apenas 20% do seu tempo à propriedade. Considerou-se também meio tempo de um dos filhos que estuda, mas ajuda no período que está em casa. *** Considerando meio tempo que a esposa trabalha na propriedade, já outro meio tempo trabalha em uma creche, e meio tempo de uma filha jovem que estuda. **** Outros 33% da área já foi também ocupada com café, mas a lavoura foi abandonada e atualmente é um "chavascal".

O primeiro sistema de produção analisado é o de **Pedrinho e Dulcinéia**, que está estruturado em duas propriedades distantes cerca de um quilômetro uma da outra. O diagrama de fluxos externos e internos e dos insumos utilizados no sistema de produção (Figura 1) mostra um grande número de fluxos internos voltados para a conservação e a recriação da fertilidade dos solos.

Muitos efeitos benéficos relacionados ao controle de pragas e enfermidades, à criação de um microclima mais favorável à produção das lavouras, à conservação da biodiversidade, à produção de serviços ambientais, etc., têm sido demonstrados através de várias pesquisas realizadas em sistemas agroflo-restais de vários agricultores de Araponga, inclusive no de Pedrinho e Dulcinéia².

Figura nº 1. Fluxograma da propriedade de Pedrinho e Dulcinéia



A autonomia está presente como uma estratégia fundamental de reprodução socioeconômica da família. Pode-se observar baixa dependência em relação às indústrias produtoras de insumos, na medida em que eles não utilizam agrotóxicos e necessitam de uma quantidade significativamente menor de adubos químicos para manter um nível satisfatório de produtividade. Na Tabela 3, é feita uma comparação do uso de adubação química no café pelas diferentes famílias entrevistadas, onde fica clara a significativa economia feita por Pedrinho e Dulcinéia sem prejuízo na produtividade.

Tabela nº 3. Uso de adubação química, produção de café e custo de produção por mil pés de café.

	Pedrinho e Dulcinéia	Zé Branco e Elvira	Zé Lopes e Clotilde	Tenório e Tereza	Edson e Margarida
Kg de adubo químico / mil pés de café*	150	300	430	300	320
Sacas de café / mil pés de café**	7	9,6	5,6	5	6,4
Custo de produção com adubação química (R\$)	192,00	384,00	550,00	384,00	409,00

* Adubação feita em 2008/2009

** Média de produção dos últimos dois anos (em função da bienalidade da produção do café)

⁵Para mais informações ver MATOS et al, 2009; ; MATOS et al, 2008; CARVALHO et al, 2005.

A manutenção da fertilidade dos solos nas lavouras e da produtividade do café também é resultado do fluxo interno de esterco, com o qual é feito composto orgânico, e da urina de vaca, que são aplicados nas lavouras. E não é somente nas lavouras que os fluxos internos otimizam a produção. Isto pode ser verificado também nas pastagens, onde as árvores consorciadas, além de possibilitar a reciclagem de nutrientes, fornecem os moirões para a manutenção das cercas e são fonte de alimento para as abelhas criadas no seu entorno; também há fluxos internos na utilização de restos de culturas e frutas diversas na alimentação dos animais, cujo estrume é utilizado na alimentação dos peixes.

Em 2004, Pedrinho e Dulcinéia elaboraram, com apoio do STR e CTA-ZM, um projeto de financiamento na modalidade do PRONAF Agroecologia. O projeto, no valor de R\$ 7.500,00, foi destinado para investimentos na ampliação do terreiro de secar café, do curral, do chiqueiro, do galinheiro e do paiol, além da reforma de estradas e cercas e a aquisição de uma picadeira e motor elétrico. O objetivo era de diminuir a dependência de adubos orgânicos adquiridos fora da propriedade e aproveitar melhor os produtos dos quais dispunham para a alimentação dos animais.

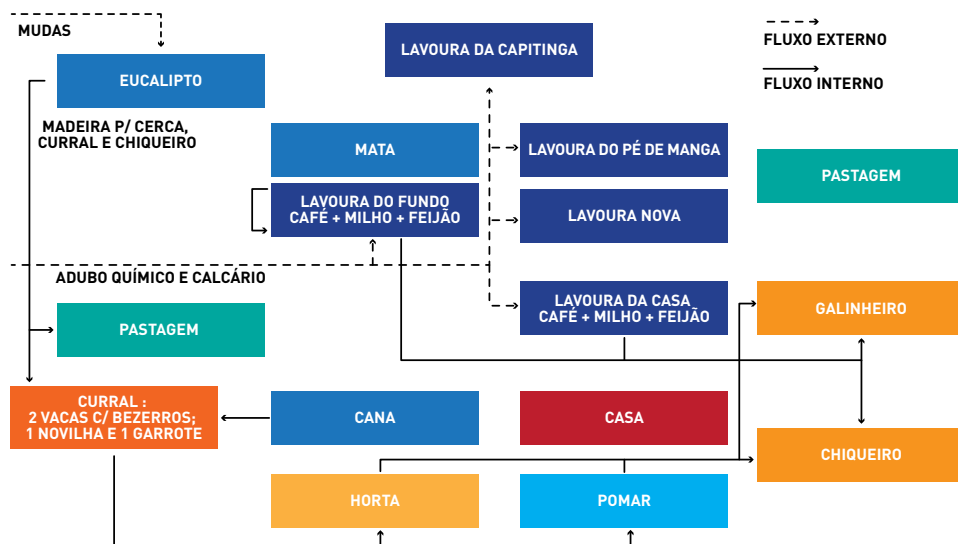
Na avaliação de Pedrinho, o acesso ao crédito possibilitou várias melhorias no sistema de produção: aumento do número de criações e da produção de polvilho de mandioca, aumento da produção e qualidade do café e redução significativa da mão de obra em sua secagem no novo terreiro. Reduziu o custo de transporte com a melhoria das estradas e com o serviço do trator do grupo⁶. Quando terminou o prazo de carência do financiamento, ao final de três anos, mesmo tendo cinco anos para quitar a dívida em parcelas, pagaram todo o financiamento do PRONAF Agroecologia (R\$ 8.364,00 referentes ao principal da dívida mais os juros até o vencimento da primeira parcela).

Nesta família, podemos observar uma trajetória crescente de transição agroecológica que se inicia desde a compra do terreno. A busca de financiamentos foi sempre condicionada às possibilidades de adequá-lo às estratégias definidas pela família, tendo estas uma forte influência das relações de reciprocidade, das redes sociopolíticas e sociotécnicas estabelecidas a partir da sua participação nas organizações locais e regionais (STR, Associações, CTA-ZM, UFRV). Nunca tiveram acompanhamento da EMATER.

Outro sistema de produção, descrito a seguir, é o de Zé Branco e Elvira, que está estruturado em uma única propriedade (Figura 2). Comparado ao anterior, nota-se um número mais reduzido e menos importante de fluxos internos. O esterco é utilizado apenas na horta, no pomar e, um pouco, na cana. As lavouras dependem muito do adubo químico, que se constitui na maior despesa da propriedade, o que os leva a recorrer sempre ao crédito de custeio do PRONAF. Este financiamento é motivo de preocupação constante, pois a venda do café precisa gerar os recursos necessários para pagar o adubo (e o financiamento) para a próxima safra e uma sobra para os investimentos. Recentemente, Zé começou a experimentar o uso de adubos verdes em uma das lavouras e vai continuá-la antes de ampliar para uma área maior, mas já notou uma significativa melhora nas lavouras depois que passou a roçar mais do que capinar: isso diminuiu muito o escoamento superficial da água que, além de carregar terra, levava também parte dos adubos químicos que aplicava.

⁶Pedrinho se juntou a um grupo de agricultores da comunidade na compra conjunta de um trator agrícola, que hoje presta serviços a seus proprietários e também para outras pessoas do município ("Grupo do trator"). O grupo utilizou parte dos recursos que cada um obteve no PRONAF Agroecologia, mas essa compra não aparecia nos projetos. Ela foi possível pela relação de reciprocidade estabelecida entre os membros do grupo.

Figura nº 2. Fluxograma da propriedade de Zé Branco e Elvira



A produção de café ocupa um lugar muito destacado no sistema de produção, com 43% da área da propriedade e a maior parte do seu tempo de trabalho, além de representar também 85% do valor bruto de produção (VBP) total da propriedade (Tabela 4). Além do café, é comercializado apenas o que sobra da produção de milho, feijão e, às vezes, um pouquinho de leite. Na opinião do Zé, ele só consegue “tocar”, praticamente sozinho, todas as suas lavouras de café por estar inserido no grupo de trocas de dias de serviço, pois, se fosse para pagar a mão de obra na colheita, seria in-viável manter todas as lavouras. Por outro lado, o sistema de produção lhes fornece a maior parte dos alimentos que a família consome e este é um aspecto da autonomia bastante destacado nos seus depoimentos.

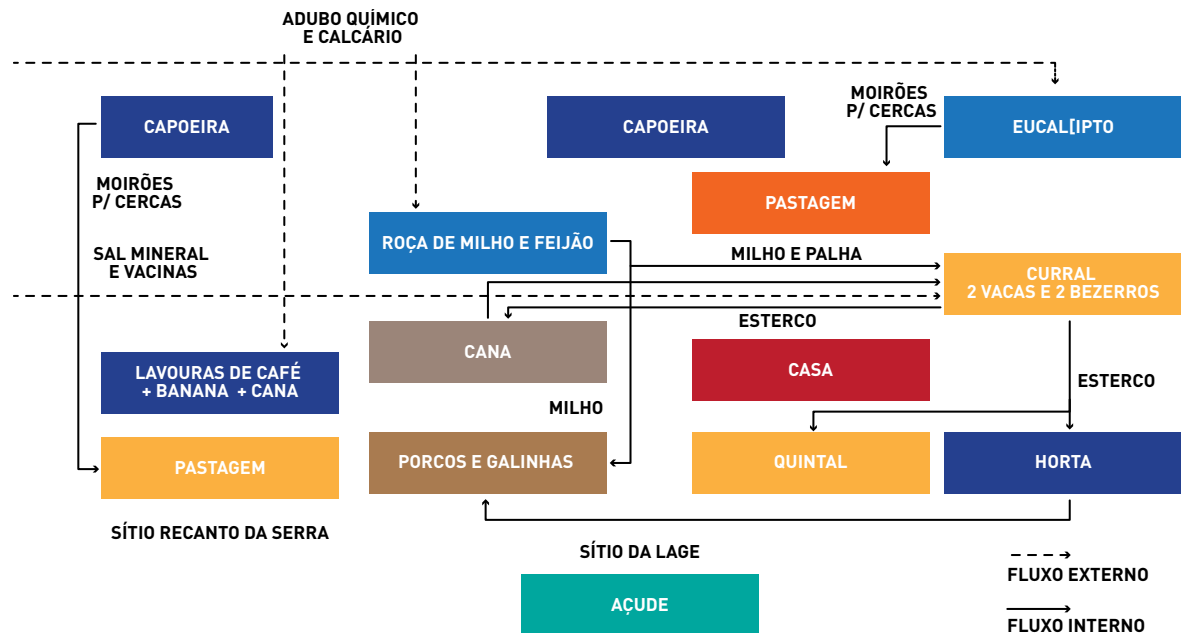
Tabela nº 4. Valores Brutos da Produção de alguns subsistemas nas propriedades analisadas.

	Pedrinho e Dulcinéia	Zé Branco e Elvira	Zé Lopes e Clotilde	Tenório e Tereza	Edson e Margarida
Valor Bruto da Produção total (VBP) em R\$	14.150,00	11.780,00	20.800,00	30.600,00	6.200,00
VBP culturas anuais (milho, feijão e mandioca) em R\$	940,00	920,00	1.100,00	1.910,00	800,00
VBP hortaliças e frutas	600,00	-	400,00	9.120,00	150,00
VBP produção animal em R\$	3.080,00	860,00	960,00	1.600,00	-
VBP produtos processados (inclusive artesanato) em R\$	780,00	-	140,00	3.480,00	-
VBP do café em R\$	8.750,00	10.000,00	18.200,00	14.490,00	5.250,00
% do VBP do café em relação a VBP total	62%	85%	88%	48%	85%
Valor Líquido da Produção de café (menos custo c/ adubos adquiridos ⁷) em R\$	7.656,00	7.554,00	11.050,00	9.536,00	1.896,00

⁷Considerou-se somente o custo dos fertilizantes por ser este o mais significativo em todos os sistemas analisados.

O último sistema de produção das famílias entrevistadas em Araponga é o de José Lopes e Clotilde. Também está estruturado em duas propriedades distantes aproximadamente dois quilômetros uma da outra (Figura 3). No Sítio Recanto da Serra, Zé Lopes trabalha nas lavouras praticamente sozinho ou trocando dias com um grupo de parentes e vizinhos da comunidade. Com quatro filhos novos, Clotilde assume mais o trabalho de casa e em suas imediações, cuidando da horta e da criação.

Figura nº 3. Fluxograma da propriedade de José Lopes e Clotilde



O que se depreende da análise dos fluxos no sistema de produção de José Lopes e Clotilde, em primeiro lugar, é a falta de fluxos internos com as lavouras de café, seja desta para os demais subsistemas, seja destes para a lavoura. O principal fluxo é externo, representado pela aquisição de calcário e adubos químicos utilizados nas lavouras. Quase não há fluxos internos voltados para a recriação da fertilidade nas lavouras, uma vez que estas são conduzidas preponderantemente solteiras e não se aproveita aí o potencial de produção de esterco do Sítio da Laje. Comparativamente à propriedade de Pedrinho e Dulcinéia, que também possuem dois sítios situados a uma distância similar um do outro, os dois sítios de José Lopes e Clotilde são bem menos integrados.

No Sítio da Laje há uma integração um pouco maior entre os subsistemas, embora também aí não haja práticas que potencializem a ciclagem de nutrientes. Quando o gado está nas pastagens do Sítio Recanto da Serra, o esterco não é coletado, mas, quando está no Sítio da Laje, ele é aproveitado na horta, quintal e na lavoura de cana.

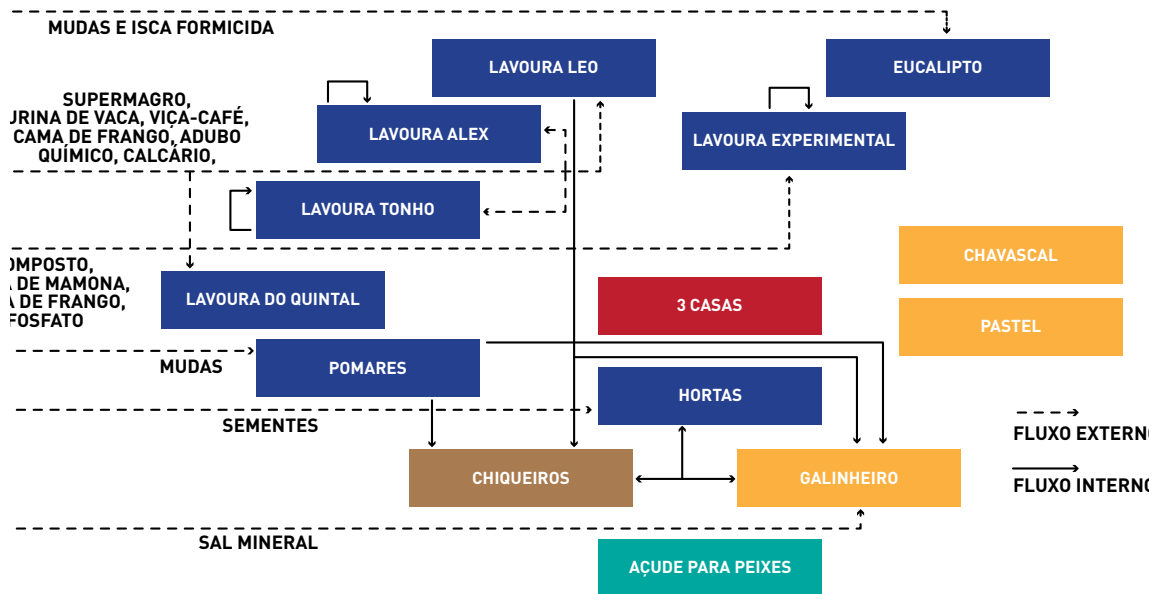
Como se pode observar na Tabela 3, as lavouras de café de José Lopes são as que recebem a maior quantidade de adubos químicos, o que lhe garante o custo mais elevado dentre os produtores analisados, pelo menos no que se refere a este insumo. No entanto, ele não obtém a maior produtividade por cada mil pés plantados. O seu sistema de produção também é o mais dependente do café, se considerar que esta cultura é responsável por 88 % do valor bruto da produção total do sistema (Tabela 4). Deste ponto de vista, da mesma forma que os sistemas de produção de Zé Branco e Ed-son (apresentados adiante), pode-se dizer que os de José Lopes são sistemas que envolvem maior risco, uma vez que estabelecem vínculos mais fortes com o mercado de insumos e com o mercado do café, ambos sujeitos as grandes variações de preços no mercado internacional. A desvantagem de Zé Lopes e Clotilde é que não contam com nenhuma renda não agrícola e estável que, nos casos das outras duas famílias, é gerada pelo trabalho assalariado de Elvira (professora) e Margarida (auxiliar de creche municipal).

A primeira propriedade analisada no município de Espera Feliz é a de Tenório e Tereza, on-de,

diferente das demais, residem atualmente três famílias (Figura 4). Algumas das lavouras de café da propriedade (de Alex e Tonho) são autênticos sistemas agroflorestais, onde os fluxos internos são muito significativos. A banana e a mandioca, produzidas em grande parte nestas lavouras, além de constituírem importante fonte de diversificação da renda, são um insumo fundamental nas criações de porcos e galinhas.

Nas lavouras do Léo, do experimento⁸ e do quintal, destaca-se a inexistência de fluxos internos com os demais subsistemas; são como ilhas, com pouca interação com os demais, nos quais predominam os fluxos externos de insumos adquiridos de fora da propriedade.

Figura nº 4. Fluxograma da propriedade de Tenório e Tereza



Na lavoura do experimento, apesar de esta ser manejada com o uso da leguminosa perene amendoim forrageiro, que contribui na fixação de nitrogênio e protege muito bem o solo contra a erosão, todos os demais insumos para manutenção da fertilidade vêm de fora da propriedade: cama de frango, composto orgânico, torta de mamona e fosfatos. O experimento é todo custeado pela EPAMIG, mas o fato é que desta lavoura só sai o café, ela não contribui na intensificação produtiva de nenhum outro subsistema. Talvez por ser um experimento desenhado por pesquisadores, não se incluiu a banana e árvores nativas, que exercem importantes fluxos na própria lavoura e com outros subsistemas. O uso do amendoim forrageiro, por sua vez, não permite que se cultive junto o milho, o feijão ou a mandioca. A mesma situação se verifica no “experimento” de manejo orgânico conduzido pelo próprio Tenório na lavourinha do quintal. Apesar de, nos últimos anos, não ter fluxo externo de fertilizantes (não foi aplicado nenhum tipo de adubação), ela também só tem produzido (pouco) ca-fé.

Na lavoura de Léo acontece algo similar. Por ser plantada de forma mais adensada, não permite que se cultive nas entrelinhas, sendo possível introduzir uma quantidade menor de banana e muito pouca mandioca quando comparado ao que é cultivado nas lavouras de Alex e Tonho. Quando verificada em mais detalhes, percebemos que os fluxos externos de nutrientes na lavoura também são mais fortes, uma vez que aí são feitas três adubações por ano, 30% a mais que nas demais.

Com este olhar para o ordenamento das lavouras da propriedade é possível perceber diferentes estágios da evolução do sistema de produção, influenciados por diferentes políticas públicas e agentes externos. A lavoura de Léo, lembrando os tempos áureos da modernização na

⁸Uma lavoura onde está instalado um experimento com 36 variedades de café, implantado em 2002 com o apoio da EPAMIG, STR e CTA, no sistema orgânico, totalizando (entre parcelas e bordadura do experimento) 2.000 pés de café. O objetivo do experimento é avaliar o desempenho das diferentes variedades de café sob um manejo orgânico de produção.

propriedade, é “desenhada” com um adensamento próprio para o plantio em monocultura, com o uso intensivo de produtos químicos, resultado da boa vontade e orientação de técnicos da EMATER. Por outro lado, também se vê a boa vontade de pesquisadores da EPAMIG e técnicos do CTA-ZM no “desenho” do sistema orgânico de produção do café que, nas condições dadas nesta propriedade, se assemelhavam mais a uma proposta de substituição de insumos do que a uma proposta agroecológica. Por fim, vemos o “desenho” agroecológico dos sistemas agroflorestais nas lavouras de Alex e Tonho, onde foram introduzidas novas formas de manejo e consórcios que potencializam a produção e a integração das lavouras no sistema de produção da propriedade. Nestes casos, houve também uma grande contribuição de técnicos do CTA-ZM, pesquisadores da UFV e da EPAMIG, mas é fundamentalmente um sistema desenvolvido por Tenório e Tereza.

Nos planos de Tenório e Tereza, este sistema pode ficar ainda mais independente de insumos externos com o início da criação de umas cabeças de gado, preferencialmente vacas de leite. Na criação de galinhas, a maior parte da alimentação vem das sobras do pré-processamento e da venda das verduras e frutas, além de, principalmente, das sobras da banana e da mandioca; são praticamente estes mesmos produtos a base da alimentação dos porcos.

Além dos produtos das hortas e pomares e da banana, das lavouras também saem mandioca, vendida *in natura* ou descascada e embalada, e pó de café, ambos processados pelas mulheres e comercializados por Tenório. Antes de iniciar esta comercialização de porta em porta, na qual consegue um preço melhor para os produtos, Tenório comercializava a banana, mandioca, canjiquinha de milho e feijão através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A banana e o café, produzidos em grande quantidade, também são vendidos para atravessadores de Espera Feliz.

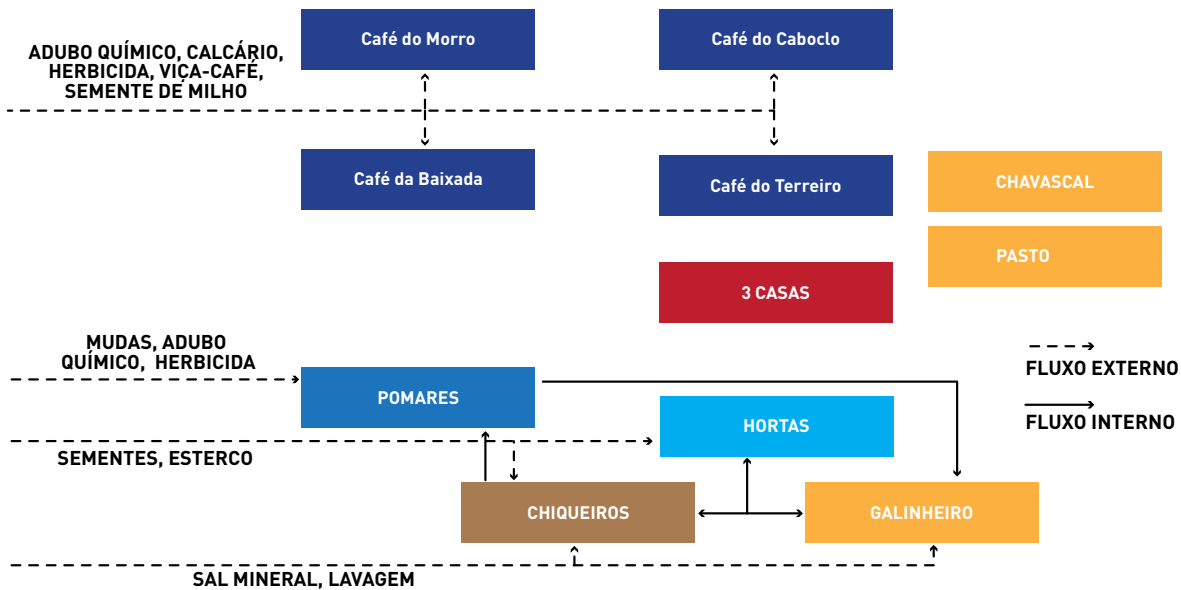
Tenório e Tereza não fazem mais uso do crédito de custeio, antes destinado, principalmente, à compra de fertilizantes e agrotóxicos para as lavouras, desde que fizeram, com apoio do CTA-ZM e do STR, um projeto para a linha do PRONAF Agroecologia. Este projeto de investimento, no valor de R\$ 7.500,00, foi elaborado com a finalidade de melhorar e ampliar as estruturas de secagem e armazenamento, por meio da construção de um terreiro e de uma tulha, melhorando a qualidade do café no pós-colheita. Antes de ser aprovado no banco, porém, o projeto foi reformulado, sendo direcionado para a construção da tulha e a compra de uma roçadeira.

Inicialmente, o recurso serviu para quitar o empréstimo de custeio do PRONAF C, contraído anteriormente, e foi adquirido outro equipamento não previsto: uma picadeira/ensiladeira com motor elétrico. Com a roçadeira, foi possível otimizar o manejo do solo, facilitando o manejo da vegetação espontânea, restos culturais e de leguminosas nas lavouras, diminuindo a necessidade de adquirir produtos de fora para a fertilização e a necessidade do herbicida. A aquisição da picadeira/ensiladeira reduziu os custos com a criação de galinhas e porcos, permitindo o melhor aproveitamento da banana e da mandioca para produção caseira da ração para estes animais. Depois, o terreiro de café também foi construído, permitindo reduzir a mão de obra na secagem do café e obter uma melhor qualidade na bebida, aumentando o valor recebido pela saca na comercialização.

Um novo projeto de investimento, para iniciar a criação de vacas de leite, além de se voltar para a diversificação das fontes de renda, visa o melhor aproveitamento de recursos existentes na propriedade e uma maior autonomia na produção do esterco. Assim, o uso do crédito rural passa a não ser mais de forma continuada e dependente, mas com o objetivo de fortalecer a coprodução, ampliando a base de recursos da família e a sua autonomia em relação aos recursos externos. O outro sistema de produção analisado em Espera Feliz é o da família de Edson e Margarida (Figura 5). Bem menos diversificado que o anterior, este se constitui em um exemplo do processo de modernização pelo qual passaram muitas propriedades familiares em Espera Feliz. A adubação e a aplicação do calcário nas lavouras são feitas com base na análise de solo e dos cálculos feitos por técnicos da EMATER. Diferente de Tenório, que planta milho crioulo (“que produz mais massa para forrar a lavoura”), Edson prefere o milho híbrido, por considerá-lo mais produtivo. Na adubação do pomar, além do esterco de porco, é comum ele utilizar também o mesmo adubo químico usado no café; já na horta, utiliza mais o esterco de gado, doado ou

adquirido de outros. Os criatórios de porco e galinha são bem pequenos, só para o consumo, mas, mesmo assim, o milho produzido na própria propriedade não é suficiente para alimentá-los.

Figura nº 5. Fluxograma da propriedade de Edson e Margarida



A análise do diagrama de fluxos de insumos utilizados no sistema de produção de Edson e Margarida mostra, muito claramente, a predominância de fluxos externos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, mudas e produtos para alimentação dos animais. Quase inexistem fluxos internos de insumos, as exceções são o esterco do porco, usado no quintal, e os restos da horta e frutas, usados na alimentação dos porcos e das galinhas. Isto representa, por um lado, uma alta dependência do sistema do uso de insumos externos que precisam ser adquiridos no mercado e, por outro lado, uma baixa integração entre os diferentes subsistemas que implica, por exemplo, em uma baixa capacidade de reprodução autônoma da fertilidade e da criação dos animais.

Na estratégia da família de Edson e Margarida, a reprodução socioeconômica é muito mais dependente de recursos externos, se comparada com a estratégia da família de Tenório e Tereza. Embora nesta haja uma grande vinculação ao mercado, com o esquema de venda direta em Espera Feliz, esta vinculação depende mais das próprias habilidades da família e contribui para a intensificação dos fluxos internos que geram também autonomia. Já na estratégia de Edson e Margarida, além de mais dependente de insumos externos para produzir (cujos preços estão fora do seu controle), a reprodução socioeconômica da família é mais dependente da renda em atividades fora da propriedade, no caso o trabalho de Margarida na prefeitura.

Este tipo de estratégia econômica, que alia o trabalho na propriedade com o trabalho fora, pode muito bem ser uma estratégia eficiente de reprodução socioeconômica, mesmo em um tipo de agricultura familiar camponesa. O que se busca destacar aqui, porém, é destacar que as propostas agroecológicas utilizadas na estratégia econômica de Tenório e Tereza contribuem efetivamente na construção de autonomia para a família e na geração de postos de trabalho na agricultura. Além disso, a estratégia de Tenório e Tereza contribui para a (relativação de relações socioeconômicas que colaboram com a geração de autonomia na própria comunidade, permitindo, por exemplo, com o retorno e ocupação da propriedade por parte dos filhos, a retomada das trocas de dias de serviço na colheita de café pela família de Edson e Margarida.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

Inicialmente, é preciso dizer que várias propostas desenvolvidas a partir do enfoque da agroecologia e que foram incorporadas ao processo de produção dessas famílias, especialmente as de Pedrinho e Dulcinéia e de Tenório e Tereza, contribuem efetivamente com suas estratégias de re-produção socioeconômica. O resgate e uso de sementes crioulas e de raças rústicas de animais, as for-mulações locais de ração para os animais, o uso da adubação verde e da compostagem, o manejo do “mato” nas lavouras substituindo a prática tradicional das capinas, os sistemas agroflorestais e a diversificação da produção são alguns exemplos que puderam ser verificados. Estas propostas agro-ecológicas aparecem nas experiências das famílias como melhorias qualitativas, que melhoram o processo de produção, fortalecem a base de recursos e contribuem na diversificação da renda, na redução da dependência e na ampliação da autonomia.

A produção agroecológica desta agricultura familiar camponesa também tem impactos mais amplos na sociedade. Além de produzir um café de qualidade tanto para o mercado interno como para exportação, gerando divisas para o país, produz também uma infinidade de produtos capazes de assegurar segurança e soberania alimentar para as famílias produtoras e para aquelas que dependem dos mercados locais. A forma com que manejam os recursos em seus sistemas de produção projeta uma sustentabilidade ambiental, econômica e social superior aos demais modos de produção, além de realizar uma série de serviços ambientais de relevância para o conjunto da sociedade, como a conservação e recuperação dos solos, da água e da biodiversidade.

É preciso, ainda, ressaltar o papel protagonista dos/as agricultores/as entrevistados no desenvolvimento ou na adaptação local de tais propostas. A sua participação nos movimentos sociais, em redes sociopolíticas e sociotécnicas, foi condição fundamental para a ampliação das possibilidades de reprodução socioeconômica de suas famílias e sistemas de produção. É preciso colocar em evidência, porém, não só os processos organizativos em que os/as agricultores/as estão inseridos, mas a luta cotidiana de conceber, controlar, construir e reconstruir o processo de trabalho. A aproximação das famílias com os STR's e o CTA-ZM permitiu obter informações que facilitaram o acesso a políticas públicas. No caso específico da Zona da Mata, sindicatos que possuem uma orientação voltada para o processo de transição agroecológica permitem que as políticas incidam nestes processos, contribuindo para uma orientação mais adequada dessas políticas com o processo de transição para a agroecologia.

No caso das famílias em processo de transição agroecológica, não foi apenas uma política específica, mas um conjunto de políticas que incidiram em suas trajetórias e contribuíram para as estratégias de transição. Apesar de não serem articuladas a nível estadual, essas políticas são articuladas a partir das redes sociopolíticas e sociotécnicas existentes a nível local, compostas por entidades de agricultura familiar, entidades não governamentais e universidade. Nesta perspectiva, as políticas acessadas por esses atores sociais que atuam na extensão rural, seja a partir de chamadas públicas ou projetos específicos, tornam os processos de transição agroecológicos mais efetivos.

Destarte, não são todos que acessaram políticas públicas que possuem trajetória no sentido de uma transição agroecológica. Existem casos de pessoas endividadas com o PRONAF, por exemplo. Segundo os agricultores, o PRONAF Custeio é o que mais contribui com o endividamento das famílias, principalmente pelo custeio das lavouras, pois o crédito é utilizado preponderantemente na aquisição de adubos químicos e agrotóxicos. Este endividamento se dá, principalmente, em casos em que não há articulação entre diferentes políticas; por exemplo, o acesso ao mercado institucional pode gerar renda que ameniza o endividamento provocado pela lavoura de café e até diminuir o uso de insumos externos, a partir da diversidade de atividades produtivas nos agroecossistemas.

No caso específico da tipologia de agroecossistemas estudados em Araponga e Espera Feliz, fica claro que são os financiamentos para investimento os que mais são necessários para promover a transição agroecológica. O crédito de custeio pode até ter um papel relevante em processos iniciais de transição, mas, quando não é acompanhado de investimentos e/ou políticas de estímulo à diversificação produtiva e de acesso a mercados (como o PAA e PNAE), aumentam seus riscos e ele não contribui para a transição agroecológica.

No caso do PAA e PNAE, destacou-se a importância destes programas no processo de diversificação produtiva, mas observa-se que o acesso a eles é muito vinculado à capacidade das escolas e agentes públicos locais em compreender essas políticas e a dinâmica da agricultura familiar. Esses programas não ganham, por si só, capilaridade ao longo dos sistemas produtivos; garantem o acesso ao mercado, mas os processos de reestruturação e ordenamento das relações econômicas vinculadas ao processo de regulamentação jurídica, tributária e sanitária não são contemplados pela política de ATER. Essa fragilidade em outras políticas públicas, a de ATER principalmente, causa fragilidades no acesso, dificultando a produção agroecológica e, por conseguinte, a inserção no mercado institucional.

No caso das políticas de ATER, foi destacado que a assistência apropriada aos processos de transição agroecológicas, com metodologias adequadas, permitem o fortalecimento da agroecologia, mas que, em sua grande maioria, a assistência é precária e não possui essa adequação. Destacou-se que, no caso do acesso ao crédito (tanto pelo PRONAF ou pelas cooperativas de crédito da agricultura familiar), é de grande importância o acompanhamento do uso do recurso, o que na maioria das vezes não ocorre. O foco dos empréstimos ainda é a capacidade de liquidez do agricultor e, por falta de assistência adequada, a viabilidade das atividades nas quais serão utilizados os recursos não é feita. Desta forma, não se tem uma visão sistêmica dos agroecossistemas, restringindo o uso do recurso, muitas vezes, em compra de insumos que fortalecem a monocultura do café, o que não cria autonomia e ampliação das fontes de rendas com outros cultivos e atividades econômicas.

Destacou-se, a partir das trajetórias de algumas famílias, que a pluriatividade se constitui em uma estratégia econômica importante para a transição, mas o crédito ainda é voltado para atividades agrícolas. As cooperativas de crédito da agricultura familiar, neste sentido, tem um papel fundamental. Por possuírem linhas de crédito específicas que abarcam um conjunto grande de atividades, mesmo as não agrícolas, e uma linha de microcrédito, os serviços prestados pelas cooperativas são fundamentais no fortalecimento de atividades econômicas que, em sua maioria, acabam se tornando fontes de financiamento da transição, seja para investimentos em produção de alimentos para abastecer o mercado institucional, seja no fortalecimento de atividades não agrícolas, principalmente para aquelas envolvendo grupos produtivos de mulheres.

Em relação às propostas de adequação das políticas, têm-se as seguintes propostas:

- **ATER:** É necessário ter técnicos locais ou agentes que acompanhem os agricultores e agricultoras familiares, com os sindicatos orientando as ações a serem desenvolvidas nos municípios. Para tanto, é necessária a existência de um programa de acompanhamento específico aos agricultores em processos de transição agroecológica.
- **PRONAF:** É necessário que se tenha contratos mais simplificados e maior prazo de carência em linhas voltadas à transição agroecológica. As linhas do PRONAF voltadas para os agricultores agroecológicos devem ter subsídio, na forma de juros menores que outras linhas, e serem mais flexíveis em relação ao uso do dinheiro. Destacou-se a necessidade de ter políticas públicas que valorizem os/as agricultores/as que produzem sob a ótica da agroecologia.
- **No que se refere ao crédito oferecido pelas cooperativas,** destacou-se a importância de se ter uma linha de empréstimo específica para a agroecologia e um maior acompanhamento aos agricultores que acessam esse recurso. A elaboração de programas que reconheçam essas organizações como prestadoras de serviços de ATER é fundamental no acompanhamento dos projetos que estão diretamente relacionadas ao processo de transição agroecológica.

- **PAA e PNAE:** Durante a elaboração do projeto para o PAA, o Estado deve garantir que se tenha embutido um valor destinado a custear parte das despesas de execução do projeto (logística de distribuição, organização dos agricultores, impostos, etc.). A tabela de preços de referência da CONAB deve ser mais flexível e levar em consideração um levantamento de preços regionais. A análise dos projetos do PAA no âmbito da CONAB deveria ser descentralizada, de forma a se ter regionais com um número menor de municípios sob suas responsabilidades. A readequação dos programas (PAA e PNAE), para além dos procedimentos de acesso, deve levar em consideração toda uma rede de relações econômicas envolvendo diversos agentes. A estruturação de órgãos de fiscalização (habilitação sanitária) e de assessoria específica às agroindústrias familiares (ATER) e a aceitação, por parte do Estado, de pagamento dos custos envolvidos na distribuição de alimentos pelos empreendimentos (logística de distribuição) são as principais ações que podem vincular esses programas aos processos de transição.

- **Crédito Fundiário:** Ter ações para acompanhamento aos beneficiários do programa. A aprovação dos projetos deve ser feita a nível ministerial, não ficar restrita ao Estado, e a efetivação do programa no município deve ser feita apenas com a aprovação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.R. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do Estado à liberalização do mercado.** Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado). UFMG/CEDEPLAR.

CAMPOS, A.P.T. **A conquista de terras em conjunto: redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG).** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2006.

CARVALHO, A. F., GJORUP, D. F., OLIVEIRA, G. B., CARDOSO, I. M., NONATO, H., SOUTO, R. L. e BONFIM, V. R. Sistematização das experiências com sistemas agroflorestais do CTA-ZM: relatório final. CTA-ZM, jan. 2005. 147 p. (Disponível em www.ctazm.org.br/publicacoes_sistematizacoes.htm)

CINTRÃO, R. P. **Ongs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Turais na zona da mata mineira.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

GOMES, S. T. **Condicionantes da modernização do pequeno agricultor.** São Paulo, IPE/USP (Série Ensaio Econômico), 1986, 169pp.

HALFELD, H. G.F. e Von TSCHUDI, J. J. **A província brasileira e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 176p.

MATOS, E. S.; CARDOSO, I. M.; SOUTO, R. L.; MENDONÇA, E. S.; LIMA, P. C. Legumes and spontaneous plants in coffee systems: characteristics, residue decomposition and carbon mineralization. Communications in **Soil Science and Plant Analysis**. 2009. In press.

REALIZAÇÃO



RedeATER/Nordeste - AS-PTA, APAEB, ASCOOB, ASSOCENE, CAATINGA, CENTRO SABIÁ, CETRA, DIACONIA, ESPLAR, MOC, PATAC, REPORTE E SASOP



CETRA



desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade



PATROCÍNIO



Ministério do
Meio Ambiente



ORGANIZAÇÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Centro de Estudos do Trabalho e
Assessoria ao Trabalhador – CETRA
Rua Capitão Gustavo, 3842, São João do Tauape - Fortaleza/CE
CEP: 60120-140
Telefone: (85) 2347 1660 / 9971 3154
www.cetra.org.br
e-mail: cetra1981@cetra.org.br

COORDENAÇÃO

Maria Neila Ferreira dos Santos
Francisca Cristina do Nascimento

PROJETO GRÁFICO

Alberto Saulo

REVISÃO

Gerardo Cerdas Veja
Joana Vidal

